

Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2015



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

Edição: Ministério da Defesa Nacional
Direção: Secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional
Coordenação: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Design: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Ano: 2017

NOTA INTRODUTÓRIA

Os Anuários Estatísticos da Defesa Nacional, cuja divulgação se iniciou em 1993, constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística agregada, relativa à Defesa Nacional. Ao longo dos anos, esta publicação tem vindo a ser objeto de melhorias, quer de conteúdo – aumentando a abrangência e pertinência da informação disponibilizada –, quer de forma – garantindo uma melhor integração e coerência da informação.

A evolução dos tempos proporcionou o desenvolvimento de um novo modelo de recolha, compilação e divulgação dos conteúdos, originando que o presente Anuário, será o último anuário elaborado nos moldes tradicionais. Uma alargada equipa com elementos do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional tem vindo a trabalhar com a determinação de promover uma melhoria qualitativa nos dados económicos e sociais disponibilizados, de forma a partilhar uma visão mais robusta da evolução da Defesa Nacional.

Enquanto a nova abordagem está a ser consolidada, importa salientar e destacar o trabalho apresentado e agradecer o contributo de todos aqueles que de forma direta ou indireta, ajudaram a desenvolver e a consolidar o Anuário relativo ao exercício de 2015.

Sinais Convencionais

- ☐ ... Dado confidencial
- ☐ - Resultado nulo
- ☒ x Dado não disponível
- ☐ " Estimativa
- ☐ * Dado rectificado
- ☐ 0 Dado inferior a metade da unidade utilizada
- ☐ // Não aplicável
- ☐ □ Dado incompleto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Índice

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES.....	23
1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA.....	23
1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES.....	24
E CONSTANTES	24
1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB	24
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS	25
CORRENTES E CONSTANTES	25
1.6 - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	27
1.6 - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO (CONTINUAÇÃO).....	29
1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS.....	30
1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS	32
CORRENTES E CONSTANTES	32
1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS	34
1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA	37
1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA.....	39
1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO	41
1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA.....	43
1.14 - CONTRATOS CELEBRADOS NA DEFESA.....	45
1.15 - COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS	46
2.1 - MARINHA.....	53
2.2 - EXÉRCITO.....	56
2.3 - FORÇA AÉREA.....	62
3.1 - CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO	65
3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa.....	65
3.1.1.1 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA)	65
3.1.1.2 - Mali (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali) (MINUSMA)	66
3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa.....	67
3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)	67
3.1.2.2 - Resolute Support Mission (RSM)	68
3.1.2.3 - Kosovo Force (KFOR).....	69
3.1.2.4 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Ative Endeavour/Strait of Gibraltar)	69
3.1.2.5 - Immediate / Assurance Measures	70
3.1.2.5.1 - Immediate / Assurance Measures (IAM) no Báltico (2014)	71
3.1.2.5.2 - Assurance Measures (AM) na Lituânia (2015).....	71
3.1.2.5.3 - Assurance Measures (AM) na Roménia (2015).....	71
3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios	72
3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF)	72
3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)	72
3.1.3.3 - OPERATION FALCON DEFENSE (OFD15) NATO ASSURANCE MEASURES	74
3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa	74
3.1.4.1 - Somália – Missão da UE de treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)	74
3.1.4.2 - Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (<i>Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália</i> (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).	75
3.1.4.3 - EUROFORÇAS.....	76
3.1.4.4 - Mali – Missão de treino da UE para a reforma do setor militar e de segurança do Mali (EUTM Mali).....	76

3.1.4.5 - República Centro Africana – European Union Military Advisory Mission (EUMAM RCA)	77
3.1.4.6 - FRONTEX – Missão da Força Aérea Portuguesa de apoio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) através da participação de uma aeronave P3-C+ e uma aeronave C-295M, guarnecidas das respectivas tripulações.	78
3.1.4.7 - Operações de <i>Maritime Domain Awareness</i> (MDA)	79
3.1.4.7.1 - Operação <i>Junction Rain</i> 15	79
3.1.4.7.2 - <i>OBANGAME EXPRESS</i> 2015	80
3.1.4.7.3 - <i>SAHARAN EXPRESS</i> 2015 (SE15)	80
3.1.4.7.4 - GOLFO DA GUINÉ 2015	80
3.1.5 - Outras Operações	80
3.1.5.1 - Golfo da Guiné - Exercícios série Express e ações de cooperação bilateral	80
3.1.5.1.1 - Exercício <i>OBANGAME EXPRESS</i> 15	81
3.1.5.1.2 - Exercício <i>SAHARAN EXPRESS</i> 15	81
3.1.5.1.3 - Ações de cooperação bilateral	82
3.1.5.2 - Coligação Internacional de combate ao Dae'sh / Operação <i>Inherent Resolve</i> – Iraque (OIR-I)	82
3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES	84
3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva	84
3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO)	84
3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO)	84
3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO)	84
3.3 - DESPESAS COM AS MISSÕES	85
3.4 - APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS	87
3.4.1 - Operações/Missões realizadas	87
3.4.1.1 - Operações/Missões no âmbito da ONU	89
3.4.1.1.1 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos	89
3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos	89
3.4.1.2 - Operações/Missões no âmbito da NATO	90
3.4.1.2.1 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos	90
3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Despesas	91
3.4.1.3 - Operações/Missões no âmbito da UE	92
3.4.1.3.1 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos	92
3.4.1.3.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos	93
3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão	94
4.1 - ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA	98
4.1.1 - Acordos, convenções, memorandos de entendimento e cartas de intenções	98
4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades	100
4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica	100
4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros	101
4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização de Aeronaves Estrangeiras	102
4.2 - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	104
4.2.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP	104
4.2.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar	105
4.2.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP	105
4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA	105
4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA	106
4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA	106
5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA	114
5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados	114
5.1.2 - Exercícios Conjuntos – Meios	116

5.1.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	117
5.1.4 - Exercícios Combinados – Meios	119
5.2 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA.....	121
5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados	121
5.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos	122
5.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	122
5.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos	123
5.3 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO	123
5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados	123
5.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos	126
5.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	127
5.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos.....	127
5.4.1 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados	128
5.4.2 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos	128
5.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	128
5.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos	128
6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA.....	134
6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais	134
6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo	134
6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais.....	135
6.1.4 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo	135
6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo	136
6.1.6 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações definitivas de Bens e Tecnologias Militares – por Países Agregados em Organizações Internacionais que Portugal Integra	136
6.1.7 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*).....	137
6.1.8 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Indústria de Bens e Tecnologias Militares (*).....	140
6.2 - EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM	142
6.2.1 - Missões e Meios Disponíveis – Marinha	142
6.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército	143
6.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea.....	144
6.2.4 - Lei de Programação Militar	145
6.3 - LOGÍSTICA	146
6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais.....	146
6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde, em 2015.....	147
6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos – em 2015	147
6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento – em 2015.....	147
6.4 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	148
6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas– MARINHA	149
6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas–EXÉRCITO.....	151
6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA	152
6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento	152
6.4.5 - Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGRDN – 2015	153
6.5 - INDÚSTRIAS DE DEFESA.....	154
6.5.1 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor.....	154
6.5.1.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:	154
6.5.1.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa:	154
6.6 - QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO	155

6.6.1 - Qualidade	155
6.6.1.1 - Garantia Governamental da Qualidade	155
6.6.1.2 - Certificação AQAP	155
6.6.2 - Normalização	156
6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO	156
6.6.3 - Catalogação.....	156
6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2015.....	157
6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG) – 2015	158
6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) - 2015.....	158
6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2015	158
6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) – 2015.....	159
6.6.3.6 - Curso Geral de Catalogação	159
7.1 - IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL.....	167
7.2 - SERVIÇOS MILITARES AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	167
7.3 - TIPOS DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS	168
7.4 - VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS.....	169
7.5 - VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS	169
7.6 - CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL	170
7.7 - ÁREAS ATRIBUÍDAS.....	170
7.8 - IMÓVEIS ADQUIRIDOS	170
7.9 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL.....	171
7.10 - ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS	171
7.11 - CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES	172
7.12 - NATUREZA DOS IMÓVEIS	172
8.1 - DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	177
8.2 - EXISTÊNCIAS REFERIDAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	179
8.3 - ÁREAS INFORMATIZAS - PERCENTAGEM	181
8.4 - PESSOAL AFETO EXCLUSIVAMENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOAL TIC)	183
8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET	184
8.6 - PRESENÇA DO ORGANISMO NA INTERNET	186
8.7 - ORIENTAÇÃO DO ORGANISMO RELATIVAMENTE À DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO À INTERNET E CORREIO ELÉTRÓNICO.....	187
9.1 - DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS.....	192
9.2 - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA).....	192
9.3 - CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	192
9.4 - AUDITORIAS/CERTIFICAÇÕES ENERGÉTICAS.....	192
9.5 - CONTROLO DE CONSUMOS	193
9.6 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	193
9.7 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	193
9.8 - FORMAÇÃO AMBIENTAL.....	194
9.9 - REUNIÕES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO.....	195
9.9.1 - Nacionais	195
9.9.2 - Internacionais	195
9.10 - PROTOCOLOS E COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS	195
9.11 - PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE.....	196
9.11.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente	196
9.11.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	197
10.1 – PESSOAL MILITAR.....	204

10.1.1 - Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ	204
10.1.1.2 - Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos.....	204
10.1.1.2.1 - Militares do Quadro Permanente.....	204
10.1.1.2.2 - Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente	205
10.1.1.3 - Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (a)	206
10.1.1.4 - Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)	207
10.1.1.5 - Estrutura Etária do Pessoal Militar	208
10.1.1.6 - Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo.....	209
10.1.1.7 - Origem Geográfica dos Militares	210
10.1.1.8 - Distribuição por Sexo de Pessoal Militar	210
10.1.1.9 - Promoção de Militares do QP.....	211
10.1.1.10 - Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço.....	212
10.1.1.11 - Evolução do número de baixas de pessoal	212
10.1.1.12 - Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) (a).....	212
10.1.1.13 - Despesas decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar	213
10.1.2 - Pessoal Militarizado	214
10.1.2.1 - Pessoal Militarizado da Defesa Nacional.....	214
10.1.3 - Pessoal Civil	215
10.1.3.1 - Efetivos Globais	215
10.1.3.2 - Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a).....	216
10.1.3.3 - Pessoal Civil por Estatuto Jurídico	216
10.1.3.4 - Pessoal Civil por Habilitações Acadêmicas	217
10.1.3.5 - Pessoal Civil por Sexo	217
10.1.3.6 - Estrutura Etária do Pessoal Civil	218
10.1.3.7 - Tempo de Serviço do Pessoal Civil	218
10.1.3.8 - Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional.....	219
10.1.3.9 - Ingressos e Saídas de Pessoal Civil	219
10.1.4 - Comparações internacionais.....	220
10.1.4.1 - Efetivos de países membros da NATO.....	220
10.2 - JUSTIÇA E DISCIPLINA	221
10.2.1 - Condecorações Atribuídas	221
10.2.2 - Processos Iniciados	221
10.2.3 - Punições Aplicadas.....	221
10.2.4 - Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes.....	222
11.1 - INSTITUTOS, ACADEMIAS, ESCOLAS E CENTROS DE INSTRUÇÃO DAS FA	230
11.2 - PESSOAL MILITAR NA EFETIVIDADE DE SERVIÇO QUE FREQUENTOU CURSOS INTERNOS	230
11.3 - PESSOAL MILITAR QUE FREQUENTOU CURSOS NO ESTRANGEIRO.....	231
11.4 - CURSOS MINISTRADOS E NÚMERO DE ALUNOS, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO	233
11.4.1 - Caracterização da atividade formativa	233
11.5 - DOCENTES, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO E POR CATEGORIA (MILITARES/ CIVIS, DOUTORADOS/ MESTRES/ LICENCIADOS).....	234
11.6 - PESSOAL DE APOIO POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (MILITARES/CIVIS)	235
11.7 - PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INICIADOS, EM CURSO E CONCLUÍDOS	235
11.8 - CURSOS MINISTRADOS POR CENTROS DE INSTRUÇÃO	236
11.8.1 - Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior	236
11.8.1.1 - Caracterização de Ação Formativa	236
11.9 - INSTRUTORES E PESSOAL DE APOIO, POR CENTROS DE INSTRUÇÃO	237
11.9.1 - Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria.....	237
11.9.2 - Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações.....	238

11.9.3 - Caracterização do Pessoal de Apoio.....	239
12.1 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MILITAR	244
12.1.1 - Infraestruturas hospitalares.....	244
12.1.1.1 - Localização.....	244
12.1.1.2 - Camas, segundo o fim a que se destinam.....	244
12.1.1.3 - Capacidade Funcional	245
12.2 - RECURSOS HUMANOS.....	245
12.1.2.1 - Médicos militares e civis.....	245
12.1.2.2 - Enfermeiros militares e civis.....	246
12.1.2.3 - Técnicos de Superiores de Saúde.....	246
12.1.2.4 - Médicos Dentistas.....	247
12.1.2.5 - Médicos Veterinários Militares e Civis	247
12.1.2.6 - Enfermeiros Veterinários militares e civis	247
12.1.2.7 - Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.....	248
12.1.2.8 - Médicos no HFAR, por Especialidade Exercida (a)	248
12.1.2.9 - Técnicos Superiores no HFAR, por especialidade.....	249
12.1.2.10 - Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica no HFAR, por especialidade	249
12.1.3 - Atividade Hospitalar	251
12.1.3.1 - Consultas Efetuadas, por especialidade, no HFAR	251
12.1.3.2 - Atos de Terapêutica Efetuados no HFAR.....	252
12.1.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no HFAR	252
12.1.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Especialidade	253
12.1.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Polo Hospitalar	254
13.1 - BENEFICIÁRIOS ADM – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS E POR TIPOLOGIA.....	258
13.2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS.....	259
13.3 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE	260
13.4 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR MODALIDADE DE ASSISTÊNCIA	261
13.5 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS	262
14.1 - BENEFICIÁRIOS DO IASFA, I.P. – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FA	268
14.2 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – INVALIDEZ – SUBSÍDIO	268
14.3 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – VELHICE – SUBSÍDIO	268
14.4 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – SOBREVIVÊNCIA – SUBSÍDIO	268
14.5 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – FAMÍLIA – SUBSÍDIO	269
14.6 - TOTAL ANUAL DE SUBSÍDIOS E MONTANTES DESPENDIDOS POR FUNÇÃO.....	269
14.7 - OUTRAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	271
15.1 – AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN	276
15.2 – AUDITORIAS REALIZADAS PELA IGDN EM 2015	277
15.3 – AUDITORIAS CONCLUÍDAS VS AUDITORIAS HOMOLOGADAS.....	277
16.1 – DESPORTO MILITAR	284
16.1.1 - Instalações desportivas, por Ramo	284
16.1.2 - Pessoal especializado em educação física, por Ramo	284
16.1.3 - Competições desportivas por Ramo das FA	284
16.1.4 - Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA.....	286
16.1.5 - Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.....	287
16.2 - MUSEUS MILITARES	287
16.2.1 - Números de salas, por museu.....	287
16.2.2 - Número médio de horas semanais de abertura ao público, por museu	288
16.2.3 - Pessoal dos museus, segundo o seu emprego	288
16.2.4 - Visitas, por museu	289

16.2.5 - Eventos organizados.....	290
16.2.6 - Publicações editadas, por museu.....	290
16.3 - BIBLIOTECAS MILITARES	291
16.3.1 - Dados gerais das bibliotecas (número médio de horas semanais de abertura ao público, automatização, equipamento).....	291
16.3.2 - Fundos existentes, por século, por biblioteca.....	292
16.3.3 - Entrada e saída de fundos	293
16.3.4 - Pessoal das bibliotecas, segundo o seu emprego	294
16.3.5 - Eventos organizados.....	295
16.4 – ARQUIVOS MILITARES	295
16.4.1 - Km (ou metros lineares(ml)) de documentação, por arquivo	295
16.4.2 - Volume de documentação incorporada por arquivo.....	296
16.4.3 - Volume de documentação eliminada por arquivo	296
16.4.4 - Pessoal dos arquivos, segundo o seu emprego	296
16.4.5 - Restauro e encadernação de unidades de instalação por arquivo.....	297
16.4.6 - Serviço ao público – número de utilizadores	297
16.5 - MÚSICA	297
16.5.1 - Número de músicos, por banda de música e orquestra.....	297
16.5.2 - Desfiles e paradas realizadas por banda de música.....	298
16.5.3 - Concertos realizados, por banda de música e orquestra.....	298
16.6 - OUTROS ORGANISMOS DE ÂMBITO CULTURAL.....	298
SIGLAS.....	321

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of several Euro banknotes. The notes are in various colors, including blue, green, and yellow. Overlaid on this background is a series of large, semi-transparent blue triangles that create a geometric pattern across the entire slide.

Finanças

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte preferencial da informação a Conta Geral do Estado (CGE).

É, no entanto, de referir o seguinte:

- A informação relativa à despesa pública (orçamento) adiante elencada por ministérios, tem por base os valores inscritos nas Leis do Orçamento de Estado para os anos respetivos;
- Os dados referentes à Lei da Programação Militar (LPM) refletem a informação que foi fornecida à Secretaria-geral do MDN (SG/MDN) pela Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional. Importa esclarecer que os valores expostos, no que concerne à LPM, não coincidem com aqueles que são publicados na Conta Geral do Estado (CGE), uma vez que estes últimos correspondem ao valor dos saques efetuados, e os valores refletidos neste capítulo correspondem à despesa efetivamente realizada no exercício económico em análise. Para o mesmo efeito foi expurgado o saldo orçamental apurado no âmbito do orçamento de receitas próprias do Hospital das Forças Armadas (HFAR).

Os dados macroeconómicos relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) e População têm por base a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Nos anuários de anos anteriores (até 2010) os valores relativos aos indicadores mencionados foram recolhidos junto do Departamento de Prospetiva e Planeamento (DPP) do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

A conversão dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) é efetuada suprimindo o efeito da inflação (deflacionando), tendo como referência de cálculo o índice harmonizado de preços no consumidor (taxa de variação média anual – base 2005 - % «por agregados especiais; mensal») – Fonte: INE – Dados atualizados em 12 de julho de 2016 – Anos 2009 a 2015. Nos anuários de anos anteriores (até 2010) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no Produto Interno Bruto (PIB) como deflacionador (dados fornecidos pelo DPP supra mencionado).

Os dados referentes às despesas da Defesa foram discriminados por natureza. Assim, de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três agrupamentos principais de despesa:

- Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de Bens e Serviços”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;
- Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Salienta-se o facto de os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efetivo militar, de acordo com o classificador das despesas públicas em vigor (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro), tal como se verificava com o classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, pelo que, neste estudo, à semelhança

do procedimento adotado nos anos anteriores, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e Manutenção”.

De acordo com o classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a rubrica “07.01.14 – Investimentos Militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, mas também os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, e ainda as grandes reparações a efetuar naquelas estruturas, bem como o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas.

A execução do orçamento de 2015 foi desenvolvida num contexto de reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Neste âmbito, a sua atuação foi orientada, entre outros, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril (“Defesa 2020”), que definiu as linhas orientadoras de planeamento para pôr em prática uma reestruturação nas Forças Armadas com vista à sua maior eficiência e eficácia, e pelo Despacho n.º 7527-A/2013, que consiste na Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas — Reforma “Defesa 2020”.

O grau de realização do orçamento afeto ao PO06-Defesa situou-se nos 92% (depois de expurgados os saldos orçamentais da LPM e das receitas próprias do HFAR), sendo de destacar as taxas de execução dos agrupamentos, Despesas com Pessoal (98%) e Aquisição de Bens e Serviços Correntes (91%).

Relativamente à gestão de cativos, não foram autorizadas quaisquer descativações.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa, a preços correntes, têm vindo a fazer um percurso com oscilações materializadas em aumentos e reduções verificadas nas comparações entre períodos homólogos (anos económicos), sendo no entanto possível reconhecer uma tendência de redução, uma vez que entre 2009 e 2015 o orçamento executado passou de 2.012,4 M€ para 1.860,5 M€ (vide quadros 1.1. e 1.2.). Não obstante a tendência verificada pender para a redução, verificou-se entre 2009 e 2010 um incremento de cerca de 10,4%, constatando-se nos anos subsequentes, até 2012, novamente uma diminuição. Verifica-se depois uma inflexão na tendência de redução, entre 2012 e 2013, em que se constata um aumento de 4,5%, para sofrer nova redução em 2014.

Em 2015 a execução do orçamento da defesa cresceu 3,9% face ao período homólogo do ano anterior (2014).

É dado tratamento autónomo à componente da LPM, pela sua especificidade, bem como ao Capítulo 50 – Projetos (ex-PIDDAC), por serem as componentes do orçamento particularmente vocacionadas para o investimento efetuado pelo Ministério da Defesa Nacional.

- Capítulo 50 – Projetos (ex-PIDDAC) -

No âmbito do orçamento do “Capítulo 50 – Projetos” relativo a 2015, verificou-se uma execução global de 83,87% face ao orçamento corrigido líquido de cativos.

Saliente-se o nível de execução verificado no projeto “Infra-Estruturas em Terra do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS/PO)”, da responsabilidade da Direção-geral de Recursos da Defesa nacional, que representa cerca de 28% do total da dotação disponível no âmbito do Capítulo 50 e apresenta em 2015 uma execução de 66%.

De uma maneira geral os serviços integrados na esfera orçamental do MDN com dotações previstas no âmbito do Capítulo 50 apresentam níveis de execução orçamental elevada.

No quadro e gráfico seguintes, apresenta-se uma comparação do nível de execução dos períodos homólogos, relativamente aos anos de 2009 a 2015:

(m€)

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2009	35.722,5	19.053,7	53,34%
2010	11.265,2	3.282,9	29,14%
2011	4.275,0	2.234,6	52,27%
2012	14.645,3	4.617,9	31,53%
2013	14.226,8	4.077,0	28,66%
2014	5.250,0	4.141,7	78,89%
2015	5.250,0	4.403,1	83,87%

- Lei de Programação Militar (LPM) -

A LPM (Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio) entrou em vigor em 2015 e incorpora e desenvolve a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistema de Força Nacional (SFN), concretizado através das respetivas capacidades.

O total de investimento previsto na Lei n.º 7/2015 é de 3.160,000 M€ em 12 anos (2015-2026), repartido da seguinte forma: primeiro quadriénio (2015-2018) 960,000 M€; segundo quadriénio (2019-2022) 1.100,000 M€; terceiro quadriénio (2023-2026) 1.100,001 M€.

Importa referir que os valores previstos na LPM têm vindo a ser sucessivamente corrigidos de acordo com as determinações emanadas das Leis do Orçamento de Estado relativas aos anos decorridos (reduções da dotação prevista na LPM, cativações, etc.).

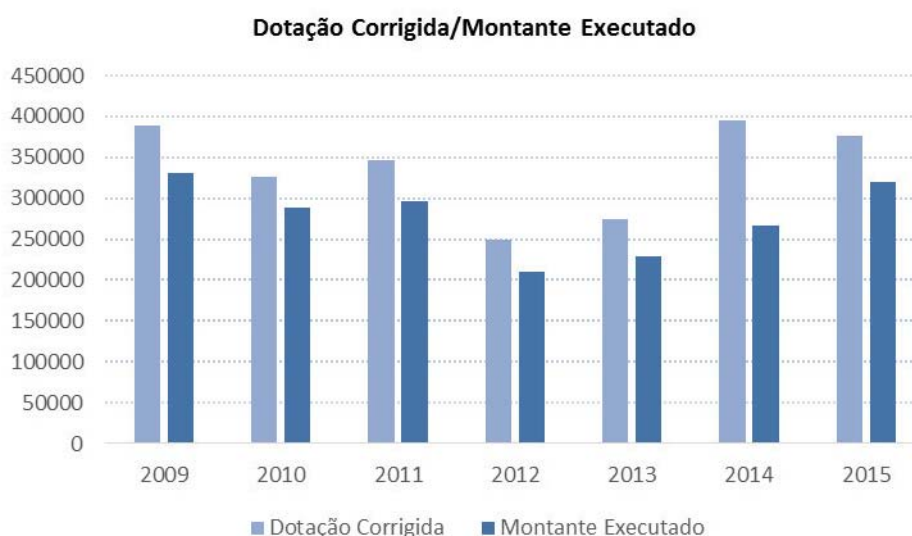
Considerando as dotações iniciais inscritas na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2015) e aplicadas as cativações previstas no seu Artigo 3.º, bem como justaposta a redução, em 33,34 %, das dotações iniciais, conforme previsto no Artigo n.º 23.º do mesmo diploma, a dotação corrigida líquida de cativos fixou-se nos 376.691.800 €.

Para uma dotação corrigida líquida de cativos no valor de 376.691.800 €, foi realizada uma despesa de 320.214.328 €, a que corresponde uma taxa de execução de 85,01%.

No quadro e gráfico seguintes, apresenta-se uma comparação do nível de execução dos períodos homólogos, relativamente aos anos de 2009 a 2015:

(m€)

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2009	388.776,4	330.478,3	85,00%
2010	325.466,5	288.372,2	88,60%
2011	346.169,0	296.738,7	85,72%
2012	248.677,1	210.692,5	84,73%
2013	274.944,5	228.361,7	83,06%
2014	395.352,8	266.631,3	67,41%
2015	376.691,8	320.214,3	85,01%



O quadro e o gráfico a seguir apresentados refletem a execução orçamental referente ao ano de 2015.

(euros)

Capítulos	Saldo 2014	Orçamento 2015			Dotação Corrigida	Execução		Saldo
		Inicial	Cativação	Alt Orç.(+/-)		Montante	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)		(6)	(7)=(6)/(5)	
					(5)=(1+2-3+/-4)			(8)=(5)-(6)
SC/MDN	45.431.417	142.170.000	13.233.300	-8.767.040	165.601.077	160.149.416	96,71%	5.451.661
EMGFA	4.091.177	4.950.000	134.250	0	8.906.927	7.492.006	84,11%	1.414.921
Marinha	163.423	53.330.000	2.262.468	39.000.639	90.231.594	73.677.528	81,65%	16.554.066
Exército	19.386.000	20.260.000	1.221.612	250.000	38.674.388	12.375.299	32,00%	26.299.089
Força Aérea	6.586.356	22.960.000	1.977.453	45.708.911	73.277.814	66.520.079	90,78%	6.757.735
TOTAL	75.658.373	243.670.000	18.829.083	76.192.510	376.691.800	320.214.328	85,01%	56.477.472

- PESSOAL -

Foram ainda dados passos na implementação de medidas previstas na Reforma «Defesa 2020» relativas ao pessoal militar e civil, no sentido de redimensionar e adequar a componente de pessoal militar aos objetivos definidos (entre 30 000 e 32 000 militares) e de ajustamento do efetivo do Pessoal civil.

O MDN manteve o contributo para o esforço de consolidação orçamental materializado na continuidade da consecução de um conjunto de medidas, das quais se destacam: A limitação de consequências financeiras associadas a promoções e progressões; o estabelecimento de quantitativos máximos para militares em regime de contrato (RC) e em regime de voluntariado (RV), neles incluindo os militares em formação; a definição do momento em que eventuais promoções produzem efeitos; o fim do pagamento de prestações pecuniárias, após o termo da prestação do serviço militar, quando o vínculo contratual não seja renovado por iniciativa do militar ou seja rescindido por motivos imputáveis ao mesmo.

Considera-se, em síntese, que os objetivos delineados no âmbito da Defesa para rescisões, aposentações e requalificação de recursos humanos foram alcançados, sendo de destacar um efetivo de 1709 aposentações e 20 trabalhadores colocados em regime de requalificação a que correspondeu uma poupança de 27,6 M€ e 0,153 M€, respetivamente.

A aprovação das Leis Orgânicas do MDN, do Estado-Maior-General das Forças Armadas e dos Ramos das Forças Armadas, bem como do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, tiveram também impactos relevantes na racionalização da estrutura do ministério.

O grau de realização do orçamento afeto ao PO06 – Defesa situou-se nos 88,8%, sendo de referir que o agrupamento de despesas com o Pessoal atingiu uma taxa de execução de 96%.

Verificou-se um ligeiro incremento ao nível das despesas com Pessoal, de 2014 para 2015, de 2,02% fruto do processo de reversão dos cortes salariais na administração pública.

- OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO -

Em 2015, o Programa orçamental “PO06 – Defesa” continuou a orientar a sua atividade tendo presentes os objetivos permanentes da política de defesa nacional e as missões atribuídas às Forças Armadas, procurando respostas flexíveis, eficazes e eficientes, num quadro cooperativo alargado.

Portugal tem vindo a participar na implementação de planos de apoio e manutenção de paz, no quadro das alianças político-militares em que está inserido (NATO, ONU, UE), através da realização de Missões Humanitárias e de Paz em diversos teatros de operações, tendo sempre como referência o Direito Internacional e as deliberações das Nações Unidas.

O Governo manteve como estruturante o compromisso no âmbito da segurança cooperativa, concretizando a afetação de 52 milhões de euros para as Forças Nacionais Destacadas (FND), valor idêntico ao do ano transato, e uma dotação de aproximadamente 5,5 milhões de euros para a Cooperação Técnico-Militar (CTM).

No âmbito do agrupamento de aquisição de bens e serviços correntes regista-se uma execução de 81,1% face ao orçamento final (corrigido). Esta execução reflete, em parte, o corte nos fundos

disponíveis atribuídos e a não concretização de alguns projetos financiados por receitas próprias, nomeadamente no âmbito da Lei de Infraestruturas Militares.

Em termos globais as despesas com operação e manutenção registam em 2015 um decréscimo de 3,56 % relativamente a 2014.

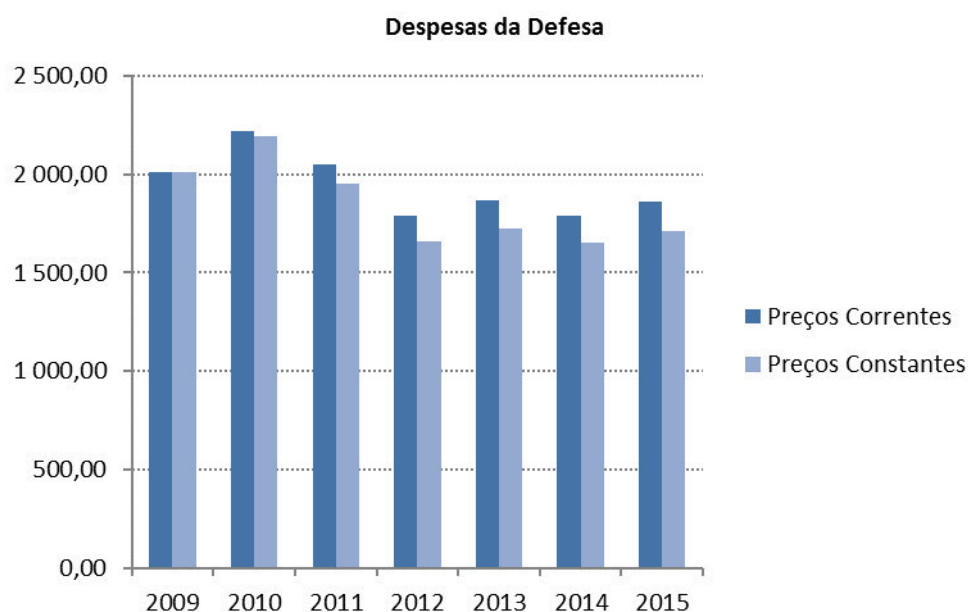
- DESPESAS DE CAPITAL -

Foi iniciado um novo Ciclo de Planeamento de Defesa Militar, articulado com o ciclo de planeamento da OTAN e com o desenvolvimento de capacidades da UE, que contribui para a definição e edificação do Sistema de Forças. Releva ainda a revisão da Lei de Programação Militar, que constitui o mais significativo instrumento de investimento e edificação de capacidades militares.

No cômputo geral verificou-se um acréscimo nas Despesas de Capital entre 2014 e 2015. Em 2014 as despesas de Capital, excluindo Capítulo 50 – Projetos e LPM, ascenderam aos 32,6 M€, e em 2015 cifraram-se nos 36,5 M€.

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)		
Ano	Preços correntes	Preços constantes (base 2009)
2015	1.860,5	1.710,8
Dados retrospectivos		
2014	1.790,2	1.654,4
2013	1.870,0	1.724,8
2012	1.788,9	1.656,5
2011	2.048,7	1.950,2
2010	2.222,2	2.191,5
2009	2.012,4	2.012,4



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

Ano		(%)
Variação anual		
2015/2014		3,93%
Dados retrospectivos		
2014/2013		-4,27%
2013/2012		4,54%
2012/2011		-12,68%
2011/2010		-7,81%
2010/2009		10,43%

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes			Preços constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB
2015	1.860,5	49.466,4	179.369,1	1.710,8	45.487,2	164.940,2
Dados retrospectivos						
2014	1.790,2	49.715,7	173.044,3	1.654,4	45.945,1	160.291,2
2013	1.870,0	49.440,3	165.690,0	1.724,8	45.599,2	157.040,6
2012	1.788,9	48.498,2	165.246,8	1.656,5	44.909,1	155.935,9
2011	2.048,7	51.675,9	171.053,1	1.950,2	49.191,5	167.697,2
2010	2.222,2	50.956,9	172.859,5	2.191,5	50.253,4	177.445,6
2009	2.012,4	49.532,1	168.529,2	2.012,4	49.532,1	175.448,2

Fontes: Leis do OE (despesas públicas); CGE (Despesas da Defesa) e dados do INE (PIB).
Relativamente às Despesas Públicas foram expurgadas as verbas relativas a activos e passivos financeiros, por não se considerarem despesas do próprio ano.
Quanto ao PIB, os valores compreendidos entre 2009 e 2013 são definitivos; para os anos de 2014 e 2015 tratam-se de dados preliminares.

1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa / Despesas públicas	Despesas da Defesa / PIB
2015	3,8%	1,0%
Dados retrospectivos		
2014	3,6%	1,0%
2013	3,8%	1,1%
2012	3,7%	1,1%
2011	4,0%	1,2%
2010	4,4%	1,3%
2009	4,1%	1,2%

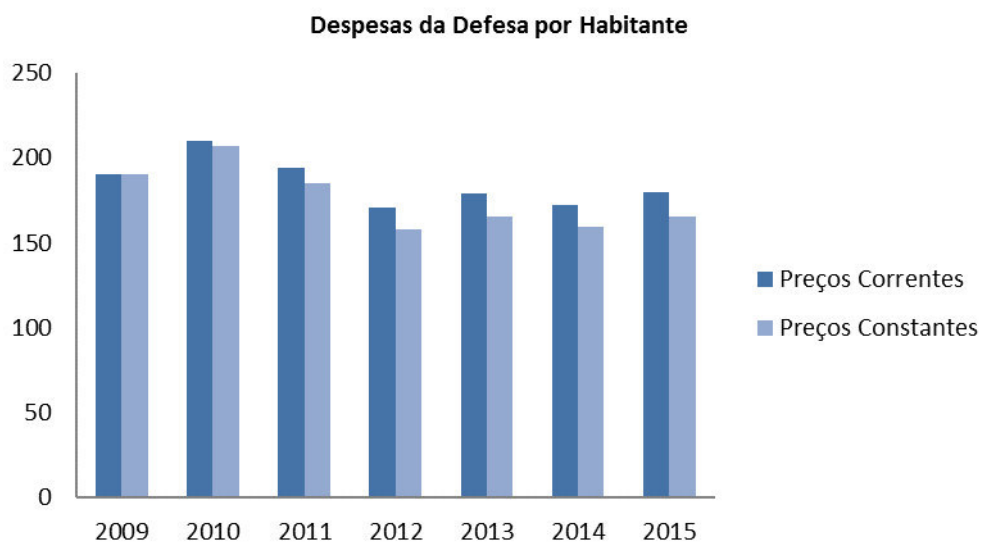
Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015 (despesas da defesa). Despesas Públicas: Leis do OE. PIB:INE.

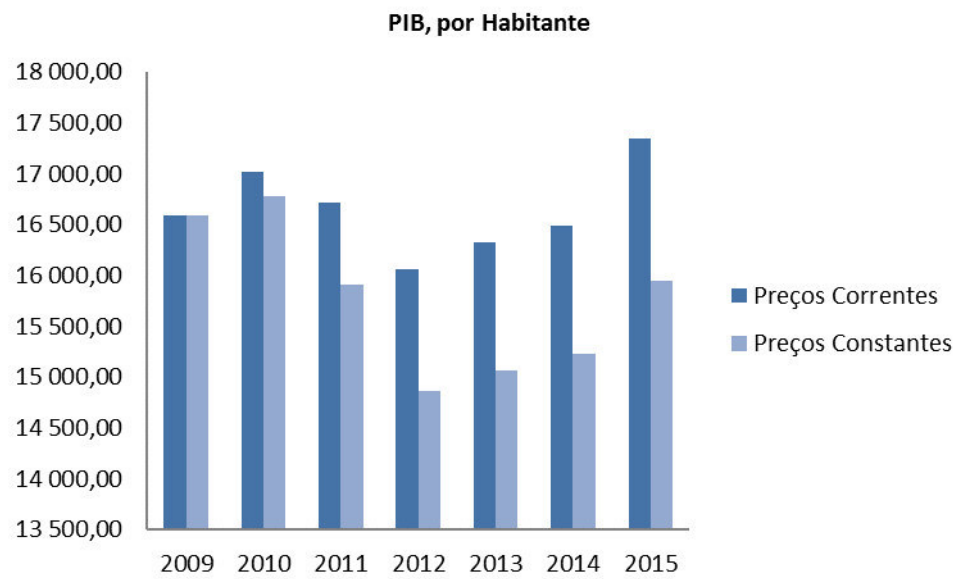
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

Ano	Preços correntes		Preços constantes	
	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante
2015	179,9	17.345,4	165,4	15.950,1
Dados retrospectivos				
2014	172,5	16.483,5	159,5	15.233,3
2013	179,3	16.329,7	165,4	15.061,0
2012	170,6	16.057,8	158,0	14.869,4
2011	194,3	16.710,9	185,0	15.907,5
2010	210,2	17.017,9	207,3	16.782,9
2009	190,3	16.594,0	190,3	16.594,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015. INE.





1.6 - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

A PREÇOS CORRENTES

(milhões de euros)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2015	3.086,3	261,2	316,8	101.703,3	1.955,5	1.905,1	1.183,3	233,4	182,1	393,7		13.678,3	8.419,8	6.832,9		
Dados retrospectivos																
2014	2.983,3	263,6	305,1	143.298,0	1.972,2	1.911,8	1.190,2	63,0	281,9	445,2		9.304,2	7.788,6	7.343,4		
2013	2.874,8	252,6	329,9	150.399,2	2.086,8	2.066,1	1.160,8	0,0	227,8	548,8		8.878,1	7.873,0	7.051,0		
2012	2.831,9	275,3	315,9	158.161,7	2.052,7	1.903,3	1.185,3	594,7	238,2			6.494,2	7.632,8	6.889,1		
2011	3.028,9	238,0	363,4	144.413,0	2.068,1	1.822,9	1.346,3	213,1	151,8	514,5	146,0	6.816,8	8.249,8	6.532,1	1.677,4	153,8
2010	3.228,6	217,8	388,3	116.762,2	2.308,9	1.947,9	1.429,1	250,1	176,5	633,6	181,3	7.831,9	8.858,6	7.259,1	1.859,0	177,9
2009	3.164,3	208,4	336,9	127.640,1	2.071,5	1.765,3	1.297,2	253,2	150,3	485,7	209,1	6.939,3	8.261,1	6.651,9	1.736,1	158,1

Fonte: Leis do Orçamento Geral do Estado, desde 2009 a 2015.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2015	2.838,0	240,2	291,3	93.522,0	1.798,2	1.751,8	1.088,1	214,6	167,4	362,0	0,0	12.577,9	7.742,5	6.283,3		
Dados retrospectivos																
2014	2.757,0	243,7	282,0	132.429,6	1.822,6	1.766,8	1.100,0	58,2	260,5	411,4		8.598,6	7.197,9	6.786,4		
2013	2.651,4	233,0	304,3	138.714,2	1.924,7	1.905,6	1.070,6		210,1	506,2		8.188,3	7.261,3	6.503,1		
2012	2.622,3	255,0	292,5	146.457,1	1.900,8	1.762,5	1.097,6		220,6	550,7		6.013,6	7.068,0	6.379,3		
2011	2.883,3	226,5	345,9	137.470,2	1.968,7	1.735,3	1.281,6	202,8	144,5	489,8	139,0	6.489,0	7.853,2	6.218,1	1.596,8	146,4
2010	3.184,0	214,8	382,9	115.150,1	2.277,0	1.921,0	1.409,3	246,6	174,1	624,8	178,8	7.723,8	8.736,3	7.158,9	1.833,3	175,5
2009	3.164,3	208,4	336,9	127.640,1	2.071,5	1.765,3	1.297,2	253,2	150,3	485,7	209,1	6.939,3	8.261,1	6.651,9	1.736,1	158,1

1.6. - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO (CONTINUAÇÃO)

Ano	(Porcentagem)															
	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenaemto Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2015/2014	3,5%	-0,9%	3,8%	-29,0%	-0,8%	-0,4%	-0,6%	270,7%	-35,4%	-11,6%		47,0%	8,1%	-7,0%		
Dados retrospectivos																
2014/2013	3,8%	4,4%	-7,5%	-4,7%	-5,5%	-7,5%	2,5%		23,7%	-18,9%		4,8%	-1,1%	4,1%		
2013/2012	1,5%	-8,3%	4,4%	-4,9%	1,7%	8,6%	-2,1%		-4,4%	-7,7%		36,7%	3,1%	2,3%		
2012/2011	-6,5%	15,7%	-13,1%	9,5%	-0,7%	4,4%	-12,0%	179,1%	56,9%			-4,7%	-7,5%	5,5%		
2011/2010	-6,2%	9,2%	-6,4%	23,7%	-10,4%	-6,4%	-5,8%	-14,8%	-14,0%	-18,8%	-19,5%	-13,0%	-6,9%	-10,0%	-9,8%	-13,5%
2010/2009	2,0%	4,5%	15,3%	-8,5%	11,5%	10,3%	10,2%	-1,2%	17,4%	30,5%	-13,3%	12,9%	7,2%	9,1%	7,1%	12,5%

1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	1.198.022,6	301.324,5	4.403,1	320.214,3	36.501,3	1.860.465,8
Dados retrospectivos						
2014	1.174.304,3	312.445,1	4.141,7	266.631,3	32.666,2	1.790.188,6
2013	1.237.837,9	375.162,7	4.077,0	228.361,7	24.605,0	1.870.044,3
2012	1.148.023,0	364.653,3	4.617,9	210.692,5	60.896,8	1.788.883,6
2011	1.336.167,2	370.022,3	2.234,6	296.738,7	43.499,0	2.048.661,9
2010	1.434.972,4	456.490,2	3.282,9	288.372,2	39.102,2	2.222.219,9
2009	1.313.836,0	317.769,2	19.053,7	330.478,0	31.287,1	2.012.424,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015.

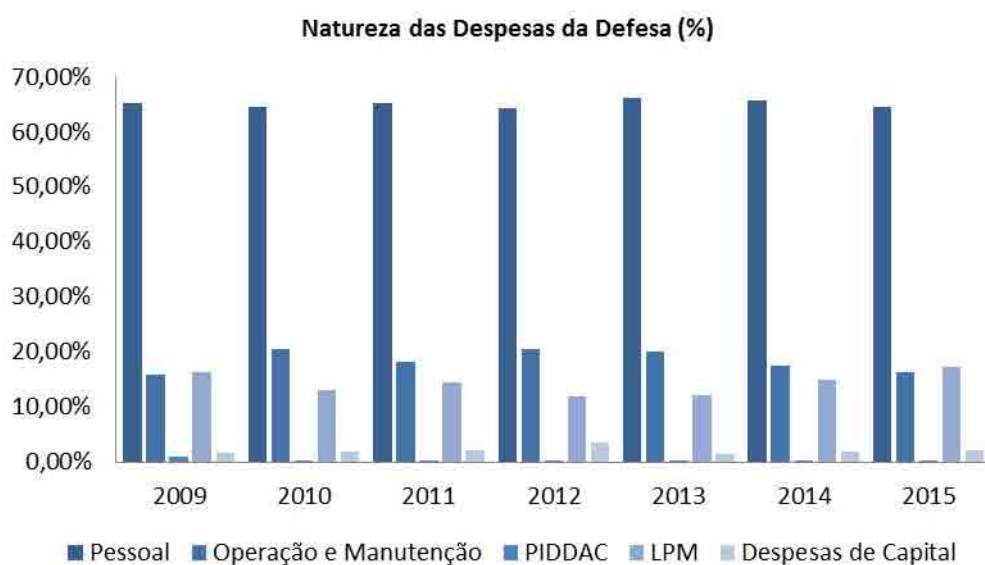
A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	1.101.650,6	277.085,2	4.048,9	294.455,5	33.565,0	1.710.805,2
Dados retrospectivos						
2014	1.085.239,5	288.747,8	3.827,6	246.408,7	30.188,6	1.654.412,1
2013	1.141.666,5	346.015,2	3.760,3	210.619,5	22.693,3	1.724.754,8
2012	1.063.064,9	337.667,6	4.276,1	195.100,5	56.390,2	1.656.499,3
2011	1.271.929,7	352.233,1	2.127,2	282.472,8	41.407,7	1.950.170,5
2010	1.415.160,2	450.187,6	3.237,6	284.390,8	38.562,3	2.191.538,4
2009	1.313.836,0	317.769,2	19.053,7	330.478,0	31.287,1	2.012.424,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015. INE (Ano base:2009).

1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (CONTINUAÇÃO)

						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	64,4%	16,2%	0,2%	17,2%	2,0%	100,0%
Dados retrospectivos						
2014	65,6%	17,5%	0,2%	14,9%	1,8%	100,0%
2013	66,2%	20,1%	0,2%	12,2%	1,3%	100,0%
2012	64,2%	20,4%	0,3%	11,8%	3,4%	100,0%
2011	65,2%	18,1%	0,1%	14,5%	2,1%	100,0%
2010	64,6%	20,5%	0,1%	13,0%	1,8%	100,0%
2009	65,3%	15,8%	0,9%	16,4%	1,6%	100,0%

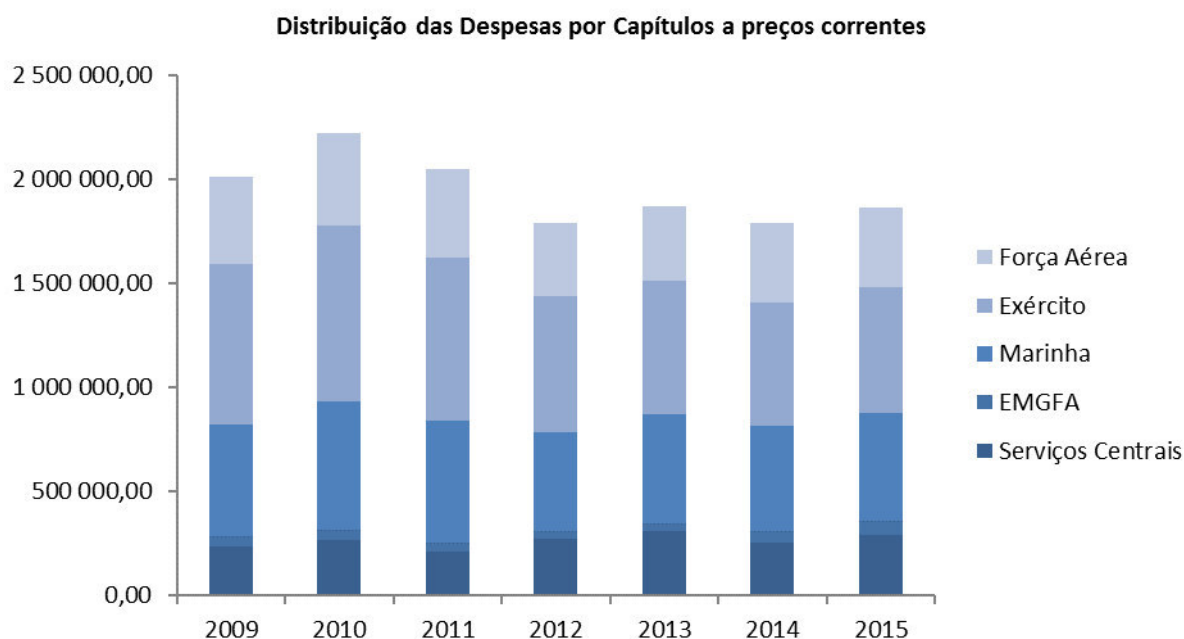


1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)						
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2015	291.871,6	68.564,1	515.148,0	603.375,9	381.506,1	1.860.465,8
Dados retrospectivos						
2014	254.404,7	54.617,7	503.430,3	596.383,5	381.352,2	1.790.188,6
2013	309.546,6	38.753,1	523.847,6	641.968,0	355.929,2	1.870.044,3
2012	270.809,6	36.360,7	476.174,2	651.812,4	353.726,8	1.788.883,6
2011	210.287,5	42.854,4	589.185,6	781.732,2	424.602,2	2.048.661,9
2010	267.070,3	46.191,3	621.963,2	842.564,2	444.431,0	2.222.219,9
2009	238.541,6	46.374,3	536.546,1	770.365,8	420.596,2	2.012.424,0

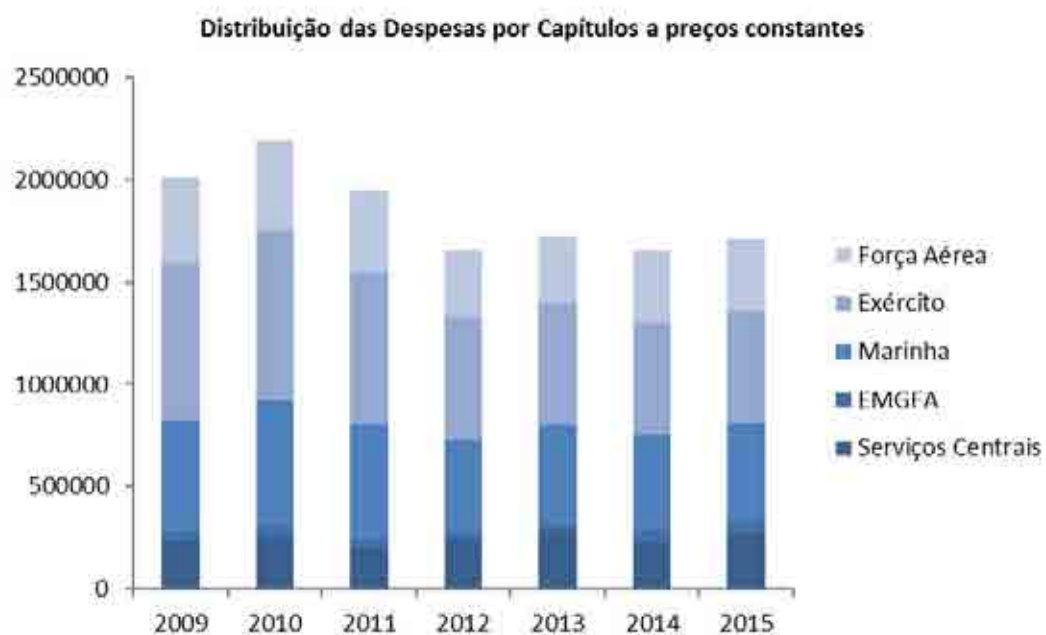
Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015.



A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2015	268.392,7	63.048,7	473.708,2	554.838,8	350.816,8	1.710.805,2
Dados retrospectivos						
2014	235.109,5	50.475,3	465.247,8	551.150,9	352.428,7	1.654.412,1
2013	285.496,9	35.742,2	483.148,2	592.091,5	328.275,9	1.724.754,8
2012	250.768,6	33.669,9	440.935,4	603.575,7	327.549,6	1.656.499,3
2011	200.177,7	40.794,2	560.859,9	744.149,6	404.189,1	1.950.170,5
2010	263.382,9	45.553,5	613.375,9	830.931,2	438.294,9	2.191.538,4
2009	238.541,6	46.374,3	536.546,1	770.365,8	420.596,2	2.012.424,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015. INE (Ano base:2009).



1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES (CONTINUAÇÃO)

						(%)
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2015	15,7%	3,7%	27,7%	32,4%	20,5%	100,0%
Dados retrospectivos						
2014	14,2%	3,1%	28,1%	33,3%	21,3%	100,0%
2013	16,6%	2,1%	28,0%	34,3%	19,0%	100,0%
2012	15,1%	2,0%	26,6%	36,4%	19,8%	100,0%
2011	10,3%	2,1%	28,8%	38,2%	20,7%	100,0%
2010	12,0%	2,1%	28,0%	37,9%	20,0%	100,0%
2009	11,9%	2,3%	26,7%	38,3%	20,9%	100,0%

1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

						(milhares de euros)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	82.044,8	38.077,7	1.793,8	160.149,4	9.805,8	291.871,6
Dados retrospectivos						
2014	40.909,6	64.186,5	1.780,4	139.861,4	7.666,9	254.404,7
2013	80.056,8	109.107,5	705,5	109.901,6	9.775,1	309.546,6
2012	70.796,8	73.622,8	1.631,1	87.569,0	37.189,8	270.809,6
2011	80.688,9	36.448,8	57,4	82.348,4	10.743,9	210.287,5
2010	91.361,4	92.502,1	1.201,2	74.113,1	7.892,5	267.070,3
2009	136.506,5	31.350,1	14.175,4	50.873,0	5.636,6	238.541,6

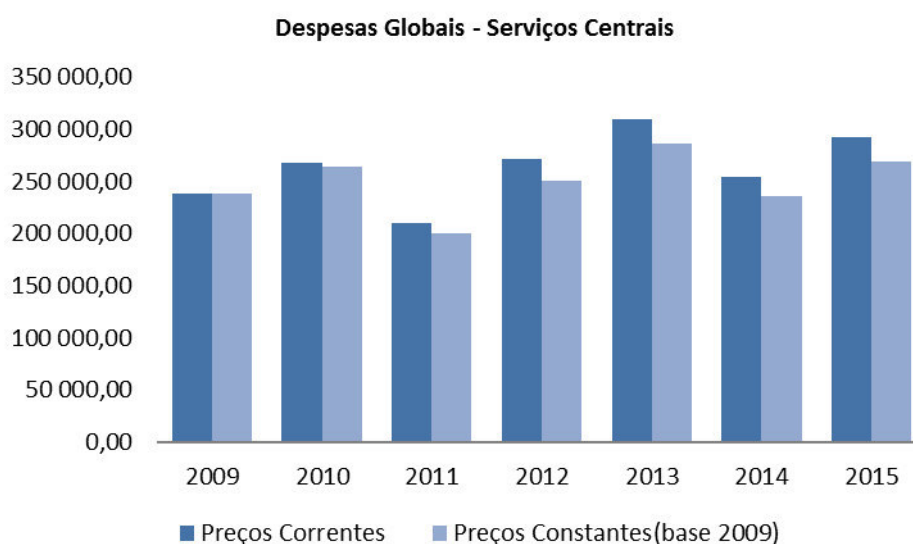
Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	75.444,9	35.014,6	1.649,5	147.266,6	9.017,0	268.392,7
Dados retrospectivos						
2014	37.806,8	59.318,3	1.645,4	129.253,7	7.085,4	235.109,5
2013	73.836,9	100.630,6	650,7	101.363,0	9.015,7	285.496,9
2012	65.557,6	68.174,4	1.510,4	81.088,6	34.437,6	250.768,6
2011	76.809,7	34.696,5	54,7	78.389,5	10.227,3	200.177,7
2010	90.100,0	91.225,0	1.184,6	73.089,8	7.783,5	263.382,9
2009	136.506,5	31.350,1	14.175,4	50.873,0	5.636,6	238.541,6

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015. INE (Ano base:2009).



1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS
(CONTINUAÇÃO)

						(Porcentagem)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	28,1%	13,0%	0,61%	54,9%	3,4%	100,0%
Dados retrospectivos						
2014	16,1%	25,2%	0,70%	55,0%	3,0%	100,0%
2013	25,9%	35,2%	0,23%	35,5%	3,2%	100,0%
2012	26,1%	27,2%	0,60%	32,3%	13,7%	100,0%
2011	38,4%	17,3%	0,0%	39,2%	5,1%	100,0%
2010	34,2%	34,6%	0,4%	27,8%	3,0%	100,0%
2009	57,2%	13,1%	5,9%	21,3%	2,4%	100,0%

1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

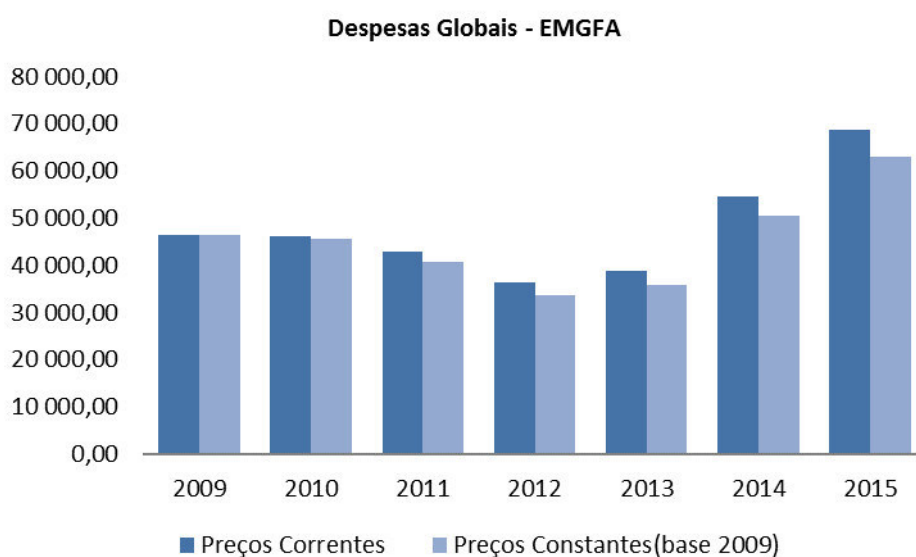
(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	30.026,9	29.364,8	0,0	7.492,0	1.680,3	68.564,1
Dados retrospectivos						
2014	26.178,1	16.616,9	0,0	552,9	11.269,9	54.617,7
2013	23.919,1	8.829,7	0,0	5.166,1	838,2	38.753,1
2012	24.239,5	6.927,9	0,0	4.268,1	925,2	36.360,7
2011	29.681,1	8.285,2	0,0	2.605,7	2.282,4	42.854,4
2010	33.494,0	6.995,9	0,0	4.883,8	817,6	46.191,3
2009	31.422,8	6.548,0	0,0	7.072,0	1.331,5	46.374,3

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)						
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	27.611,5	27.002,7	0,0	6.889,3	1.545,2	63.048,7
Dados retrospectivos						
2014	24.192,6	15.356,6	0,0	510,9	10.415,1	50.475,3
2013	22.060,8	8.143,7	0,0	4.764,7	773,1	35.742,2
2012	22.445,7	6.415,2	0,0	3.952,2	856,8	33.669,9
2011	28.254,2	7.886,9	0,0	2.480,5	2.172,6	40.794,2
2010	33.031,6	6.899,3	0,0	4.816,4	806,3	45.553,5
2009	31.422,8	6.548,0	0,0	7.072,0	1.331,5	46.374,3

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015. INE (Ano base:2009).



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						TOTAL
2015	43,8%	42,8%	0,0%	10,9%	2,5%	100,0%
Dados retrospectivos						
2014	47,9%	30,4%	0,0%	1,0%	20,6%	100,0%
2013	61,7%	22,8%	0,0%	13,3%	2,2%	100,0%
2012	66,7%	19,1%	0,0%	11,7%	2,5%	100,0%
2011	69,3%	19,3%	0,0%	6,1%	5,3%	100,0%
2010	72,5%	15,1%	0,0%	10,6%	1,8%	100,0%
2009	67,8%	14,1%	0,0%	15,2%	2,9%	100,0%

1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	348.224,6	87.773,9	869,6	73.677,5	4.602,4	515.148,0
Dados retrospectivos						
2014	354.021,7	75.107,7	712,3	70.414,2	3.174,5	503.430,3
2013	358.735,4	90.350,2	1.111,4	69.863,9	3.786,8	523.847,6
2012	326.861,5	90.455,9	1.055,4	49.897,2	7.904,2	476.174,2
2011	388.078,9	110.339,3	1.680,8	84.040,3	5.046,2	589.185,6
2010	400.966,2	113.378,8	434,1	103.091,7	4.092,4	621.963,2
2009	349.732,4	108.022,9	1.182,5	72.990,0	4.618,3	536.546,1

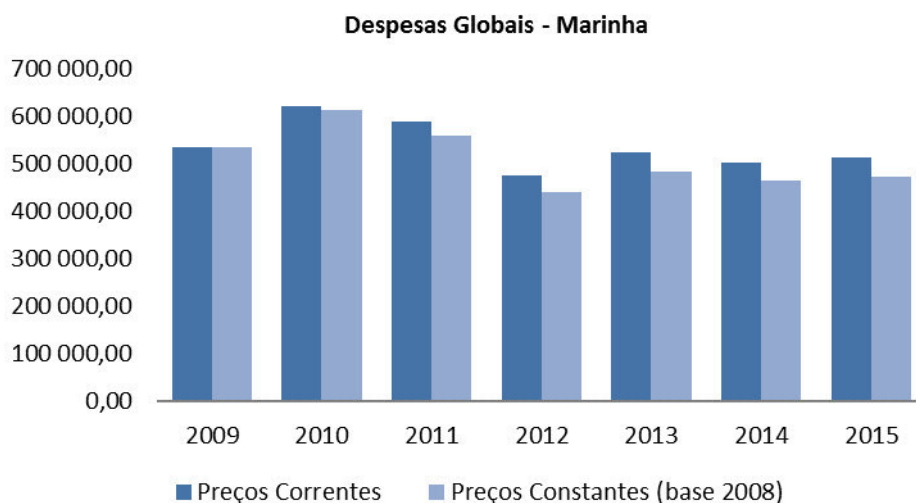
Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	320.212,5	80.713,2	799,6	67.750,7	4.232,2	473.708,2
Dados retrospectivos						
2014	327.171,0	69.411,2	658,2	65.073,6	2.933,7	465.247,8
2013	330.864,1	83.330,6	1.025,0	64.436,0	3.492,6	483.148,2
2012	302.672,5	83.761,8	977,3	46.204,6	7.319,3	440.935,4
2011	369.421,6	105.034,7	1.600,0	80.000,0	4.803,6	560.859,9
2010	395.430,2	111.813,4	428,1	101.668,3	4.035,9	613.375,9
2009	349.732,4	108.022,9	1.182,5	72.990,0	4.618,3	536.546,1

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015. INE (Ano base:2009).



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA (CONTINUAÇÃO)

						(Percentagem)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	67,6%	17,0%	0,2%	14,3%	0,9%	100,0%
Dados retrospectivos						
2014	70,3%	14,9%	0,1%	14,0%	0,6%	100,0%
2013	68,5%	17,2%	0,2%	13,3%	0,7%	100,0%
2012	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	100,0%
2011	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	100,0%
2010	64,5%	18,2%	0,1%	16,6%	0,7%	100,0%
2009	65,2%	20,1%	0,2%	13,6%	0,9%	100,0%

1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	500.604,4	73.243,7	866,6	12.375,3	16.285,8	603.375,9
Dados retrospectivos						
2014	512.409,8	75.486,2	774,1	50,4	7.663,1	596.383,5
2013	531.440,1	86.035,1	1.063,2	15.537,4	7.892,1	641.968,0
2012	512.019,4	103.595,7	1.027,1	23.551,2	11.619,0	651.812,4
2011	580.671,3	110.912,0	121,4	70.254,6	19.772,8	781.732,2
2010	639.518,3	123.558,8	47,6	60.488,5	18.951,0	842.564,2
2009	558.316,5	81.904,2	1.845,8	117.177,0	11.122,3	770.365,8

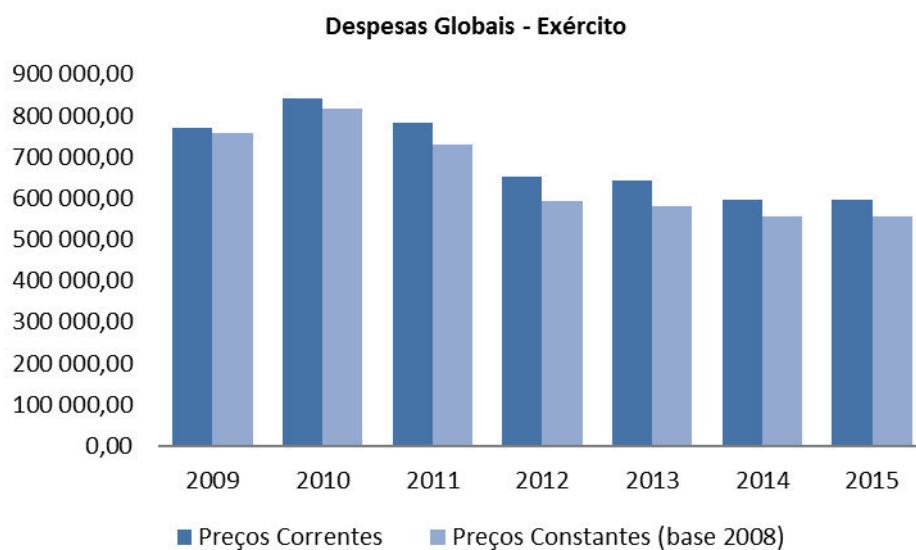
Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	460.334,5	67.351,8	796,9	11.379,8	14.975,7	554.838,8
Dados retrospectivos						
2014	473.546,2	69.760,9	715,4	46,5	7.081,9	551.150,9
2013	490.150,9	79.350,7	980,6	14.330,3	7.279,0	592.091,5
2012	474.128,0	95.929,2	951,1	21.808,3	10.759,1	603.575,7
2011	552.754,9	105.579,8	115,6	66.877,1	18.822,2	744.149,6
2010	630.688,7	121.852,9	46,9	59.653,4	18.689,3	830.931,2
2009	558.316,5	81.904,2	1.845,8	117.177,0	11.122,3	770.365,8

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015. INE (Ano base:2009).



1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO (CONTINUAÇÃO)

						(%)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	83,0%	12,1%	0,1%	2,05%	2,7%	100,0%
Dados retrospectivos						
2014	85,9%	12,7%	0,1%	0,01%	1,3%	100,0%
2013	82,8%	13,4%	0,2%	2,4%	1,2%	100,0%
2012	78,6%	15,9%	0,2%	3,6%	1,8%	100,0%
2011	74,3%	14,2%	0,0%	9,0%	2,5%	100,0%
2010	75,9%	14,7%	0,0%	7,2%	2,2%	100,0%
2009	72,5%	10,6%	0,2%	15,2%	1,4%	100,0%

1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	237.121,8	72.864,3	873,1	66.520,1	4.126,9	381.506,1
Dados retrospectivos						
2014	240.785,2	81.047,9	875,0	55.752,4	2.891,8	381.352,2
2013	243.686,6	80.840,3	1.196,9	27.892,6	2.312,7	355.929,2
2012	214.105,8	90.051,2	904,3	45.407,0	3.258,6	353.726,8
2011	257.047,0	104.036,9	374,9	57.489,7	5.653,8	424.602,2
2010	269.632,5	120.054,6	1.600,0	45.795,2	7.348,7	444.431,0
2009	237.857,8	89.944,0	1.850,0	82.366,0	8.578,4	420.596,2

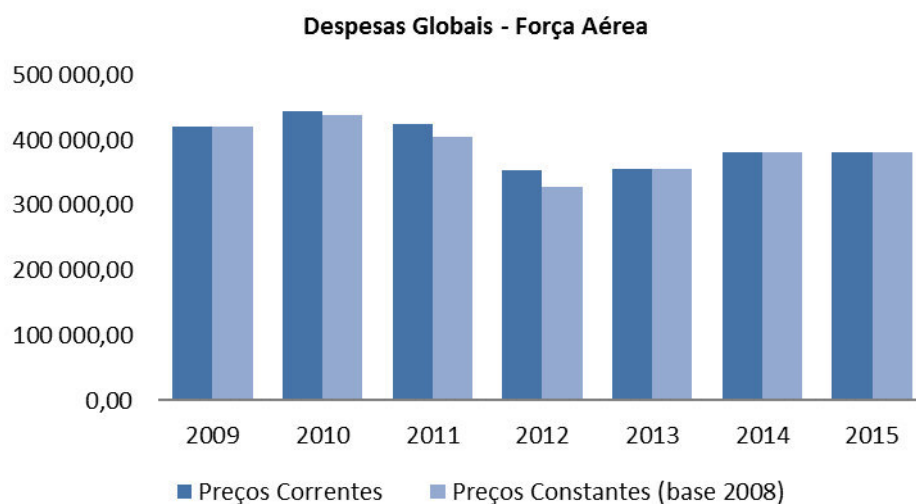
Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	218.047,1	67.002,9	802,9	61.169,0	3.795,0	350.816,8
Dados retrospectivos						
2014	222.522,9	74.900,8	808,6	51.523,9	2.672,4	352.428,7
2013	224.753,8	74.559,6	1.103,9	25.725,6	2.133,0	328.275,9
2012	198.261,1	83.387,0	837,4	42.046,7	3.017,4	327.549,6
2011	244.689,2	99.035,2	356,9	54.725,8	5.382,0	404.189,1
2010	265.909,8	118.397,0	1.577,9	45.162,9	7.247,2	438.294,9
2009	237.857,8	89.944,0	1.850,0	82.366,0	8.578,4	420.596,2

Fonte: Conta Geral do Estado 2009/2015. INE (Ano base:2009).



1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA (CONTINUAÇÃO)

						(Percentagem)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2015	62,2%	19,1%	0,2%	17,4%	1,1%	100,0%
Dados retrospectivos						
2014	63,1%	21,3%	0,2%	14,6%	0,8%	100,0%
2013	68,5%	22,7%	0,3%	7,8%	0,6%	100,0%
2012	60,5%	25,5%	0,3%	12,8%	0,9%	100,0%
2011	60,5%	24,5%	0,1%	13,5%	1,3%	100,0%
2010	60,7%	27,0%	0,4%	10,3%	1,7%	100,0%
2009	56,6%	21,4%	0,4%	19,6%	2,0%	100,0%

1.14 - CONTRATOS CELEBRADOS NA DEFESA

Aquisições Centralizadas na Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-geral do MDN

(milhares de euros)

Anos	Serviço Móvel Terrestre	Equipamento Informático	Cópia e Impressão	Papel, Ecomato e Consumíveis de Impressão	Licenciamento de Software	Combustíveis Rodoviários	Seguros de Veículos	Veículos Rodoviários	Energia	Vigilância e Segurança	Higiene e Limpeza	Serviço de Voz e Dados em Local Fixo	Viagens e Alojamentos	Mobiliário de Escritório	Plataforma Eletrónica de Contratação	Refeições Confeccionadas
2015	884,2	442,2	135,5	862,5		7.043,2			7.152,3	880,4	279,4	235,9	4.963,3	20,8	4,1	
Dados retrospectivos																
2014	840,0	635,3	440,8	1.035,4			26,3		9.021,2	567,0	798,4	230,1	1569,0	228,8	13,0	

Fonte: Unidade Ministerial de Compras da SG/MDN.

1.15 - COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

País (a)	Despesas de Defesa (b)			PIB Per capita (dólar EUA)
	Total (preços correntes) (milhões de euros)	% do PIB	Per capita (dólar EUA)	
Portugal	2,376	1.32	X	22.0
Alemanha	35,899	1.19	X	45.2
Bélgica	3,803	0.91	X	45.2
Eslovénia	361	0.94	X	23.9
Espanha	10,000	0.92	X	30.6
França	39,199	1.80	X	41.9
Grécia	4,190	2.38	X	22.6
Itália	17,642	1.02	X	33.7
Luxemburgo	225	0.43	X	106.6
Países Baixos	8,000	1.16	X	50.9
Outros dados				
NATO – Europa	X	1.45	X	31.2
Canadá	X	0.98	X	50.3
EUA	X	3.59	X	51.5
América do Norte	X	3.33	X	51.3
NATO - Total	X	2.41	X	39.0

Fonte: NATO

- (a) A fim de permitir a comparação dos dados, foram selecionados apenas os países da NATO cujos gastos com a Defesa são expressos em euros.
- (b) Conceito NATO. De acordo com a definição da NATO, são despesas de Defesa, além das suportadas pelo Ministério da Defesa, as financiadas por outros ministérios (no caso português, contribuem com verbas para a Defesa os das Finanças, Negócios Estrangeiros e Administração Interna);



Missões de Interesse Público

NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a proteção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa atividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respetivos encargos financeiros.

MARINHA

A geografia de Portugal, os vastos espaços marítimos de soberania e de jurisdição nacional, a ligação entre o continente e os arquipélagos atlânticos, aliados aos interesses nacionais subjacentes, são fatores que ditam o entrosamento da Marinha com a Nação que orgulhosamente serve.

Neste contexto, para que Portugal disponha das condições necessárias à realização dos importantes objetivos marítimos nacionais, nomeadamente aqueles que têm em vista a sua segurança e desenvolvimento, é preciso dispor dos instrumentos necessários à concretização da ação do Estado no mar.

O exercício dessa ação implica um profundo conhecimento do mar, acompanhado de uma presença efetiva e permanente em toda a vasta extensão do espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional. Só assim é possível garantir a vigilância e fiscalização das atividades que nele se desenvolvem e, dessa forma, contribuir para a segurança de pessoas e bens, ao mesmo tempo que se exerce a dissuasão e a repressão de eventuais ameaças. Para o efeito, é indispensável a existência de meios adequados, apoiados por um sistema logístico com vista à sua sustentação.

É neste contexto que a Marinha assume especial relevância, pela sua capacidade e versatilidade de atuação num vasto espetro de tarefas, que se dividem em três funções fundamentais:

- Defesa militar e apoio à política externa;
- Segurança e autoridade do Estado;
- Desenvolvimento económico, científico e cultural.

No ano a que se reporta este anuário, as ações mais significativas realizadas pela Marinha foram as seguintes:

Função de defesa militar e apoio à política externa:

A função de defesa militar e apoio à política externa concretiza-se através de um espetro muito alargado de tarefas, desde garantir a defesa militar própria e autónoma, passando por ações de defesa coletiva e expedicionária, além da proteção dos interesses nacionais e da diplomacia naval.

Em 2015, no que respeita aos compromissos internacionais assumidos por Portugal, foi mantida a prontidão dos meios navais atribuíveis à OTAN, ONU e UE.

No âmbito da OTAN, a Marinha comandou o Standing NATO Maritime Group 1 (SNMG1), no segundo semestre de 2015, tendo sido designado como Comandante da Força, o contra-almirante Alberto Manuel Silvestre Correia, foram ainda nomeados dois oficiais superiores, oito sargentos e uma praça que integraram o seu Estado-Maior internacional, durante todo o período do comando.

Para apoiar o comando nacional do SNMG1, a Marinha empenhou como Navio-almirante o NRP D. Francisco de Almeida (flag-ship) que para além do planeamento previsto para a Força, participou, entre novembro e dezembro, na operação ACTIVE ENDEAVOUR, no Mar Mediterrâneo (operação com o objetivo de prevenir atentados terroristas no domínio marítimo e tentativas de contrabando de armamento ou substâncias ilegais) e nas medidas de tranquilização (“Assurance Measures”), estabelecidas pela OTAN, em resposta aos acontecimentos na península da Crimeia.

O empenhamento nacional na European Maritime Force (EUROMARFOR) em 2015 traduziu-se na participação do NRP Baptista de Andrade e do Destacamento de Mergulhadores Sapadores N.º 3 (DMS3), na cerimónia do 20º aniversário da EUROMARFOR, em 15 de maio em Cartagena, o qual se seguiu a participação no exercício SPANISH MINEX 15, no período de 18 a 29 de maio. Ainda no âmbito da 2ª ativação da EUROMARFOR, o NRP Álvares Cabral integrou esta força durante a realização do exercício CONTEX-PHIBEX 15, no período de 16 a 26 de junho.

No que concerne a exercícios internacionais de grande envergadura, a Marinha participou, no primeiro semestre de 2015, com o NRP Álvares Cabral no exercício da Marinha Inglesa JOINT WARRIOR 151 nas áreas de exercícios da Escócia. No segundo semestre, que envolveu a certificação da NATO Response Force 16 (NRF16), a Marinha participou no maior exercício da OTAN desde 2002 – TRIDENT JUCTURE 2015 (TRJE15) – empenhando 6 unidades navais (NRP Vasco da Gama, NRP D. Francisco de Almeida, NRP Bérrio, NRP Tridente, NRP Dragão, NRP Cassiopeia e NRP Almirante Gago Coutinho), durante 17 dias nos meses de outubro e novembro; Portugal assumiu-se como host nation (juntamente com Espanha e Itália), tendo o DV Day da componente marítima sido realizado em Tróia, em 5 de novembro, com a presença das mais altas entidades civis e militares da OTAN e de Portugal.

Função de segurança e da autoridade do Estado:

A função de segurança e autoridade do Estado engloba as tarefas de segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar, de vigilância, fiscalização e imposição da lei, bem como a atuação dos meios da Marinha em estados de exceção (sítio e emergência) e, ainda, no quadro de ações de proteção civil.

Foi mantido um Dispositivo Naval Permanente, tendo as unidades navais cumprido 3.255 dias de missão e realizado 20.185 horas de navegação, o que corresponde a 9,4 navios permanentemente com missão atribuída e 3,9 navios permanentemente a navegar.

Foi mantida a colaboração com a Polícia Judiciária (PJ) no combate a atividades ilícitas, através da disponibilização de meios e de facilidades de monitorização através do Centro de Operações Marítimas (COMAR), tendo em consequência sido obtidos excelentes resultados incluindo a apreensão de 1.727 kg de cocaína.

A colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no âmbito das operações *European Patrol Network* (EPN) – FRONTEX, totalizou 4.344 horas em ações de fiscalização a 727 embarcações, perfazendo um total de 2531 pessoas fiscalizadas.

A colaboração da Marinha com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) efetuou-se através do Comando do Corpo de Fuzileiros, que manteve, durante o Inverno, a prontidão dos meios atribuídos ao Plano Tejo (plano de prevenção de cheias da região hidrográfica do Rio Tejo), e durante o Verão, na prontidão dos meios atribuídos para o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF).

Durante o ano de 2015, a Marinha realizou 2.715 ações de fiscalização. Destas ações, 1.859 ações foram de fiscalização de atividades de pesca, tendo sido detetadas 477 em situação de presumível infração. Das restantes ações de fiscalização, 746 foram efetuadas a embarcações de recreio/marítimo-turísticas, tendo sido detetadas 185 em situação de presumível infração, e 109 ações de fiscalização a embarcações de artes-caladas, tendo sido detetadas 63 em situação de presumível infração. A Marinha participou com o NRP *Figueira da Foz*, em apoio aos Inspetores da União Europeia, numa missão de controlo da atividade de pesca na *Northwest Atlantic Fisheries Organization* (NAFO), durante o mês de agosto.

Mantiveram-se ativados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os dois Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal, bem como o dispositivo naval composto por duas corvetas, um navio patrulha e quatro lanchas de fiscalização.

Foi mantida a colaboração com outras agências e departamentos governamentais que exercem as suas competências no mar, nomeadamente através de protocolos operacionais, por exemplo, com a Polícia Judiciária (PJ) no combate ao tráfico de estupefacientes, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no combate à imigração clandestina, e com a Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos na inspeção de navios estrangeiros.

Desenvolvimento económico, científico e cultural:

A Comissão Cultural de Marinha (CCM) continuou a concretização do seu Plano de Ação Cultural, correspondendo à realização de atividades culturais, no sentido de divulgar e promover o património cultural e histórico da Marinha Portuguesa.

Não remetendo concretamente às múltiplas atividades exercidas pela CCM e pelos órgãos na sua dependência, sublinham-se, a seguir algumas que do ponto de vista do impacto na sociedade tiveram, e continuam a ter, sucesso e foram alvo de apreciação considerável pela sociedade civil.

No âmbito das Comemorações Nacionais do Centenário da Primeira Guerra Mundial e em estreita cooperação com a Comissão Nacional que coordena as celebrações realizaram-se várias atividades relacionadas com a efeméride de onde se destaca a Exposição da “Partida do Batalhão Expedicionário de Marinha para Angola”, e a colaboração na exposição sobre a “Partida do Batalhão Expedicionário de Marinha para Moçambique”. Ainda no âmbito da temática da Grande Guerra, a Banda da Armada realizou o concerto integrado nas comemorações da 1.ª Grande Guerra.

Há ainda a sublinhar o reforço da cooperação com instituições/eventos com impacto na sociedade, valorizando assim as potencialidades do sector e racionalizando recursos.

Na aproximação à sociedade civil, destaca-se a realização dos “Itinerários Culturais” que, em dez circuitos diferentes (realizados no decurso do ano), contaram com a participação de cerca de 600 pessoas. Foi ainda reeditada a obra do Comandante Correia do Inso “A Marinha Portuguesa na Grande Guerra”.

A Banda da Armada, com um número de solicitações bastante superior às suas possibilidades de participação, continuou a ser uma Embaixada da Marinha em todo o território nacional, continental e insular, sempre com impacto bastante positivo junto das populações.

No âmbito do desenvolvimento científico o tipo de participação do CINAV em projetos pode assumir formas muito diferenciadas, desde mero observador (como utilizador final) e supervisor (normalmente em representação do MDN), até líder e coordenador do projeto de investigação.

Durante o ano de 2015, o CINAV esteve envolvido, com diferentes graus de participação, em 123 projetos de investigação, dos quais 16 terminaram com sucesso, 24 estavam em curso no início do ano, e assim continuaram, 9 foram iniciados, 17 estão ainda em fase de preparação e 57 não foram aprovados ou não foram submetidos. Dos 49 projetos que estiveram em curso este ano, 29 têm financiamento internacional (mas apenas 11 têm financiamento direto para o CINAV), 6 têm financiamento externo nacional (mas apenas 2 têm financiamento direto para o CINAV) e 12 têm apenas financiamento interno do CINAV/Marinha.

No que respeita à produção científica, em 2015 foram elaborados 232 artigos científicos, sendo 25 publicações em revistas científicas internacionais, 10 em revistas científicas nacionais, 63 em conferências internacionais, 42 em conferências nacionais, 42 de divulgação em revista, 12 capítulos de livro ou editor de livro, 2 livros em editora nacional, 36 outros artigos e palestras.

No âmbito do desenvolvimento cultural o CINAV organizou ou participou em mais de 150 atividades, tais como palestras, seminários, reuniões de trabalho, workshops, conferências, congressos, teses e exercícios navais. Durante o ano de 2015 a Marinha, através do Instituto Hidrográfico (IH), continuou a desenvolver atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, relacionadas com as ciências e técnicas do mar, tendo em vista a sua aplicação na área militar e contribuir para o desenvolvimento do País nas áreas económica, científica e de defesa do ambiente marinho.

Entre as múltiplas atividades desenvolvidas neste ano, é de salientar a conclusão de diversos projetos de caracterização e monitorização do meio marinho e de investigação científica, com financiamento estrangeiro, como sejam os projetos RAIACO, TRADE 2, JERICO, bem como o início dos projetos JERICO-NEXT, SIMOCEAN, SUBECO, SOCO-DRONE e TROANTE que irão contribuir para sustentar e desenvolver a capacidade de I&D do IH.

No domínio científico, continua a merecer particular destaque o programa de monitorização ambiental da Zona Económica Exclusiva (designado por MONIZEE), essencial para a investigação e conhecimento do ambiente marinho nos espaços marítimos de interesse nacional.

No quadro de intervenção da Marinha, o IH prosseguiu as responsabilidades que lhe estão atribuídas na segurança da navegação e na proteção do ambiente marinho, assim como na oceanografia operacional, com o apoio meteo-oceanográfico às operações navais e marítimas, contribuindo também, como Laboratório do Estado, para o aprofundamento do conhecimento técnico-científico e da colaboração com a comunidade científica nacional.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFETOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 - MARINHA

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Recursos Humanos	Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
				Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Autoridade Marítima	DGAM	1.320	12.760	6.222.733,92	8.230.112,00	901.991,04	15.354.836,96
Segurança Marítima	CN (a)	329	70.080	1.912.257,71	3.174.307,86		5.086.565,57
	IH	5	9.032	127.123,00			127.123,00
	DGAM	1.279	8.760	1.735.414,00	1.913.500,00	573.567,22	4.222.481,22
Preservação do Meio Marinho	CN (a)	329	70.080	1.912.257,71	3.174.307,86		5.086.565,57
	IH	10	649	9.606,00	5.221,00		14.827,00
	DGAM	75	186	42.862,00	46.864,04	171.220,31	260.946,35
Presença Naval	CN	909	16.895	2.229.513,56	5.251.723,77		7.481.237,33
Vigilância e fiscalização dos espaços marítimos	CN (a)	329	70.080	1.912.257,71	3.174.307,86		5.086.565,57
Investigação Científica no Mar	CN	174	3.168	118.777,99	339.643,12		458.421,11
	EN & CINAV	4	//	//	77.225,97	35.024,91	112.250,88
	IH	71	57.436	850.058,00	127.508,00	175.333,00	1.152.899,00
Busca e Salvamento	CN (a)	329	70.800	1.912.257,71	3.174.307,86		5.086.565,57
	IH	3	28	406,00			406,00
	DGAM	1.735	18.089		69.884,82	279.622,73	349.507,55
TOTAL (b)		6.901	408.043	18.985.525	28.758.914	2.136.759	49.881.198,68

- (a) Por impossibilidade de discriminação, o valor apresentado é partilhado pelas diferentes áreas de missão do CN, representado o valor total da despesa.
(b) O total apenas reflete o valor referido na alínea a) uma vez.

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objeto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a ação do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, Colaboração com as Autoridades Civas, Apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil e Ações de Defesa do Meio Ambiente.

Colaboração com Autoridades Civas

Atividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o Plano de Atividade Operacional Civil (PAOC), a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e melhoramento de itinerários e alargamento de estradões florestais, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Coimbra, Alandroal, Setúbal, Covilhã e Sabugal.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e da cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições coletivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e atuações, em resposta a solicitações de autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a ação cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efetuou sessões de saltos de demonstração de para-quedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração a várias entidades no domínio da Cartografia Militar.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efetuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas, e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A ação nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do acionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações da ANPC em situações de calamidade.

Houve envolvimento do Exército em ações de combate direto a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Ações de Defesa do Meio Ambiente

A nível interno, foram desenvolvidas atividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efetivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de ações de formação, palestras e outras atividades.

2.2 - EXÉRCITO

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Recursos Humanos	Horas de missão	Pessoal	Despesa Operação e Manutenção	Investimento	TOTAL
Parque Ecológico	RG3	177	200				-
							-
CM Sardoal Beneficiação de itinerário de acesso entre Entrevinhas e Presa	RE1	4	930				-
Câmara Municipal de Mira Montagem de ponte Mabey DSHR1H++ (30,48m)	RE1	25	3.909				-
CM Lourinhã Limpeza e desassoreamento de linhas de água	RE1	4	7.046				-
CM Mira Limpeza de curso de água	RE3	4	19.517				-
Santa Casa da Misericórdia do Porto	RE3	5	1.712				-
CM Espinho Movimentação de terras para horta comunitária	RE3	5	215				-
CM Espinho Intervenção na praia	RE3	4	150				-
CM Castelo de vide Intervenção em caminho dos Marrões	RE1	5	9.447				-
Clube de Lazer Aventura e Competição Reconhecimento do rio	RE1	3	76				-
Clube de Lazer Aventura e Competição Reconhecimento para montagem de ponte	RE1	2	514				-
CM Coruche Reconhecimentos para montagem de ponte	RE1	2	162				-
Sporting Clube de Espinho Corte de camada vegetal e regularização de terreno	RE3	5	119				-
CM Arouca Desmatação e alargamento	RE1	5	6236				-
CM Vieira do Minho	RE1	5	15.140				-

Retificação de itinerário e respetivas valetas; Movimentação de terras				
CM Constância Recolha de embarcações	RE1	11	57	-
Clube de Lazer Aventura e Competição Montagem de passadiço no rio Nabão	RE1	15	64	-
Continental Mabor- Industria de Pneus SA	RE1	9	4.362	-
CM Arruda dos vinhos Limpeza de margens de ribeiras	RE1	4	11.075	-
Agrupamento de Escuteiro do Entroncamento Apropriação de caminhos no campo do Agrupamento de Escuteiro do Entroncamento	RE1	4	244	-
CM Castanheira de Pera Manutenção da rede viária florestal	RE1	5	19.209	-
CM Golegã Montagem de Ponte Ribbon com 62m	RE1	18	700	-
CM Coruche Montagem de passadiço flutuante com 55 metros	RE1	16	873	-
CM Espinho Reforço de areia na praia de Espinho	RE3	10	126	-
CM Sines Beneficiação de caminhos da freguesia de Canhestros	RE1	4	22.195	-
Junta de Freguesia de Ermesinde Reparação de açude do rio Leça	RE3	5	1.773	-
G. D. Sanguedo Regularização do campo de futebol	RE3	4	311	-
Sport Club do Porto Escavação da plataforma para pavilhão de piqueiro; Espalhamento e nivelamento no campo de obstáculos de equitação	RE1	5	1.201	-

CM Ferreira do Alentejo	RE1	4	21.524				-
Beneficiação de caminhos da freguesia de Canhestros	RE1	4	5.885				-
CM Silves	RE1	7	1.495				-
TOTAL		380	156.467	-	-	-	-

FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias atividades desenvolvidas pela Força Aérea, no ano transato, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às ações realizadas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de atividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Busca e Salvamento, evacuação sanitária, transporte de órgãos, controlo de poluição, controlo aduaneiro e de fiscalização, quer através do apoio a atividades de cariz recreativo, cultural e logístico, refletem a importância e o peso desta vertente na atividade da Força Aérea, permitindo uma interação constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Em matéria de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Governo da República, 43 missões, 79:30 H/V; Governo Regional dos Açores (371 missões, 378:05 H/V); Governo Regional da Madeira (364 missões, 120:45 H/V).

Foram ainda executadas missões para os seguintes organismos: Autoridade Nacional de Proteção Civil (4 missões, 05:35 H/V); Banco de Portugal, no transporte de valores (8 missões, 15:05 H/V); Armadores de Navios e Seguradoras - Evacuações Médicas de Tripulantes de Navios - (31 missões, 117:20 H/V) e efetuado o transporte de 38 doentes.

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de ações realizadas, num total de 437 missões, que corresponderam ao transporte de 526 doentes e o dispêndio de 748:40 H/V; no Transporte de Órgãos para transplante, efetuaram-se 35 missões, 68:30 H/V.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efetuado o transporte de 187 doentes e para o Governo Regional da Madeira, 243 doentes.

No que se refere às missões de Fiscalização no Âmbito das Pescas (SIFICAP), foram gastas 425:00 H/V, num total de 89 missões, distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 270:30 H/V, 65 missões; Açores: 109:30 H/V, 18 missões; e Madeira: 45:00 H/V, 6 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas ações de fiscalização totalizou cerca de 4.677.050 mm², permitindo detetar 11706 alvos.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do Serviço de Busca e Salvamento nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2015, 9 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves P 3P/C, C 130, EH 101, C-295 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram ativados para 61 missões, 59 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa, num total de 189:40 H/V, distribuídas da seguinte forma: 51 missões e 158:00 H/V ativadas a pedido do MRCC; 8 missões e 31:20 H/V ativadas pelo RCC. Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 29 missões foram gastas 123:05 H/V, assim distribuídas: 9 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 41:25 H/V; 4 missões e 42:25 H/V voadas em apoio do RCC.

A Força Aérea, para se dar a conhecer junto da sociedade e população civil, promoveu a divulgação, comunicação e informação sobre atividades e eventos militares, culturais, pedagógicos e científicos. Estas ações constituem-se como pilares importantes para a construção e manutenção de uma sólida e favorável imagem institucional.

A evolução das novas tecnologias de informação e a crescente adesão dos cidadãos ao mundo online, tornaram-se num meio importante de comunicação com o público e as organizações, pelo que a Força Aérea tem utilizado os mesmos para chegar a estes públicos. Contudo esta aproximação não é a única, tendo sido adotadas outras políticas de comunicação com o intuito de mostrar ao público a nossa missão, nomeadamente sob a forma de eventos como o Dia de Base Aberta, relações com a comunidade civil e militar e com os media tradicionais, entrevistas e reportagens, realização de exposições, cerimónias militares, concertos musicais, exposições, encontros culturais, apresentações, produção de filmes e fotografia, publicação de livros e revistas de índole aeronáutico, histórico e patrimonial, palestras, bem como colóquios e seminários sobre temas relacionados com a Força Aérea.

A página oficial da Força Aérea no Facebook encontra-se consolidada e, na procura de uma contínua interatividade, prosseguiu-se com a exploração de outras ferramentas sociais e comunicação 2.0. Assim, a Força Aérea está, também, presente nas redes Twitter, YouTube, Google+, Klout, Instagram, Flickr e Thinglink. A utilização de todos estes canais tem como objetivo fortalecer a imagem identitária da Força Aérea num espaço comunicacional caracterizado pela instantaneidade, partilha e interação.

A divulgação, comunicação e informação sobre atividades e eventos militares, culturais, pedagógicos e científicos constituem importantes vias para a construção e manutenção de uma sólida e favorável imagem institucional, uma vez que permitem dar a conhecer a Força Aérea junto da sociedade civil.

Ainda que a contínua evolução das novas tecnologias de informação e a crescente adesão dos cidadãos ao mundo online se venha afirmando como um grande atrativo para público e organizações, a Força Aérea não se tem limitado à utilização dos canais assentes na Web. Nesse sentido, adotaram-se várias políticas de comunicação com o intuito de mostrar ao público a missão, nomeadamente sob a forma de eventos como: o Dia de Base Aberta, relações com a comunidade civil e militar e com os media tradicionais, entrevistas e reportagens, realização de exposições, cerimónias militares, concertos musicais, exposições, encontros culturais, apresentações, produção de filmes e fotografia, publicação de livros e revistas de índole aeronáutico, histórico e patrimonial, palestras, bem como colóquios e seminários sobre temas relacionados com a Força Aérea. Destacam-se, neste âmbito, as Comemorações do 63º Aniversário da Força Aérea e 100 Anos da Aviação Militar, no Complexo Militar de Sintra e na Cidade de Ovar; Comemorações do Dia do Combatente e da Batalha de La Lys, na Batalha; as Cerimónias Comemorativas do 41.º Aniversário do 25 de abril; as comemorações 10 junho, em Lamego; o Encontro Nacional do Combatente; as Comemorações Armistício - Liga dos Combatentes ou a Cerimónia Comemorativa do Dia 1º dezembro.

A Força Aérea esteve ainda representada em eventos de grande relevo como as feiras Futurália e Qualifica, ambas relacionadas com a formação e emprego.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, as 130 cerimónias e os 35 concertos da Banda de Música da Força Aérea, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural acolhido cerca de 45.361 visitantes (incluem-se as visitas aos Pólos de Ovar e Sintra).

Importa, por fim, realçar o papel da revista aeronáutica “Mais Alto”, que se continuou a afirmar como publicação de referência.

2.3 - FORÇA AÉREA

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Recursos Humanos	Horas de Voo	Despesa			TOTAL
				Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com entidades Cíveis	ESQ. 501	40	16:05	X	X	X	X
	ESQ. 502	80	64:40	X	X	X	X
	ESQ. 504	96	114:50	X	X	X	X
	ESQ. 552	6	02:20	X	X	X	X
	ESQ. 601			X	X	X	X
	ESQ. 751			X	X	X	X
Busca e Salvamento	ESQ. 501	7	02:35	X	X	X	X
	ESQ. 502	90	73:05	X	X	X	X
	ESQ. 504			X	X	X	X
	ESQ. 552	56	44:00	X	X	X	X
	ESQ. 601	143	76:05	X	X	X	X
	ESQ. 751	190	97:45	X	X	X	X
Evacuação Sanitária	ESQ. 501			X	X	X	X
	ESQ. 502	1.112	286:40	X	X	X	X
	ESQ. 504	162	118:35	X	X	X	X
	ESQ. 552			X	X	X	X
	ESQ. 601			X	X	X	X
	ESQ. 751	660	343:25	X	X	X	X
Transportes de Órgãos	ESQ. 504	162	53:15	X	X	X	X
	ESQ. 502	32	15:15	X	X	X	X
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 502	1.074	804:30	X	X	X	X
	ESQ. 601	1.092	411:35	X	X	X	X
Deteção e Controlo	ESQ. 201/301	50	168:30	X	X	X	X
Apoio a outras entidades	ESQ. 552	3	04:15	X	X	X	X
	ESQ. 751	6	01:20	X	X	X	X
TOTAL	-	3.949		X	X	X	X

The background of the slide is a collage of three images: a soldier in tactical gear holding a rifle, a military helicopter, and a naval ship. A large, semi-transparent number '3' is overlaid on the right side of the slide. The text 'Forças Nacionais Destacadas' is centered in the middle of the slide.

Forças Nacionais Destacadas

3

NOTA EXPLICATIVA

Em cumprimento do constitucionalmente estabelecido “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.

Neste contexto, desde finais de 1993, Portugal, tem vindo a participar em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) com Forças Nacionais Destacadas (FND) em diversos Teatros de Operações (TO) ou com militares em outras missões no exterior, e a contribuir com forças e meios para as NATO Graduated Forces (NGF) (Immediate Reaction Force (IRF) da NATO Response Force (NRF) e para as Standing NATO Maritime Group 1 e 2 (SNMG 1 e 2)), bem como para a EU Battle Groups (EUBG) e EUROFORÇAS (EUROFOR ou EUROMARFOR) e, ainda, para a ainda recente Coligação Internacional de combate ao Dae'sh, as quais, por razões de simplificação, quando empregues, se consideram abrangidas no conceito de FND.

De um modo geral, as Forças Armadas Portuguesas têm participado em operações humanitárias, de apoio à paz e outras, que decorrem de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), sob a responsabilidade dessa organização, da OTAN, da UE, integradas em coligações e outras dirigidas para a prossecução dos interesses estratégicos e particulares de Portugal.

A atuação do Estado-Maior General das Forças Armadas EMGFA orienta-se de modo a validar, com a participação e colaboração dos Ramos, a adequabilidade, a aceitabilidade e a exequibilidade das forças e meios nacionais, que possam satisfazer às condições de emprego e outros requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais, em termos de capacidades próprias, composição da força e custos relacionados com o seu levantamento, preparação, aprontamento e sustentação.

Compete ao EMGFA propor a participação nacional, especificando os requisitos operacionais que as forças e meios podem satisfazer, as eventuais limitações ao seu emprego e a sua composição, organização e custos associados, em função dos diversos cenários de participação definidos pelo Governo para o desenvolvimento da sua política externa.

3.1 - CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO

3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa

Portugal, como membro das Nações Unidas (NU), tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, participando em missões de caráter humanitário e de apoio à paz, designadamente:

3.1.1.1 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA)

A missão das NU no Afeganistão, com a designação de UNAMA, foi aprovada pelo Conselho de Segurança das NU (CS/NU) e resultou da necessidade de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e de restabelecimento de um ambiente de segurança, num quadro de instabilidade e violência existentes. Portugal participa com 1 oficial nas funções de *Military Advisor* (MilAd) para a UNAMA, destacado na *Military Advisory Unit* (MAU).

Através da resolução 2274, aprovada por unanimidade em reunião de 15MAR16, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estendeu o mandato da missão até 17MAR17.

3.1.1.2 - Mali (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali) (MINUSMA)

Em 25 de abril, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 2100/2013, que define o mandato de uma nova operação de apoio à paz das Nações Unidas (ONU) no Mali, a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização no Mali - MINUSMA.

A MINUSMA tem como objetivo apoiar o processo político e a segurança em centros populacionais e linhas de comunicações, a proteção de civis, monitorização dos direitos humanos, criação de condições para o retorno dos refugiados, consolidação da autoridade do estado e a preparação de eleições livres.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), reunido em 30 de julho de 2014, deu parecer favorável, à participação nacional na MINUSMA, por um período de 3 meses entre 1 de setembro e 30 de novembro de 2014.

Portugal participou na MINUSMA, em 2014, com 1 aeronave C-130, tripulação e pessoal de apoio, num total de 47 militares e adicionalmente com dois militares no Estado-Maior da MINUSMA, estes por um período de seis meses até fevereiro do ano seguinte.

Em apoio da MINUSMA, em 2014, foram transportados 1568 passageiros e cerca de 216 toneladas de carga diversa em 234H09 de voo.

Em outubro de 2014, o secretariado ONU solicitou a Portugal a extensão da missão que, por questões de índole operacional e orçamental, apenas se poderia materializar no início de 2015. Assim, foi sancionada favoravelmente pelo CSDN em 16 de dezembro de 2014, a condução de uma nova missão, por um período inicial de 4 meses, em moldes semelhantes aos da missão anterior, a realizar no início de 2015.

Portugal participou na MINUSMA, entre 20JAN2015 e 12MAR2015, com 1 aeronave C-295M, tripulação e pessoal de apoio, num total de 46 militares (40FAP + 6EXE). Tendo transportado, no Teatro de Operações, 1261 passageiros e 106.186kg de carga diversa.

No período de 18MAR2015 a 15MAI2015, a participação no Teatro de Operações foi efetuada por uma aeronave C-130, tripulação e pessoal de apoio, num total de 37 militares (31FAP + 6EXE). Com a aeronave C-130 foram transportados, adicionalmente, 2124 passageiros e 120.202 Kg de carga diversa em 145h40 de voo.

Adicionalmente, durante todo o ano de 2015, a Força Aérea Portuguesa reforçou com dois militares o Estado-Maior da MINUSMA.

O quadro seguinte descreve os quantitativos efetuados pelas aeronaves e respetivas tripulações:

AERONAVE	MISSAO	DATA	HV	PASSAGEIROS	CARGA (Kg)
C-295M	Projeção	12jan2015	09h30	48	3.340
	Teatro Operações		148h45	1.261	106.186
	Retração	12mar2015	09h45	26	3.370
	Total		168h00	1.335	112.896
C-130H	Projeção	15mar2015	05h45	21	4.175
	Teatro Operações		145h40	2.124	120.202
	Retração	16mai2015	06h05	21	7.109
	Total		157h30	2.166	131.486
Total realizado pela Força Aérea Portuguesa			325h30	3.501	244.382

3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa

3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)

Na sequência do processo de transição¹, surgiu o conceito operacional de Assistência de Segurança de Forças (SFA²) no Afeganistão (AFG), destinado a apoiar as *Afghan National Army* (ANA) e *Afghan National Police* (ANP) à medida que as forças da ISAF forem reduzindo. Salienta-se, nesta fase do processo de transição e no âmbito do conceito de SFA, a importância do preenchimento pelas nações das *Advisors Teams* (AT) (em substituição das OMLTs³) de modo a apoiar as ANSF, pré-requisito para a transferência de responsabilidades de segurança até final de 2014. Nessa medida, tornou-se necessário proceder a algumas alterações na constituição do Contingente Nacional, refletindo a versão implementada da CJSOR⁴, dentro do teto de efetivos estabelecido e de modo a potenciar o contributo nacional para a ISAF.

Em sessão do CSDN, de 15 de março de 2012, foi dado parecer favorável a uma proposta do Governo relativa a novas contribuições para 2012, elevando-se o efetivo máximo autorizado para 235 militares, posteriormente determinada através de Portaria⁵, refletindo o novo dispositivo. Este, além de prever o nosso empenhamento na segurança do Aeroporto Internacional de Kabul (KAIA), alterou a tipologia de apoio às Forças Armadas e Polícia Afegãs com o fim das OMLT e a implantação de uma componente muito forte de mentoria e formação a militares (através das MAT⁶ e PeH SAT⁷), polícia (através da ANPTC Wardak⁸) e civis afegãos (através do KAIA TP⁹), componente esta que certamente deixará contributo efetivo para o futuro do Afeganistão.

Mais recentemente, em resultado da reunião ordinária do Conselho em 2013 foi emitida uma Nota Informativa divulgando a manutenção, de uma maneira geral, dos destacamentos das nossas Forças, com algumas adaptações, em particular no Afeganistão com a redução de efetivos naquele Teatro de Operações, reflexo da preparação do final de missão da Força Internacional de Segurança e Assistência, prevista para o final de 2014.

Nesta conformidade, o efetivo presente no 7º Contingente Nacional ISAF em 31DEC13 era de 123 militares, distribuídos pelas diferentes mentorias e formação (MAT, PeH SAT e KAIA TP), Unidade de Apoio e Proteção da Força, Célula de Informações Militares e ainda cargos isolados em QG (ISAF HQ, ISAF IJC, ISAF SOF,

¹ O processo de transição foi dividido em 5 fases, dependentes da situação de segurança e das capacidades das ANSF. Neste momento já se concluiu a fase 3, o que significa que 75% da população do Afeganistão vive em território cuja segurança é primariamente garantida pelas ANSF. Aguarda-se que o Presidente Hamid Karzai anuncie o início da fase 4.

² SFA – Security Forces Assistance.

³ OMLT – Operational Mentor and Liaison Teams.

⁴ CJSOR – Combined Joint Statement of Requirements.

⁵ Portaria nº 187/2012 do Ministro da Defesa Nacional, de 11 de Abril de 2012, publicada no Diário da República de 26 de Abril

⁶ MAT: Military Advisor Team

⁷ Pohantoon-e-Hawayee (Academia Aérea) Staff Advisor Team

⁸ Afghan National Police Training Center em Wardak

⁹ KAIA Transition Plan

NSOCC), efetivo este que sofreu pequenas flutuações em função das necessidades manifestadas pela missão e em consonância com as solicitações efetuadas pela estrutura de comando NATO.

A este, sucedeu o 8º CN/ISAF, com apenas 56 militares e menos capacidades, já preparando a transição programada da ISAF para a Resolute Support Mission – RSM – a iniciar-se em 01JAN15. A data oficial de fim de missão deste (último) Contingente é 12 de novembro de 2014, tendo, contudo, havido militares a regressar em data posterior e que, inclusivamente, fizeram a ligação com o início da RSM.

3.1.2.2 - Resolute Support Mission (RSM)

Atingido em 31 de dezembro de 2014 o estado final desejado para a missão da ISAF, as Forças de Segurança Nacional Afegãs (ANSF) demonstraram capacidade e confiança em proporcionar segurança em todo o Afeganistão e em manter a preponderância tática face às atividades insurgentes.

Esta situação foi evidenciada durante o período eleitoral, assim como os sucessos sustentados face aos insurgentes. No entanto, a situação de segurança tem continuado frágil e num ambiente político instável podendo levar ao recrudescimento da ameaça insurgente e ao enfraquecimento das instituições de segurança afegã (ASI) e das ANSF. A NATO manteve o seu apoio às ANSF através das ações de *advise and assist*, o *core business* da RSM que, desde 01JAN15, sucedeu naturalmente à ISAF.

Durante a Cimeira de Gales, os Chefes de Estado e de Governo manifestaram consenso no total apoio à RSM. Contudo, têm-se verificado algumas dificuldades em atingir os requisitos inicialmente estabelecidos para conduzir a missão, nomeadamente no preenchimento de diversos cargos.

Inicialmente a força foi planeada para 16 000 efetivos, sendo mais tarde reconfigurada para 12 000, no pressuposto de que as necessidades de recursos fossem satisfeitas a 100%.

A importância de não se colocar em risco os sucessos obtidos em treze anos de operações, implica que sejam envidados todos os esforços por parte de Aliados e Parceiros no sentido de continuar a garantir os compromissos assumidos com o Afeganistão.

As forças da RSM adotam uma ação sobretudo de apoio e assessoria.

Desde o início da RSM em 01JAN15, Portugal passou a contribuir militarmente para os esforços da NATO no Afeganistão, através da presença de um efetivo de até 10 militares em funções de estado-maior em Quartéis-Generais das Forças Aliadas, na região de Kabul. Destes 10 cargos, 7 são desempenhados em funções do âmbito do RSM HQ e 3 do NATO *Special Operations Component Command-Afghanistan* (NSOCC-A) HQ.

Contudo, face à precária evolução da autonomia das Afghan National Security and Defense Forces (ANSDF) e à intensificação das ações dos movimentos insurgentes, nomeadamente do Dae'sh, houve necessidade de reconfigurar a participação da RSM levando as ações de *advise and assist* às regiões e aos pontos onde o Comando NATO avalia como mais necessário.

Assim, o desempenho dos cargos está inserido num novo contexto, que prevê a possibilidade de seus titulares poderem ser nomeados para desenvolverem as suas tarefas ou outras de carácter operacional em qualquer

região do Afeganistão, especialmente no caso dos cargos sob responsabilidade de assessoria do DCOS INT TAA, integrados em *Expeditionary Advisory Teams*.

3.1.2.3 - Kosovo Force (KFOR)

Em 01MAR11 a KFOR transitou para o “Gate 2” da *Deterrent Presence*. Em 7 de abril de 2014 (FOC), o 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada da Brigada Mecanizada, com um efetivo de 182 militares, ficou sediado no complexo de “Camp Slim Lines”, perto de Pristina, e constitui, com uma Companhia Húngara, a Reserva Tática do Comandante da KFOR (KFOR Tactical Reserve Maneuver Battalion – KTM).

A KTM contava com um efetivo de 311 militares, dos quais 182 nacionais.

Em 6 de junho de 2014 ocorreu a retração deste TO dos 5 militares que constituíam a Célula de Informações Militares (CIM) desde outubro de 2012 e que estavam localizados junto do QG da KFOR em Campo FilmCity.

Portugal contribuiu ainda com 4 militares colocados no QG do Comando da KFOR: 2 no *Joint Effects Coordination* (1 com funções de chefia, 1 como Environmental Officer e 1 como chefe da célula J4 Logística).

No ano de 2015, a Esq. 501 realizou 51:00 HV em suporte da missão KFOR. As horas de voo, com um valor aproximado de 400.000 Euros, foram suportadas pelo EMGFA. Outras despesas, no valor de 109.000 Euros foram suportadas pela Força Aérea Portuguesa.

Em 4 de outubro de 2014 (FOC) o 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista da Brigada de Reação Rápida, com um efetivo de 177 militares, substituiu na KTM o 1ºBIMec.

3.1.2.4 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Active Endeavour/Strait of Gibraltar)

A operação começou no dia 4 de outubro de 2001 como uma das oito respostas da NATO aos ataques de 11 de setembro de 2001. Os meios navais da Força Naval Permanente do Mediterrâneo (STANAVFORMED), que estavam a participar no exercício *Destined Glory 2001* na costa sul da Espanha, foram redirecionadas a fim de proporcionar uma presença imediata militar da NATO no Mediterrâneo Oriental.

A “Operação Active Endeavour” (OAE) é uma operação marítima da NATO que opera no Mediterrâneo e foi projetada para impedir a circulação de terroristas e armas de destruição em massa, pressupondo ainda benefícios para a segurança do transporte marítimo em geral com o objetivo de dissuadir, defender e proteger contra actividades terroristas. Foi uma das primeiras ações militares tomadas pela NATO em resposta a uma invocação do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, que prevê a defesa coletiva. Trata-se da primeira operação realizada pela Aliança na aplicação direta dessa cláusula de defesa. A OAE foi comandada pelo “NATO Maritime Component Commander - Naples”, em Itália e atualmente, devido ao processo de transformação em curso na NATO, é comandada pelo “Maritime Command Northwood”, - Reino Unido.

Portugal iniciou a sua participação na OAE em novembro de 2001, através de unidades navais, primeiro no Mediterrâneo Oriental e posteriormente estendida ao Estreito de Gibraltar.

A participação nacional tem decorrido no âmbito do seu empenhamento nas forças navais permanentes da NATO, primeiro na STANAVFORLANT e, desde 2005, através da SNMG1. A partir de março de 2005 a

participação nacional passou essencialmente a concretizar-se através do emprego de uma aeronave P3 Orion da Força Aérea, com quatro saídas/mês até ao final de 2007, tendo esta participação sido reduzida para 2 saídas / mês em janeiro de 2008 e em janeiro de 2012 foi ainda mais reduzida para 1 saída/mês.

A participação nacional tem vindo a ser efetuada também de forma pontual através de empenhamentos nacionais nas SNMG.

No ano de 2015 no âmbito desta Operação, a Força Aérea efetuou 11 missões realizando-se um total de 80H05 de voo da aeronave P-3C+.

A participação de meios navais ficou a cargo do NRP D. Francisco de Almeida, navio almirante do SNMG1, que integrou a OAE em apoio direto no período de 10 de novembro a 15 de dezembro de 2015.

3.1.2.5 - Immediate / Assurance Measures

Na sequência da avaliação estratégica efectuada pela NATO sobre os acontecimentos na Ucrânia, e do seu impacto na segurança da Aliança e na estabilidade regional, o NAC (*North Atlantic Council*) atribuiu às NMA (*NATO Military Authorities*) a tarefa de desenvolver um programa coerente, sustentável e visível, de medidas de tranquilização (*assurance measures*) e de garantia de segurança aos Aliados. O seu objectivo foi o de demonstrar a coesão da OTAN, e o seu compromisso com a dissuasão e a defesa colectiva, face a qualquer ameaça de agressão à Aliança.

Na reunião de Ministros de Defesa da OTAN, de 3 e 4 de junho de 2014 em Bruxelas, em resultado do debate sobre as implicações estratégicas das ações da Rússia na Ucrânia, os Ministros da Defesa acordaram então no desenvolvimento de um Plano de Ação de Prontidão que abordasse as medidas necessárias para responder aos desafios colocados por aquelas ações, quer na ótica de tranquilização dos Aliados mais expostos, quer na da adaptação da Aliança, com vista ao reforço da sua capacidade de resposta.

Este plano, desenvolvido em paralelo com a implementação das medidas imediatas de tranquilização atrás referidas e designado por *Readiness Action Plan* (RAP), foi então endossado aos Chefes de Estado e de Governo que o aprovaram durante a Cimeira da OTAN que se realizou em Cardiff, País de Gales, em 4 e 5 de setembro de 2014.

No âmbito do Plano de Ação de Prontidão, as medidas de tranquilização (*Assurance Measures*) constituem-se como a componente que providencia o indispensável sustentáculo para uma assertiva e credível dissuasão.

Estas medidas de tranquilização incluem uma contínua presença aérea, terrestre e marítima, e uma significativa atividade militar, ambas numa base rotativa, no flanco leste da área de responsabilidade da Aliança.

Este facto proporciona o ponto de partida para uma ulterior adaptação, necessária para enfrentar o possível emprego da estratégia militar Russa

A manutenção destas medidas é garantida no âmbito e na intensidade determinada através de uma revisão anual por parte do NAC, apoiada numa avaliação político-militar. Para o SACEUR, a continuidade na implementação das medidas de tranquilização é entendido como o “new normal” na OTAN.

3.1.2.5.1 - Immediate / Assurance Measures (IAM) no Báltico (2014)

Portugal iniciou a participação nestas medidas através de parecer favorável no Conselho Superior de Defesa nacional (CSDN) realizado em 30 de julho de 2014, concretizando-se na contribuição com uma aeronave de patrulhamento marítimo P-3C, com respetiva tripulação e pessoal de apoio, num total de 29 militares, no período de 1 a 30 de novembro de 2014, operando na Região do Mar Báltico, a partir da Base Aérea de Siauliai na Lituânia e tendo realizado um total de 62H15 de voo.

3.1.2.5.2 - Assurance Measures (AM) na Lituânia (2015)

Como forma de contributo efetivo, para a concretização das medidas de tranquilização da NATO no flanco Leste da sua área de responsabilidade, Portugal participou em 2015, na Lituânia durante quatro meses, de abril a julho, no reforço da presença militar terrestre, com 140 militares equipados com Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) PANDUR II do Esquadrão de Reconhecimento (ERec) do Regimento de Cavalaria 6 (Braga), da Brigada de Intervenção do Exército.

Esta Unidade foi apoiada, para efeito de proteção da força, por uma Célula de Informações Militares de 02 homens.

Para cumprir o desiderato pretendido, a FND cumpriu um exaustivo programa de treino, dividido em fases, cada uma das quais consolidada com um exercício conjunto-combinado na região de Pabrade, em que eram treinadas, entre outras possibilidades, a interoperabilidade com outras forças congéneres, o fogo real e manobra e o comando e controlo. Assim:

- no exercício FLAMING THUNDER, participou com a Sec Mort Med e Observadores Avançados treinando a capacidade de apoio de fogos;

- no exercício intermédio IRON FIST, o ERec integrou um Pelotão de Reconhecimento Lituano, treinando as operações ofensivas ao nível de Pelotão e Esquadrão de Reconhecimento. Este exercício contou com a presença do Comandante da Brigada de Intervenção, Major General Carlos Aguiar Santos;

- no exercício final IRON WOLF, o ERec participou na sua totalidade, deslocando os seus 140 militares para a área do exercício, que culminou todo o treino desenvolvido naquele TO. Este exercício, em que integrou o escalão Batalhão (Lituano) no ataque, em dois momentos e em dois Batalhões distintos, contou, no seu DVD em Rukla, com a presença do CEM CCOM em representação do SExa o General CEMGFA e ainda do Cmdt do Reg de Cav 6, de onde é originário o Esquadrão.

- no dia que sucedeu ao DVD, o ERec executou ainda na região de exercícios e com a presença das mesmas entidades nacionais, uma sessão de fogos reais de armas coletivas.

Com esta FND, foram subsidiariamente treinadas as operações de projeção, sustentação e retração, por via terrestre, marítima e aérea, de uma força de natureza blindadas com as necessidades logísticas inerentes.

3.1.2.5.3 - Assurance Measures (AM) na Roménia (2015)

Ainda no âmbito das medidas de tranquilização da NATO no flanco Sul da sua área de responsabilidade, Portugal participou entre 06MAI e 30JUN de 2015 com um destacamento de 4 F-16M e 91 militares na

Roménia, 89 na Base Aérea de Campia Turzi e 2 no CRC em Balotesti, em reforço do Policiamento Aéreo deste país aliado, tendo realizado 274H50 de voo.

Esta Unidade foi apoiada, para efeito de proteção da força, por uma Célula de Informações Militares de 02 homens.

3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios

3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF)

A NRF/IRF é uma força de reação imediata, conjunta e combinada, com um efetivo aproximado de 13.000 militares, com uma prontidão entre 5 e 45 dias, capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias e preparada para intervir como Initial Entry Force em operações de Resposta a Crises ou ao abrigo do art.º 5.º do Tratado do Atlântico Norte.

No ano de 2015, Portugal integrou a estrutura da NRF na componente IRF com as seguintes capacidades:

NRF 2015 - STANDBY DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015		
Ramo	Contributos (forças / meios)	Prontidão CAT NTM
Marinha	<i>Flagship</i> SNMG1 (1 x FFGH) (200 militares) a)	5 dias NTM
	<i>ASW Escort</i> (1 x FFGH) (200 militares)	15 dias NTM
Exército	<i>Light Arty</i> BTY – GAC / RA4 / BrigRR (1 x UEC, 120 militares)	5 dias NTM
Força Aérea	MPA (1 x P-3C+) (78 militares)	5 dias NTM

a) efetivamente empenhada no âmbito do Comando do SNMG1

3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)

A função primária dos SNMG é dotar a NATO de uma capacidade naval permanente e de disponibilidade imediata para intervenção num largo espetro de operações militares. Assim podem ser utilizados na demonstração da solidariedade da Aliança, na realização de atividades de parceria e interoperabilidade com países amigos e parceiros, no apoio às atividades da transformação no âmbito da formação, treino e desenvolvimento de doutrina táctica aliada, e proporcionam uma variedade de opções de resposta militar, tanto para as operações em curso como para situações de contingência.

Os SNMG são fundamentalmente constituídos por navios do tipo fragata e um navio reabastecedor, podendo integrar também submarinos e navios de desembarque anfíbio, e encontram-se permanentemente disponíveis com um elevado estado de prontidão.

Salienta-se que a oitava medida das Assurance Measures (AM) consagra a projecção de SFN's para o Atlântico Norte, Báltico, Mar Negro e Mediterrâneo, o que refletiu no programa de atividades desenvolvido em 2015, constituindo-se assim a participação nacional no comando da SNMG1 também como um contributo para as AM.

A participação nacional nas SNF, tanto com unidades navais como com o comandante da força e militares para o seu estado-maior, enquadra-se no âmbito do empenhamento das Forças Armadas Portuguesas, no domínio internacional, em apoio à ação externa do Estado no sector da Defesa, tendo em vista uma cooperação estruturada com Organizações Internacionais, nomeadamente através do emprego de Forças Nacionais Destacadas em ações no âmbito da segurança cooperativa ou coletiva.

Desde a sua criação, Portugal tem participado de forma regular nos SNMG, através do empenhamento de uma unidade naval por períodos variáveis, com pessoal para o estado-maior e com o comandante da força e respectivo navio almirante, este último de forma rotativa entre as nações da Aliança com forças navais.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de Maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1. No mesmo ano o NRP Arpão (SSG) integrou a SNMG2 no período de 4 de Setembro a 27 de Outubro tendo participado, durante esse período, na Operação Active Endeavour (OAE).

Em 2013, Portugal, preencheu, desde 21 de janeiro, o cargo de *Staff Above Water and Electronic Warfare Officer* no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1. No mesmo ano o NRP Tridente (SSG) integrou a SNMG2 no período de 9 a 21 de setembro tendo participado, durante esse período, na *Operação Active Endeavour* (OAE).

Em 2014, no âmbito da SNMG1, Portugal contribuiu com um oficial superior integrado no estado-maior embarcado no navio-almirante desde 24 de janeiro. No âmbito do emprego de capacidades, no ano de 2014 foi integrado um submarino na SNMG2, no período de 30 de setembro a 09 de outubro, quando esta força naval NATO esteve empenhada na OAE.

No período de 7 de junho a 20 de dezembro de 2015, o SNMG1 esteve sob comando português, através do Contra-almirante Silvestre Correia e respetivo Estado-Maior embarcados na fragata portuguesa NRP D. Francisco de Almeida, com helicóptero orgânico e equipa de fuzileiros embarcada, num total de 195 militares.

Durante este período, a SNMG1 participou ativamente na Operação Active Endeavour, no Mediterrâneo, integrando o esforço internacional contra o terrorismo, tendo também realizado operações e exercícios aeronavais de alta intensidade no Mar Negro, no Mar Báltico, no Mar Mediterrâneo e no Oceano Atlântico.

Participou também em diversos exercícios NATO, incluído o Trident Juncture 15, o maior exercício NATO realizado após o período da Guerra Fria e que permitiu treinar e testar a NATO Response Force.

Para além do Navio-almirante português, fizeram parte desta força outras Unidades Navais, em regime de rotação, de países como França, Espanha, Holanda, Canadá e Noruega.

3.1.3.3 - OPERATION FALCON DEFENSE (OFD15) NATO ASSURANCE MEASURES

Preparar, aprontar e sustentar um DA, a projetar para Campia Turzii, Roménia, a fim de realizar missões de QRA(I) e missões de treino, quer para aprontamento e manutenção das qualificações do pessoal destacado, para a execução do reforço do Policiamento Aéreo no flanco Leste APA South, com aeronaves F-16M, no período de 04MAI15 a 30JUN15.

A Força Aérea Portuguesa participou para este destacamento com 92 militares e 4 aeronaves F-16M, realizando um total de operação de 197 saídas efetuando 311H05 HV (Inclui AMOV).

3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa

Como membro da União Europeia, Portugal tem contribuído igualmente no âmbito dos compromissos militares assumidos por esta organização, nomeadamente através da participação em missões de carácter humanitário e de manutenção de paz.

3.1.4.1 - Somália – Missão da UE de treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)

No sentido de viabilizar a consolidação do processo de restabelecimento de um ambiente de segurança e desenvolvimento, no caminho da paz e estabilidade na Somália, o Conselho da União Europeia, através da decisão 2010/96/CFSP de 15 de Fevereiro de 2010, em estreita cooperação e coordenação com a União Africana, aprovou o estabelecimento de uma missão “não-executiva” para contribuir para o treino das forças de Segurança da Somália, designada por UE Training Mission (EUTM) Somália, em curso no Uganda e em duas localizações distintas: Kampala, onde está sediado o Quartel-General da Missão e Bihanga Training Centre (BTC) onde se desenvolvem todas as ações de treino.

O 4º Intake do 2º Mandato teve início com a Operação Crested Star III, que decorreu de 1 a 6 julho 2012. A Operação foi liderada pelo *US Government Department of State* e envolveu o movimento de militares somalis entre o *JAZEERAH Camp* (Mogadíscio/Somália) e o *Training Center* (Bihanga/Uganda).

Em 26Ago12, apresentaram-se no Teatro de Operações (TO) Uganda, 13 militares portugueses que constituíram a equipa de formação *Fighting in Build-upAreas* (FIBUA).

Em 03Set12, a equipa portuguesa deu início à 2ª fase com a formação FIBUA aos soldados somalis.

Em 29Out12, iniciou-se a Fase 3 de formação onde a equipa FIBUA centrou a sua actuação na monitorização da formação ministrada por militares Somalis que constituem a equipa de especialistas em FIBUA. Entre 17 e 18 de novembro de 2012 foi realizado o exercício “VigilantLion”, marcando o fim da Fase 3.

No dia 25 de novembro de 2012 foram retraídos do TO 11 elementos do módulo de FIBUA, ficando a equipa com 2 militares para darem apoio à fase de Coesão em BTC, continuando a manter ainda um militar no desempenho da função de Chefe da Repartição de Informações (J2) do Quartel-General da Missão em Kampala.

Em 2013 e até 10 de março, Portugal continuou a contribuir para esta missão nos mesmos moldes anteriores.

Desde 11 de março, Portugal participou, numa 1ª fase com um efetivo de 5 militares. Continuou a garantir o J2 em Kampala e começou a contribuir com 4 militares para a equipa de instrução no Curso de Comandantes de Companhia (*Coy Commanders Course*) do 5º Intake, liderada por um militar espanhol.

Numa segunda fase, a partir de 03 de agosto de 2013 e até 5 de dezembro 2014, altura em que retraiu, Portugal liderou a equipa de treino de Comandantes de Companhia do 6º Intake, tendo Espanha como parceira na formação às Forças Somalis, contribuindo, então, com um efetivo de 5 militares para esta equipa que liderou e em 2014 com 2 militares, que retraíram em 19 de dezembro de 2014.

Portugal continuou a garantir um militar na função de J2 em Kampala até ao dia 30 de dezembro, dia em que foi projetado para Mogadíscio (*Mogadíscio International Airport – MIA*) na Somália, dando início a uma nova fase nesta missão de treino em que o seu Quartel-General foi deslocizado para o MIA e as missões de treino passaram a decorrer no *Jazeera Training Camp* (JTC), em Mogadíscio.

Adicionalmente, nos meses de outubro a dezembro de 2014, Portugal foi a nação líder no mister do *Reintegration Course for SNA Cadets*, com a participação de 2 OF-2, retraindo, também a 19 de dezembro de 2014. Em 2015, alargou-se a formação de Comandantes de Companhia à de Comandantes de Batalhão

Em 2015 Portugal guarneceu os cargos de J2 - *Intelligence Analyst*, até 12 de maio de 2016, o cargo de *J4 Engineering and Infrastructure* (JEng), o cargo de Trainer 5 e Trainer 7 bem como o cargo de *Training Team Assistant* que terminou em 01 de janeiro de 2016, cargos que foram guarnecidos por um total de 9 militares.

3.1.4.2 - Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (*Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália* (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).

A União Europeia (UE), em apoio às Resoluções 1.814 (2008), 1.816 (2008) e 1.838 (2008) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, deu início a uma operação militar em 2008 na costa da Somália, com a designação Operação Atalanta, aprovada pela Resolução do Conselho da União Europeia 2008/851/CFSP de 10 de novembro de 2008.

A “Operação Atalanta” tem como objetivo, proteger o tráfego marítimo que atravessa o Golfo de Áden e a bacia da Somália, em particular os navios fretados pelas Nações Unidas no âmbito do *World Food Programme*, e ainda, prevenir e deter os atos de pirataria ou assaltos a navios nessa área.

Em 2012, Portugal empenhou um meio naval num período de 2 meses.

Em 2013, Portugal voltou a estar empenhado nesta Missão, tendo participado com um Comando, respetivo Estado-Maior e uma unidade naval (NRP Álvares Cabral), por um período de 4 meses (6 de abril a 6 de agosto).

Em 2014, a participação nacional consubstanciou-se no empenhamento sucessivo de três oficiais no *Force Headquarters* (FHQ), a bordo do navio chefe da força naval, contando ainda desde novembro, pelo período de um ano, com um *Staff Officer* no *Operation Headquarters* (OHQ) da operação.

Em 2015, a participação nacional cingiu-se ao empenhamento de um militar no FHQ, a bordo do navio chefe da força naval, a exercer funções de *Battle Watch Assistant*, com rotação semestral, e de um militar no OHQ em *Northwood*, com rotação anual.

3.1.4.3 - EUROFORÇAS

A EUROMARFOR (EMF) nasce na sequência da declaração de Petersberg, em 1992, assinada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da União Europeia.

Depois de um processo de consulta que teve início em 1993, França, Itália, Espanha e Portugal, demonstraram vontade em contribuir para a realização das suas missões, tendo a declaração de Lisboa, assinada a 15 de maio de 1995, criado formalmente as EUROFORCES (com a componente marítima a designar-se como EUROMARFOR - EMF e a componente terrestre como EUROFOR, atualmente desativada).

Portugal tem participado na EMF desde o seu início e, como membro da UE, continua empenhado na satisfação dos compromissos internacionais assumidos por esta no âmbito militar, nomeadamente através de missões de caráter humanitário, de manutenção de paz e no apoio à reconstrução de Estados.

A EMF é uma força naval multinacional, não permanente, que pode, num curto espaço de tempo, constituir-se como uma força pronta para atuar e ser empregue em vários tipos de missões, nomeadamente missões humanitárias e de salvamento, manutenção da paz, de combate em gestão de crises e restabelecimento da paz.

O Comando da EMF (COMEUROMARFOR - CEMF) foi durante o ano de 2015, ativado para participar no exercício SPANISH MINEX15, de 18 a 28 de maio, no Mediterrâneo Ocidental, e no exercício CONTEX/PHIBEX15, de 15 a 27 de junho de 2015, nas áreas de exercícios nacionais.

Portugal participou no exercício SPANISH MINEX15 com um efetivo total de 85 militares, dividido pelos seguintes meios:

- Uma unidade naval tipo corveta (FS) – NRP Baptista de Andrade;
- Um *Diving Support/EOD Team*;
- Um OF3 *Assistant Chief of Staff* (ACOS), entre 14 e 28 de maio.

Portugal participou no exercício CONTEX/PHIBEX15 com um efetivo total de 182 militares, dividido pelos seguintes meios:

- Uma unidade naval tipo fragata (FFGH) – NRP Álvares Cabral;
- Um OF4 *Chief of Staff* (COS), entre 11 e 26 de junho.

3.1.4.4 - Máli – Missão de treino da UE para a reforma do setor militar e de segurança do Mali (EUTM Mali)

Por carta datada de 24 de dezembro de 2012, o Presidente da República do Mali endereçou à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança um convite no qual se congratulava com o destacamento de uma missão de formação militar da UE no Mali.

Tendo em conta a Decisão 2013/34/PESC do Conselho da União Europeia, de 17 de janeiro de 2013, promove uma missão militar da União Europeia que tem em vista contribuir para a formação das Forças Armadas do Mali (EUTM Mali).

A EUTM Mali foi então lançada em 18 de fevereiro de 2013 e cujo Mandato teria uma duração de prevista de 15 meses, com o objetivo de treinar e aconselhar as para as Forças Armadas do Mali (MAF), sob o controle das autoridades civis legítimas, a fim de contribuir para restaurar a sua capacidade militar com vista a permitir-lhes participar em operações de combate.

Para esta missão contribuem 27 Nações num total de 564 Militares entre o Quartel-general da Missão em Bamako e o Campo de Treino em Koulikoro, a 60 Km da capital.

Em 06 de fevereiro de 2013 o Conselho Superior de Defesa Nacional deu parecer favorável sobre o apoio militar nacional para esta missão de treino com um efetivo de 7 militares, nos termos definidos pela PortariaNº 116/2013, de 20 de fevereiro, publicada no Diário da República 2ª série, Nº43, de 1 de Março de 2013.

Neste âmbito a 25 de fevereiro de 2013 foi projetado um Oficial da Força Aérea para o cargo de Adjunto para as Comunicações (DJ6), no Quartel-general da Missão.

Em 12 de Outubro de 2013, foram projetados mais 6 militares para o Campo de Treino de Koulikoro, para ministrar Instrução e Treino de Atiradores Especiais aos 2º e 3º Batalhões. A formação a estes 2 Batalhões terminou a 20 de março de 2014.

A EUTM Mali terminou o seu primeiro mandato em 17 de maio de 2014, iniciando-se então o segundo mandato de 24 meses até 18 de maio de 2016, aprovado pela Decisão n.º 2014/220/PESC, de 15 de abril de 2014.

Durante o ano 2015 foram projetados 05 militares:

- 1 militar no MHQ em Bamako, no cargo de J3 Current Ops Specialist, desde 28 de setembro de 2014;
- No Koulikoro Training Center desde jan 2015 até maio e de novembro 2015 até maio 2016 com 4 militares no treino de Forward Tactical Air Controller (FTAC).

3.1.4.5 - República Centro Africana – European Union Military Advisory Mission (EUMAM RCA)

A 16 de Março de 2015, o Conselho Europeu lançou a missão de aconselhamento militar da UE na República Centro-Africana (EUMAM RCA), visando apoiar as autoridades centro-africanas na preparação de uma reforma do sector da segurança e defesa, tendo como destinatário principal o Ministério da Defesa (MinDef) e as forças armadas da República Centro Africana (FACA).

Esta missão insere-se no apoio integrado à RCA, por parte da UE e surge a jusante da operação da União Europeia EUFOR CAR, que completou o seu mandato a 15 de março de 2015, transitando esse papel para a ONU, no âmbito da missão *UN's Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA). Em cooperação estreita com a MINUSCA, no seu mandato para a estabilização da RCA, a EUMAM RCA desempenha um papel essencial no reforço do sector da segurança e defesa, tendo como objetivo principal o aconselhamento às autoridades militares da RCA sobre as reformas necessárias para transformar as forças armadas da RCA num exército profissional, democraticamente controlado e

eticamente representativo, que se materializa em ações de formação e cursos de carácter não operacional ministrados pelos elementos da EUMAM e no apoio em projetos de engenharia.

A *Initial Operational Capability* (IOC) foi atingida a 30 de abril de 2015 com a maioria dos conselheiros já no teatro e a *Full Operational Capability* (FOC) foi declarada a 17 de julho, sendo a 31 de dezembro de 2015 composta por 70 militares de 11 nações. A presente missão tem por base um mandato de 12 meses a partir da FOC, estando neste momento a ocorrer a transição do figurino da missão de EUMAM para EUTM.

No quadro respeitante à missão da EUMAM CAR, Portugal participa, desde 17 de abril de 2015, com um efetivo de 8 militares no Estado-Maior da missão, que se constitui como o 3º contingente mais numeroso, ocupando os seguintes cargos:

- *J2 Chief*
- *J8 Deputy*
- *J4 Engineer/Infrastructure Specialist*
- *J4 Assistant Supply Specialist*
- *J5/7 Deputy Advisor*
- *J6 Assistant IT/Helpdesk*
- Célula de Gestão da Informação (2 militares)

3.1.4.6 - FRONTEX – Missão da Força Aérea Portuguesa de apoio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) através da participação de uma aeronave P3-C+ e uma aeronave C-295M, guarnecidas das respectivas tripulações.

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), é um organismo da União Europeia criado pelo Regulamento N°2007/2004 do Conselho Europeu de 26 de Outubro de 2004, tendo em vista uma gestão integrada das fronteiras externas dos Estados-membros. Ao Ministério da Administração Interna (MAI), através do SEF, cabe a missão, entre outras, de proceder ao controlo da circulação de pessoas, na qual se inclui a prevenção dos riscos da imigração ilegal. Assim, o SEF constitui-se a entidade para a coordenação no que respeita a operações da Agência FRONTEX, sendo, quando necessária, assessorado pela Força Aérea.

Nos últimos 3 anos a Força Aérea tem sido solicitada para cooperar em operações conjuntas da Agência FRONTEX, com meios específicos de vigilância marítima.

Neste âmbito, e a coberto da DIROP N°21 do CEMGFA de 2013, a Força Aérea Portuguesa contribuiu para a missão de Informações, Vigilância e Reconhecimento (ISR), com o objetivo de detetar, caracterizar e seguir os alvos de interesse e apoiar as unidades marítimas na interceção dos mesmos, com uma aeronave C-295 e uma aeronave P-3C.

Durante o ano de 2015 a Força Aérea contribuiu com missões ISR, AMOV e de suporte para as Operações Conjuntas (JO) tendo resultado nos seguintes dados:

- JO INDALO, com a aeronave C-295M, de 01 a 31 de julho a partir de Málaga, tendo sido efetuadas 31 missões num total de 130h45 HV e detetados 4.928 contatos de superfície;
- JO TRITON, com a aeronave P-3C+, de 01 a 31 de julho a partir de Sigonella, tendo sido efetuadas 22 missões num total de 115H00 horas e detetados 16.662 contatos de superfície;
- JO TRITON, com a aeronave P-3C+, de 01 a 30 de agosto a partir de Sigonella, tendo sido efetuadas 20 missões num total de 114H55 horas e detetados 23.022 contatos de superfície;
- JO HERA, com a aeronave C-295M, de 22 de agosto a 30 de setembro a partir do Aeroporto Internacional de Dakar, tendo sido efetuadas 34 missões num total de 181h40 horas e detetados 181.400 contatos de superfície;
- JO TRITON, com a aeronave C-295M, de 01 a 31 de outubro a partir de Sigonella, tendo sido efetuadas 23 missões num total de 139h55 horas e detetados 2.816 contatos de superfície.
- JO POSEIDON, com a aeronave C-295M, de 01 a 30 de novembro a partir de Kalamata, tendo sido efetuadas 26 missões num total de 159h30 horas e detetados 2.686 contatos de superfície.

3.1.4.7 - Operações de *Maritime Domain Awareness* (MDA)

Nos últimos anos, o *Maritime Domain Awareness* (MDA) tornou-se cada vez mais importante nas ações nacionais e internacionais, especialmente em cooperação com diversas agências governamentais.

Como parte da estratégia nacional, é no desenvolvimento e na promoção de iniciativas da segurança marítima, que estes exercícios fazem parte não só de uma estratégia de colaboração e ajuda, como de uma ação de cooperação multilateral entre o nosso país e países fundamentalmente ligados por laços económicos e culturais.

3.1.4.7.1 - Operação *Junction Rain* 15

No âmbito da *Africa Maritime Law Enforcement Partnership* (AMLEP) realizou-se a Operação *Junction Rain* 15, constituindo-se como uma operação real, cujo objectivo é o combate às actividades ilícitas na Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde.

A AMLEP é uma iniciativa norte americana que permite às nações africanas parceiras desenvolver a capacidade de segurança marítima e melhorar a gestão do seu ambiente marítimo através de operações combinadas.

Estas operações empregam equipas especializadas para abordagem a embarcações suspeitas, com o principal objetivo de garantir a aplicação da lei do país anfitrião Africano, juntamente com uma equipa de abordagem da United States Coast Guard, operando a partir de um navio da Marinha dos EUA.

Esta operação contou com a participação da unidade naval USNS SPEARHEAD em apoio à *United States Coast Guard* e à Guarda Costeira de Cabo Verde, assim como de um US P-3C (VP-4), destacado na Ilha do Sal.

A Força Aérea Portuguesa participou a partir do aeroporto da Praia, Cabo Verde, de 12 a 20 de janeiro, com um P-3C+, tendo sido efetuadas 29H15 HV (inclui AMOV 11H55).

3.1.4.7.2 - OBANGAME EXPRESS 2015

O OBANGAME EXPRESS 15 procura desenvolver e doutrinar as nações africanas da área do Golfo da Guiné, numa razão de proximidade e parceria de trabalho comum, com o principal objetivo de assegurar a segurança marítima na região.

De 14 a 28 de março, foram realizadas 2 missões de cooperação bilateral com São Tomé, 2 missões cooperação bilateral com Angola e 3 missões OE15 com um total de 54H35 na aeronave P-3C+ (inclui AMOV 23H50).

3.1.4.7.3 - SAHARAN EXPRESS 2015 (SE15)

Tendo em consideração os objetivos do *Maritime Domain Awareness* (MDA), é precisamente neste sentido que o SE15 poderá contribuir de forma positiva na aproximação militar, cultural e até mesmo económica. Estes exercícios são uma iniciativa norte americana, resultante da Africa Partnership Station (APS) e enquadra-se numa série de exercícios Express que o United States Africa Command (AFRICOM) desenvolve ao longo do ano, em várias regiões do continente africano.

Para este efeito foram realizadas 3 missões cooperação bilateral com Cabo Verde e 3 missões SE15 com um total de 35:30 HV (inclui AMOV 10H35) com a aeronave P-3C+, de 24 a 28 de abril na mesma região.

3.1.4.7.4 - GOLFO DA GUINÉ 2015

Cooperar numa perspetiva multilateral de empenho dos meios nacionais, aplicada a uma área de interesse estratégico mundial, como também participar numa ação doutrinária multinacional.

Para este efeito, de 24 a 28 de maio em São Tomé e de 28 de maio a 4 de junho em Cabo Verde, a Força Aérea Portuguesa efetuou 38H00 com a aeronave P-3C+ (inclui AMOV 16:25 HV).

3.1.5 - Outras Operações

3.1.5.1 - Golfo da Guiné - Exercícios série Express e ações de cooperação bilateral

Pelo terceiro ano consecutivo, Portugal participou nos exercícios da série Express, *OBANGAME EXPRESS* e *SAHARAN EXPRESS*, promovidos anualmente pelo Comando das Forças Americanas em África (US AFRICOM), que têm por objetivo fortalecer a capacidade dos parceiros africanos, através de treino e formação, na melhoria da segurança marítima nas regiões do Golfo da Guiné e da costa ocidental africana, incrementar o conhecimento situacional marítimo e, paralelamente promover a cooperação entre parceiros africanos com os Estados Unidos da América e a Europa.

Tirando partido da presença de meios navais e aéreos na região, desenvolveram-se programas de atividades no âmbito da cooperação bilateral e multilateral, com ênfase para os países da CPLP São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, enquadradas em acordos de cooperação no âmbito da fiscalização, vigilância conjunta, segurança marítima, bem como, ações de presença nacional naqueles países e no Gana.

Os objetivos (estratégicos e específicos) destes exercícios são genericamente os seguintes:

Objetivos Estratégicos:

- Reforço da capacidade dos parceiros africanos no combate às ameaças marítimas;

- Promoção da cooperação entre parceiros africanos com os Estados Unidos e a Europa.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a interoperabilidade entre Maritime Operation Centers e meios navais;
- Promover a edificação de *Maritime Domain Awareness*;
- Treinar a capacidade de *Maritime Interdiction Operations*;
- Reforçar a capacidade de troca de informações;
- Desenvolver a capacidade operacional face a ameaças marítimas;
- Desenvolver a coordenação interagências dentro de cada país.

No ano de 2015 a participação nacional materializou-se nas tarefas que seguem.

3.1.5.1.1 - Exercício OBANGAME EXPRESS 15

Entre os dias 19 e 27 de março, a fragata Bartolomeu Dias, composta por 174 militares, (sem helicóptero embarcado) esteve envolvida no exercício *Obangame Express*, no Golfo da Guiné. Este exercício teve como objectivo o reforço da capacidade dos parceiros africanos no combate às ameaças marítimas e a promoção da cooperação entre parceiros africanos com os Estados Unidos e a Europa. A 19 de março o navio português fundeou na Baía Ana Chaves, em São Tomé e Príncipe, de forma a participar na reunião de coordenação para o exercício, cuja fase LIVEX decorreu de 20 a 26 de março, no Golfo da Guiné, incidindo nas áreas de *Maritime Domain Awareness*, *Maritime Interdiction Operations* e na interoperabilidade entre *Maritime Operation Centers* de São Tomé e Príncipe, Congo, República Democrática do Congo e Angola com os meios navais participantes.

Também a aeronave P-3 participou neste exercício, entre 15 e 29 de março, constituindo a Força Aérea um destacamento em São Tomé e Príncipe com 25 militares, tendo adicionalmente um militar sido destacado para o Gana como Oficial de Ligação ao exercício. Neste âmbito foram realizadas 6 missões ISR, totalizando 54H40 de voo.

3.1.5.1.2 - Exercício SAHARAN EXPRESS 15

Entre os dias 20 e 27 de abril, a fragata Bartolomeu Dias, composta por 174 militares, (sem helicóptero embarcado) esteve envolvida no exercício *Obangame Express*, ao largo de Cabo Verde. Este exercício teve como objectivo o reforço da capacidade dos parceiros africanos no combate às ameaças marítimas e a promoção da cooperação entre parceiros africanos com os Estados Unidos e a Europa. A 20 e 21 de abril o navio português participou em treinos na área Médica e de *Maritime Interdiction Operations*, efetuados no porto de Mindelo, na Ilha de São Vicente em Cabo Verde. A 21 de abril, ainda em Mindelo, participou na *Pre-Sail Conference* do exercício. A fase LIVEX decorreu de 22 a 25 de abril, ao largo de Cabo Verde, incidindo nas áreas de *Maritime Domain Awareness*, *Maritime Interdiction Operations* e na interoperabilidade entre *Maritime Operation Centers* de Cabo Verde, Senegal e Mauritânia com os meios navais participantes.

Também a aeronave P-3 participou neste exercício, no período de 18 a 28 de abril, tendo a Força Aérea constituído um destacamento em Cabo Verde com 25 militares e um Oficial de Ligação em Dakar. No âmbito deste exercício foram realizadas 6 missões de ISR e foram voadas 35H30.

3.1.5.1.3 - Ações de cooperação bilateral

Durante a missão, a Marinha e a Força Aérea desenvolveram iniciativas bilaterais de Cooperação Técnico-Militar com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné Bissau e Guiné Equatorial, enquadradas nos acordos de cooperação e no âmbito da fiscalização e vigilância conjunta.

Para além dos meios referidos nos pontos anteriores, participou também nesta missão o Navio Patrulha Oceânico NRP Figueira da Foz, com 60 militares embarcados, no período de 5 de maio a 2 de julho de 2015.

3.1.5.2 - Coligação Internacional de combate ao Dae'sh / Operação Inherent Resolve – Iraque (OIR-I)

A Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 2170 (2014), relativa às ameaças à paz e segurança internacional causada por atos terroristas, impõe um conjunto de sanções contra o DAESH e uma mitigação das fontes de financiamento e recrutamento que apoiam o designado Estado Islâmico.

A resolução apela, ainda, à comunidade internacional para apoiar as autoridades iraquianas a garantir proteção e assistência às pessoas e aos intervenientes regionais para a contribuição nos esforços de promoção da segurança e da estabilidade no Iraque.

À margem da cimeira da NATO no País de Gales, em setembro de 2014, começou a ser desenhada a composição de uma Coligação Internacional (CI) contra o DAESH, em conjunto com outros países amigos e aliados, com o objetivo de "degradar e destruir" essa ameaça no Iraque e na Síria, congregando inicialmente 40 países e presentemente ultrapassando os 60.

A CI insere-se na *Operation Inherent Resolve* (OIR) em curso, tendente a envolver um leque alargado de opções que vão desde as ações de treino e formação de quadros e forças de combate, ao fornecimento de equipamento e armamento às forças curdas e iraquianas.

A Coligação, liderada pelo *United States Central Command* (USCENTCOM), localizado em Tampa, com um *Combined Joint Task Force* (CJTF), localizado no Kuwait, e com um *Combined Force Land Component Command* (CFLCC), localizado em Bagdade, compreende um plano de campanha com 4 Fases, previsivelmente dilatadas no tempo, como se indica:

Fase 1. Em desenvolvimento, e para além das operações aéreas inclui a aplicação da modalidade *Advise & Assist* (A&A) das forças militares iraquianas ao nível de Brigada ou Divisão;

Fase 2. Em desenvolvimento, dando especial ênfase à reconstituição do Exército Iraquiano. Para esse efeito, foi desenvolvido a *Building Partnership Capacity* (BPC), com o estabelecimento de 4 bases de treino, lideradas pelos EUA em AL-ASAD, pela Austrália em TAJI, pela Alemanha em ERBIL e pela Espanha em BESIMAYA. Cada base será responsável pelo treino e formação de três brigadas, com ciclos de formação de sete a oito semanas;

Fase 3. Uma vez consolidado o treino das forças iraquianas, a assistência terá um enfoque sobretudo ao nível institucional, primariamente nas atividades de Reforma do Sector de Segurança (RSS) do país;

Fase 4. Nesta fase, considerada de processo de normalização, a CI prevê a continuação do esforço de RSS, complementado com a existência de programas de formação e treino.

A missão tem uma duração prevista de um ano, podendo ser prorrogada por quatro ou cinco anos.

Com parecer favorável do CSDN de 16 de dezembro de 2014, Portugal participa, desde maio de 2015, na fase 2 do esforço da CI de combate ao DAESH, para Apoio à Formação e Treino das FSI, com um CN constituído por trinta (30) militares, no Base de Treino de Besmaya, integrado na BPC de Espanha, por um período de um ano.

Portugal contribui, ainda, com um oficial de ligação, Training Officer e SNR no TO, desenvolvendo as suas funções no CJFLCC-I, em Bagdade e um oficial de ligação do CN e *Intel Analyst no Multinational Intelligence Cell* no CJTF, no Kuwait.

Estes militares têm as seguintes tarefas principais:

- Os formadores de Estado Maior (EM) da TF Besmaya executam, entre outras tarefas, a coordenação de reuniões com os participantes nas diferentes atividades de formação em curso e futuras, coordenação dos recursos necessários às atividades de formação corrente e futura da TF Besmaya e apoio à rotação do CN em termos de documentação e gestão dos recursos materiais e humanos;
- Os formadores de EM do QG de Brigada executam, entre outras tarefas, o planeamento e formação de curso na área C-IED, de Engenharia de Combate (*Combat Engineer Training Team*) e na coordenação das atividades de formação da Escola EOD, no âmbito da Engenharia, atividades específicas nas áreas de logística e pessoal da Brigada;
- As equipas de formação/treino do Batalhão executam, entre outras tarefas, treino do âmbito da Infantaria ao nível Secção, Pelotão e Companhia de Atiradores, essencialmente relacionado com o combate em áreas edificadas, dando ênfase à resolução de problemas táticos para desenvolvimento da capacidade de comando e liderança dos Cmdt's Comp iraquianos. Particularizando, formação de navegação, tiro de armas ligeiras e pesadas e levantamento de cursos a pedido, como formação de Atirador Especial (posteriormente assumido pelos formadores espanhóis), armamento ligeiro ou condução todo-o-terreno, são exemplo de outras atividades desenvolvidas pelo CN. Mais recentemente, o treino evoluiu para as componentes mecanizada e blindada, que constituíram as últimas audiências de treino e as que proximamente virão receber treino em Besmaya, no caso blindado beneficiando da forte componente em Cavalaria do anterior CN, em termos de levantamento do programa de treino e de *Exchange knowledge* com a Escola de Carros de Combate iraquiana de Besmaya;
- Os LNO, para além da ligação entre os respetivos QG, a força e o TN, desenvolvem tarefas específicas de cargo CE nos QG de projecção: no Kuwait, cargo de *Intel Analyst/Multinational Intelligence Cell* (MIC) e em Bagdade, no cargo de *Training Officer/J7* de especial interesse para o desempenho da atividade formativa do CN.

3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES

Para tipificar a participação de Forças Armadas em operações em apoio da ação externa do Estado, foi adotada a Doutrina em vigor na NATO, a qual preconiza a seguinte partição:

3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva

3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO)

3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO)

- (1) Manutenção de Paz (PK);
- (2) Imposição de Paz (PE);
- (3) Prevenção de Conflitos (CP);
- (4) Restabelecimento da Paz (PM);
- (5) Consolidação da Paz (PB);
- (6) Operações Humanitárias (HO).

3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO)

- (1) Apoio a operações humanitárias.
 - a. Assistência a deslocados e refugiados;
 - b. Operações humanitárias (fora do âmbito das PSO).
- (2) Assistência a desastres;

Apoio à população de Cabo-Verde

Na sequência da erupção do vulcão Pico do Fogo na ilha do Fogo, as Forças Armadas Portuguesas participaram desde 28 de novembro até 14 de dezembro nas operações de apoio à população de Cabo Verde.

As participações nacionais nas operações de apoio à população de Cabo-Verde consubstanciaram-se no emprego da Fragata Álvares Cabral com um efetivo de 204 militares.

- (3) Busca e salvamento;
- (4) Operações de evacuação de não combatentes (NEO);
- (5) Operações de extração;
- (6) Apoio às autoridades civis;
- (7) Imposição de sanções e embargos.

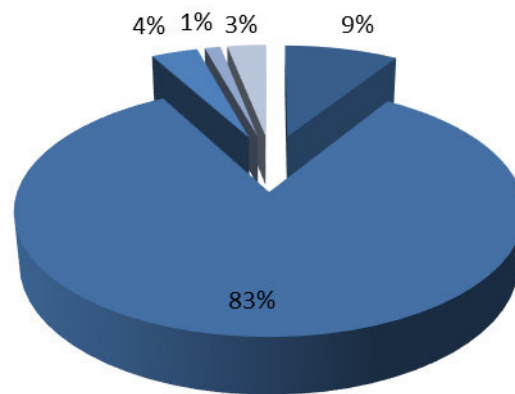
3.3 - DESPESAS COM AS MISSÕES

Os encargos financeiros resultantes da participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz conduzidas sob a égide das diversas organizações de que Portugal faz parte atingiram, no ano de 2014, um total de **49.993.220,00€**, conforme indicado no quadro seguinte, sendo as missões da NATO aquelas que, de longe, representaram a maior parcela:

Ano: 2015			
Organização	Missão	Custo/Missão (Euros)	TOTAL (Euros)
ONU	UNAMA	32.559	4.474.359
	MINUSMA	4.441.800	
NATO	ACTIVE ENDEAVOUR	1.179.000	41.529.609
	IRF/NRF	1.738.013	
	ISAF	8.190	
	KFOR	12.035.211	
	GOLFO DA GUINÉ	4.979.653	
	SNMG	12.906.729	
	RESOLUTE SUPPORT MISSION	575.691	
	ASSURANCE MEASURES	7.973.964	
	QG's EMGFA	133.158	
	EUTM-MALI	355.301	
UE	EUTM-SOMÁLIA	339.065	1.837.463
	EUNAVFOR ATALANTA	102.358	
	EUROMARFOR	546.548	
	EUMAM - RCA	243.703	
	CIM's	250.488	
NACIONAL	COMANDO E CONTROLO	551.512	624.119
	CABO VERDE	72.607	
COLIGAÇÃO MULTINACIONAL		1.527.670	1.527.670
TOTAL			49.993.220

% de Custos por Organização

■ ONU ■ NATO ■ EU ■ Nacional ■ Coligação Multinacional



3.4 - APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS

3.4.1 - Operações/Missões realizadas

Organização	Código/Operação	Tipo Operação	País/Região	Período Operação/Missão	Pessoal Empenhado
ONU	UNAMA		Afganistão	Até 09OUT	1
	UNAMA		Afganistão	Desde 09OUT	1
	MINUSMA		Mali	15JAN - 15MAR	72
	MINUSMA		Mali	15MAR - 15MAI	72
NATO	1º CN RSM	PSO/PK	Afganistão	01JAN-20AGO	10
	2º CN RSM	PSO/PK	Afganistão	14AGO-13FEV16	10
	Active Endeavour	Artº 5º	Mediterraneo Ocidental	01JAN – 31DEC	13
	Active Endeavour	Artº 5º	Mediterraneo	24SET – 09OUT	35
	1ºBIPARA KFOR		Kosovo	01JAN – 06ABR	181
	GAM KFOR		Kosovo	06ABR – 05OUT	190
	IRF/NRF	PSO / PK	NATO	2015	78
	2ºBIMec KFOR		Kosovo	05MAR – 31DEC	190
	Comando do SNMG1		Atlântico / Mediterrâneo / Mar Báltico / Mar Negro	07JUN – 20DEC	195
	AM Lituânia		Lituânia	28MAR – 31JUL	140
	AM Roménia	PSO/PK	Roménia	06MAI e 30JUN	173
EMGFA	OBANGAME	CRO /AUC	Golfo da Guiné	Março	26
	Saharan Express	CRO /AUC	Golfo da Guiné	Abril	24
	Junction Rain	CRO /AUC	Golfo da Guiné	Janeiro	25
UE	EUNAVFOR – Op. ATALANTA		FHQ - Oceano Índico	Até 06MAI	1
	EUNAVFOR – Op. ATALANTA		FHQ - Oceano Índico	06MAI – 06OUT	1
	EUNAVFOR – Op. ATALANTA		FHQ - Oceano Índico	Desde 06OUT	1
	EUNAVFOR – Op. ATALANTA		OHQ Northwood	Até 01DEC	1
	EUNAVFOR – Op. ATALANTA		OHQ Northwood	Desde 01DEC	1
	FRONTEX	INDALO	Mediterrâneo	01JUL – 31JUL	19
	FRONTEX	INDALO	Mediterrâneo	29JUL – 02SET	56
	FRONTEX	TRITON	Mediterrâneo	01JUL – 31AGO	24
	FRONTEX	HERA	Norte África (Senegal)	22AGO – 30SET	19
	FRONTEX	TRITON	Mediterrâneo	01OUT – 31OUT	19
	FRONTEX	POSSEIDON	Mediterrâneo	01NOV – 30NOV	19
	EUROMARFOR	SPMINEX	Mediterrâneo	18MAI – 28MAI	85
	EUROMARFOR	MCE	Atlântico	15JUN – 27JUN	182
	EUMAM RCA		Bangui	17ABR – 21OUT	8
	EUMAM RCA		Bangui	Desde 14OUT	8
	EUTM Mali		Bamako	Até 26MAI	1

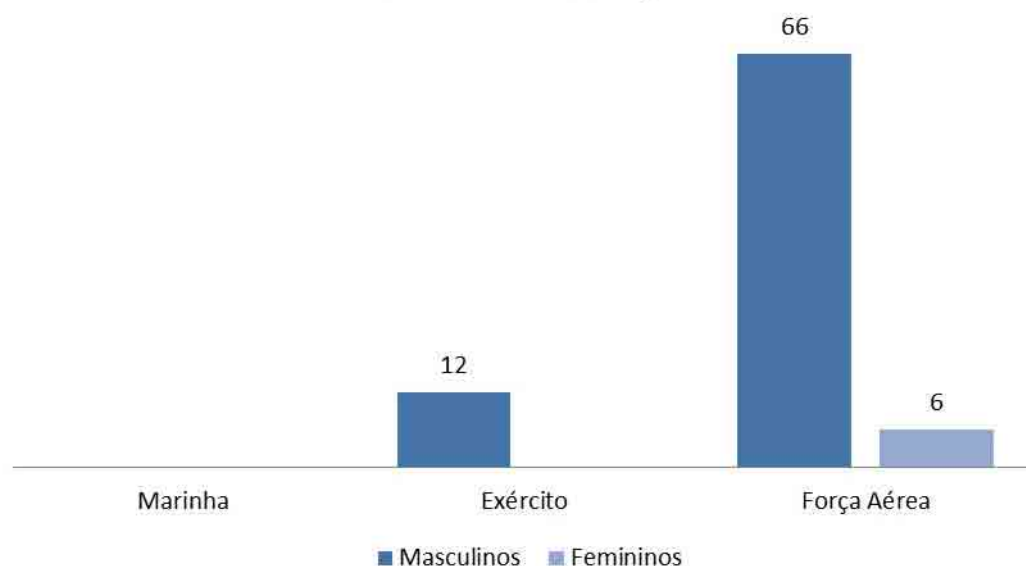
	EUTM Mali	Koulikoro	Até 25OUT	2
	EUTM Mali	Bamako	16MAI-15NOV	1
	EUTM Mali	Bamako	Desde 22JUN	1
	EUTM Mali	Koulikoro	Desde 30OUT	4
	EUTM Mali	Bamako	12MAI-16NOV	1
	EUTM Mali	Bamako	Desde 22JUN	1
	EUTM Somália	Mogadíscio HQ	Até 13 NOV	1
	EUTM Somália	Mogadíscio HQ	Desde 05NOV	1
	EUTM Somália	Mogadíscio HQ	Até 12JUN	1
	EUTM Somália	JTC/Mogadíscio	Até 05JUL	1
	EUTM Somália	JTC/Mogadíscio	Desde 26JUN	1
	EUTM Somália	JTC/Mogadíscio	Desde 08MAI	1
	EUTM Somália	Mogadíscio HQ	Desde 06JUN	1
	EUTM Somália	JTC/Mogadíscio	Desde 25SET	1
	EUTM Somália	JTC/Mogadíscio	Desde 27NOV	1
Golfo da Guiné	EXPRESS / Mar Aberto	Atlântico / Golfo da Guiné	02MAR – 12MAI	
			15MAR – 29MAR	
			18ABR - 28ABR	
			05MAI – 02JUL	
Coligação Internacional	1ºCN Operação Inherent Resolve	Iraque	09MAI15-09NOV15	32
	2ºCN Operação Inherent Resolve	Iraque	27OUT15-17MAI16	32
	TOTAL			1.924

3.4.1.1 - Operações/Missões no âmbito da ONU

3.4.1.1.1 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
UNAMA	Military Advisor									1		1	
MINUSMA	1C-130H + 1C-295M					3	9	12		59	12	65	6
TOTAL		-	-	-	-	3	9	12	-	60	12	66	6

Missões ONU - Nº de Efetivos por Sexo



3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos

(euros)		
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
UNAMA	Military Advisor	32.559
MINUSMA	1C-130H + 1C-295M	4.441.800
TOTAL		4.474.359

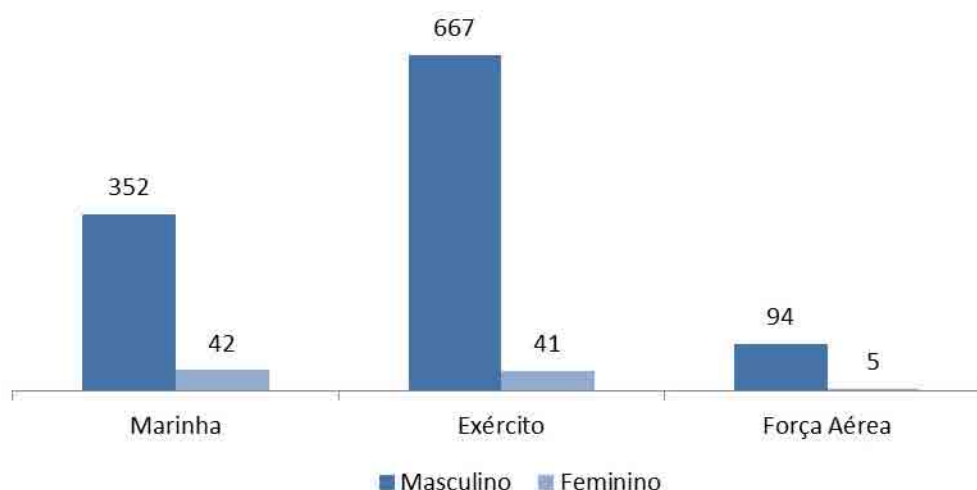
(1) Regularização de despesas

3.4.1.2 - Operações/Missões no âmbito da NATO

3.4.1.2.1 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
Comando do SNMG1	NRP D. Francisco de Almeida	161	34	174	21								
RSM	1º CN					8		8		2		2	
	2º CN	1		1		7		7		2		2	
Active Endeavour	P3-C+												
	NRP D. Francisco de Almeida	161	34	174	21								
KFOR	1ºBIPara KFOR					62	119	173	8				
	GAM KFOR	1		1		63	119	174	8	3		3	
	2ºBIMec KFOR	2		2		67	120	181	9	1		1	
AM Roménia	4x F-16M									147	26	166	7
IRF/NRF	P3-C+									49	29	73	5
AM Lituânia	1 RECCE COY					44	96	124	16				
TOTAL		326	68	352	42	251	454	667	41	83	16	94	5

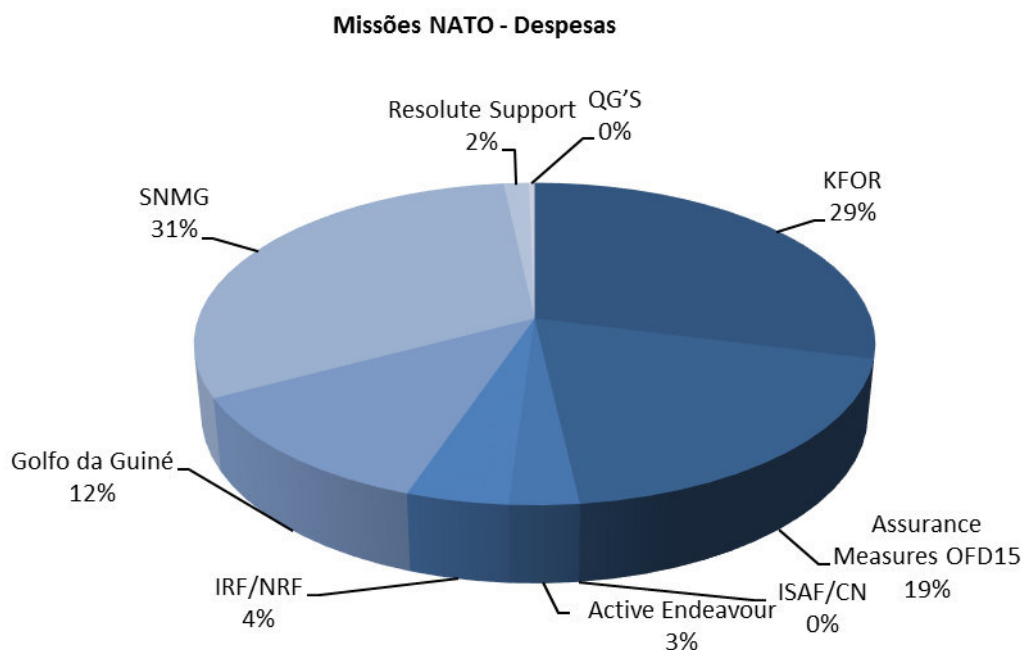
Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Nº de Efetivos por Sexo



3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Despesas

(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
KFOR	BA6 / C-130H	12.035.211
Assurance Measures OFD15	BA5 / 4x F-16	7.973.964
ISAF/CN	BA6 / C-130H	8.190
Active Endeavour	BA11 / P-3C+	1.179.000
IRF/NRF	BA11 / P-3C+	1.738.013
Golfo da Guiné		4.979.653
SNMG		12.906.729
Resolute Support	BA6 / C-130H	575.691
QG'S		133.158
TOTAL		41.529.609

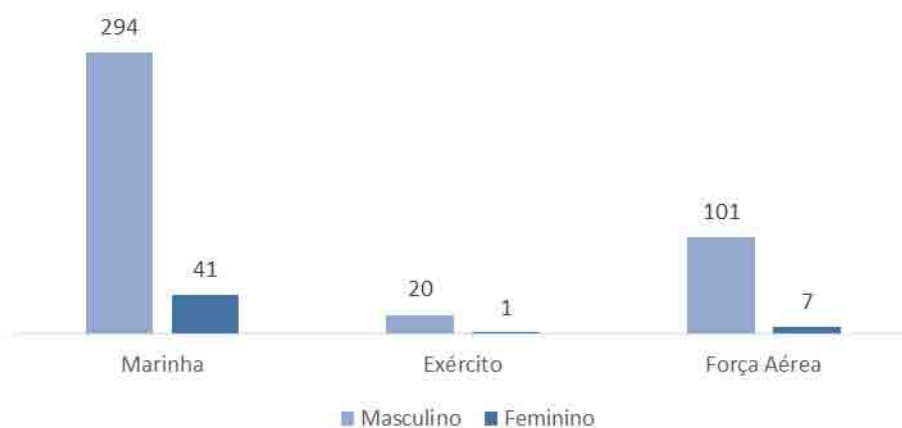


3.4.1.3 - Operações/Missões no âmbito da UE

3.4.1.3.1 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
Operação ATALANTA	staff OHQ	2		2									
	staff FHQ	3		3									
EUTM-SOMALIA						9		8	1				
EUTM-MALI		3		3		4		4		4		4	
EUMAM RCA		4		4		8		8		4		4	
FRONTEX - INDALO	1x C-295M									18	1	18	1
FRONTEX - INDALO	NRP Viana do Castelo	56		50	6								
FRONTEX - TRITON	1x C-295M									41	2	41	2
	1x P-3C												
FRONTEX - HERA	1x C-295M									16	3	17	2
FRONTEX - POSSEIDON	1x C-295M									17	2	17	2
EUROMARFOR	NRP Álvares Cabral	182		160	22								
EUROMARFOR	NRP Baptista de Andrade	85		72	13								
TOTAL		335		294	41	21	-	20	1	100	8	101	7

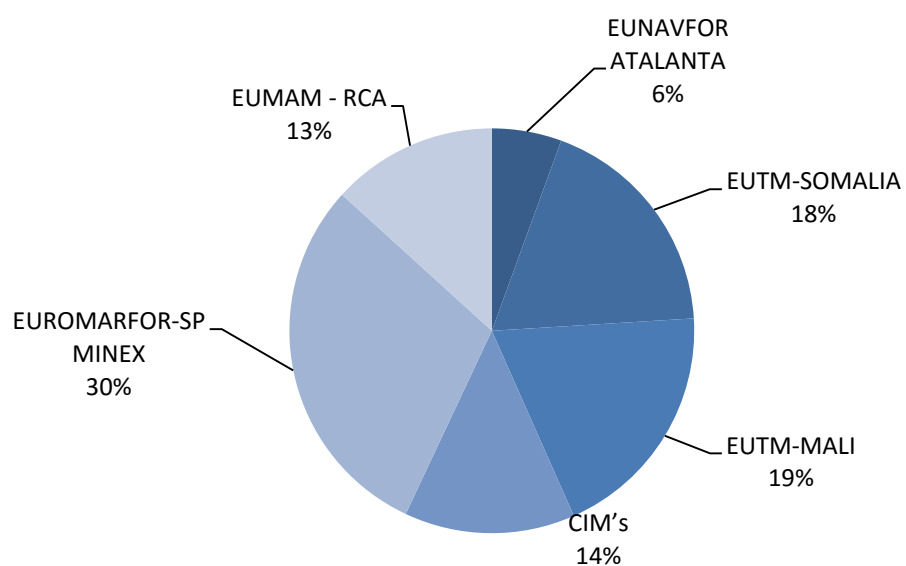
Operações/ Missões/ Compromissos no âmbito da UE - Nº de Efetivos por Sexo



3.4.1.3.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos

(euros)		
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
EUNAVFOR ATALANTA	1 Militares <i>staff</i> OHQ 1 Militar <i>staff</i> FHQ	102.358
EUTM-SOMALIA	Cargos HQ Mogadíscio / Equipas formação no Jazeera Training Camp	339.065
EUTM-MALI	Cargos HQ Bamako / Equipas formação no Koulikoro Training Center	355.301
CIM's		250.488
EUROMARFOR-SP MINEX	NRP Baptista de Andrade	546.548
EUMAM - RCA		243.703
TOTAL		1.837.463

Missões UE - Despesas



3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
NRF 15	1 FFGH (1º semestre)	161	34	174	21								
NRF 14	1 RECCE COY					38	102	124	16				
NRF 15	1 P-3C CUP+									49	29	73	5
TOTAL		161	34	174	21	38	102	124	16	49	29	73	5

The background of the page features a photograph of a large ship, possibly a naval vessel, sailing on the ocean. The image is overlaid with a semi-transparent geometric pattern of large, overlapping triangles in shades of blue and grey. In the bottom right corner, a large, bold, grey number '4' is prominently displayed, partially overlapping the ship's image.

Relações Bilaterais de Defesa e Cooperação Técnico-Militar

NOTA EXPLICATIVA

RELACIONAMENTO BILATERAL DE DEFESA

O relacionamento bilateral de defesa (com exceção da Cooperação Técnico-Militar com os Países de Língua Portuguesa, que, pela sua especificidade, será tratada em capítulo próprio) continuou a refletir, durante o ano de 2015, as limitações orçamentais transversais a todo o Ministério da Defesa e Ramos das Forças Armadas.

A cooperação internacional desenvolvida nesta área da política externa de defesa assenta nas grandes linhas orientadoras definidas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, refletindo, sobretudo, os compromissos assumidos no âmbito dos acordos internacionais e nos planos de atividades negociados em sede de comissões mistas e registando o esforço que tem sido desenvolvido na procura de novos parceiros e, potencialmente, de novos mercados, assumido o objetivo da economia da defesa no quadro da cooperação internacional de defesa.

Das atividades prosseguidas durante o ano 2015 no relacionamento bilateral no âmbito da defesa, salienta-se o acompanhamento do processo de redução da presença norte-americana na BA4, sita nas Lajes, no sentido de assegurar os interesses da Defesa nesse processo; a celebração do Acordo de Cooperação de Defesa com Espanha; a realização das reuniões das Comissões Mistas Luso-Argelina, Luso-Tunisina e Luso-Romena, que procederam ao balanço das atividades de cooperação realizadas entre as Partes e acordaram novos planos de cooperação bilateral; a realização da reunião do Grupo de Trabalho Político-Estratégico Portugal-Espanha; as reuniões bilaterais Portugal-EUA previstas no Acordo de Cooperação em Defesa; a V reunião de Cooperação Político-Estratégica de Defesa com o Brasil; as Consultas Político-Estratégicas com França e com Timor-Leste e as primeiras Consultas Político-Estratégicas com o Reino Unido, com a Noruega e com a Austrália; bem como a negociação de instrumentos jurídicos com a Arábia Saudita, a Argélia, o Canadá, a Colômbia, a Croácia, o Equador, os EUA, Marrocos, a Noruega, o Peru, o Qatar, o Reino Unido e Trinidad e Tobago.

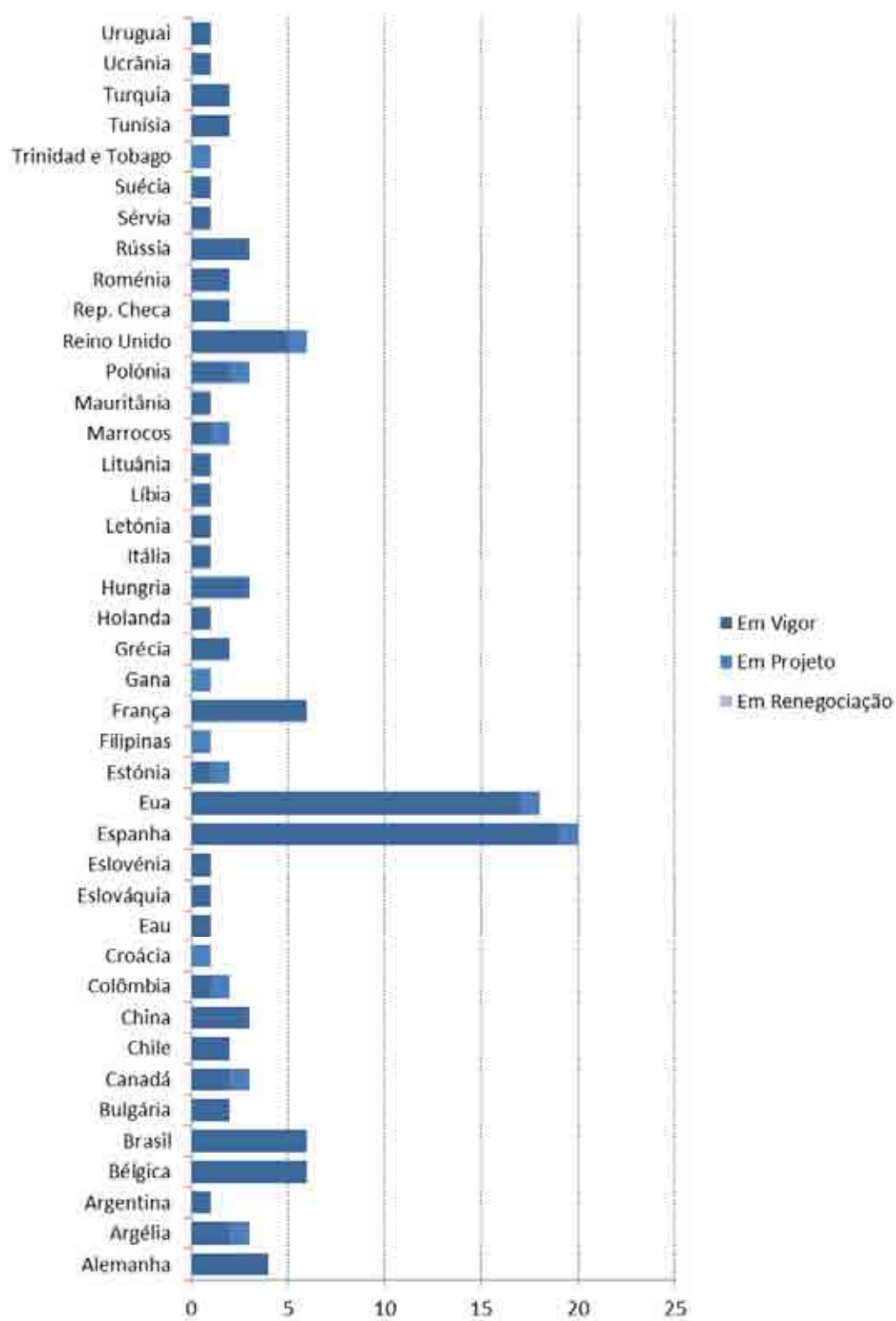
Para o sucesso da cooperação internacional de defesa tem sido fundamental o contributo e o envolvimento das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, continuando-se a registar níveis crescentes de articulação e partilha de informação entre os agentes da diplomacia de defesa.

Nos quadros seguintes apresenta-se, assim, o ponto de situação, referente ao ano de 2015, das atividades desenvolvidas no âmbito do relacionamento bilateral de defesa.

4.1 - ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA

4.1.1 - Acordos, convenções, memorandos de entendimento e cartas de intenções

País	Em Vigor	Em Projeto	Em Renegociação
Alemanha	4		
Argélia	2	1	
Argentina	1		
Bélgica	6		
Brasil	6		
Bulgária	2		
Canadá	2	1	
Chile	2		
China	3		
Colômbia	1	1	
Croácia		1	
Eau	1		
Eslováquia	1		
Eslovênia	1		
Espanha	19	1	
Eua	17	1	
Estônia	1	1	
Filipinas		1	
França	6		
Gana		1	
Grécia	2		
Holanda	1		
Hungria	3		
Itália	1		
Letônia	1		
Líbia	1		
Lituânia	1		
Marrocos	1	1	
Mauritânia	1		
Polónia	2	1	
Reino Unido	5	1	
Rep. Checa	2		
Roménia	2		
Rússia	3		
Sérvia	1		
Suécia	1		
Trinidad e Tobago		1	
Tunísia	2		
Turquia	2		
Ucrânia	1		
Uruguai	1		
Total	109	13	-



4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades

País	Número de Atividades Realizadas
Argélia	8
Austrália	1
Brasil	3
Chile	2
Espanha	1
Eua	10
França	1
Marrocos	16
Noruega	1
Reino Unido	1
Roménia	1
Tunísia	14

4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

País	Cruzeiros
Alemanha	9
Bélgica	1
Espanha	3
EUA	1
França	7
Reino Unido	4
Total	25

4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

País	Visitas
Alemanha	13
Argélia	3
Bélgica	5
Brasil	4
Canadá	13
Chile	1
China	3
Colômbia	2
Dinamarca	1
Equador	1
Espanha	35
Estónia	1
EUA	21
França	21
Índia	1
Itália	3
Letónia	1
Lituânia	1
Marrocos	1
Noruega	3
Países Baixos	9
Reino Unido	20
Suécia	3
Turquia	5
Total	171

4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização de Aeronaves Estrangeiras

País	Pedidos Processados		Total
	Permanentes	Não Permanentes	
África do Sul		2	2
Alemanha	104	35	139
Angola	23	2	25
Arábia Saudita	5	0	5
Argélia	18	2	20
Antígua e Barbuda	0	1	1
Austrália	0	2	2
Áustria	0	5	5
Bélgica	124	37	161
Bielorrússia	0	3	3
Bolívia	0	6	6
Brasil	31	10	41
Bulgária	24	4	28
Burkina-Faso	0	9	9
Camarões	1	0	1
Canadá	149	37	186
Chade	0	1	1
Chile	7	6	13
China	0	8	8
Colômbia	0	8	8
Cuba	0	5	5
Dinamarca	29	6	35
Egito	31	25	56
Emirados Árabes Unidos	40	17	57
Equador	0	26	26
Eslovénia	2	2	4
Espanha	212	54	266
Estados Unidos da América	3508	66	3574
Total	4308	379	4687

Permanentes: Caracterizam-se por decorrerem das relações bilaterais entre Estados e pelo prazo, habitualmente um ano civil, com que são concedidas. Normalmente aplicam-se a voos cujo perfil é internacionalmente consensual, nomeadamente, Transporte de VIP's, Transporte Geral, Treino de Navegação, etc. Na terminologia Anglo-Saxónica são vulgarmente designadas por "Blanket Diplomatic Clearances".

Não permanentes: Dirigidas aos voos cujo perfil careça de uma análise cuidada e particular e que, consequentemente, necessitem de ações específicas. Enquadram-se neste tipo de Autorizações, o Transporte de Material Contencioso, a operação de aeronaves de Nações que não possuam Autorizações Permanentes ou que apesar de as possuírem, algum voo específico não possa aí ser enquadrado.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

A cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com Timor-Leste, encontra-se estruturada em Programas-Quadro bilaterais, de carácter indicativo e flexível, constituídos por Projetos concretos a executar no terreno, e que envolvem também ações de natureza complementar, decorrentes das orientações e conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigida à capacitação dos órgãos de conceção, coordenação e direção da política de Defesa Nacional e das Forças Armadas daqueles Países, bem como à capacitação destas últimas e à formação dos seus quadros militares.

A execução dos Projetos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infraestruturas locais, doação de material e equipamentos e formação de pessoal em Portugal e/ou nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.

Na formação, que constitui componente nuclear da CTM, para além da execução anual de um plano de formação de quadros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste em Portugal, os Projetos que se executam no terreno são, na sua maioria, direcionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar naqueles Países, com o objetivo de, progressivamente, se criarem capacidades que garantam a autossuficiência e a autonomia no domínio da formação e instrução das respetivas Forças Armadas.

Cientes da importância e da urgência em redinamizar o ensino de longa duração em Portugal, nos moldes do novo conceito de rentabilizar a capacidade sobrança da rede de Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM)/Ensino Militar não superior foi desenvolvido, por parte da DGPDN/MDN, o Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR). Este programa visa essencialmente a preparação de quadros intermédios e superiores que, posteriormente, serão colocados em posições de chefia e orientação nos seus países.

A formação destes militares em Portugal permite-nos inseri-los num contexto mais internacional, bem como fornecer-lhes as competências e ferramentas necessárias para o apoio ao seu desenvolvimento.

Tendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP consagrado, em 2001, na sua Declaração Constitutiva, a defesa como área de cooperação, a CTM alargou a sua atividade ao nível multilateral, dando corpo ao desenvolvimento de uma componente de Defesa da Comunidade.

As ações executadas são definidas e avaliadas pelos Ministros da Defesa, ao nível bilateral, em sede das Reuniões das Subcomissões Bilaterais no Domínio da Defesa, ao nível multilateral, em sede das respetivas reuniões anuais de Ministros da Defesa da CPLP.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos Programas-Quadro de CTM bilateral e à componente de Defesa da CPLP inscrevem-se, na parte em que sejam elegíveis, na contribuição portuguesa para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD portuguesa).

Os quadros relativos à CTM com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as ações realizadas, as áreas de intervenção, e os consequentes investimentos.

4.2 - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

4.2.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP

República de Angola
Núcleo Conjunto de Coordenação Marinha de Guerra Angolana Exército Angolano Força Aérea Nacional Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR)

República de Cabo Verde
Estrutura Superior das Forças Armadas Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR)

República da Guiné-Bissau
Estrutura Superior das Forças Armadas PEMPOR na Escola Naval e na Academia Militar

República de Moçambique
Núcleo Conjunto de Coordenação Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) "Tenente-General Armando Emílio Guebuza" Academia Militar "Marechal Samora Machel" Marinha de Guerra de Moçambique Força Aérea de Moçambique Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR)

República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Pelotão de Engenharia Militar de Construções Guarda Costeira (inclui Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação) Assistência Hospitalar em Portugal PEMPOR na Escola Naval e na Academia Militar

República Democrática de Timor-Leste
Núcleo Conjunto de Coordenação Instituto de Defesa Nacional Centro de Instrução Militar Componente Naval Componente Terrestre Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR)

4.2.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

Tipo de Despesas	PAÍSES						(euros)
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	TOTAL
Despesas suportadas pelos Ramos das FA	1.256.856	140.881	26.692	719 174	153.311	526 705	2.823.619
Despesas suportadas pela DGPND	1.687.777	169.202	132.675	1 144 574	267.314	851 424	4.252.966
TOTAL	2.944.633	310.083	159.367	1.863.748	420.625	1 378 129	7.076.585

4.2.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP

PAÍSES												(euros)	
República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste		TOTAL	
N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
110	1.165.916	18	93.570	14	123.654	75	770.504	18	90.355	41	512.289	276	2.756.288

Nota: Os valores apresentados nesta tabela não incluem as despesas com a aquisição das passagens aéreas dos militares.

4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

Tipo de Curso		PAÍSES						(N.º de alunos)
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	TOTAL
Formação	Marinha							-
	Exército	42	9	2	13	6		72
	Força Aérea	5						5
Promoção	Marinha							-
	Exército							-
	Força Aérea							-
Atualização	Marinha							-
	Exército							-
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha							-
	Exército							51
	Força Aérea							-
TOTAL	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	90	9	2	13	8	1	123
	Força Aérea	5	-	-	-	-	-	5

4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

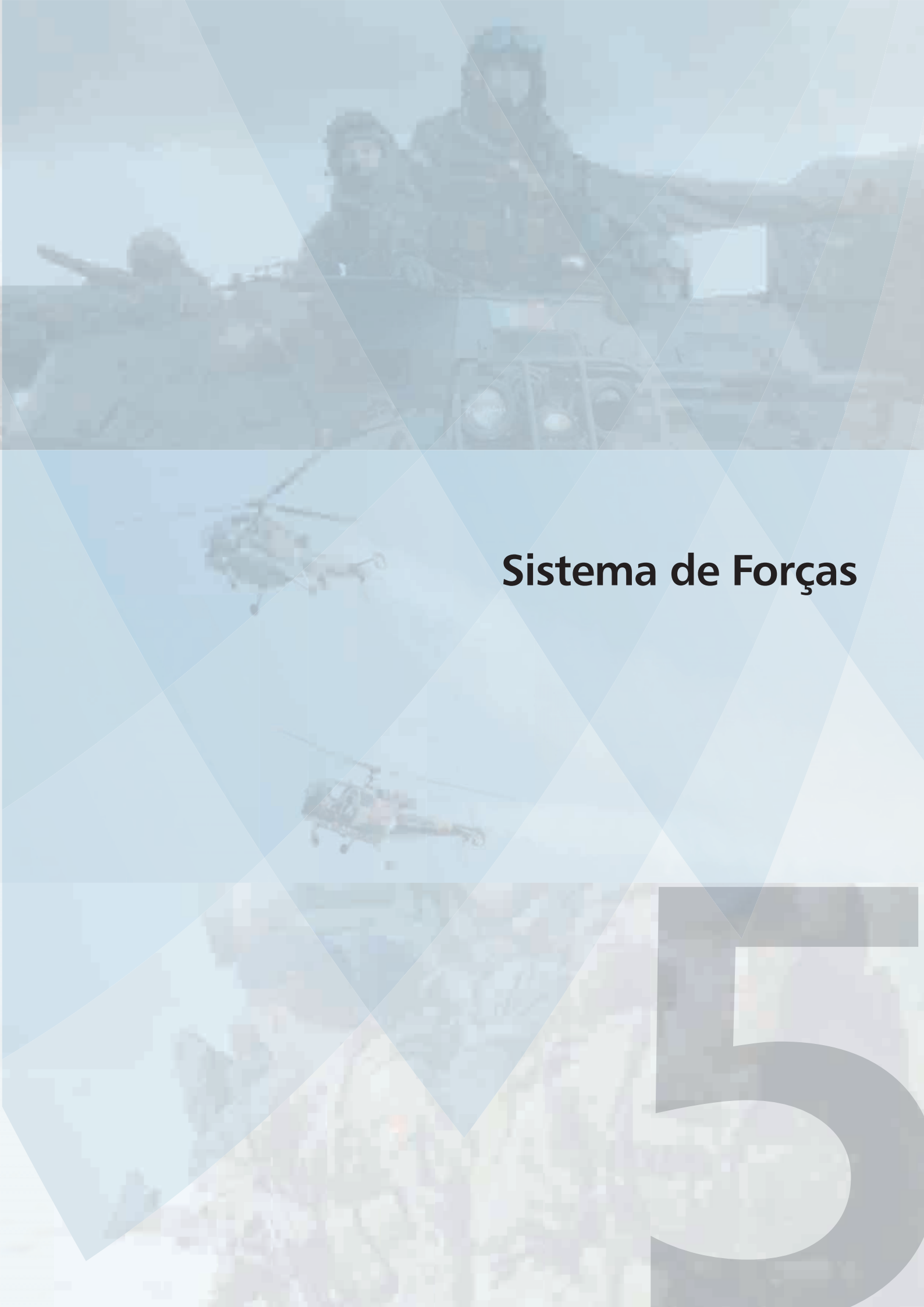
(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação em Portugal	Marinha	61.853,57	6.766,22	1.498,56	2.675,77	4.081,48		76.875,60
	Exército		18.300,80		16.051,20	6.946,40		41.298,40
	Força Aérea	27.398,03						27.398,03
Vencimentos dos militares em missões nos PLOP e Timor-Leste	Marinha	455.846,09	70.246,61	54.306,45	249.304,93	64.177,48	201.876,67	1.095.758,23
	Exército	465.979,20	65.645,31	64.910,94	265.636,54	92.744,90	299.251,32	1.254.168,21
	Força Aérea	302.506,00			207.717,00		7.018,00	517.241,00
Material fornecido	Marinha	6.348,99	974,99	1.921,54	3.880,43	420,13	5.945,97	19.492,05
	Exército							-
	Força Aérea							-
Outros custos	Marinha	1.969,52	649,34	403,53	1.000,19	291,83	1.090,70	5.405,11
	Exército	21.116,08	3.364,76	4.526,83	12.512,80	5.676,06	14.697,59	61.894,12
	Força Aérea							-
TOTAL	Marinha	526.018,17	78.637,16	58.130,08	256.861,32	68.970,92	208.913,34	1.197.530,99
	Exército	487.095,28	87.310,87	69.437,77	294.200,54	105.367,36	313.948,91	1.357.360,73
	Força Aérea	329.904,03	-	-	207.717,00	-	7.018,00	544.639,03

4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	18	32		797	12	76	935
	Exército	2.060	242		1.200	55	812	4.369
	Força Aérea	160			34			194
Promoção	Marinha				107			107
	Exército							-
	Força Aérea							-
Atualização	Marinha				12			12
	Exército				45			51
	Força Aérea							0
Qualificação	Marinha				31			31
	Exército	48				8	43	99
	Força Aérea							-
TOTAL	Marinha	18	32	-	947	12	76	1.085
	Exército	2.108	242	-	1.245	63	861	4.519
	Força Aérea	160	-	-	34	-	-	194



Sistema de Forças



NOTA EXPLICATIVA

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas (FFAA) proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as ações de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos e exercícios combinados. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objetiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respetivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e atividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras atividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de ações de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim-de-semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objetivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efetuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efetuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (exceto o almoço) e combustível. As exceções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respetivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais, consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados, os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objetivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas atividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de táticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas atividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra eletrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a atividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2010, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios envolvendo forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Exercícios Conjuntos:

Ano: 2015

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AÇOR 15	<p>É um exercício que tem por finalidade realizar o treino operacional conjunto dos Comandos, Forças e Meios na Região Autónoma dos Açores em resposta a uma situação de crise, na defesa de áreas e pontos sensíveis, tendo por base as Diretivas e Planos em vigor. Tem como objetivos principais os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Avaliar a capacidade de comando e controlo; (2) Operar os circuitos de comunicações existentes e avaliar a sua adequação; (3) Avaliar a adequabilidade dos meios disponíveis para o cumprimento da missão; (4) Avaliar a adequabilidade das diretivas e planos existentes para a participação em ações de proteção civil e para a defesa militar do arquipélago; (5) Avaliar a capacidade de coordenação de operações conjuntas na área de responsabilidade; (6) Intensificar o entendimento, a confiança mútua e a cooperação entre os três ramos das Forças Armadas; (7) Demonstrar capacidade militar para a salvaguarda da soberania nacional.
ASAREX 14	Exercícios realizados no âmbito da Busca e Salvamento, entre a Marinha e a Força Aérea
COOPERAÇÃO DHUMINT - EPJ	Cooperação entre o destacamento de HUMINT da Marinha com a PJ, no âmbito do curso de formação de agentes da PJ.
EFICACIA	Exercício promovido pelo Exército Português, com o objetivo de treinar Apoio de fogos (Morteiros)
EATT 15	Exercício multinacional com Aeronaves de Transporte Aéreo Tático, como parte do programa da European Defence Agency (EDA) para um grande volume de forças num ambiente conjunto e combinado, contou com a participação das Forças Armadas Portuguesas e de forças da Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Lituânia, Holanda, Roménia, Suécia e o Reino Unido e ainda como países observadores o Brasil, dos Estados Unidos e da Polónia, e permitiu as forças da Brigada participar como Secondary Training Audience (STA) com o 1BIPara, 2BIPara, BCmds, FOEsp, BOAT e GAC que, após inserção utilizando os meios aéreos ou outros, materializam no terreno a execução de missões e tarefas táticas que possam permitir a utilização de apoio aéreo.
FELINO 15	Os exercícios militares da série FELINO têm como objetivo exercitar uma Força de Tarefa Conjunta e Combinada, constituída no âmbito da CPLP, por forma a incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos seus Estados-Membros, e o treino para o seu emprego, em Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), a execução do Exercício FELINO 15 teve lugar no Regimento de Infantaria Nº10, S. Jacinto, Aveiro e para efeitos de operações aéreas no Aeródromo de Manobra Nº1, Macedo, Ovar, tendo a BrigRR participado com militares do 2ºBIPara, BCmds, FOEsp, BOAT, BAAA, CTm e CCS.
Série FOCA	Exercício orientado para o treino de embarque, instalação, deslocamento e desembarque em unidade naval.
FOGOS REAIS	Exercício de tiro real dos sistemas de armas que equipam os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF).
GAIVOTA 15-1	Exercício promovido pelo Comando Operacional dos Açores para treino de ações de VERTREP (Vertical Replenishment) entre unidades navais e aeronaves.
INFOEX	Exercício do DHUMINT, no âmbito das atividades de CI-HUMINT
INSTREX 15-1	Exercício para preparação das forças atribuídas ao Comando Naval com o objetivo de proporcionar treino às unidades participantes por forma a manter e melhorar os padrões de prontidão operacional estabelecidos, habilitando-as para o cumprimento das missões específicas e para a sua integração em forças navais. Este exercício visa também exercitar as capacidades da força-tarefa portuguesa e estado-maior embarcado em operações navais, com ênfase na condução de operações de segurança marítima
NORTHEYES	Exercício entre o destacamento de HUMINT da Marinha e a delegação do norte da PJ, no âmbito da HUMINT.
ORION	Exercício conjunto e combinado, organizado pelo Exército, que tem como finalidade avaliar e certificar capacidades da Componente Operacional do Sistema de Forças.
REP 15	Exercício Recognized Environmental Picture (REP) realiza-se desde 2010 no âmbito do MOU assinado em 2005 entre a Marinha Portuguesa e a Universidade do Porto (UP), tendo em vista o desenvolvimento dos sistemas SEACON (UAV).
SAREX	Exercícios realizados no âmbito da Busca e Salvamento, entre a Marinha e a Força Aérea.
KANICROSS	Exercício Cinotécnico das Forças Armadas em que participam Seções de Cães Militares onde é avaliada a destreza e proficiência dos biómios
REAL THAW 15	Exercício realizado pela Força Aérea Portuguesa no âmbito da defesa aérea, transporte aéreo tático e apoio aéreo próximo. A BrigRR participou com o Batalhão de Comandos (BCmd), Batalhões de Paraquedistas (BIParas), Batalhão Operacional Aeroterrestre (BOAT), Forças de Operações Especiais (FOE), Artilharia Antiaérea (AAA), Esquadrão de Reconhecimento (ERec), e as Companhias de Transmissões, Engenharia e Comando e Serviços da Brigada.

Série ZARCO	Exercitar o Comando e Controlo das Forças Armadas no planeamento e execução de operações simultâneas em território nacional e no estrangeiro: em operações de evacuação de não-combatentes (NEO), resposta a crises (CRO) e apoio à proteção civil, englobando todos os níveis de planeamento e de condução de operações (estratégico militar, operacional e tático). Pretende-se ainda exercitar o Comando e Estado-Maior da TF 477, da Força de Reação Imediata (FRI), da Componente de Operações Especiais (SOCC), do Comando Operacional da Madeira (COM), do Comando Operacional dos Açores (COA) e da Companhia Geral CIMIC (CGERCIMIC), no planeamento e execução de diferentes tipos de operações. Visa também testar o Hospital das Forças Armadas (HFAR) no apoio prestado às operações ao nível do Role 3. Pretende-se treinar a Computer Incident Response Capability das Forças Armadas (CIRC-FA). Visa ainda treinar e testar a articulação entre o Comando Operacional Conjunto (COC) e os Comandos de Componente (Comando Naval (CN), Comando das Forças Terrestres (CFT) e Comando Aéreo (CA)) e treinar estes no Comando e Controlo de operações no âmbito da respetiva componente.
-------------	---

Exercícios Combinados:

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
LONG PRECISION 15	O Exercício LONG PRECISION 2015 é um exercício combinado de treino operacional da capacidade sniper da FOE/CTOE, em que participou uma Equipa Sniper, em Espanha nas regiões de Paracuellos del Jarama (Madrid), Uceda e San Gregório.
LONE PARATROOPER 15	Exercício fundamental para o Batalhão Operacional Aeroterrestre (BOAT) uma vez que permite o planeamento e treino de infiltrações verticais a grande altitude, através de saltos em para-quedas de abertura manual a altitudes não fisiológicas (> 10.000ft MSL), de forma concentrada em tempo e em simultâneo com as principais forças militares Europeias com esta capacidade.
OPERAÇÃO ÀGATA	No âmbito da Cooperação Bilateral entre Portugal e Brasil
Série SEADFAST	Exercício do SHAPE/G2 destinado às nações, executado no CoE de HUMINT em Oradea/Roménia com a finalidade de treinar as TTPs de HUMINT no âmbito NATO
SWIFT RESPONSE 15	O SWRE15 foi um Joint Operacional Access Exercise (JOAX), organizado pelo XVIII Corpo Aerotransportado (XVIIIABC) do Exército dos Estados Unidos, e decorreu na Alemanha, Bulgária e Roménia de 18 de Agosto de 2015 a 05 de Setembro de 2015 contou com a participação de 9 países: Itália, EUA, Alemanha, Holanda, Espanha, Polónia, Grécia, Reino Unido e Portugal. Foi enviado um grupo de Sete Oficiais Superiores, do EM da BrigRR que se deslocou para a Base Aérea de Mihail Kogalniceanu (MKAB), na Roménia constituindo uma oportunidade singular de reforçar a ligação às Forças congéneres aliadas e os seus quadros atualizados quanto aos sistemas de C2 e procedimentos internos de Estado-Maior em uso numa das unidades de primeiro emprego do Exército dos Estados Unidos.
TRIDENT JUNCTURE 15 (BrigInt)	Visou avaliar e certificar a NATO Response Force 2016 (NRF 2016), sendo uma demonstração de que a Aliança possui um conjunto coerente de forças, projetável, interoperável, sustentável, equipado, treinado e comandado, capaz de cumprir o nível de ambição e apto a operar conjuntamente, em qualquer ambiente operacional.
CIRCAETE 15	Exercício no âmbito da Iniciativa 5+5 Defesa, treino procedimentos Renegade entre os países membros
EATT 15	Exercício Multinacional de Aeronaves de Transporte, conduzido, no território nacional pela Força Aérea com o apoio da EDA (European Defence Agency).
MORSA 15-02	Exercício SAR no âmbito da cooperação bilateral com Espanha.
ATLANTIC COACH	Exercício de qualificação dos chefes de bordada dos submarinos alemães.
CONTEX-PHIBEX 15	BLD - conjuntos
EXER FFZ COY/USMC	Exercício Bilateral entre os Fuzileiros Portugueses e os Marines Americanos.
HPX 15	Exercício de natureza experimental conjunto e combinado com vista à elaboração e desenvolvimento da doutrina de Harbour Protection, no âmbito do Smart Defence Program da OTAN que Portugal lidera.
JOINT WARRIOR 151	Exercício Conjunto e Combinado, organizado pelo Reino Unido para certificação de forças Nacionais e OTAN.
MAGRE 15	Exercício de mergulho promovido pelo Comando Operacional Espanhol (ALFLOT), com o objetivo de exercitar as capacidades de MCM (Mine Counter-Measures) e EOD (Explosive Ordnance Disposal)
POST	Plano de treino realizado em UK conduzido pela égide do FOST, para certificação dos Padrões de Prontidão Operacional das Unidades Navais
SAHARAN EXPRESS / OBANGAME 15	Exercício promovido pelo Comando da Componente Naval (NAVAF) do Comando das Forças Americanas em África (US AFRICOM), no âmbito da Segurança Marítima (MSA - Maritime Situation Awareness)
SEABORDER 15	Exercício desenvolvido no âmbito da iniciativa 5+5 (Portugal, Espanha, França, Itália, Malta, Mauritânia, Marrocos, Líbia, Argélia e Tunísia), tendo como finalidade o treino de operações de segurança marítima, conjuntas e cooperativas, com vista a contribuir para o desenvolvimento, pelos estados, das capacidades para conduzirem ações no mar, no sentido de impor as leis nacionais e internacionais aplicáveis
SP MINEX 15	Exercício combinado, organizado por Espanha, que tem como finalidade o treino de unidades e STAFFS na área das operações de Minas
STEADFAST ILLUSION	Exercício Nato na Área CI/HUMINT
STEADFAST INDICATOR	Exercício de HUMINT no âmbito da certificação da NRF.

REAL THAW 15	Exercício da Força Aérea cujo principal objectivo é a preparação e treino tático das suas unidades, simulando uma possível projecção de forças num Teatro de Operações dinâmico e actual.
TRIDENT JUNCTURE 15 (BrigRR)	O Trident Juncture 2015 é um exercício que visa potenciar a contribuição efetiva da NATO e a interoperabilidade das forças, contando com a participação de cerca de 36.000 elementos, de mais de 30 países da Aliança e Parceiros. O exercício é constituído por duas fases, o exercício de Postos de Comando (CPX), que decorreu até 16 de outubro, e o exercício com Forças (LIVEX), entre 21 de outubro e 06 de novembro. A BrigRR participou com o 1ºBIPara, 2ºBIPara, FOEsp, BOAT e o GAC.

5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA

5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
AÇOR 15	LIVEX	16-24 abr	Santa Maria, São Miguel, Terceira e Graciosa	CEMGFA	COA	COA, CZMarA, CZMiIA e CZAerA	
ASAREX 14	LIVEX	05-08 mai	Arquipélago dos Açores	CZMiIA	CZMiIA	CZMarA, CZMiIA	
COOPERAÇÃO DHUMINT - EPJ	SERIADO	25-27 fev	Escola Da PJ - Loures	COMNAV	CCF	COMNAV, PJ	
EATT 15	LiveEx	14-26 jun	PRT	CA/FAP	CA/FAP	CA	
EFICACIA	SERIADO	26 set a 03 out	Campo Militar de Santa Margarida	COMFORTERRA	COMFORTERRA	COMNAV-CCF, COMAERFAP, COMFORTERRA	
EFICÁCIA 15	LIVEX	26 set-03 out	CMSM	CEME	CFT		
FELINO 15	LIVEX	13-18 set	Áreas de Exercícios Nacionais	CEMGFA	CCOM	CEMGFA, COM, COMNAV, COMAERFAP, COMFORTERRA	
FELINO 2015	CPX/LIVEX	15 jun - 10 jul	EMGFA	EMGFA	COC-EMGFA, COMNAV, COFA, CFT	COC-EMGFA, COMNAV, COFA, CFT	
FOCA 151	LIVEX	27/jan	Terceira	COA	Cmdt ZMarA	CZMarA e CZMiIA	
FOCA 152	LIVEX	09/mar	São Miguel	COA	Cmdt ZMA	CZMarA e CZMiIA	
FOCA 153	LIVEX	02/nov	Terceira	COA	Cmdt ZMA	CZMarA e CZMiIA	
FOCA 154	LIVEX	24/nov	São Miguel	COA	Cmdt ZMarA	CZMarA e CZMiIA	
FOGOS REAIS	LIVEX	17/mar	Arquipélago da Madeira	COM	COM	CZMarM, CZMiIM	
GAIVOTA 15-1	LIVEX	02/jul	Arquipélago dos Açores	CEMGFA (COA)	COA	COA, CZMarA, CZMiIA, CZAA	
INFOEX	SERIADO	21-25 set	Aveiro / S. Jacinto	COMNAV	CCF	COMNAV, EXE-CSMIE, FAP-A2, PSP, GNR, PJ, SIED e SIS	
INSTREX 15-1	LIVEX	23-27 mar	Portugal	CEMA	COMNAV		
KANICROS 15	LFX	19-21 mar	AM N°1/FAP (Ovar)	CEMGFA	CEMGFA	CFT - CEMFA	
NORTHEYES	SERIADO	21-25 jan	Norte Portugal	COMNAV	CCF	COMNAV, PJ	
ORION 15	LIVEX	18 mai-04 jun	Portugal	CEME	CFT		
REAL THAW 15	LiveEx	19 fev-06 mar	PRT, BrigMec	CA/FAP	CA/FAP	CFT e CA	
REP 15	LIVEX	6-24 jul	Arquipélago dos Açores	COMNAV	COMNAV	CZMarA	
SAREX 15-1	LIVEX	04/jan	Arquipélago dos Açores	CZMarA	CZMarA	CZMarA, CZMiIA	
SAREX 15-2	LIVEX	11/set	Arquipélago dos Açores	CZMarA	CZMarA	CZMarA	
ZARCO 151	LFX	20-25 abr	ZMM	CEMGFA	ZMM	CFT - ZMM	

ZARCO 151/MORS A 15	LIVEX/F TX	20-24 abr e 16-20 nov	RAM	Gen CEMGFA	COM	COM; CmdZMM; Cmd ZMarM
ZARCO 152	LIVEX/F TX	20/nov	RAM	Gen CEMGFA	COM	COM; CmdZMM; Cmd ZMarM

5.1.2 - Exercícios Conjuntos – Meios

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
		Cmd ZMA, UnAp, RG1 e RG2			221			8.750,00	8.750,00	
AÇOR 15	1 FS			75			1.699,00	2.338,00	4.037,00	
			C-295M			27		15.726,00		a)
			EH-101					15.257,00		
ASAREX 14	1 FS			75			1.699,00	2.338,00	4.037,00	
COOPERAÇÃO DHUMINT - EPJ	HUMINT			5				468,40	468,40	
EATT 15		BrigRR			365			15.000,00	15.000,00	
EFICÁCIA	CAF			34				14.697,45	14.697,45	
EFICÁCIA 15			F-16M				1.084,00	68.550,00	69.550,00	a)
			TACP			11				
FELINO 15	1 FS, FFZ COY, DAE			201			1.4678,71	16.740,19	31.418,90	
		RI10			124			23.934,00	23.934,00	
FOCA 151		RG1			53			1.063,00	1.063,00	
	1 PSO			38			1.256,00	1.968,00	3.224,00	
		RG2			50			1.063,00	1.063,00	
FOCA 152	1 FS			75			1.699,00	2.338,00	4.037,00	
FOCA 153		RG1			50			1.063,00	1.063,00	
	1 FS			75			1.699,00	2.338,00	4.037,00	
		RG2			49			1.063,00	1.063,00	
FOCA 154	1 PSO			38			1.256,00	1.968,00	3.224,00	
FOGOS REAIS	1 PB			33			839,00	1.138,00	1.977,00	
GAIVOTA 15-1	1 FS			75			1.699,00	2.338,00	4.037,00	
INFOEX	HUMINT			21				1.432,70	1.432,70	INFOEX
INSTREX 15-1	3 FFGH, 1 AOR, 1 FS, 1 PSO, 1 SSG, 1 FPB, 1 AGSC, 1 AGS, FFZ COY; DAE; DMS1; DMS2; DMS3			1.152			68.828,00	315.142,47	383.970,47	
			F-16M			50		89.157,00	89.157,00	a)
			CRC						-	
KANICROSS		AM N°1 (FAP)			3			39,29	39,29	
NORTHEYES	HUMINT			11				2.266,99	2.266,99	

ORION	BF1, BF2, DAE			10				1.106,10	1.106,10	
ORION 15			F-16M				651,00	56.354,00	57.005,00	a)
			C-130			16		4.787,00	4.787,00	
			TACP						-	
REAL THAW 15		BrigMec, BrigRR, RE1			1344			51.664,00	51.664,00	
	1 FFGH, 1 AOR, 1 SSG, BF2, DAE, DMS1, DMS2, DMS3			522			35.858,78	160.524,38	196.383,16	
SAREX 15-1	1 PSO			38			1256,00	1.968,00	3.224,00	
SAREX 15-2	1 FS			75			1.699,00	2.338,00	4.037,00	
ZARCO 15-1	1 ABU			40			658,00	2.941,00	3.599,00	
		RG3			432			29.944,79	29.944,79	
ZARCO 151 / 152			C-130			63		152.386,00	152.386,00	a)
ZARCO 151/MORSA 15		RG3			113			4.121,00	4.121,00	
ZARCO 152										
	1 FFGH, 1 PB, LF			257			45.635,33	188.606,46	234.241,79	

5.1.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
CIRCAETE 15	CPX / LIVEX	11-12 nov	Mediterrâneo	CHOD's 5+5	TUNISIA		
CONTEX-PHIBEX 15	LIVEX	15-26 jun	Portugal	CEMA	COMNAV		
EATT 15	LIVEX	14-26 jun	Portugal	EDA	CA		
FELINO 15	LIVEX	07-18 set	Portugal	CEMGFA	CCOM		
LONE PARATROOPER 15	LIVEX	17-29 mai	Espanha	CHOD SP	COM BRIGPAC		EM Peninsulares
LONG PRECISION 15	LIVEX	13 nov	Espanha	Sp Light Forces Commander	Sp Airborne Brigade Commander		EM Peninsulares
MORSA 15-02	LIVEX	13-15 out	Portugal	JEFATURA SAR / CA	RCC CANARIAS		
OBANGAME EXPRESS 15	LIVEX	20-24 mar	Africa Ocidental	US Africa Command	NAVAF		
OPERAÇÃO ÁGATA	LIVEX	21-28Jul	Brasil	EME	CFT		Coop Bilateral
REAL THAW 15	LIVEX	23 fev- 06 mar	Portugal	CEMFA	CA		
SAHARAN EXPRESS 15	LIVEX	18-28 abr	Africa Ocidental	US Africa Command	NAVAF		
SEABORDER 15	CPX / LIVEX	28 set a 02 out	Espanha / Portugal / Itália	CHOD PO / CHOD SP / CHOD IT	ALMART / COMNAV / CINCPAC		
STEADFAST COBALT 15	SIGEX	22-29 mai	Polónia	SACEUR	SHAPE CIS		OTAN
STEADFAST FOUNT 15	LIVEX	06 nov	Bélgica	SACEUR	SHAPE J4		OTAN

STEADFAST INDICATOR 15	LIVEX	24 mai-13 jun	Roménia	SACEUR	SHAPE J2	OTAN
SWIFT RESPONSE 15	FTX	23-31 ago	Alemanha	CFT	82ª AbnDiv - EUA	Coop Bilateral
TRIDENT JUNCTURE 15	LIVEX	19 out-06 nov	Tancos / Santa Margarida	CFT	CFT	OTAN
TRIDENT JUNCTURE 15	CPX / LIVEX	03 out- 06nov	Espanha / Portugal / Itália	SACT	JCBS	
TRIDENT JUNCTURE 2015	MEL/MIL	14 a 26Jun	Noruega	CFT	CFT	OTAN
TRIDENT JUNCTURE 2015	CPX	16 out	Beja	CFT	CFT	OTAN

5.1.4 - Exercícios Combinados – Meios

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)		Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	
LONE		ETP			14		10.353,08		10.353,08
PARATROOPER 15									
LONG PRECISION 15		CTOE			3		3.008,74		3.008,74
OPERAÇÃO ÁGATA		BriRR; BrigInt; BrigMec			3		7.752,06		7.752,06
STEADFAST INDICATOR 15		RT			3		6.591,50		6.591,50
STEADFAST COBALT 15		RT			3		4.500,30		4.500,30
STEADFAST FOUNT 15		EM/BrigRR; RI 14			2		2.494,70		2.494,70
SWIFT RESPONSE 15		BrigRR			7		9.084,16		9.084,16
TRIDENT JUNCTURE 15		Exército			2167		57.516,72	137.183,00	194.699,72
CIRCAETE 15		F-16M				17		17.663,00	17.663,00 1/ 2.
		CRC							-
CONTEX-PHIBEX 15		F-16M				88		68.129,00	68.129,00
		P-3C						205.456,00	205.456,00 1.
		CRC							-
EATT 15		F-16M				305		270.414,00	270.414,00
		EH-101						11.697,00	11.697,00 1. / 3.
		P-3C						12.650,00	12.650,00
		C-295M						70.860,00	70.860,00
		C-130						200.655,00	200.655,00
		TACP							-
		UPF							-
FELINO 15		CRC							-
		F-16M				75		35.326,00	35.326,00
		C-130					4.694,00	42.285,00	46.979,00 1.
MORSA 15-02 (SAMAR)		TACP							-
		P-3C				18	1.121,00	34.025,00	35.146,00 1.
OBANGAME EXPRESS 15		P-3C				26			-
									-
									4.
REAL THAW 15		ALIII				330		36.943,00	36.943,00
		ALPH					44.797,00	181.341,00	226.138,00
		AJET						124.462,00	124.462,00
		C-130						1.108.993,00	1.108.993,00 1.
		F-16M						96.839,00	96.839,00
		P-3C						24.412,00	24.412,00
		EH-101						39.219,00	39.219,00
		C-295M							-
		TACP							-
REAL THAW 15		UPF							-
		CRC							-

SAHARAN EXPRESS 15	P-3C	24		-	4.
SEABORDER 15	P-3C	19	21.374,00	21.374,00	1. / 2.
TRIDENT JUNCTURE 15	F-16M	693	1.294.455,00	1.294.455,00	
	P-3C		146.131,00	146.131,00	
	ALIII		3.382,00	3.382,00	5.
	C-130		15.957,00	15.957,00	
	TACP				
	UPF				
	CRC				

- 1) Os custos inerentes às horas de voo efectuadas em cada um dos exercícios, apesar de identificados/apresentados são encarados/considerados pela FA como parte integrante do regime de esforço atribuído às esquadras de voo (treino e qualificação das tripulações), deste modo, estes valores não são somados ao total de custos.
- 2) Despesas com pessoal suportadas pela DGPDN no MADN
- 3) Despesas de pessoal e logística financiados no âmbito do programa European Air Transport Fleet Ad Hoc Working Group Operations & Training (EATF AHWG O&T) da Agência Europeia de Defesa.
- 4) Custos FND 2015. Exercício Obangame e Saharan Express e cooperação bilateral com os governos de São Tomé e Príncipe e Angola.
- 5) Custos de participação suportados pelo EMGFA.

5.2 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OC E	Comandos Operacionais Envolvidos	OB S.
SWIMMEX	LIVEX	04-15 mai	Áreas De Exercícios Nacionais	CCF	DA E	COMNAV	-
TIREX	SERIAD O	08-10 abr	CTPC	COMN AV	CC F	COMNAV	-
TEF - TIRO/CAE	SERIAD O	07 jan	Pinheiro da Cruz / Outão / EF / Muxito / CTALC	COMN AV	CC F	COMNAV	-
TEF - TIRO/CAE	SERIAD O	13 jan	Pinheiro da Cruz / Outão / EF / Muxito / CTALC	COMN AV	CC F	COMNAV	-
TEF - TIRO/CAE	SERIAD O	20 jan	Pinheiro da Cruz / Outão / EF / Muxito / CTALC	COMN AV	CC F	COMNAV	-
TEF - TIRO/CAE	SERIAD O	11 fev	Pinheiro da Cruz / Outão / EF / Muxito / CTALC	COMN AV	CC F	COMNAV	-
TEF - TIRO/CAE	SERIAD O	26 mai	Pinheiro da Cruz / Outão / EF / Muxito / CTALC	COMN AV	CC F	COMNAV	-
DESEMBARQUE COSTA ABERTA	SERIAD O	28-29 jan	Fonte da Telha	COMN AV	CC F	COMNAV	-
ALFA/BRAVO	SERIAD O	13-14 jan	Fonte da Telha	COMN AV	CC F	COMNAV	-
ALFA/BRAVO	SERIAD O	03-04 fev	Fonte da Telha	COMN AV	CC F	COMNAV	-
ALFA/BRAVO	SERIAD O	21-22 abr	Fonte da Telha	COMN AV	CC F	COMNAV	-
ALFA/BRAVO	SERIAD O	07-08 set	Fonte da Telha	COMN AV	CC F	COMNAV	-
ALFA/BRAVO	SERIAD O	07-08 out	Fonte da Telha	COMN AV	CC F	COMNAV	-
CHARLIE/DELTA	SERIAD O	27-29 jan	Pinheiro Da Cruz	COMN AV	CC F	COMNAV	-
CHARLIE/DELTA	SERIAD O	03-04 mar	Pinheiro Da Cruz	COMN AV	CC F	COMNAV	-
CHARLIE/DELTA	SERIAD O	09-10 dez	Pinheiro Da Cruz	COMN AV	CC F	COMNAV	-
SOF INTEL	LIVEX	02-03 fev	BF / EF / Muxito	COMN AV	CC F	COMNAV	-
TREINO FORÇA AVANÇADA OP. ANFIBIAS	LIVEX	01-05 jun	Fonte da Telha / BNL-Ponta Corvos	COMN AV	CC F	COMNAV	-
BILATERAL MARITIME SOF PRT-DNK	LIVEX	09 nov-04 dez	Tancos - CLALC	COMN AV	CC F	COMNAV	-
AÇÃO TREINO FFZ3	LIVEX	09-12 nov	Tancos - CLALC	COMN AV	CC F	COMNAV	-
AÇÃO TREINO FFZ3	LIVEX	15-18 dez	Pinheiro Da Cruz	COMN AV	CC F	COMNAV	-
FFZ COY CMF (FFZ2)	LIVEX	23-27 nov	Pinheiro Da Cruz	COMN AV	CC F	COMNAV	-
AÇÃO TREINO RESERVA OPERACIONAL DAE	LIVEX	01-04 dez	Sesimbra	COMN AV	CC F	COMNAV	-

5.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
SWIMMEX	DAE	31		6.513,56	6.513,56			
TIREX	DAE	28		4.469,48	4.469,48			
TEF - TIRO/CAE	CAE	38		279,67	279,67			
TEF - TIRO/CAE	CAE	38		279,67	279,67			
TEF - TIRO/CAE	CAE	38		279,67	279,67			
TEF - TIRO/CAE	CAE	38		279,67	279,67			
TEF - TIRO/CAE	CAE	40		279,67	279,67			
DESEMBARQUE COSTA ABERTA	UMD	88		74,4	74,4			
ALFA/BRAVO	UMD	27		1.219,03	1.219,03			
ALFA/BRAVO	UMD	27		1.219,03	1.219,03			
ALFA/BRAVO	UMD	26		1.219,03	1.219,03			
ALFA/BRAVO	UMD	27		1.219,03	1.219,03			
ALFA/BRAVO	UMD	26		1.219,03	1.219,03			
CHARLIE/DELTA	UMD	30		1.271,00	1.271,00			
CHARLIE/DELTA	UMD	30		1.271,00	1.271,00			
CHARLIE/DELTA	UMD	30		1.271,00	1.271,00			
SOF INTEL	DAE	38		1.091,00	1.091,00			
TREINO FORÇA AVANÇADA OP. ANFIBIAS	BF2	15		442,64	442,64			
BILATERAL MARITIME SOF PRT-DNK	DAE	21		284,72	284,72			
AÇÃO TREINO FFZ3	CCF	82		2.484,20	2.484,20			
AÇÃO TREINO FFZ3	CCF	82		2.484,20	2.484,20			
FFZ COY CMF (FFZ2)	BF2	105		49.371,91	49.371,91			
AÇÃO TREINO RESERVA OPERACIONAL DAE	DAE	20		381,25	381,25			

5.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OB S.
CONTEX-PHIBEX 15	LIVEX	15-26JUN	Áreas De Exercícios Nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV COMAERFAP	
HPX 15	LIVEX	17-23JUN	Áreas De Exercícios Nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV	
SAHARAN EXPRESS / OBANGAME 15	LIVEX	02MAR- 12MAI	Golfo da Guiné	USAFRICO M	NAVAF	CCOM COMNAV	
ATLANTIC COACH	LIVEX	14-24ABR	Áreas De Exercícios Nacionais	COMNAV	DRISUB	COMNAV	
JOINT WARRIOR 151	LIVEX	06-27ABR	Inglaterra	UK FLEET COM	JTEPS	CCOM COMNAV	
SP MINEX 15	LIVEX	11-30MAI	Cartagena / Espanha	ALFLOT	COMTEM COM	CCOM COMNAV ALFLOT	

MAGRE 15	LIVEX	03-09MAI	Espanha	AFLOT	COMTEM COM	ALMART COMNAV
POST	LIVEX	20ABR- 07JUN	Inglaterra	FOST	FOST	CCOM COMNAV
SEABORDER 15	LIVEX	28SET- 02OUT	Áreas De Exercícios Nacionais	CEMGFA	COMNAV	CCOM COMNAV
TRIDENT JUNCTURE 15	LIVEX	19OUT- 06NOV	Rota	SACT	JFCBS	CCOM COMNAV COMAERFAP COMFORTERRA
EXER FFZ COY/USMC	SERIADO	06-13 ABR	Tróia / BA6 / Alcochete	COMNAV	CCF	COMNAV
STEADFAST INDICATOR	SERIADO	25MAI- 12JUN	Orade / Roménia	COMNAV	CCF	COMNAV
STEADFAST ILLUSION	SERIADO	31JUL- 15AGO	Acad. Militar da Roménia em Sibiu	COMNAV	CCF	COMNAV
REAL THAW 15	LIVEX	23FEV – 06MAR	Áreas De Exercícios Nacionais	COMAERF AP	COMAER FAP	COMNAV COMAERFAP

5.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2015							
Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OB S.	
			Pessoal	Operação	Total		
CONTEX-PHIBEX 15	4 FFGH, 1 AOR, 1 FS, 1 PSO, 2 FPB, 1 AGS, 1 SSG, BLD, DAE, DMS1, DMS2, DMS3	1306	168 653,31	638 805,76	807 459,07	-	
HPX 15	1 FFGH, DMS1, DMS3	276	24 472,00	62 337,43	86 809,43	-	
SAHARAN EXPRESS / OBANGAME 15	1 FFGH	181	566 549,70	1.057.906,45	1 624 456,15	-	
ATLANTIC COACH	1 SSG, 2 FPB, 1 AGS	84	8 153,26	80 716,42	88 869,68	-	
JOINT WARRIOR 151	1 FFGH	191	110 445,81	320 111,24	430 557,05	-	
SP MINEX 15	1 FS, DMS1, DMS3	85	48 286,68	89 603,76	137 890,44	-	
MAGRE 15	DMS1	8	7 155,84	2 192,84	9 348,68	-	
POST	1 FFGH	181	355 902,71	583 438,62	939 341,33	-	
SEABORDER 15	1 PSO, 1 FPB, 1 AGSC, 1 SSG	98	12 158,55	50 835,67	62 994,22	-	
TRIDENT JUNCTURE 15	2 FFGH, 1 SSG, 2 FPB, 1 AGS, BLD, DAE, DMS2	821	91 074,00	458 375,44	549 449,44	-	
EXER FFZ COY/USMC	BF2	170		21 451,47	21 451,47	-	
STEADFAST INDICATOR	HUMINT	3	6 301,69		6 301,69	-	
STEADFAST ILLUSION	0	2	3 609,45		3 609,45	-	
REAL THAW 15	1 FFGH, 1 AOR, 1 SSG, BF2, DAE, DMS1, DMS2, DMS3	522	35 858,78	160 524,38	196 383,16	-	

5.3 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ALERTEX 15	LIVEX	10 abr	Leiria/Beja	Cmdt BrigRR	Cmdt RA 4	RA4	UEB
ARES 151	LIVEX	21 abr	Mafra	Cmdt BrigRR	Cmdt RI10	RI10	UEB
ARES 152	LIVEX	9 out	Campo Tiro Alcochete	Cmdt BrigRR	Cmdt RI10	RI10	UEB
BELEROFONTE 15	LIVEX	15 mai	Campo Tiro Alcochete	Cmdt BrigRR	Cmdt RAAA1	RAAA1	UEC

BAGDAD 15	LIVEX	9 out	Estremoz	Cmdt FT	Cmdt BrigRR	BrigRR	UEC
CACHALOTE 15	LIVEX	16 a 20 Nov	São Miguel e Terceira	Cmdt FT	Cmdt ZMA	Cmd ZMA	UEB
CELULEX 15	LIVEX/FTX e LFX	21 a 25 set	Lisboa	Gen CEME	Cmdt FT	EIDefNBQR	UEC
CENTAURO 15	LIVEX	8 mai	Sta Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RC 3	RC3	UEC
CIBER PERSEU 15	LIVEX	23 a 26 nov	PRT	Gen CEME	Cmdt FT	CTC	UEC
DRAGÃO	CPX/CFX/FTX	14 a 18 abr	Viseu	Cmdt FT	Cmdt BrigInt	CFT	UEB
EFICACIA 15	LIVEX/FTX/JLFX	26 set a 03 out	PRT/CMSM	Gen CEME	Cmdt FT	BrigMec; BrigRR; BrigInt; ZMA	UEB
ESTIO 151 1ªFASE	LIVEX	15 mai	S. Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt CTC	CTC	UEC
ESTIO 152 2ªFASE	LIVEX	8 dez	Beja	Cmdt BrigRR	Cmdt CTC	CTC	UEC
FREETOWN (ÉBOLA)	SIMULACRO	4 fev	Porto	Cmdt FT	EIDefNBQ	Cmd RE 1	UEP/UEC
GARAJAU 15	FTX	25 mai a 09 jun	Madeira	Cmd ZMM	Cmdt ZMM	ZMM	UEC
GOLFINHO 15	CPX/LIVEX	10/10/2015 01:00	Madeira	Cmdt FT	Cmdt ZMM	CFT	UEB
HAKEA 151	MAPEX/CPX	23Fev 06Mar15	BrigMec	Cmdt FT	Cmdt BrigMec	CFT	UEC
HAKEA 152	CPX	27Abr a 08Mai15	BrigMec	Cmdt FT	Cmdt BrigMec	CFT	UEC
HAKEA 153	CPX	18 a 27Nov15	BrigMec	Cmdt FT	Cmdt BrigMec	BrigMec	UEB
HERMES 15	LIVEX	08/05/2015 04:00	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt UALE	UALE	UEB
HERCULES 15	LIVEX	15/05/2015 11:00	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt RE1	BrigRR/RE1	UEB
JUPITER 15	CPX	08/05/2015 04:00	RI13/ CITOFA	Cmdt BrigInt	Cmdt RI13	1BIMec/ BrigInt	UEB
LINCE 151	FTX	13/03/2015 09:00	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt 1ºBIMec	1BIMec/ BrigMec	UEB
LINCE 152	FTX	16/10/2015 00:00	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt 1ºBIMec	1BIMec/BrigMec	UEB
LOBO 151	FTX	13 a 17Abr15	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt ERec	ERec/ BrigMec	UEB
MARTE15/SATURNO 15	LIVEX/FTX	13 a 22Abr15	Viseu/Mangualde/ Côja/ Sta Comba Dão	Cmdt BrigInt	2ºCmdt BrigInt	2BIMec/ NRF2016	UEB
MACONTENE 151	LIVEX	30Mar a 01Abr15	Serra de Ossa	Cmdt BrigRR	Cmdt RC3	RC3	UEC
MERCÚRIO 15	LIVEX/FTX	12 fev	CMSM	Cmdt BrigInt	2ºCmdt BrigInt	Recce Coy/ NRF 2014	UEC
MEDULA 151	FTX	30 nov a 04 dez	RI19	Cmdt BrigInt	Cmdt RI19	RI19	UEC
METROSIDERO 151	LIVEX	24 a 26 mar	Terceira	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	Cmd ZMA	UEB
METROSIDERO 152	LIVEX	13 a 15 out	Terceira	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	Cmd ZMA	UEB
NEPTUNO 151	LIVEX/FTX	23 a 26 fev	Campo Tiro Alcochete	Cmdt BrigInt	Cmdt RAAA1	BtrAAA/ BrigInt	UEC
ORION 15	LIVEX/FTX E JLFX	18 mai a 05 jun	PRT	Gen CEME	Cmdt FT	CFT	NRF16
ONÇA 151	FTX / LFX	13 mar	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt GAC	GAC/ BrigMec	UEB
PANTERA 151	FTX	11 a 15 mai	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt BAPSvc	BAPSvc/ BrigMec	UEC
PANTERA 152	FTX	17 a 19 nov	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt BAPSvc	BAPSvc/ BrigMec	UEC
PRIÔLO 151	LIVEX	13 mar	São Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	Cmd ZMA	UEC
PRIÔLO 152	LIVEX	9 out	São Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	Cmd ZMA	UEC
PRISTINA	FTX	28 ago a 08 set	Vila de Rei	Cmdt FT	Cmdt BrigMec	2BIMec/ KFOR	UEB
RAIO 15	LIVEX/SIGEX	21 a 21 set	RT/Porto	Cmdt BrigInt	Cmdt RT	CTm/BrigInt	UEC
RAPOSA 151	FTX	23 a 27 mar	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt BrtAAA	BrtAAA/ BrigMec	UEC

RELAMPAGO 15	LIVEX/FTX/ LFX	27 abr a 01 mai	Fonte dos Morangos/Vieira de Leiria	Gen CEME	Cmdt CFT	RAAA1/BAAA/BrigMec	UEC
RINO 151	CPX/ FTX	18 a 27 mar	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt GCC	GCC/ BrigMec	UEB
RINO 152	FTX	8 mai	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt GCC	GCC/ BrigMec	UEB
RINO 153	FTX	9 mai	BrigMec	Cmdt BrigMec	Cmdt GCC	GCC/ BrigMec	UEB
TROVÃO 151	LIVEX	14 a 19 abr	Stª Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RA 4	RA4	UEC
TROVÃO 152	LIVEX	16 a 22 nov	Stª Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RA 4	RA4	UEC
URANO 14	LIVEX/FTX	29 jun a 02 jul	Vendas Novas	Cmdt BrigInt	Cmdt RA5	GAC/BrigInt	UEB
VENUS 15	FTX	23 a 27 mar	Polígono Militar da CT da Gala – Fig Foz	Cmdt BrigInt	Cmdt RE3	CEng	UEC
VIRIATO 15	LIVEX/FTX	20 mar	CMSM	Cmdt BrigInt	Cmdt RI14	2BIMec(R)/NRF2016	UEP/ UEC
VIRIATO 15	LIVEX	22 a 26 jun	Lamego	Cmdt BrigRR	Cmdt CTOE	CTOE	UEC
ZEUS 15	LIVEX	23 jun; 31 set; 02 a 06 nov	Tavira / Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt RI 15	RI 15	UEB

5.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais	Não	
						(Outros Ramos)	Nacionais	
ALERTEX 15	BtrAAA/ NRF	152		6.000,00	6.000,00			
ARES 151	2BIPara	382		8.000,00	8.000,00			
ARES 152								
BAGDAD 15	RC3	50		502,00	502,00			
BELEROFONTE 15	BtrAAA	23		1.000,00	1.000,00			
CACHALOTE 15	Cmd ZMA, UnAp, RG1 e RG2	337		9.800,00	9.800,00			
CENTAURO 15	ERec/ BrigRR	80		2.500,00	2.500,00			
CELULEX 15	BrigMec; BrigInt; BrigRR; RE1	98		1.952,00	1.952,00			
CIBER PERSEU 15	Cmd ZMA, UnAp, RG1 e RG2	29		2.000,00	2.000,00			
DRAGÃO	BrigInt	68		4.993,00	4.993,00			
EFICACIA 15	UnApFogos	313		27.000,00	27.000,00			
ESTIO 151	BCmds	105		5.072,00	5.072,00			
ESTIO 152								
FREETOWN (ÉBOLA)	RE1	13		212,00	212,00			
GARAJAU 15	RG3 e UnAp/ Cmd ZMM	209		1.246,00	1.246,00			
GOLFINHO 15	RG3 e UnAp	184		18.085,03	18.085,03			
HERMES 15	CCS da BrigRR	30		1.000,00	1.000,00			
HERCULES 15	CEng/ RE1	47		2.000,00	2.000,00			
HAKEA 151	BrigMec	572		8.708,23	8.708,23			
HAKEA 152								
HAKEA 153								
JUPITER 15	1BIMec/BrigInt	263		1.133,00	1.133,00			
LINCE 151	1BIMec	455		7.300,00	7.300,00			
LINCE 152								
LOBO	ERec	67		2.300,00	2.300,00			
MARTE 15/ SATURNO 15	2BIMec/NRF2016; NSE/NRF2016	804		58.574,55	58.574,55			
MACONTENE 151	RC 3	80		115,00	115,00			
MERCÚRIO 15	Recce Coy/ NRF2015	134		21.034,00	21.034,00			
MEDULA 151	RI19	21		2.104,28	2.104,28			
METROSÍDERO 151	RG1	238		3.250,00	3.250,00			
METROSÍDERO 152								
NEPTUNO 151	BtrAAA/BrigInt	70		2.442,77	2.442,77			
ONÇA 151	GAC/CTm	101		5.000,00	5.000,00			
ORION 15	Exército	2628		125.475,00	125.475,00			
PANTERA 151	BApSvc	531		3.000,00	3.000,00			
PANTERA 152								
PEDRA VIVA 15	RG3	158		5.224,00	5.224,00			
PRIOLO 151	RG2	358		8.000,00	8.000,00			
PRIOLO 152								
PRISTINA	2BIMec/BrigMec	173						

RAIO 15	CTm/BrigInt	42	1.651,39	1.651,39
RAPOSA 151	BrtAAA	44	1.080,00	1.080,00
RELÂMPAGO 15	UnAAA	289	20.000,00	20.000,00
RINO 151 RINO 152 RINO 153	1BIMec; ,GCC; Ceng; CTm; GCC/BrigMec	553	31.500,00	31.500,00
TROVÃO 151 TROVÃO 152	GAC	152	8.500,00	8.500,00
URANO 15	GAC/BrigInt	86	3.329,41	3.329,41
VENUS 15	CEng/BrigInt	76	3.220,00	3.220,00
VIRIATO 151	2BIMec/ NRF2016	560	17.508,00	17.508,00
VIRIATO 152	FOE	14	7.000,00	7.000,00
ZEUS 15	1BIPara	196	7.000,00	7.000,00

5.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2015

Nome de Código Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
LONE PARATROOPER 15	LIVEX	17 a 29 mai	Espanha	CHOD SP	COM BRIGPAC		EM Peninsulares
LONG PRECISION 15	LIVEX	13 nov	Espanha	Sp Light Forces Commander	Sp Airborne Brigade Commander		EM Peninsulares
OPERAÇÃO ÁGATA	LIVEX	21 a 28 jul	Brasil	EME	CFT		Coop Bilateral
STEADFAST INDICATOR 15	LIVEX	24 mai a 13 jun	Roménia	SACEUR	SHAPE J2		OTAN
STEADFAST COBALT 15	SIGEX	22 a 29 mai	Polónia	SACEUR	SHAPE CIS		OTAN
STEADFAST FOUNT 15	LIVEX	6 nov	Bélgica	SACEUR	SHAPE J4		OTAN
SWIFT RESPONSE 15	FTX	23 a 31 ago	Alemanha	CFT	82ª AbnDiv - EUA		Coop Bilateral
TRIDENT JUNCTURE 2015	MEL/MIL	14 a 26Jun15	Noruega	CFT	CFT		OTAN
TRIDENT JUNCTURE 2015	CPX	15 out	Beja	CFT	CFT		OTAN
TRIDENT JUNCTURE 15	LIVEX	19 out a 06 nov	Tancos / Santa Margarida	CFT	CFT		OTAN

5.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
LONE PARATROOPER 15	LIVEX	17-29 mai	Espanha	CHOD SP	COM BRIGPAC		EM Peninsulares
LONG PRECISION 15	LIVEX	13 nov	Espanha	Sp Light Forces Commander	Sp Airborne Brigade Commander		EM Peninsulares
OPERAÇÃO ÁGATA	LIVEX	21-28Jul	Brasil	EME	CFT		Coop Bilateral
STEADFAST INDICATOR 15	LIVEX	24 mai-13 jun	Roménia	SACEUR	SHAPE J2		OTAN
STEADFAST COBALT 15	SIGEX	22-29 mai	Polónia	SACEUR	SHAPE CIS		OTAN
STEADFAST FOUNT 15	LIVEX	06 nov	Bélgica	SACEUR	SHAPE J4		OTAN
SWIFT RESPONSE 15	FTX	23-31 ago	Alemanha	CFT	82ª AbnDiv - EUA		Coop Bilateral

TRIDENT JUNCTURE 2015	MEL/MIL	14-26 jun	Noruega	CFT	CFT	OTAN
TRIDENT JUNCTURE 2015	CPX	16 out	Beja	CFT	CFT	OTAN
TRIDENT JUNCTURE 15	LIVEX	19 out - 06 nov	Tancos / Santa Margarida	CFT	CFT	OTAN

5.4 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

5.4.1 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
-----------------------------	------------	---------	------	-----	-----	----------------------------------	------

-

5.4.2 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2015

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	

-

5.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
-----------------------------	------------	---------	------	-----	-----	----------------------------------	-------------

-

5.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	

-

The background of the page features a faded, high-angle photograph of a military aircraft, possibly a transport plane, on a tarmac. Several personnel in military uniforms are visible around the aircraft. The entire image is overlaid with a semi-transparent geometric pattern of overlapping triangles in shades of blue and grey. In the bottom right corner, a large, bold, dark grey number '6' is partially visible, likely indicating the page number.

Armamento e Equipamentos de Defesa

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 6.º, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2015, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 148, de 31 de julho de 2015 e pela Portaria n.º 283/2015, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 180, de 15 de junho de 2015, inclui dados estatísticos referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias e Empresas Nacionais com Atividades no Âmbito do Setor da Defesa;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2015 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, do IASFA, dos SCS/MDN e da consulta efetuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das atividades normais da DGRDN.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de autopropulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro direto para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de autoproteção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra eletrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti superfície, antiaéreo e antissubmarino e cuja missão principal é a escolta e a luta antissubmarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efetuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

Os dados insertos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efetuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a produtos relacionados com a defesa, que, nos termos da Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, são licenciados pelo MDN (DGRDN).

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efetuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais, Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados de acordo com a Lei 37/2011, de 22 de junho, nomeadamente o seu Anexo I, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGRDN que, nos termos da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, se encontram autorizadas a exercer a atividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos no Anexo I à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, incluindo a sua importação e exportação.

6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

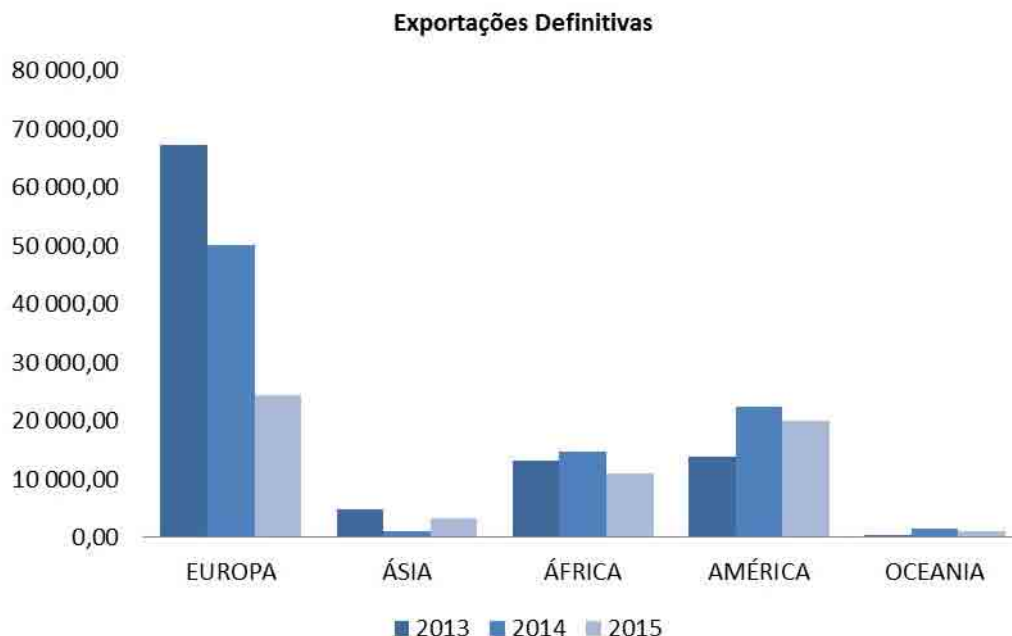
(Apenas as exportações definitivas que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Ano	Valor (milhares de euros)
2015	59.514,29
2014	90.091,88
2013	99.495,78

6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações definitivas que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Continente	2013		2014		2015	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	67.221,56	67,56	50.158,56	55,67	24.390,77	40,98
ÁSIA	4.853,30	4,88	1.174,63	1,30	3.169,00	5,32
ÁFRICA	13.265,77	13,33	14.715,14	16,33	11.007,88	18,50
AMÉRICA	13.831,19	13,90	22.464,77	24,94	19.905,41	33,45
OCEANIA	323,96	0,33	1.578,78	1,75	1.041,23	1,75
TOTAL	99.495,78	100,00	90.091,88	100,00	59.514,29	100,00



6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

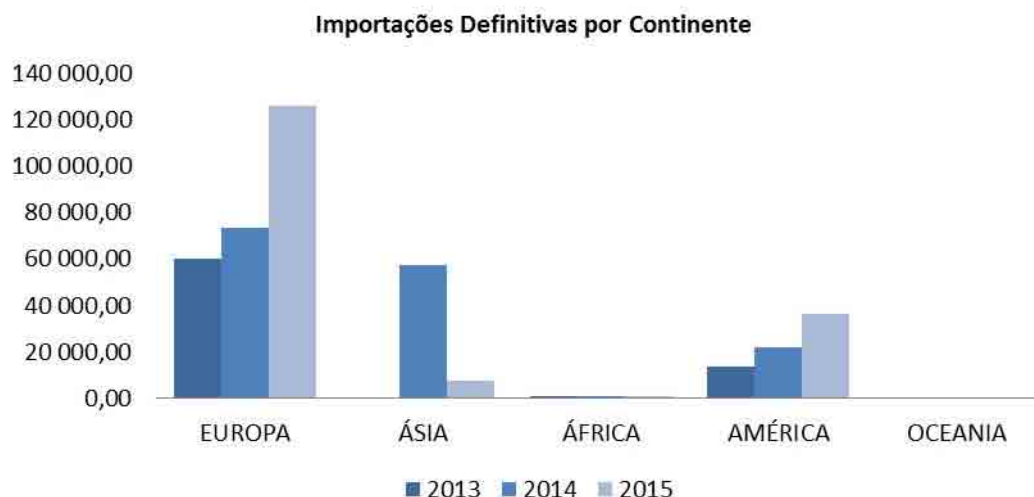
(Apenas as exportações definitivas que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Ano	Valor (milhares de euros)
2015	170.766,84
2014	152.858,40
2013	74.617,00

6.1.4 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as importações definitivas que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Continente	2013		2014		2015	
	(milhares de euros))	%	(milhares de euros))	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	60.305,93	80,82	73.268,14	47,93	126.235,95	73,92
ÁSIA	225,45	0,30	57.264,45	37,46	7.358,19	4,31
ÁFRICA	609,75	0,82	671,71	0,44	769,22	0,45
AMÉRICA	13.475,07	18,06	21.654,10	14,17	36.403,47	21,32
OCEANIA	0,80					
TOTAL	74.617,00	100,00	152.858,40	100,00	170.766,84	100,00



6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações definitivas que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGRDN)

Ano: 2015

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)
EUROPA	126.235,95	73,92	24.390,77	40,98	-101.845,18
ÁSIA	7.358,19	4,31	3.169,00	5,32	-4.189,19
ÁFRICA	769,22347	0,45	11.007,88	18,5	10.238,6565
AMÉRICA	36.403,47	21,32	19.905,41	33,45	-16.498,06
OCEANIA			1.041,23	1,75	1.041,23
TOTAL	170.766,84	100,00	59.514,29	100,00	-111.252,55

6.1.6 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações definitivas de Bens e Tecnologias Militares – por Países Agregados em Organizações Internacionais que Portugal Integra

Ano: 2015

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação- Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	159.309,27	34.038,99	-125.270,28	21,37
UE	124.461,37	24.085,55	-100.375,82	19,35

6.1.7 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*)

Referência: DEZ2015

A. S. AVIONICS SERVICES, LTDA.
A. SILVA LEAL, S. A.
ADVANCED RESOURCES - ENGENHARIA, INTEGRAÇÃO, APLICAÇÕES, SISTEMAS, LDA.
AEROEQUIPO - SOCIEDADE PORTUGUESA DE EQUIPAMENTO AERONÁUTICO, LDA.
AEROHÉLICE - SOCIEDADE DE MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL DE HÉLICES, LDA.
AEROMEC - MECÂNICA DE AERONAVES, S. A.
AEROPART, UNIPESSOAL, LDA.
AEROTÉCNICA GRUPO SEVEN AIR, LDA.
AERO VIP - COMPANHIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS AÉREOS, S. A.
AFN, LDA.
AGUSTA WESTLAND PORTUGAL, S. A.
AHM - ELECTRÓNICA E SERVIÇOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.
ALPHA C2 - COMERCIALIZAÇÃO DE SISTEMAS ELECTRÓNICOS E DE COMUNICAÇÕES, LDA.
ANTERO LOPES, LDA.
APCOL - APOIO LOGÍSTICO E COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA.
APSJE - AERO PARTS SERVICES, LDA.
ARSENAL DO ALFEITE, S. A.
A.V.P. - AERO VOO DE PORTUGAL, LDA.
AVIQUIPO DE PORTUGAL, S. A.
BATISTAS - RECICLAGEM DE SUCATAS, S. A.
BLANCH INTERNATIONAL & ASSOCIADOS
BROWNING VIANA - FÁBRICA DE ARMAS E ARTIGOS DE DESPORTO, S. A.
CABLOTEC - CABLAGENS E SISTEMAS, LDA.
CACICAMBRA - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ARTIGOS DE CAÇA, S. A.
CAE UK PLC
CAETANO COATINGS - REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAIS, S. A.
CASA SERRAS, S. A. (E. DIAS SERRAS)
COHEMO - COMERCIAL HERNANDO MORENO, S. L. U.
CONOPERATIONS, LDA.
CORPDEFENSE NGTT, LDA.
CRUZAIR, LDA.
DEFAERLOC - LOCAÇÃO DE AERONAVES MILITARES, S. A.
DEFLOC - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DEFESA, S. A.
DEFMAT, LDA.
DETEGASA - DESARROLLO TÉCNICAS INDUSTRIALES DE GALÍCIA, S. A.
DISCOVERY AIR DEFENSE SERVICES INC
DRIVELINE, UNIPESSOAL, LDA.
EDISOFT - EMPRESA DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, S. A.
EID - EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA, S. A.
EMBRAER PORTUGAL - ESTRUTURAS EM COMPÓSITOS, S.A.
EMBRAER PORTUGAL - ESTRUTURAS METÁLICAS, S.A.
EMPORDEF - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S. A.
ESPAÇOMAR - SOCIEDADE DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, LDA.

ESPINGARDARIA BELGA, S. A.
 ESPINGARDARIA CENTRAL - A. MONTEZ, S. A.
 ET - EMPRESA DE EXPORT-IMPORT E COOPERAÇÃO INDUSTRIAL, LDA.
 EXTINCÊNDIOS - EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA, S. A.
 FABITRADE - IMPORT & EXPORT, LDA.
 FABREQUIPA - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO, LDA.
 FRALIBRA - SOCIEDADE COMERCIAL DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, LDA.
 GENERAL COMMERCIAL SERVICES GMBH
 GENERAL DYNAMICS SANTA BÁRBARA SISTEMAS, S. A.
 GLOBALEDA - TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S. A.
 GLOBALTRONIC - ELECTRÓNICA E TELECOMUNICAÇÕES, S. A.
 GMVIS SKYSOFT, S. A.
 HEAD SOLUTIONS - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA.
 HOLOS - SOLUÇÕES AVANÇADAS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S. A.
 HONOS - SOCIEDADE COMERCIAL DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.
 HYDRAPLAN - MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, S, A,
 I-SKYEX, LDA.
 I. E. M. A. - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAL AERONÁUTICO, LDA.
 IDD - PLATAFORMA DAS INDÚSTRIAS DE DEFESA NACIONAIS, S. A.
 INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S. A.
 INTERDEF - TRADING DE TECNOLOGIAS, S. A.
 INTROSYS - INTEGRATION FOR ROBOTIC SYSTEMS / INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS ROBÓTICOS, S. A.
 INVENTARIUM SR&D - SECURITY RESEARCH AND DEVELOPMENT, LDA.
 ITURRI, S. A.
 J. GARRAIO E C^a., LDA.
 J. NICOLAU, LDA.
 JACINTO MARQUES DE OLIVEIRA, SU CRS., LDA.
 JPF ENTERPRISES LTD.
 LASI ELECTRÓNICA - COMÉRCIO DE COMPONENTES E SISTEMAS ELÉCTRICOS E ELECTRÓNICOS, LDA.
 LATINO CONFECÇÕES, LDA.
 LISSA - AGÊNCIA DE DESPACHOS E TRÂNSITOS
 LUSIS - EQUIPAMENTOS & SERVIÇOS, LDA.
 LUSODEF - ADVANCED SOLUTIONS, LDA.
 MANUEL ALMEIDA MACHADO SARAIVA
 MJL CORPORATE, UNIPessoal, LDA.
 MARDEF - REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO, UNIPessoal, LDA.
 MELCO - COMÉRCIO DE TECNOLOGIAS MILITARES, LDA.
 METALESPAÇO, UNIPessoal, LDA.
 MICOTEC - ELECTRÓNICA, LDA.
 MVSM RECYCLING - COMÉRCIO DE SUCATAS, UNIPessoal, LDA.
 NNC - PEÇAS PARA MOTORES E MÁQUINAS, UNIPessoal, LDA.
 NTG, LDA.
 OGMA - INDÚSTRIA AERONÁUTICA DE PORTUGAL, S. A.
 OMNITÉCNICA - SOCIEDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ELECTROTÉCNICA, S. A.
 OREY - TÉCNICA NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

PALBIT, S. A.
 PANHARD GENERAL DEFENSE
 PARA-EQUIPA - PÁRA-QUEDAS E EQUIPAMENTOS MILITARES, LDA.
 PINHOL, S. A.
 POAVIATION, LDA.
 PROSKIPPER, LDA.
 PROTILIS PORTUGAL, LDA.
 QUADRI - SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO, LDA.
 QUALIFIRE - IMPORT EXPORT, LDA.
 RANGEL INTERNACIONAL, S. A.
 RFS - TELECOMUNICAÇÕES, LDA.
 RHEINMETALL LANDSYSTEME, S. A.
 RHEINMETALL WAFFE MUNITION GMBH
 RHODE & SCHWARZ - PORTUGAL, LDA.
 SALEMO & MERCA, LDA.
 SCOPE - SOCIEDADE DE ESTUDOS E EMPREENDIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S. A.
 SDT ELECTRÓNICA, S. A.
 SECAMIC
 SECAPEM
 SEJE AND PARTNERS
 SERVOTECHNIK ESPAÑA, S. L.
 SETRONIX - SOCIEDADE DE ESTUDOS E EMPREENDIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S. A.
 SIPAMAR - SOCIEDADE IMPORTADORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS, LDA.
 SOCIMARPE - SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES DE MATERIAL ELECTRÓNICO, LDA.
 SODARCA - SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE ARMAS DE CAÇA, LDA.
 SOFEMA, S. A.
 SPIN WORKS, S. A.
 STE - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELECTRÓNICA, S. A.
 STUDIA I - TRADING, MARKETING & REPRESENTAÇÕES, LDA.
 TEKEVER ASDS, LDA.
 THALES PORTUGAL, S. A.
 TRANSFRAL TRADING - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S. A.
 UAVISION - ENGENHARIA DE SISTEMAS, S. A.
 VIANAS, S. A.
 WEST SEA - ESTALEIROS NAVAIS, S. A.

(*) Nos termos da Lei nº 49/2009, de 5 de agosto.

6.1.8 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Indústria de Bens e Tecnologias Militares (*)

Referência: DEZ2015

AEROHÉLICE - SOCIEDADE DE MANUTENÇÃO E REVISÃO GERAL DE HÉLICES, LDA.
AEROMEC - MECÂNICA DE AERONAVES, S. A.
AEROTÉCNICA GRUPO SEVEN AIR, LDA.
AERO VIP - COMPANHIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS AÉREOS, S. A.
AFN, LDA.
AGUSTA WESTLAND PORTUGAL, S. A.
ALPHA C2 - COMERCIALIZAÇÃO DE SISTEMAS ELECTRÓNICOS E DE COMUNICAÇÕES, LDA.
APSJE - AERO PARTS SERVICES, LDA.
ARSENAL DO ALFEITE, S. A.
A.V.P. - AERO VOO DE PORTUGAL, LDA.
BATISTAS - RECICLAGEM DE SUCATAS, S. A.
BROWNING VIANA - FÁBRICA DE ARMAS E ARTIGOS DE DESPORTO, S. A.
CABLOTEC - CABLAGENS E SISTEMAS, LDA.
CAETANO COATINGS, S. A.
CRITICAL SOFTWARE, S. A.
DRIVELINE, UNIPESSOAL, LDA.
EDISOFT - EMPRESA DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE, S. A.
EID - EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA, S. A.
EMBRAER PORTUGAL - ESTRUTURAS EM COMPÓSITOS, S.A.
EMBRAER PORTUGAL - ESTRUTURAS METÁLICAS, S.A.
EMPORDEF - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S. A.
EXIDE TECHNOLOGIES, LDA.
FABREQUIPA - SOCIEDADE INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTO RODOVIÁRIO, LDA.
GLOBALEDA - TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S. A.
GLOBALTRONIC - ELECTRÓNICA E TELECOMUNICAÇÕES, S. A.
GMVIS SKYSOFT, S. A.
HOLOS - SOLUÇÕES AVANÇADAS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S. A.
HYDRAPLAN - MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, S, A,
I-SKYEX, LDA.
IDD - PLATAFORMA DAS INDÚSTRIAS DE DEFESA NACIONAIS, S. A.
INTROSYS - INTEGRATION FOR ROBOTIC SYSTEMS / INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS ROBÓTICOS, S. A.
INVENTARIUM SR&D - SECURITY RESEARCH AND DEVELOPMENT, LDA.
J. GARRAIO E C^a., LDA.
JACINTO MARQUES DE OLIVEIRA, SUCRS., LDA.
LATINO CONFECÇÕES, LDA.
LAUAK PORTUGUESA - INDÚSTRIA AERONÁUTICA, LDA.
METALESPAÇO, UNIPESSOAL, LDA.
MVSM RECYCLING - COMÉRCIO DE SUCATAS, UNIPESSOAL, LDA.
OGMA - INDÚSTRIA AERONÁUTICA DE PORTUGAL, S. A.
OMNITÉCNICA - SOCIEDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ELECTROTÉCNICA, S. A.
PALBIT, S. A.
PINHOL, S. A.
PINHOL DEFENSE, UNIPESSOAL, LDA.

POAVIATION, LDA.

PROTILIS PORTUGAL, LDA.

SALEMO & MERCA, LDA.

SDT ELECTRÓNICA, S. A.

SETRONIX - SOCIEDADE DE ESTUDOS E EMPREENDIMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S. A.

SPIN WORKS, S. A.

STE - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELECTRÓNICA, S. A.

TEKEVER ASDS, LDA.

THALES PORTUGAL, S. A.

UAVISION - ENGENHARIA DE SISTEMAS, S. A.

WEST SEA - ESTALEIROS NAVAIS, S. A.

(*) Nos termos da Lei nº 49/2009, de 5 de agosto.

6.2.1 - Missões e Meios Disponíveis – Marinha

Ano: 2015

+		TOTAL	DEFESA MILITAR E APOIO À POLITICA EXTERNA						SEGURANÇA E AUTORIDADE DO ESTADO										DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICO, CIENTIFICO E CULTURAL							
			Defesa militar própria e autónoma				Defesa coletiva e segurança cooperativa		Proteção dos interesses nacionais e diplomacia naval		Segurança marítima e salvamento da vida humana no mar			Vigilância, fiscalização e policiamento				Estado s de exceção e proteção civil		Estado s de exceção e proteção civil		Fomento Económico		Investigação Científica	Cultura	
			NATO	UE	ONU	EUROMARFOR	Proteção e evacuação de cidadãos nacionais	Diplomacia naval	Relações internacionais	Cooperação Técnico-Militar	Segurança Marítima	Busca e salvamento marítimo	Cartografia náutica e avisos à navegação	Prevenção e combate à poluição do mar	Fiscalização dos espaços marítimos e	Narcotráfico	Imigração ilegal	Outros	Cooperação interagências	Ação em estado de sítio e de emergência	Apoio em ações de proteção civil	Estado de sítio e de emergência	Atividades de proteção civil	Apoio logístico naval	Formação	Parcerias em projetos
UNIDADES NAVAIS	Fragatas "Vasco da Gama" com helicóptero	3																								
	Fragatas "Bartolomeu Dias" com helicóptero	2																								
	Helicóptero orgânico "Lynx"	5																								
	Corvetas "Batista de Andrade"	3																								
	Corvetas "João Coutinho"	3																								
	Submarinos "Tridente"	2																								
	Reabastecedor de esquadra "Bérrio"	1																								
	Patrulhas "Viana do Castelo"	2																								
	Patrulhas "Cacine"	3																								
	Lanchas de Fiscalização "Argos" e "Centaurus"	9																								
	Lanchas de Fiscalização "Albatroz" e "Rio Minho"	3																								
	Navios hidrográficos "D. Carlos I"	2																								
	Lanchas hidrográficas "Andrómeda"	2																								
	Navio balizador "Schultz Xavier"	1																								
	Navios escola "Sagres", "Polar" e "Zarco"	3																								
UNIDADES FUZILEIROS	BF1	200																								
	BF2	283																								
	UPN	137																								
	DAE	35																								
	UMD	94																								
	CAF	119																								
	CATT	117																								
UNIDADES MERGULHADORES	DMS 1	11																								
	DMS 2	46																								
	DMS 3 - Guerra Minas	5																								
OUTRAS UNIDADES	UAM's IH	2																								
	Brigadas hidrográficas	2																								
	NTM "Creoula"	1																								
Outros Meios	Fragata "D. Fernando II e Glória"	1																								
	Biblioteca Central de Mapas	1																								
	Museu de Marinha	1																								
	Aquário Vasco da Gama	1																								
	Planetário	1																								

■ Meios disponíveis para o seu emprego operacional no cumprimento desta função.

■ Meios disponíveis para o seu emprego operacional ocasional no cumprimento desta função.

6.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército

Ano: 2015

Armamento/Equipamento		OCAD		FOPE							Total	Obs.
				Grandes Unidades			ZMA	ZMM	FApG	FND a)		
		CLog	CID	Brig Mec	Brig RR	Brig Int						
Carros de Combate	M48A5										-	
	M60A3			8							8	
	Leopard			37							37	
Viaturas Blindadas de Lagartas	M113A1 e A2	20		165							185	
	M113A2 TOW	2		14							16	
	M577A2			49							49	
	M125A1 e A2 c/ Mort 81 mm	3		10							13	
	M106A1 e A2 c/ Mort 107 mm	2		14							16	
	M901A1 ITV			4							4	
	M578	2		9							11	
	M74	1		1					1		3	
	M548 e A1			22							22	
	M728 VC Engenharia										-	
	M88A1 e A2			7							7	
Viaturas Blindadas de Rodas	Chaimite V-200										-	
	Commando V-150					11					11	
	Panhard M-11				14					18	32	
	Pandur	1				158				6	165	
Obuses	105 mm M101A1 e A1L	2		4		1					7	
	105 mm Oto Melara										-	
	105 mm Light Gun				16						16	
	155 mm Reb M114	4				15					19	
	155 mm AP M109A2			6							6	
	155 mm AP M109A5			18							18	
Sistemas de Mísseis AC	MILAN				29	17					46	
	M220A1 TOW	20		1							21	
	M220A2 TOW										-	
Sistemas de Mísseis AA	Stinger	6									6	
	Chaparral M90					1					1	
	Chaparral M98	2		8		11					21	
Material AA	Met Bitubo AA 20 mm	2				2	5	9			18	
	Peça AA 40 mm										-	
Morteiros	60 mm + Morteiretes	345			130	20					495	
	61 mm LA										-	
	81 mm			11	5	26	3				45	
	81 mm L16A2	12			13						25	
	107 mm M24 e A1	6		21							27	
	120 mm B e St	11			14	12	1	5			43	
Pontes (a)	VBLP					4					4	
	Apoios fixos					6					6	
	Apoios flutuantes					1					1	
Outro Armamento/ Equipamento	LGA 40mm SB-M1	12				1					13	
	DISP. LG HK 79 40 mm			77	40	14	8	5		16	160	
	Can SR 106mm M40A1 e A2	25				2	4	5			36	
	Can SR 84mm Carl Gustaf					2					2	
	Can SR 90 mm M67	15				5	2	4			26	

6.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2015

Meios		Missões																TOTAL		
		Defesa Aérea		Ataque Convencional			Reconhecimento Aéreo Tático	Apoio ao Combate	Vigilância	Patrulhamento Marítimo	Interesse Público				Transporte Aéreo					Instrução e Treino
		Patrulhamento e Interceção	Escolta Aérea	Interdição Aérea	TASMO	Apoio Aéreo					Policimento Aéreo	Busca e Salvamento	Vigilância Marítima	Evacuação Sanitária	Intra Teatro	Inter Teatros	VIP			
AVIÕES	F-16	X	X	X	X	X	X	X			X								30	
	P3-C				X				X	X		X	X				X		5	
	C-295								X	X		X	X	X	X		X		12	
	FALCON 50													X	X	X	X		3	
	C130							X				X		X	X	X	X		5	
	AJET					X		X										X	6	
	EPSIL																	X	16	
	Ligeiros																	X	9	
HELIS	EH101							X				X	X	X	X		X		12	
	AL III											X		X	X			X	12	

Nota: Total de meios disponíveis para as missões referenciadas.

6.2.4 - Lei de Programação Militar

Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objeto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

Os principais procedimentos executados em 2015, tendo em vista a realização de programas de aquisição, foram os seguintes:

- Programas concluídos em 2015 -

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Desmilitarização de munições e explosivos	IDD	Portugal
Guerra Eletrónica*	ELBIT SYSTEMS EW & SIGINT - ELISRA	Israel
Guerra Eletrónica**	TERMA ELEKTRONIK AS	Dinamarca
Revisão Mód. Motores**	PRATT & WHITNEY BELGIUM ENGINE	Bélgica
JHMCS*	QUADRI -SOCIEDADE	Portugal
Kits Estruturais*	KLX AEROSPACE SOLUTIONS	EUA
Armamento Aéreo	NSPA	Luxemburgo
Repar. Wing Fuel Tanks*	IEMA - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	Portugal
MLG Wheel Assy*	IPT - INTEGRATED PROCUREMENT	EUA

* Aquisição no âmbito do Programa de Alienação F-16 à República da Roménia

** Composto também por aquisições no âmbito do Programa de Alienação F-16 à República da Roménia

- Programas de aquisição com contratos assinados em 2015 -

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Início do contrato de construção de dois navios de patrulha oceânica	Arsenal do Alfeite	Portugal
Implementação do MS EPM	Bright Partners	Portugal
Desmilitarização de munições e explosivos	IDD	Portugal
Guerra Eletrónica**	TERMA ELEKTRONIK AS	Dinamarca
Modernização TGP	NORTHROP GRUMMAN	EUA
Revisão Mód. Motores**	PRATT & WHITNEY BELGIUM ENGINE	Bélgica
Kits Estruturais*	KLX AEROSPACE SOLUTIONS	EUA
Delta Kits*	KLX AEROSPACE SOLUTIONS	EUA
Armamento Aéreo	OTAN-NSPA	Luxemburgo
Actual. Sist. Oper. Voo	GOV-EUA	EUA
Spray Rings	IPT - INTEGRATED PROCUREMENT	EUA
Canopy Actuators	APCOL - APOIO LOGÍSTICO E COMÉRCIO	Portugal
Kits Insp. Fase	KLX AEROSPACE SOLUTIONS	EUA
MLG Wheel Assy*	IPT - INTEGRATED PROCUREMENT	EUA

* Aquisição no âmbito do Programa de Alienação F-16 à República da Roménia

** Composto também por aquisições no âmbito do Programa de Alienação F-16 à República da Roménia

6.3 - LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, SC/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 4.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção corretiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é efetuada em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

(euros)					
Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2015	2.021.135,18	11.258.768,41	5.494.851,79	28.007.436,10	46.782.191,48
2014	62.515,81	26.401.032,04	5.292.754,25	21.078.141,78	52.834.443,88
2013	187.371,27	25.045.000,00	X	17.487.054	42.721.438,27
2012	82.350,00	18.838.383,27	12.345.660,73	17.188.669,00	48.455.063,00

X – dados indisponíveis

6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde, em 2015

(euros)

Ramo das FA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de:					
- Equipamento hospitalar	4.272.317	176.723	25.258	85.683	4.559.981
- Meios auxiliares de diagnóstico	766.513	34.982	109.905	419	911.819
- Meios curativos	8.990.169	X	67.978		9.058.147
- Manutenção de equipamento hospitalar	1.971.893	14.410	66.470	27.461	2.080.234
TOTAL	16.000.892	226.115	269.611	113.563	166.810.181

X – dados indisponíveis

6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos – em 2015

(euros)

Equipamento	SC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal	2	6.458,36 *	10	3.274,19 *	1	19.514,88	1	19.473,00			31	632.662,44	45	681.382,87
Transporte geral					2	49.938,00	2	37.659,68					4	87.597,68
Todo-o-terreno	3	72.689,80											-	-
Serviços especiais													-	-
Motociclos, ciclomotores e velocípedes													-	-
TOTAL	5	79.148,16	10	3.274,19	3	69.452,88	3	57.132,68	-	-	31	632.662,44	49	768.980,55

X – dados indisponíveis

(*) Aquisição efetuada em Aluguer Operacional de Veículos

6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento – em 2015

(euros)

Equipamento	SC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	19.979,48	30.448,11	46.473,78	692.795,48	1.477.049	533.351,97	2.800.097,82
Combustíveis e lubrificantes	57.742,93	46.580,34	206.514,07	650.802,34	2.661.222	2.119.629,06	5.742.490,74
Aquisição de serviços	2.783.175,69	19.916,52	19.854,94	51.758,69	266.798	258.263,82	3.399.767,66
TOTAL	2.860.898,10	96.944,97	272.842,79	1.395.356,51	4.405.069	2.911.244,85	11.942.356,22

X – dados indisponíveis

6.4 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projetos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projetos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e atividades de índole científica e/ou tecnológicas ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que direta ou indiretamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objetivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas– MARINHA

Fonte: Marinha

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			Orçamento de Funcionamento (OF) (a)	Projetos EX-PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
MECPAB	EN & CINAV	Gestão da Manutenção					-
SAFEPORT	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
E-VENTOS	EN & CINAV	Robótica Móvel					-
AWARD	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
SADAP	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
ICARUS	EN & CINAV	Robótica Móvel				36.288,39	36.288,39
RSEM	EN & CINAV	Química e Materiais energéticos					-
MISSION PLANNING	EN & CINAV	Robótica Móvel					-
ARCHIMARIA	EN & CINAV	História Marítima					-
PATACHO DE PEDRO DIAS	EN & CINAV	História Marítima					-
NECSAVE	EN & CINAV	Robótica Móvel					-
AUTOLAND	EN & CINAV	Robótica Móvel				66.695,46	66.695,46
SUNNY	EN & CINAV	Robótica Móvel				87.302,24	87.302,24
REMAR	EN & CINAV	Robótica Móvel				42.000,00	42.000,00
ARCHINAVES	EN & CINAV	História Marítima					-
CNO	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
SHARE	EN & CINAV	Não Integrado				4.503,29	4.503,29
SEACON II	EN & CINAV	Robótica Móvel					-
SEAGULL	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão; Robótica Móvel					-
MaSSGP	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
Océanides	EN & CINAV	História Marítima					-
Dicionário de História Marítima	EN & CINAV	História Marítima					-
MIDNET	EN & CINAV	Processamento de Sinal					-
PERSEUS	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
TURTLE	EN & CINAV	Robótica Móvel					-
SoSMSA	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
AISINTEL	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
SCI-271	EN & CINAV	Robótica Móvel					-
CLIBECO	EN & CINAV	Não Integrado					-
As Operações do U-35 na Costa de Sagres (1917)	EN & CINAV	História Marítima				22.000,00	22.000,00
VEEO PLUS	EN & CINAV	Gestão da Manutenção					-
Universidade Itinerante do Mar	EN & CINAV	Não Integrado					-
SCI-ET-012	EN & CINAV	Robótica Móvel					-
SCI-276	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
HFM-245 (RLS)	EN & CINAV	Saúde Naval					-
MSG-117 (RTG)	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
Tipologia da Conflitualidade e Beligerância	EN & CINAV	História Marítima					-

Portuguesa na Grande Guerra

TUNES	EN & CINAV	História Marítima	-				
SPER-PACK	EN & CINAV	Não Integrado	-				
GAMMAex	EN & CINAV	Robótica Móvel	-				
SUBECO	EN & CINAV	Processamento de Sinal	-				
THEMIS	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão	-				
TROANTE	EN & CINAV	Robótica Móvel	-				
ANDRÓMEDA	EN & CINAV	Robótica Móvel	-				
BMS & EMM	EN & CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão	-				
COWCLIP	EN & CINAV	Não integrado	-				
Profundis	EN & CINAV	História Marítima	-				
CONBLAST 2	EN & CINAV	Não integrado	-				
FIREND	EN & CINAV	Não integrado	-				
Automatização dos levantamentos hidrográficos	IH	Não integrado	8.676,00	15.500,00			24.176,00
Automatização dos sistemas de cartografia náutica	IH	Não integrado	13.792,00				13.792,00
Vigilância da qualidade do meio marinho	IH	Não integrado	14.827,00	15.945,00	36.900,00		67.672,00
Cartas sedimentológicas da plataforma continental	IH	Não integrado	92.251,00	4.802,00			97.053,00
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação	IH	Não integrado	8.676,00	15.500,00			24.176,00
Geologia marinha	IH	Não integrado	9.736,00	5.000,00			14.736,00
Previsão operacional	IH	Não integrado	69.050,00				69.050,00
Inovação e desenvolvimento de técnicas de análise	IH	Não integrado	30.891,00				30.891,00
Dinâmica sedimentar	IH	Não integrado	33.973,00				33.973,00
Rede maregráfica	IH	Não integrado	44.654,00	10.870,00			55.524,00
Rede boias ondógrafo	IH	Não integrado	27.969,00	3.985,00			31.954,00
Rede meteorológica	IH	Não integrado	3.059,00				3.059,00
Rede Radar HF	IH	Não integrado	5.503,00				5.503,00
Rede boias multiparamétricas	IH	Não integrado	27.969,00	44.600,00			72.569,00
SIMOCEAN	IH	Não integrado	341,00				341,00
TRADE 2	IH	Não integrado	6.595,00		205.069,00		211.664,00
SOCODRONE	IH	Não integrado	260,00				260,00
CORESUF	IH	Não integrado	126,00				126,00
RAIAco	IH	Não integrado	8.422,00		97.553,00		105.975,00
JERICO NEXT	IH	Não integrado	2.981,00		34.027,00		37.008,00
TOTAL			471.779,00	138.433,00	36.900,00	599.288,38	1.246.400,38

6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas– EXÉRCITO

(euros)

Programas	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			Projetos (ex-PIDDAC)	LPM (I&D)	OMDN-EX 15	
Adaptabilidade do ensino superior universitário militar	Academia Militar	Psicologia			8.385,66	8.385,66
Pandora- Plataforma aérea não tripulada para deteção e operações de reconhecimento NBQR	Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica	Ambiente operacional e tecnologias de apoio à defesa e segurança			20.000,00	20.000,00
SAD-SIC	Academia Militar	Sistemas de informação			8.393,12	8.393,12
Estação comunicações e rastreio de satélites	Academia Militar	Eng ^a electrotécnica e informática			8.268,29	8.268,29
C2C	Academia Militar	Segurança e defesa			1.689,37	1.689,37
Orientação 9º ano, desempenho escolar	Centro de Psicologia Aplicada do Exército	Ciências da educação			326,20	326,20
Modelo de gestão de conhecimento	Academia Militar	Áreas interdisciplinares			3.000,62	3.000,62
Crítérios de fadiga	Escola de Sargentos do Exército	Ciências da saúde			8.391,08	8.391,08
At Attention	Academia Militar	Ciências da educação			3.276,40	3.276,40
GHAMA	Academia Militar	Eng ^a civil e de minas			14.218,99	14.218,99
EDDR	Academia Militar	Matemática			3.078,00	3.078,00
FUSIMIL	Academia Militar	Eng ^a electrotécnica e informática			14.893,00	14.893,00
Turismo militar	Brigada de Reação Rápida	Economia e gestão			1.282,33	1.282,33
Emul-BCS	Regimento de Artilharia nº4	Eng ^a electrotécnica e informática			8.678,00	8.678,00
COMSAF	Regimento de Artilharia nº4	Eng ^a electrotécnica e informática			7.968,00	7.968,00
Proteção balística	Academia Militar	Segurança e defesa			5.610,94	5.610,94
Pi-Soft	Regimento de Transmissões	Segurança e defesa			4.766,63	4.766,63
Segurança de edifícios e explosões	Academia Militar	Segurança e defesa			10.548,56	10.548,56
África	Academia Militar	Segurança e defesa			5.795,72	5.795,72
Balsim	Academia Militar	Segurança e defesa			3.377,25	3.377,25
Perfil físico de oficiais subalternos	Academia Militar	Segurança e defesa			8.763,75	8.763,75
TOTAL			-	-	150.711,91	150.711,91

6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ex-PIDDAC	MDN (I&D)	OMDN-EX	Outras Fontes	
Formação – Modernização do Centro de Formação da Força Aérea (CFMTFA)	CLAFA	Infraestruturas	873.109,66				873.109,66
TOTAL			873.109,66	-	-	-	873.109,66

Fonte: Força Aérea

6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento

Pessoal			
Ramos	2015		
	Militar	Civil	TOTAL FORÇAS ARMADAS
Marinha	22	53	
Exército	30	12	
Força Aérea (SHERLOC)	1		
TOTAL POR CLASSE	53	65	118

6.4.5 - Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGRDN – 2015

(euros)			
Programa/Projeto	Entidades Envolvidas	Área Tecnológica	Montantes 2015
ANDROMEDA - Investigação e tecnologia envolvendo veículos aéreos não-tripulados e tripulados e navios	Força Aérea / Marinha / Autoridade Marítima Nacional / INOV – INESC / Xsealence;	Opto-eletrónica / Tecnologias de Informação e Comunicações / Robôs e veículos não-tripulados / Sistemas de comando e controlo / Ambiente operacional	84.419
GAMMAEX - Sistema aéreo com operação remota para ser empregue em cenários onde figuram ameaças BQR	Marinha / Força Aérea / I-SKYEX / Instituto de Soldadura e Qualidade / Instituto Superior Técnico	Tecnologias de defesa QBRN / Robôs e veículos não-tripulados	97.552
RSEM (Reduced Sensitivity Energetic Materials for the Higher Performance of the Inertial Confinement)	ADAI / LEDAP	Materiais	50.000
LAMP-V (Study to investigate opportunities and challenges of lightweight constructions for Armoured Multi-Purpose Vehicles)	Univ. Beira Interior / Univ. Aveiro / CEIIA / ACC / CINAMIL	Proteção individual / tecnologias de engineering and tooling / nano tecnologias	30.000
MIDNET (Military Disruption Tolerant Networks)	TEKEVER	sistemas de comunicação	90.000
SubtotalCooperação Europeia			170.000
SubtotalNATO			
Total INTERNACIONAL			
Total NACIONAL			181.971
TOTAL			351.971

Fonte: DGRDN

6.5 - INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes identificam-se as empresas portuguesas, com atividades no âmbito da Defesa, participadas pelo Estado e uma das principais associações do sector.

6.5.1 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor

6.5.1.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

Arsenal do Alfeite, S.A.

EDISOFT – Empresa de Serviços e de Desenvolvimento de Software, S.A.

EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.

EMPORDEF - Tecnologias de Informação, S.A. (ETI)

EMPORDEF Engenharia Naval, S.A. (EEN)

idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.

NAVALROCHA - Sociedade de Reparação e Construção Navais, S.A.

OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

DEFAERLOC – Locação de Aeronaves Militares, S.A.

DEFLOC – Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.

EXTRA - Explosivos da Trafaria, S.A.

6.5.1.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa:

AEROHÉLICE, Sociedade de Manutenção e Revisão Geral de Hélices, Lda

CRITICAL SOFTWARE, SA

EDISOFT

EID, S.A.

Embraer Portugal, SGPS SA

EMPORDEF - EMPRESA PORTUGUESA DE DEFESA SGPS S.A.

EMPORDEF - Tecnologias de Informação, S.A.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

GMVIS SKYSOFT S.A.

HOLOS - Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, S.A.

IDD - Indústria de Desmilitarização e Defesa, SA

INEGI - INSTITUTO DE ENGENHARIA MECÂNICA E GESTÃO INDUSTRIAL

INESC PORTO

INOV (INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias)

ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade

NAVALROCHA, S.A.

OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal

SATA AIR AÇORES, SA

TAP Portugal

TEKEVER Group

6.6 - QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGAIED, foram exercidas no ano de 2014 as seguintes atividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.6.1 - Qualidade

A DGAIED, através da Área da Qualidade da Direção de Serviços da Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação (DSQANC) exerce as competências de Autoridade Nacional para o exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ) no âmbito da Defesa Nacional ao abrigo do artº 5º da Portaria 92/2012 de 2 de abril publicada no Diário da República, 1ª série, nº 66, de 2 de abril de 2012 a fim de dar cumprimento ao disposto no STANAG 4107.

A Área da Qualidade da DSQANC é ainda a entidade responsável pela concessão e manutenção da Certificação AQAP para as Indústrias de Defesa.

6.6.1.1 - Garantia Governamental da Qualidade

O STANAG 4107 dispõe um conjunto de normas para a aplicação das *Allied Quality Assurance Publications* (AQAP) cuja observância pode ser exigida em contratos celebrados entre países e agências NATO junto da Indústria de Defesa Nacional.

A garantia de cumprimento destas normas é feita pelo acompanhamento dos contratos no país fornecedor através da atividade GGQ diretamente pela DGAIED ou por um representante indicado por esta Direção-geral.

As ações realizadas no âmbito do acompanhamento de contratos pela DGAIED, enumeram-se na tabela abaixo:

Empresa	Contrato	2014	2015
Base Aérea nº5	F-16 MLU PRT-ROM		1
ETI, S.A	GPATE – Sub-contract dated May 20th 2009	1	1
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	OA LC-CC 4600002815		1

6.6.1.2 - Certificação AQAP

A DGAIED é a entidade responsável pela emissão e manutenção da Certificação NATO AQAP (Allied Quality Assurance Publications) das empresas que atuam no setor da Defesa.

As ações realizadas no âmbito da Certificação AQAP realizadas pela DGAIED caracterizam-se pelas auditorias de Qualidade e pela emissão de certificados de Qualidade. Nas tabelas abaixo enumeram-se as atividades realizadas neste âmbito:

Auditorias

Empresa	Tipo de Auditoria	2014	2015
AEROHÉLICE,Lda.	Renovação		1
Critical Software, S.A.	Renovação		1
DEIMOS Engenharia, S.A.	Renovação	1	
	Acompanhamento		1
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	Renovação		1

ETI – Tecnologias de Informação, S.A.	Acompanhamento	1	
idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais S.A.	Renovação	1	
Total		2	7

Emissão de Certificados

Empresa	Certificado	2014	2015
DEIMOS Engenharia, S.A.	AQAP 2110	1	
ETI – Tecnologias de Informação, S.A.	AQAP 2110		
idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais S.A.	AQAP 2110	1	
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	AQAP 2110		
Total		2	-

Dentro das competências da DGAED, foram exercidas no ano de 2014 as seguintes atividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.6.2 - Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão ***Standard Agreements*** – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO

	2014	2015
Número de processos elaborados	116	100
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal	86	46
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.135	1.239
Número de documentos de normalização NATO (NSO) recebidos e analisados	1.599	1.857

6.6.3 - Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

Catalogação de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;

Catalogação de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Diretores Nacionais de Catalogação - AC/135);

Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sedeadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efetuada através da atribuição de um “Número NATO de Abastecimento” (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Atualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2015

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional	
		Pedidos de Catalogação	Catalogados
Internacional	Alemanha	1	
	Austrália	21	20
	Bélgica	2	2
	Dinamarca	1	1
	Espanha	6	6
	E.U.A.	1	1
	França	3	3
	Holanda	6	6
	Itália	6	6
	Noruega	1	1
	NSPA	1	1
	Reino Unido	1	1
	TOTAL	50	48
Nacional	Marinha	17*	15
	Exército	268*	255
	Força Aérea	140*	128
	TOTAL	425	398

Observações: Para além da satisfação dos 398 pedidos de catalogação válidos (*27 pedidos não válidos – 2 da Marinha, 13 do Exército e 12 da Força Aérea).

6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG) – 2015

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros
		Organizações Nacionais	Organizações Estrangeiras
Internacional	Alemanha		4
	Dinamarca		1
	Espanha		17
	E.U.A.		1
	França		2
	Holanda		3
	Itália		7
	Reino Unido		5
	Países Não OTAN		9
	TOTAL	-	49
Nacional	Marinha	10	-
	Exército	39	-
	Força Aérea	20	-
	Empresas	44	-
	TOTAL	113	-

6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) - 2015

Pospostas de Cancelamento	Quantidade
Recebidas	811
Respostas efetuadas	575

6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2015

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	13.642
Referências nacionais	X
Artigos internacionais – PRT é Utente	471.595
Artigos Nacionais com Utente estrangeiros	1.644
Organizações nacionais	4.782

* SPCAT - Sistema Português de Catalogação – versão 2

6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) – 2015

	Atribuição de Número de Abastecimento Provisório (NAP/MD)	Alterações Efetuadas em SIG-DN (a)	Inserções de Dados (NAP e NNA) no Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN/SAP)(b)
Marinha	7.051	17.159	16.198
Exército	2.044	5.291	3.873
Força Aérea	1.549	3.887	3418
SC/MDN	28	2	34
EMGFA			
IASFA	72	15	76
GDM		538.834	679
Total	10.744	565.188	24.278

(a) Compreendendo operações de: Evolução (NAP para NNA ou NNA para NNA); Eliminação (NAP e NNA); Adição/Eliminação de Utente; Adição/Eliminação de referências.

(b) Total de números de gestão (NAP-MD e NNA) inseridos em SIG-DN.

6.6.3.6 - Curso Geral de Catalogação

No ano de 2015, o Centro Nacional de Catalogação ministrou um Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação – Empresas (COSNC-E) a três elementos da EID.

The background of the slide features a photograph of a bridge under construction, with cranes and structural elements visible. A large, semi-transparent number '7' is overlaid on the right side of the image. The text 'Infra-Estruturas' is centered in the middle of the slide.

Infra-Estruturas

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 7º, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 8 de julho, publicado no Diário da República, 1ª série, n.º 148, de 31 de julho de 2015, inclui dados estatísticos referentes ao património imobiliário afeto à Defesa Nacional.

Os dados apurados respeitantes a 2015 e indicados, resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafetação de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas coletivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da coletividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitado pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei nº 107/2001, de 9 de agosto.

Imóvel de Interesse Municipal

Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efetuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das atividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem atividades científicas e tecnológicas – conjunto de atividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc.

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritárias em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afetárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano afeto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

Imóveis que passaram a integrarem o património afeto ao MDN, independentemente da forma como se processou a afetação (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

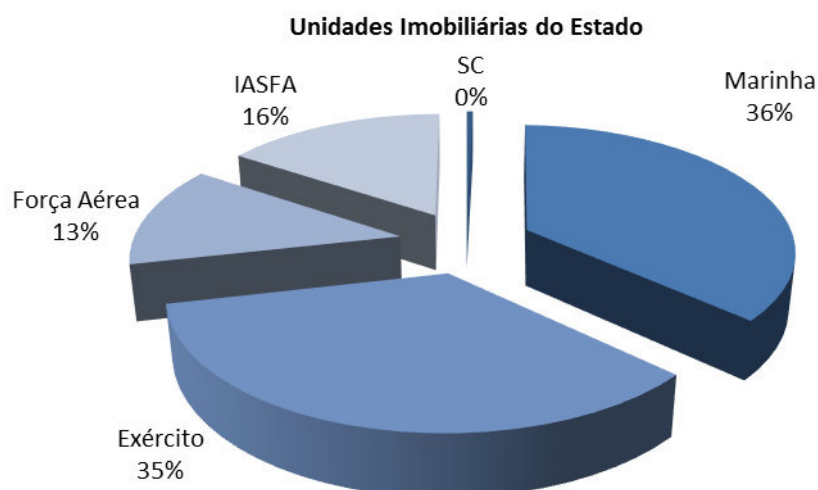
7.1 - IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2015

ANO: 2015

Localização	UI DO ESTADO								UI ARRENDADAS						TOTAL
	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA			SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
						PI	PE	DT							
Continente	4	X	295	367	87	127	8	39		X	15	10	1		953
Açores	1	X	103	22	48	3	1	1		X	22	4	35		240
Madeira		X	20	10	10	1				X	26				67
USA		X			3					X	0				3
TOTAL	5	X	418	399	148	131	9	40	-	X	63	14	36	-	1263

(a) São consideradas "UI do Estado", as UI cuja totalidade das suas parcelas prediais tem como titular o Estado.



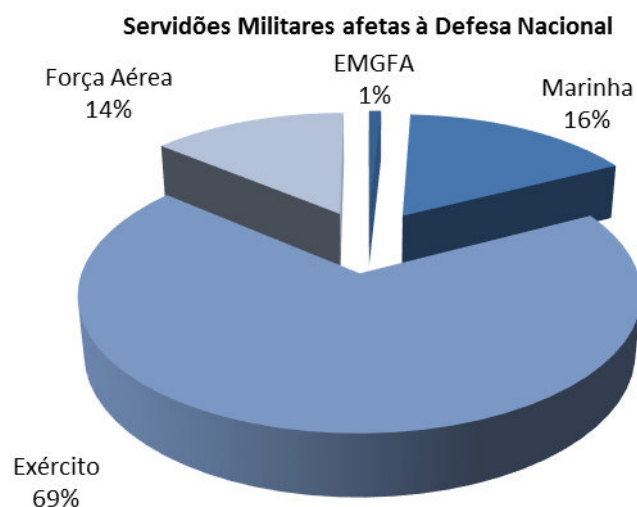
7.2 - SERVIDÕES MILITARES AFETAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2015

Localização	EMGFA	Marinha(a)	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente		15	71	14	100
Açores	1	3	4	1	9
Madeira		1	4	1	6
TOTAL	1	19	79	16	115

Nota: Estes valores correspondem aos Decretos de Servidão em vigor, independentemente do número de imóveis abrangidos por cada Servidão.

(a) Contempla valores da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.



7.3 - TIPOS DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS

Ano: 2015

Afectação		Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
SC	Continente	1	1		1						1	4
	Açores										1	1
EMGFA	Continente	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Açores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Madeira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Marinha (a)	Continente	197	9	3	3	1	1		52	3	53	322
	Açores	70	11						40		5	126
	Madeira	19	1						28			48
Exército	Continente	25	40	40	10	2	5	1	54	18	182	377
	Açores	4	1	2	0				7		12	26
	Madeira	3	1	1	1				3		1	10
Força Aérea	Continente	41	19	7	5		1		8		10	91
	Açores	28	32						5		18	83
	Madeira	6	1						1		2	10
	USA								3			3
IASFA	Continente								134		40	174
	Açores								4			4
	Madeira								1			1
TOTAL		390	116	53	20	3	7	1	335	21	323	1.270

(a) Contempla valores da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional e imóveis cedidos gratuitamente.

7.4 - VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	2011		2012		2013		2014		2015		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC											-
EMGFA							3.419.300,00	62,7	145.136,88	4,1	3.564.436,88
Marinha											-
Exército	4.045,20	64,9	(a)		13.999,86	96,2	1.156.286,50	21,2	2.316.653,44	65,4	3.490.985,00
Força Aérea	2.183,20	35,1	384,80	100,0	557,9	3,8	874.966,00	16,1	1.078.167,60	30,5	1.956.259,50
IASFA											-
TOTAL	6.228,40	100,0	384,80	100,0	14.557,76	100,0	5.450.552,50	100,0	3.539.957,92	100,0	9.011.681,38



7.5 - VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2011		2012		2013		2014		2015		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC	335,00	3,42					557.561,40 (c)	6,8	791.125,91(c)	4,8	1.349.022,31
EMGFA			309,68		919,48	0,4	396,00	0,1	10.167,91	0,1	11.793,07
Marinha	1.461,90	14,91	2.576,36	47,9					1.482.889,91	9,1	1.486.928,17
Exército	4.707,50	48,02	(a)		4.176,50	1,8	3.943.081,38 (b)	48,3	12.942.800,82	79,3	16.894.766,2
Força Aérea	1.979,80	20,19	1.477,00	27,4	2.636,70	1,1	3.656.481,95	44,8	1.103.909,33	6,8	4.766.484,78
IASFA	1.319,60	13,46	1.328,35	24,7	2.324.160,00	96,6					2.326.807,95
TOTAL	9.803,80	100,00	5.691,39	100,0	2.331.892,68	100,0	8.157.520,73	100,0	16.330.893,88	100,0	26.835.802,48

a) Segundo dados da DIE, durante o ano de 2012 o Exército não efetuou gastos com grandes reparações imobiliárias.

b) Só foram consideradas as intervenções acima dos € 100.000 (valores c/ IVA incluído).

c) No presente exercício económico foram consideradas as reparações constantes da conta 622322-Conservação e reparação de edifícios (enquadrados na rubrica orçamental 02.02.03).

7.6 - CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2015

Afetação		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
Localização		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
SC	Continente		3			3
	Açores					-
EMGFA	Continente	X	X	X	X	X
	Açores	X	X	X	X	X
	Madeira	X	X	X	X	X
Marinha	Continente	5	15			20
	Açores		2			2
	Madeira					-
Exército	Continente	26	16		31a)	73
	Açores					-
	Madeira					-
Força Aérea	Continente				2	2
	Açores					-
	Madeira					-
IASFA	Continente		3			3
	Açores					-
	Madeira					-
TOTAL		35	37	-	33	105

a) Os dados referentes aos edifícios em vias de classificação são indiferenciados.

(b) Contempla valores da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.

7.7 - ÁREAS ATRIBUÍDAS

Localização	SC		EMGFA		Marinha (a)		Exército		Força Aérea (a)		IASFA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente	63.651	41.225	X	X	10.630.993,03	649.744,02	101.302.815	1.267.929	111.053,3	4.190,2	81.550,58	220.919,37	11.900.276,06	2.184.007,59
Açores	10.000	10.000	X	X	421.991,72	51.334,82	943.889	13.119	7.207,6	436,4	489,6	2.448,00	1.383.577,92	77.338,22
Madeira			X	X	151.754,00	10.653,50	234.831	41.191	687,2	8,6	726	1.639,00	387.998,20	53.492,10
USA			X	X					5,6	0,8			5,6	0,8
TOTAL	73.651	51.225	X	X	11.204.738,75	711.732,34	102.481.534	1.322.239	118.953,7	4.636,0	82.766,18	225.006,37	113.961.643,63	2.314.838,71

AT – Área do terreno ABC – Área bruta de construção (edificações)

(a) Contempla valores da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.

7.8 - IMÓVEIS ADQUIRIDOS

Ano	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força	IASFA	TOTAL
2015							-
2014							-
2013							-
2012							-
2011							-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

7.9 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Afetação	Localização	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
SC	Continente						-
	Açores						-
EMGFA	Continente					X	X
	Açores					X	X
	Madeira					X	X
Marinha	Continente				1	18	19
	Açores					4	4
	Madeira					2	2
Exército	Continente	3			33 b)	8b)	44
	Açores	2				1b)	3
	Madeira						-
Força Aérea	Continente		2 (a)				2
	Açores				1 c)		1
	Madeira						-
	USA						-
IASFA	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
TOTAL		3	5	2	-	-	-

a) Alienação de duas UI através do Despacho nº 16063/2012 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2ª série – N.º 244 de 18 de dezembro de 2012).

b) Foram considerados os imóveis abatidos ao cadastro do Exército

c) Alienação de duas UI através do Despacho nº 16063/2012 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2ª série – N.º 244 de 18 de dezembro de 2012).

7.10 - ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2015

Localização	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades
Continente			181	63	562	1.783	2.589
Açores			146		196	30	372
Madeira			47	34	2		83
USA					3		3
TOTAL	-	X	374	97	763	1.813	3.047

7.11 - CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2015

Afetação	Localização	N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
		N.º de quartéis e bases		N.º de camas		N.º de refeições servidas/hora	
Marinha	Continente						
	ZMN	X	X	X	X	X	X
	ZMC	X	X	X	X	X	X
	ZMS	X	X	X	X	X	X
	Açores	X	X	X	X	X	X
	Madeira	X	X	X	X	X	X
Exército	Continente	46	X	24.414	X	22.501	X
	Açores	3	X	729	X	835	X
	Madeira	2	X	1.036	X	550	X
Força Aérea	Continente	X	18	X	7.132	X	X
	Açores	X	1	X	353	X	X
	Madeira	X	1	X		X	X
	USA	X	0	X		X	X
TOTAL			51	19	26.179	7.485	23.886

X – Não disponível.

Nota: O n.º de unidades é auferido pelo n.º de quartéis e bases; a capacidade de alojamento é auferida pelo n.º de camas e a capacidade de alimentação é auferida pelo n.º de refeições servidas/hora.

7.12 - NATUREZA DOS IMÓVEIS

Ano: 2015

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
SC		4		1	5
EMGFA	X	X	X	X	X
Marinha(a)	63	165	19	10	257
Exército	86	269	53	5	413
Força Aérea	136	22	25		183
IASFA	2	176	1		179
TOTAL	287	636	98	16	1.037

(a) Apenas imóveis do Estado.

Sistemas e Tecnologias da Informação



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

CONCEITOS

1. *Hardware*

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multiutilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e suscetível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers*, *bridges*, *switches*, *gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respetivo suporte físico (ex.: fibra ótica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. *Software*

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE*, *DB2*, *SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objetivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C*, *Pascal*, *Visual Basic*, *Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objetivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail*, *EDI*, *PC3270*, *FTP*, *TCP-IP*, *SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicativo

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços**Desenvolvimento de SW**

Atividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Atividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro Outsourcing

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

8.1 - DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

(euros)

Bens e Serviços			MDN (*)		EMGFA(**)		Marinha		Exército		Força Aérea		(euros) TOTAL	
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Centro de Dados	A	1	17.701,27	53	706.794,76	2	13.983,93					56	738.479,96
		L											-	-
	Computadores de secretária (Desktops)	A	184	117.308,12	580	279.966,23	541	280.819,72	398	231.440,00	16	11.750,00	1.719	921.284,07
		L											-	-
	Computadores Portáteis	A	113	79.254,23	45	58.896,13	118	84.958,88			9	9.361,53	285	232.470,77
		L	2	3.549,96									2	3.549,96
	Impressoras de rede	A	14	6.066,18	61	10.796,13	78	46.291,16	92	51.370,00	14	3.349,00	259	117.872,47
		L			120	279.776,69							120	279.776,69
	Equipamentos de Comunicações	A	40	60.877,12	374	1.594.378,6	238	390.871,55			118	549.173,00	770	2.595.300,27
		L											-	-
	Outros Periféricos	A	421	25.926,09	587	146.610,24	948	232.057,29	412	211.713,25	14	82.203,00	2.382	698.509,87
		L											-	-
	Subtotal	A	773	307.133,01	1.700	2.797.442,09	1.925	1.048.982,53	902	494.523,25	171	655.836,53	5.471	5.303.917,41
L		2	3.549,96	120	279.776,69	-	-	-	-	-	-	122	283.326,65	
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	411	143.804,22	1.122	67.434,61	154	30.358,6					1.687	241.597,43
		L											-	-
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	8	67.751,05	2	15.954,26	3	2.476,70	6.930	6.771.246,62			6.943	6.857.428,63
		L			1	4.883,1							1	4.883,1
	SW de Segurança	A	2	5.879,6	1.476	1.733.138,96					2	9.287	1.480	1.748.305,56
		L											0	0
	SW de Desenvolvimento	A	269	9.641,85			20	75.859,02					289	85.500,87
		L							2.046	1.408.816,95			2.046	1.408.816,95
	Sistema de Gestão de Conteúdos	A	101	23.848,16									101	23.848,16
		L											-	-
	SW Aplicacional	A	2	1.180,8	22	11.075,18	40	99.253,56					64	111.509,54
		L			4	615.820,49							4	615.820,49
	Outro SW de Produtividade Individual	A	556	329.917,55	491	105.989,86					18	5.928	1.065	441.835,41
L												-	-	
Subtotal	A	4.462	2.515.616,10	3.113	1.933.592,87	217	207.947,88	6.930	6.771.246,62	20	15.215,00	14.742	11.443.618,47	
	L	5	620.703,59	5	620.703,59	-	-	2.046	1.408.816,95	-	-	2.056	2.650.224,13	
Serviços	Desenvolvimento de Software	A	3	1.547.245,88	1	5.166	2	74.678,78			5	224.481,00	11	1.851.571,66
		L											-	-
	Manutenção de Hardware e Software	A	56	805.718,23	31	563.515,94	28	348.104,28			172	565.418,00	287	2.282.756,45
		L	15	19.192,27									15	19.192,27
	Formação	A	58	19.179,00	9	24.261,98	0	0			2	45,00	69	43.485,98
		L											-	-
	Comunicações	A	42	122.812,37	16	37.176,69	932	241.537,61			133	9.445	1.123	410.971,67
		L			5	902.342,18							5	902.342,18
	Consultoria	A	1	75.948,78			1	5.535					2	81.483,78
		L			1	35.000,00							1	35.000
	Outro Outsourcing	A	2	346,00			68	809.264,57			34	283.552,00	104	1.093.162,57
		L											-	-
	Subtotal	A	219	3.201.370,87	57	630.120,61	1.031	1.479.120,24	-	-	346	1.082.941,00	1.653	6.393.552,72
L		21	956.534,45	6	937.342,18	-	-	-	-	-	-	27	1.893.876,63	
TOTAL	A	7.154	8.821.562,07	4.870	5.361.155,57	3.173	2.736.050,65	7.832	7.265.769,87	537	1.753.992,53	23.566	25.938.530,69	
	L	148	1.860.564,69	131	1.837.822,46	-	-	2.046	1.408.816,95	-	-	2.325	5.107.204,10	

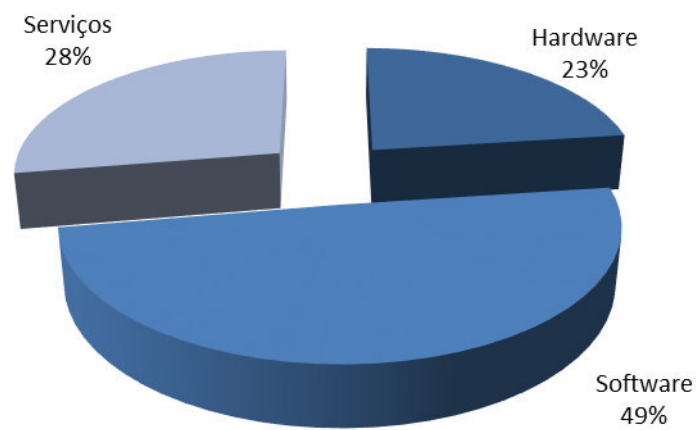
(*) Inclui SG, DGPDN, DGRDN, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.

(**) Inclui EMGFA; HFAR e IESM.

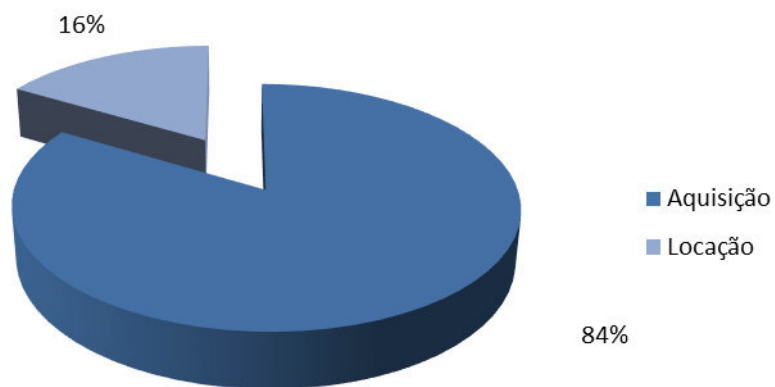
A – Aquisição

L – Locação

Despesa com aquisição de bens e serviços



Aquisição versus Locação



8.2 - EXISTÊNCIAS REFERIDAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

												(euros)		
Bens e Serviços			MDN (*)		EMGFA(**)		Marinha(a)		Exército		Força Aérea		Total	
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor
Equipamento	Computadores de Centro de Dados	A	32	311.611,42	121	1.123.089,48	145	136.692,00					298	1.571.392,90
		L											-	-
Informático														
Hardware	Computadores de Secretária	A	1.464	548.596,52	2.081	671599,8	6.793	905.534,00	6.930	6.771.247,00	5.387	1.395.578,36	22.655	10.292.555,30
		L											-	-
	Computadores Portáteis	A	317	122.757,85	240	126.000,17	1.569	296.212,43			160	833.690,65	2.286	1.378.661,10
		L											-	-
	Impressoras de rede	A	116	63780,82	142	35256,76	2.186	161472,57			14	3.349,00	2.458	263.859,15
		L	17	22.742,23	120	279.776,69			2.046	1.408.817,00			2.183	1.711.335,87
	Equipamentos de Comunicação	A	646	132.220,17	576	3.812.915,34	2.527	766.511,17			640	2.366.213,91	4.389	7.077.860,59
		L											-	-
	Outros Periféricos	A	1.648	132.781,74	810	221.309,47	11.433	666.244,54	765	1.505.513,00	3802	529086,57	18.458	3054935,32
		L											-	-
	Subtotal	A	4.223	1311748,52	3970	5990171,02	24653	2932666,71	7.695	8.276.760,00	10.003	3.732.340,13	50.544	23.639.264,36
		L	17	22.742,23	120	279.776,69	-	-	2.046	1.408.817,00	-	-	2.183	1.711.335,87
	Sistemas Operativos	A	1507	327.766,41	2317	206.669,84	1784	87.332,05	6.062	952.353,00	4.540	143.554,2	16.210	1.717.675,50
		L											-	-
Suporte Lógico Software	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	13	95.179,81	8	30.954,26	442	130.475,01	172	676.293,9	34	87.323,92	669	1.020.226,94
		L											-	-
	SW de Segurança	A	232	21.861,69	1482	1.738.138,96			123	318.027,3	29	156.086,88	1.866	2.234.114,78
		L			1.000	3.936,00							1.000	3.936,00
	SW de Desenvolvimento	A	9	38.932,86	18	10.272,8	559	136.745,01	6.549	1.875.450,00	6.856	202.572,33	13.991	2.263.973,00
		L												
	Sistema de Gestão de Conteúdos	A							5.621	387.401,00			5.621	387.401,00
		L												
	SW Aplicacional	A	19	17.486,1	22	11.075,18	2.735	469.311,17	7.112	185.928,7	4.651	33.335,92	14.539	717.137,05
		L			4	615.820,49							4	615.820,49
	Outro SW de Produtividade Individual	A	1.438	535.156,56	491	105.989,86			101	755.826,6	137	273.583,46	2.167	1.670.556,45
		L											-	-
	Subtotal	A	3.182	1.036.383,43	4.338	2.103.100,9	5.520	823.863,24	25.740	5.151.280,00	16.247	896.456,71	55.027	10.011.084,72
		L	-	-	1.004	619756,49	-	-	-	-	-	-	1.004	619.756,49
	TOTAL	A	7.405	2.348.131,95	8.308	8.093.271,92	30.173	3.756.529,95	33.435	13428040,00	26.250	4.628.796,84	105.571	33650.349,08
		L	17	22.742,23	1.124	899.533,18	-	-	2.046	1.408.817,00	-	-	3.187	2.331.092,36

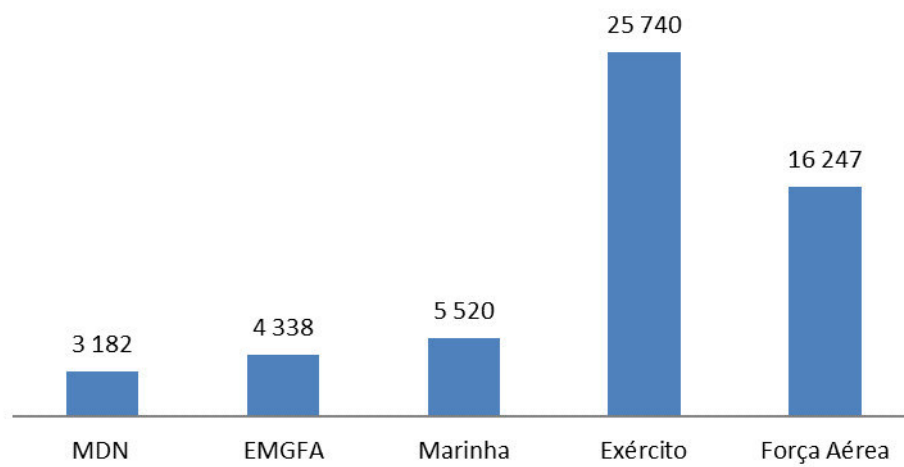
(*) Inclui SC/MDN, DGRDN, DGPDN, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.

(**) Inclui EMGFA, HFAR e IUM

A – Aquisição

L – Locação

Existências de Hardware a 31 de dezembro



8.3 - ÁREAS INFORMATIZAS - PERCENTAGEM

Áreas Comuns	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC	EMGFA
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	100	100	90		90		100	100
1.1. Contabilidade	100	100	100	90	100	100	100	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	□	□	100	90	100	100	□	100	100
2. Gestão de Recursos Humanos	100	70	100	80		100			100
2.1. Formação de Pessoal	75	50	100		100	20	100		50
3. Gestão de Recursos Materiais	100	50	100	80		85			50
3.1. Gestão de Stocks	100	60	100	80	100	85	100		80
4. Planeam. e Calendarização Atividades	100	70	80	90	100	60	100	100	50
5. Conceção e Gestão de Projetos	100		90	60	□	60	100		20
6. Apoio à Decisão	100	55	30	80	□	70	100		50
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	85	100	25	□	80	100	100	100
8. Gestão de Correspondência	100	80	100	0	100	95	100	100	100
9. Gestão de Processos Administrativos	100	25	60	50	100	30	100	100	20
10. Recolha / Receção de Informação	100	75	90	50	□	60	100	100	
11. Registo de Informação	100	75	90	80	100	85	100	100	
12. Organiz. Informação em Base de Dados	100	40	90	80	100	90	100	100	
13. Process. e Tratamento da Informação	75	65	70	40	50	70	100	100	
14. Difusão da Informação	75	85	100	90	100	60	100	100	
Outras									
15. Gestão Operacional	□	□		□	□	□	□		
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	□	20		□	100	□	□		
17. Gestão de Compras e Vendas	□	85		□	100	□	□		
18. Organiz. Informação em Base de Dados	□	25		□	100	□	□		
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	□	□		□	□	□	□		
20. Recrutamento	□			□	□	□	□		□
21. Biblioteca	□	□	100	50	50	□	100		□

□ Não aplicável

8.3 - ÁREAS INFORMATIZAS - PERCENTAGEM (CONTINUAÇÃO)

Áreas Comuns	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	HFAR	CVP
1. Gestão de Recursos Financeiros		100	100		100		
1.1. Contabilidade	89,17	100	100		100		
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	65,00	100	100		100	100	
2. Gestão de Recursos Humanos		100	100		100		
2.1. Formação de Pessoal	81,67	100	100		100		
3. Gestão de Recursos Materiais		80	90				
3.1. Gestão de Stocks	79,97	100	100			100	
4. Planeam. e Calendarização Atividades	82,91	80	80		100		
5. Conceção e Gestão de Projetos	71,44	80	70		100		
6. Apoio à Decisão	71,51	80	75		100		
7. Gestão Documental / Cent. Document.	82,06	70	90		100	10	
8. Gestão de Correspondência	85,16	70	90		100		
9. Gestão de Processos Administrativos	73,14	40	60		100		
10. Recolha / Receção de Informação	80,30	80	95				
11. Registo de Informação	87,25	80	95		100		
12. Organiz. Informação em Base de Dados	77,47	80	95		100	80	
13. Process. e Tratamento da Informação	87,58	70	95		100	80	
14. Difusão da Informação	86,89	100	95		100	100	
15. Gestão Operacional	□		100		100		
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	□		100				
17. Gestão de Compras e Vendas	□		100			100	
18. Organiz. Informação em Base de Dados	□		95		100		
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	□	100	100		100	100	
20. Recrutamento	□		95		□		
21. Biblioteca	□		80		□		

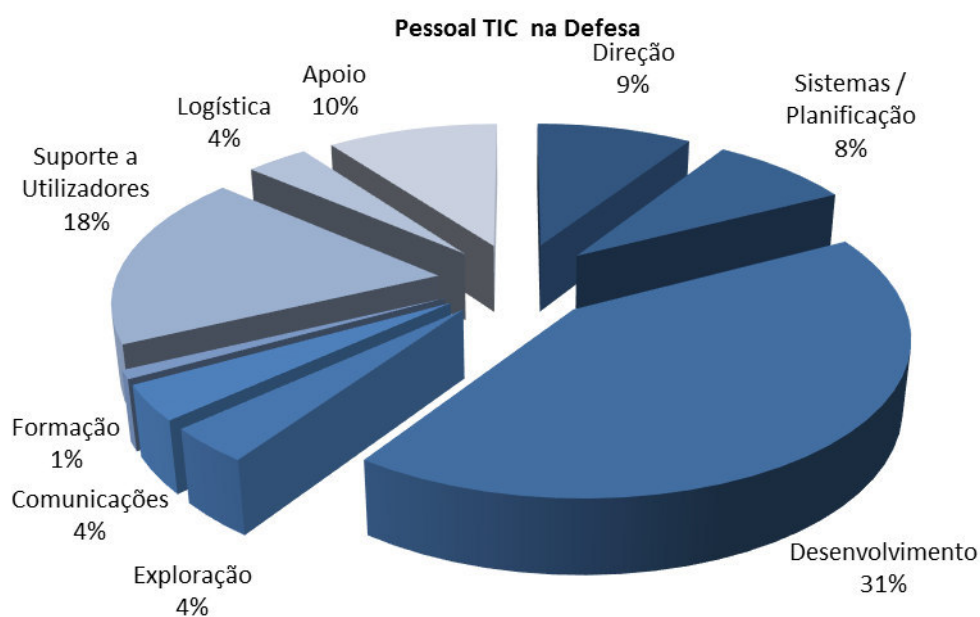
□ Não aplicável

8.4 - PESSOAL AFETO EXCLUSIVAMENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOAL TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha (a)	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direção	10	3	57	11	3	84
Sistemas / Planificação	9	28	38	14	20	109
Desenvolvimento	46	4	45	26	26	147
Exploração	4	12	30	341	39	426
Comunicações	4	42	147	339	18	550
Formação	1		16	67	10	94
Suporte a Utilizadores	20	14	142	45	98	319
Outros						
Logística	4		7	27	5	58
Apoio	11	3	22		5	30
TOTAL	109	92	504	870	224	1.708

(*) Inclui SC/MDN, DGRDN, DGPDN, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM, HFAR e CVP.

(a) Contempla valores da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.



8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Área	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC	HFAR
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)									
Computadores ou postos com ligação individual	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	•	•	95	•	36	28	•
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•		•				<input type="checkbox"/>	28	•
Acesso à Internet									
Número de computadores ligados à Internet	185	55	276	89	95	495	36	28	750
Número de trabalhadores com acesso à internet	185	50	215	57	67	495	36	28	1.010
Correio eletrónico									
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	185	50	215	57		230	36		1.010
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	185		215	57	67	230		28	600
Atividades Prosseguidas pelo Organismo									
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•		•	•	•	•
Acesso a bases de dados	•	•	•	•		•	•	•	•
Troca eletrónica de ficheiros	•	•	•	•		•	•	•	•
Correio eletrónico	•	•	•	•		•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>	•	•	•	•	5	<input type="checkbox"/>	•		•
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•	•	5	•	<input type="checkbox"/>		•
Formação de recursos humanos	<input type="checkbox"/>	•	•			•	•		•
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•	•		•	•	•	•
Comunicação externa com outros organismos AP	•	•	•	•		•	•	•	•
Realização atividades de I&D em cooperação	X					<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		•
Interação com outros órgãos(guichet único)	•			•		•	<input type="checkbox"/>		•

• Disponível
 X Não disponível
☐ Não aplicável

8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET (CONTINUAÇÃO)

Área	EMGFA	Marinha (a)	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)						
Computadores ou postos com ligação individual	•	•		X	5	X
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•		•	•	□	•
Acesso à Internet						
Número de computadores ligados à Internet	495	1.450	2.500	4.350	5	220
Número de trabalhadores com acesso à Internet	495	10.150	6.500	5.873	5	146
Correio Eletrónico						
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	557	10.600	9.500	5.873	□	146
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	557	4.250	9.500	5.873	5	146
Atividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet						
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•
Acesso a bases de dados	•	•	•	•	□	•
Troca eletrónica de ficheiros	•	•	•	•	•	•
Correio eletrónico	•	•	•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>	•	•	•	•	□	•
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•	•	□	•
Formação de recursos humanos	•	•	•	•	□	•
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•	•	□	•
Comunicação externa com outros organismos AP	•	•	•	•	•	•
Realização atividades de I&D em cooperação	•	•	•	x	□	•
Interação com outros órgãos... (guichet único)	•	x		x	□	•

• Disponível
X Não disponível
□ Não aplicável

8.6 - PRESENÇA DO ORGANISMO NA INTERNET

Área	DGRDN	DGPDN	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Informação institucional acerca organismo	•	•	•	•	•	•	X
Informação acerca serviços prestados	•	•	X		□	•	•
Endereço eletrónico para receção ou pedidos de informação	•	•	•	•	•	•	•
Disponibilizado acesso a bases de dados	•	X	X		□	•	□
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	•	X	□	•	□	•	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	•	•	•		□	•	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	•		□	•	□	•	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□		□		□	□	□
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	•		□	X	□	•	□
Recebimentos <i>on-line</i>	□		□		□	X	□
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	•		□	X	□	□	□

Área	LC	EMGFA	HFAR	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	CVP
Informação institucional acerca organismo	•	•	•	•	•		•		
Informação acerca serviços prestados	•	•	•	•	•		•		
Endereço eletrónico para receção ou pedidos de informação	•	•	•	•	•		□		
Disponibilizado acesso a bases de dados		•	•	•	•		□		
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	•	•	•	•	•		□		
Informação acerca oportunidade de recrutamento		•	•	•	•		□		
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>		•	X	•	•		□		
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>		X	X	•	□		□		
Disponibilizados formulários para <i>download</i>		X	X	•	•		□		
Recebimentos <i>on-line</i>		□	□	•	□		□		
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos		X	X	X	X		□		

• Disponível
X Não disponível
□ Não aplicável

8.7 - ORIENTAÇÃO DO ORGANISMO RELATIVAMENTE À DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO À INTERNET E CORREIO ELÉTRÓNICO

Área	DGRDN		DGPDN		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA		IGDN	
	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-
	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio
Para a estrutura superior	•	•			•	•	□	□			•	•		
Para o secretariado da estrutura superior	•	•			•	•	□	□			•	•		
Para o comando/direção/chefia a nível inter.	•	•			•	•	□	□			•	•		
Para os quadros técnicos	•	•			•	•	□	□			•	•		
Para outros setores em que a activ. justif.	•	•			•	•	□	□			•	•		
Utilização generalizada	•	•	•	•	•	•	□	□						

Área	LC		EMGFA		HFAR		Marinha (a)		Exército		Força Aérea		CPHM		IESM		CVP	
	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-	Inter-	Cor-
	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio	net	reio
Para a estrutura superior	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		
Para o secretariado da estrutura superior	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		
Para o comando/direção/chefia a nível inter.	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		
Para os quadros técnicos	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		
Para outros setores em que a activ. justif.	•		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•		
Utilização generalizada	•		•	•	•	•	•	•	□	□	•	•	•	•	•	•		

• Disponível

X Não disponível

□ Não aplicável

(a) Contempla valores da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional



Ambiente

NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, é dedicado às questões ambientais.

São inúmeras as atividades de carácter ambientais desenvolvidas no seio da defesa nacional, designadamente os diagnósticos ambientais, a implementação de sistemas de gestão ambiental, a gestão de recursos naturais e energéticos, a gestão de resíduos, a conservação e promoção da biodiversidade, a formação ambiental e ainda o Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

CONCEITOS

Ambiente

Envolvente na qual uma organização opera, incluindo o ar, a água, o solo, os recursos naturais, a flora, a fauna, os seres humanos, e as suas inter-relações.

Auditoria Energética

Exame detalhado das condições de utilização de energia numa instalação, permitindo conhecer onde, quando e como a energia é utilizada, qual a eficiência dos equipamentos e onde se verificam desperdícios de energia, indicando soluções para as anomalias detetadas.

Certificação Energética

Classificação atribuída e comprovada através de um documento que quantifica o desempenho energético num edifício após ter sido sujeito a uma auditoria energética.

Diagnóstico Ambiental

Levantamento sistemático e objetivo de todos os fatores ambientais relacionados com a atividade de uma organização, permitindo aferir o seu ponto da situação no que diz respeito à performance ambiental.

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Formação Ambiental

Conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento ambientalmente corretos e que são exigidos para o exercício de um cargo ou função.

9.1 - DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2014			X	1	1		2
2015			(a)	1	2(b)		3
TOTAL	-	-	X	2	3	-	5

X – Não disponíveis

- a) A realizar ao nível das UEO após a aprovação da implementação do Sistema de Gestão SST e Ambiente (SGSTA), em 2016, com a publicação do PFA1.
- b) Auditoria Interna ao CCSD, Carreiras de Tiro e Secção Elétrica e Relatório sustentabilidade de 2013 - Elaborado no âmbito de um mestrado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

9.2 - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA)

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2014			X	1	2(a)		3
2015			(a)	2	2(b)		4
TOTAL	-	-	X	3	4	-	7

- (a) Previsto a implementação do Sistema de Gestão SST e Ambiente (SGSTA) em 2016.
- (b) Implementação na Base Aérea nº5 e Estação Radar nº2 de um sistema de gestão segundo o Regulamento EMAS. Projeto em parceria com a UNL e o MDN, que teve início em 2010. A implementação na BA5, já está na fase final de certificação.

9.3 - CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2014	X	X	X	1		X	3
2015	X	X	a)	3	2(a)(b)	X	5
TOTAL	X	X	X	4	4	X	8

- (a) Certificação Ambiental ISO 14001, Campo de Tiro.
- (b) Certificação Florestal, Campo de Tiro.

9.4 - AUDITORIAS/CERTIFICAÇÕES ENERGÉTICAS

Ano	MDN /SC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		IASFA		TOTAL	
	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C
Até 2014							2							
2015					1		2		1					
TOTAL	-	-	-	-	-	-	4	-	1(a)	-	-	-	-	-

A – Auditoria; C – Certificação

- (a) Foi realizada uma auditoria global ao Sistema de Gestão Ambiental do Campo de Tiro, por parte da IGFA.
- (b) Cooperação com a Empresa Ventil, afim de se proceder a uma Pré-Auditoria energética. A primeira fase já foi realizada pela empresa TagusGás.

9.5 - CONTROLO DE CONSUMOS

Tipo de Consumo	Un	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Água	m³	73.904,42	X	1.530.598,00	4.422.723,74	1.141.593,97	X	7.168.820,13
Eletricidade	kW/h	143.698,09	X	26.743.800,00	12.001.804,13	30.909.495	X	69.798.797,22
Gás	m³		X	160.760,00	1.524.771,88		X	1.685.531,88
	Kg	593,00	X	11.781,00			X	12.374,00
Gasolina	l	2.172,78	X	5.023,00	16.261,85	18.841	X	42.298,63
Gasóleo	l	36.258,92	X	82.272,00	1.374.991,40	19.396.771	X	20.890.293,32

9.6 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Tipo de Resíduo	Un	MDN /SC	EMGFA	Marinha (b)	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Óleos usados	l	//	X	794.252,00	46.411,90	27.618	X	868.281,90
Óleos alimentares usados	l	//	X	8.199,00	6.799,00	19.240	X	34.238,00
Pilhas e acumuladores	Kg	X	X	4.973,00,	18.447,47	10.765,50	X	29.212,97
Tinteiros e Tonners	Kg	X	X	1.019,00	643.90	998,05	X	66.407,05
Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos	Kg	X	X	8.921,00	4.044,00	10.880,00	X	23.845,00
Resíduos Hospitalares (a)	Kg	X	X	1.884,00	1.113,12	459,58	X	3.456,70

(a) Contabilizar o somatório dos Grupos III e IV;

(b) Serviços contratados, sendo as Guias coligidas para preenchimento dos relatos MIRR relativos a 2015.

9.7 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

(euros)						
Atividade	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA
Promoção da biodiversidade			Replantação de pinheiros mansos na Base Hidrográfica da Azinheira	7	16.652(a)	
Vigilância e limpeza das florestas, das praias, etc			Disponibilizados 74 militares fuzileiros durante a época balnear, âmbito assistência a banhistas do ISN. Na BNL, desmatção com apoio de entidade externa e replantação de espécies autóctones.	17		
Gestão eficiente da água			Na BNL, automatização do enchimento dos reservatórios de água potável. a)	18	3.896.50(b)	
Gestão eficiente da energia			Na BNL, automatização para desligar iluminação pública. Utilização lâmpadas LED, ainda que em Quantidade pouco significativa, por algumas unidades do CN. Ações internas pelas unidades para a tomada de medidas âmbito poupança de energia. a)	15	2.715,94(c)	

Gestão de resíduos	Na BNL geridas 1000 toneladas de resíduos. Encaminhamento de óleos usados para empresas de receção certificadas. Ações de sensibilização junto dos colaboradores relativos à separação dos resíduos e informação sobre pontos de recolha	5	20.040(d)
Outras	Na BNL, existência de Ilha Ecológica para recolha de lixo diferenciado, existência de ecopontos e estação de tratamento de águas oleosas.	1	7.700(e)

- a) Realizadas diversas ações de sensibilização ao nível das UEO
- b) Promoção da biodiversidade:
- Programa do ProDer n.º PA 46001 limpeza e erradicação de espécies invasoras (13.876€) (BA5)
 - ProDer n.º PA 46003 Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (2775€). (BA5)
 - Plantação de árvores (ER2)
 - Plantação de árvores no dia mundial da árvore exemplo: Tulipas da Virgínia, Pinheiro Manso etc. (AM1)
- c) Manutenção do sistema de clorinagem e análises microbiológicas, aquisição de Hipoclorito de sódio para o sistema de clorinagem, melhoramento e manutenção do abastecimento de água e análises laboratoriais.
- d) Realização de projetos de iluminação no âmbito da eficiência energética. (ER4)
- e) Gestão de resíduos:
- Aquisição de recipientes para a separação do lixo. Manutenção mensal dos resíduos armazenados no PATRIL. (ER4)
 - Contrato com operador. (BA4)
- f)
- Monitorização de emissões atmosféricas. (BA5)
 - Reabilitação de zona com resíduos enterrados. (BA4)

9.8 - FORMAÇÃO AMBIENTAL

Formação	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Cursos			7	21			28
Palestras			7	17	33 (a)		57
Seminários/ <i>Workshops</i>			4	13	1		18
Outras atividades	-	-	7	29	6	-	42

9.9 - REUNIÕES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

9.9.1 - Nacionais

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
------------------------------	---------	-------	---------	----------	-------------	-------	-------

ECAA

3

8

- Grupo de trabalho dedicado à Química Marinha, com a missão de apoiar, através da emissão de pareceres e documentos de trabalho o ICES, a OSPAR.
- União Europeia, no sentido de um desenvolvimento sustentável dos mares.
- Reuniões da Estrutura de Acompanhamento de Assuntos Ambientais (ECAA) no âmbito do MDN.

9.9.2 - Internacionais

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	Total
			X	1			1

9.10 - PROTOCOLOS E COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	Total
Outros Ministérios							
Autarquias					1(a)		
Universidades				2	5(b)		
Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA)				1	3(c)		
Outras organizações e entidades				9	3(d)		

- Com todas os municípios em que estão localizadas as unidades, para o tratamento de resíduos.
- Universidades com acordo de protocolo com unidades da FAP:
 - FCT;
 - IPBEJA;
 - ESTS;
 - Univ Évora – Estudo do Chapim azul e real;
 - FCUL – Projeto de investigação do Charroco.
- ONGA com acordo de protocolo com unidades da FAP
 - ARM (Águas e Resíduos da Madeira);
 - Colaboração com a ACHAR na elaboração do Plano de Gestão Floresta do AM1;
 - SOS CAGARRO
- Outras organizações e entidades com acordo de protocolo com unidades da FAP:
 - Protocolo com a Amb3e;
 - Ventil, afim de se proceder a uma Pré-Auditoria energética. A primeira fase já foi realizada pela empresa TagusGás (AM1);
 - APICIUS (Gestão de resíduos Líquidos);

Protocolo com a SOGILUB.

9.11 - PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente, criado em 1993, por Despacho Conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e dos Recursos Naturais, tem por objetivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, vincando as suas preocupações na preservação dos recursos naturais do nosso país.

Este Prémio destina-se a galardoar a unidade, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo preste, em Portugal, para a qualidade do ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, através da utilização eficiente dos recursos naturais, da promoção de boas práticas de gestão de ordenamento do território e da proteção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade.

O regulamento do Prémio (Despacho Conjunto n.º 8383/2007 dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) encontra-se publicado no Diário da República, 2ª série N.º 90, de 10 de maio de 2007.

Desde 1993, concorreram ao Prémio 90 candidaturas de unidades, estabelecimentos e órgãos dos três Ramos das Forças Armadas (Exército: 42; Marinha: 25; Força Aérea: 23), evidenciando assim o seu empenho, preocupação e contributo para a qualidade do ambiente em Portugal, através da salvaguarda dos recursos naturais, na perspetiva da Defesa Nacional.

9.11.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2011	2012	2013	2014	2015
EMGFA				1	
Marinha	1		3	2	1
Exército	1	1	1	1	
Força Aérea	1 (a)	3	2	1	1
Total	3	4	6	5	

a) Campo de Tiros e a Estação Radar nº2.

9.11.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA		2011	2012	2013	2014	2015
EMGFA						
Marinha				b)	c)	b)
Exército						
			b)			
Força Aérea	Força Aérea – Campo de Tiro – “Investimento no Futuro” (a)	Estação n.º2 – ambiente preservando presente garantindo futuro...	Radar “...meio o o	“Base Aérea n.º6 – “Cumprir a missão, preserva ndo o ambiente”	Eficiência Energética como Motor para um sistema de Gestão Ambiental na Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire	Estação n.º4 – “Preservar, para mais longe alcançar”

a) Instituto Hidrográfico, da Marinha recebeu uma menção honrosa com o tema: “Sistema de Monitorização e Previsão Operacional da ZEE Portuguesa –MONIZEE.”

b) NRP Viana do Castelo da Marinha concorreu com o tema: “Pelo ambiente, sempre vigilantes. Um compromisso renovado.” tendo recebido uma menção honrosa no ano de 2015.

The background is a collage of four images: a person in a blue shirt holding a camera, a modern building with a glass facade, a group of people in military uniforms, and a close-up of a person in a military uniform. The collage is overlaid with a pattern of large, semi-transparent blue and white triangles.

Recursos Humanos

NOTA EXPLICATIVA

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem diretamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transato, fixa-se o dia 31 de dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efetivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

Contemplam-se uma parte das alterações determinadas pelos despachos nº 126/MDN/2005, de 21 de junho e 143/MDN/2006, de 14 de julho, designadamente o tratamento dos dados relativos a encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado e em regime de contrato (quadro 10.1.1.12) e as despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar (quadro 10.1.1.13).

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de setembro), a atual Lei do Serviço Militar (LSM), aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009 de 2 de março, (diploma que define as ações necessárias ao recenseamento militar e os mecanismos de articulação entre os organismos do Estado que intervêm no novo modelo de recenseamento). Relembra-se que, com a publicação do RLSM, iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efetivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (vide quadro 10.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, que aprovou o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2011) pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2012) e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, (Lei do Orçamento de Estado para 2013).

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 10-BI/99, de 31 de julho, pela Lei n.º 25/2000, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de março, pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspetos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efetivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

- Nos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

. Ativo

Considera-se no ativo o militar dos QP que se encontre afeto a serviço efetivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

. Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

. Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efetivo em regime de contrato.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar (Decreto-Lei nº 282/76, de 20 de abril - Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha - , Decreto-Lei nº 550-R/76, de 12 de julho - Quadro de Pessoal Militarizado do Exército - e Decreto-Lei nº 248/95, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 220/2005, de 23 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 235/2012, de 31 de outubro - que criou a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal Civil

O vínculo de trabalho em funções públicas do pessoal civil é regulado pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Declaração de Retificação nº 37-A/2014, de 19 de agosto, e pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro. A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante designada de LGTFP, aproxima o regime de emprego público do regime previsto no Código do Trabalho, e agrega um conjunto de matérias jurídicas outrora dispersas remetendo para legislação avulsa todos os casos aqui não contemplados.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Os estabelecimentos fabris das Forças Armadas são unidades industriais vocacionadas para a produção de bens e prestação de serviços essenciais à operacionalidade das Forças Armadas, com especial evidência para o Exército e para a Marinha. A atribuição do vínculo público ao pessoal civil que presta serviço naqueles estabelecimentos fabris foi realizada através da Lei nº 68/2013, de 29 de agosto, e a transição para as carreiras gerais da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado dos trabalhadores daqueles estabelecimentos fabris foi realizada através do Decreto-Lei nº 01/2014, de 9 de janeiro. Também foi aplicável a estes trabalhadores as regras relativas ao procedimento de reafetação e de requalificação de trabalhadores em caso de reorganização de órgãos ou serviços da Administração Pública, vertidas na LGTFP.

Com vista à racionalização dos recursos existentes, superiores às necessidades reais, foi dado início ao processo de reestruturação dos Estabelecimentos Fabris do Exército (EFE), com a implementação dos modelos organizacionais e jurídicos adequados para a Manutenção Militar e a extinção das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e das Oficinas Gerais de Material de Engenharia.

10.1 – PESSOAL MILITAR

10.1.1 - Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Ano: 2015

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa	Quadro Permanente (Ativo)	7.062	5.317	3.845	16.224
RC	Regime de Contrato	990	8.608	2.112	11.710
RV	Regime de Voluntariado		79		79
SUBTOTAL		8.052	13.938	5.957	28.013
QPrs	Quadro Permanente (Reserva)	1.411	2.081	806	4.298
QPrf	Quadro Permanente (Reforma)	7.702	8.533	4.057	20.292
SUBTOTAL		9.113	10.614	4.863	24.590
TOTAL		17.165	24.552	10.820	52.603

10.1.1.2 - Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

10.1.1.2.1 - Militares do Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Ativo)	2014	6.950	5.396	3.827	16.173
	2013	7.140	5.871	3.837	16.848
	2012	7.065	5.833	3.489	16.747
	2011	7.177	6.021	3.933	17.131
	2010	7.294	6.231	3.977	17.502
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2014	1.402	2.174	942	4.518
	2013	1.416	1.746	900	4.062
	2012	1.533	1.151	855	3.539
	2011	1.326	1.462	789	3.577
	2010	1.236	1.662	703	3.601
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2014	7.592	8.537	3.926	20.055
	2013	7.559	8.625	3.935	20.119
	2012	7.516	8.709	3.916	20.141
	2011	7.565	9.023	3.874	20.462
	2010	7.426	8.676	3.818	19.920

MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado



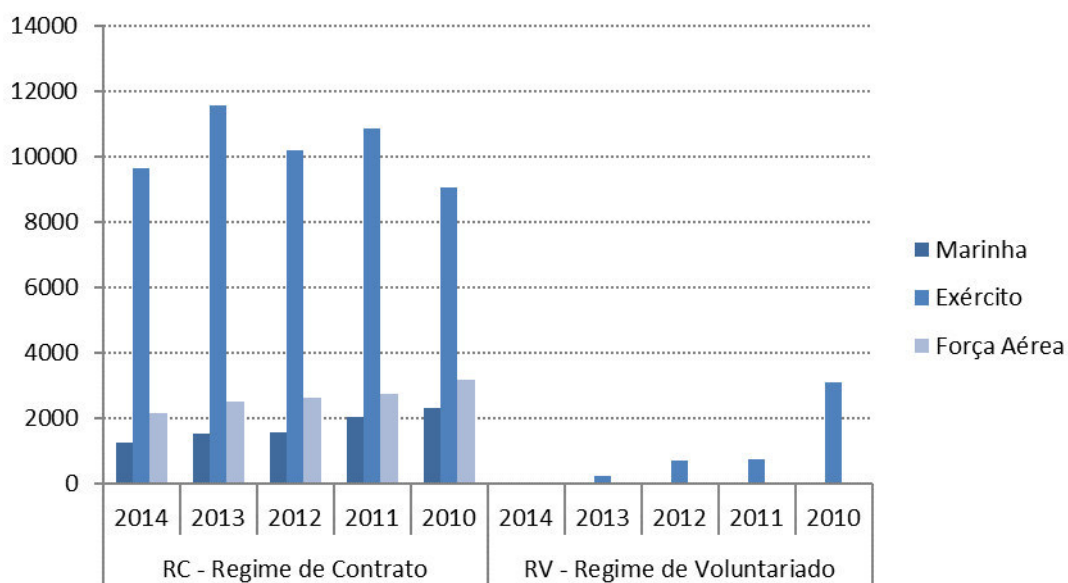
10.1.1.2.2 - Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2014	1.254	9.650	2.151	13.055
	2013	1.518	11.549	2.506	15.573
	2012	1.571	10.184	2.609	14.364
	2011	2.016	10.837	2.714	15.567
	2010	2.290	9.041	3.145	14.476
RV - Regime de Voluntariado	2014		25		25
	2013		217		217
	2012		695		695
	2011		732		732
	2010		3.079		3.079

MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

Evolução dos Militares não pertencentes aos Quadros Permanentes



10.1.1.3 - Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (a)

Ano: 2015

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Situação				
Comissão normal	6.949	5.251	3.830	16.030
Comissão especial	4	1	6	11
Inatividade temporária	74	7		81
Licença sem vencimento	35	58		93
TOTAL	7.062	5.317	3.836	16.215

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

10.1.1.4 - Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2015

Ramo das FA		Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal												
	Almirante; General	1			2			1			4		
	Vice Almirante; Tenente- General	7			9			6			22		
	Contra-Almirante; Major- General	18			38			10			66		
	Comodoro; Brigadeiro- General	7			3			10			20		
	SUBTOTAL	33			52			27			112		
Oficiais	Capitão de mar e guerra; Coronel	123			185			90			398		
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	280			465			228			973		
	Capitão-Tenente; Major	308			558			222			1.088		
	1º Tenente; Capitão	405			511			468			1.384		
	2º Tenente; Tenente	252	48		340	167		315	152		907	367	
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	43	62		47	39			77		90	178	
	Aspirante a Oficial		19			112			26			157	
	SUBTOTAL	1.411	129		2.106	318		1.323	255		4.840	702	
Sargentos	Sargento-Mor	33			67			53			100		
	Sargento-Chefe	182			401			166			583		
	Sargento-Ajudante	518			1.096			909			1.614		
	1º Sargento	1.549			1.348			1.155			2.897		
	2º Sargento	213	13		247	117		212			460	130	
	Subsargento; Furriel					108						108	
	2º Subsargento; 2º Furriel					157						157	
	SUBTOTAL	2.495	13		3.159	382		2.495			5.654	395	
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.282									2.282		
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	841	167			115			371		841	653	
	2º Marinheiro; 1º Cabo		622			1.046			735			2.403	
	1º Grumete; 2º Cabo		57			649			179			885	
	2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete		2			6.098	79		572			6.672	79
	SUBTOTAL	3.123	848			7.908	79		1.857		3.123	10.613	79
	TOTAL	7.062	990		5.317	8.608	79	3.845	2.112		16.224	11.710	79

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de junho.

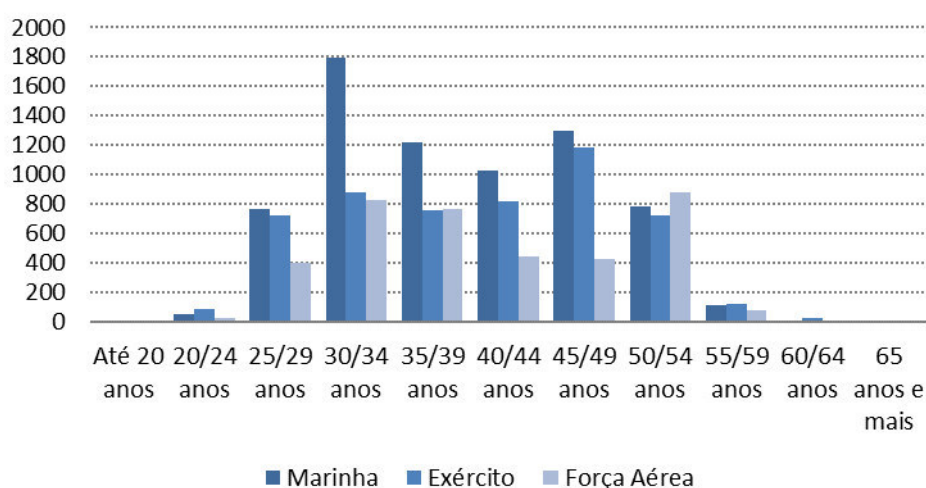
QPa - Quadro Permanente (Ativo)

10.1.1.5 - Estrutura Etária do Pessoal Militar

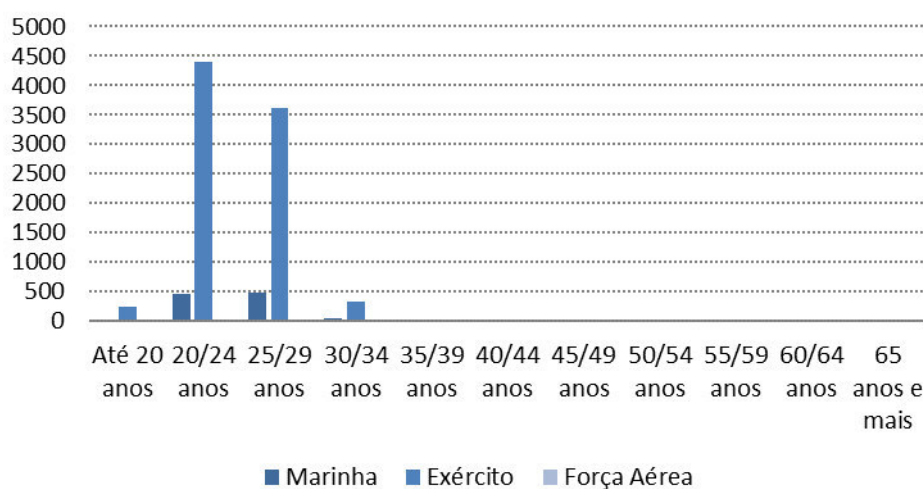
Ano: 2015

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
	Até 20 anos		11		247		23		137		395		23
	20/24 anos	51	454		89	4.399	52	24	1.011		164	5.864	52
	25/29 anos	769	487		718	3.624	4	401	789		1.888	4.900	4
	30/34 anos	1.798	38		881	334		827	173		3.506	545	
	35/39 anos	1.218			756	3		768	2		2.727	5	
	40/44 anos	1.029			815	1		444			2.263	1	
	45/49 anos	1.295			1.185			423			2.900		
	50/54 anos	784			723			878			2.369		
	55/59 anos	115			125			80			313		
	60/64 anos	3			25						28		
	65 anos e mais												
	TOTAL	7.062	990		5.317	8.608	79	3.845	2.112		16.224	11.710	79

Distribuição Etária por Ramo - Quadro Permanente



Distribuição Etária por Ramo - Regime Contrato

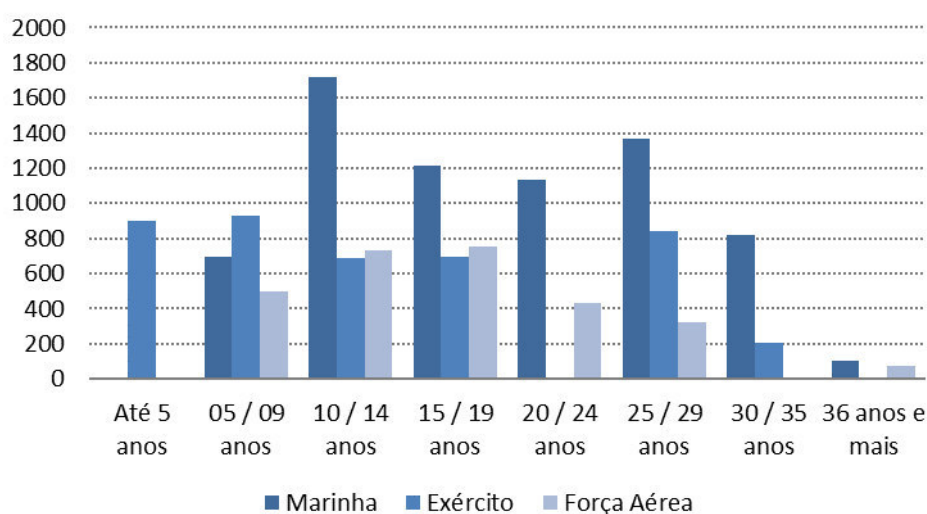


10.1.1.6 - Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo

Ano: 2015

Ramo das FA Situação	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	3	902	6	911
05 / 09 anos	695	926	497	2.118
10 / 14 anos	1721	685	734	3.140
15 / 19 anos	1215	693	750	2.658
20 / 24 anos	1137	1.061	433	2.631
25 / 29 anos	1365	838	323	2.526
30 / 35 anos	820	204	1.028	2.052
36 anos e mais	106	8	74	188
TOTAL	7.062	5.317	3.845	16.224

Tempo de Serviço por Ramo - Quadro Permanente



10.1.1.7 - Origem Geográfica dos Militares

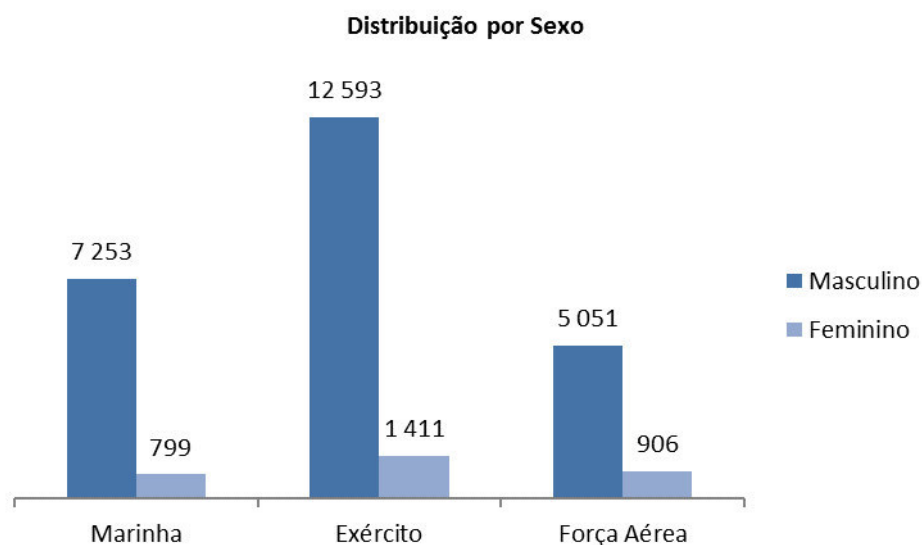
Ano: 2015

Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação	QPa	RC	R V	QPa	RC	R V	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	146	22		149	490	6	122	121		417	633	6
Beja	222	21		38	99		64	41		324	161	-
Braga	121	17		244	881	4	104	60		469	958	4
Bragança	165	13		28	130		58	15		251	158	-
Castelo Branco	204	23		42	148		91	35		337	206	-
Coimbra	208	33		240	268	2	149	90		597	391	2
Évora	244	29		138	236	3	97	59		479	324	3
Faro	215	33		52	215		64	46		331	294	-
Guarda	109	6		48	163	1	62	23		207	192	1
Leiria	197	44		265	272		189	117		651	433	-
Lisboa	2.237	287		1.409	1.161		1.229	647		4.875	2.095	-
Portalegre	218	46		54	170	1	87	44		357	260	1
Porto	258	59		559	1.590	21	253	243		1.044	1.892	21
Santarém	413	60		873	461		286	133		1.572	654	-
Setúbal	1012	201		455	568		245	162		1.698	931	-
Viana do Castelo	117	5		50	208	1	41	22		208	235	1
Vila Real	121	5		165	263	5	64	16		350	284	5
Viseu	180	15		256	452	12	126	39		558	506	12
Açores	54	6		106	487	20	61	52		221	545	20
Madeira	32	14		140	324	3	25	27		197	365	3
Outras origens	589	51		6	22		428	120		1.023	193	-
TOTAL	7.062	990	-	5.317	8.608	79	3.845	2.112	-	16.224	11.710	79

10.1.1.8 - Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2015

Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação	QPa	RC	RV	Qpa	RC	RV	Qpa	RC	RV	Qpa	RC	RV
Masculino	6.446	807		5.016	7.501	76	3.324	1.727		14.728	10.035	76
Feminino	616	183		301	1.107	3	521	385		1.430	1.675	3
TOTAL	7.062	990	-	5.317	8.608	79	3.845	2.112	-	16.224	11.710	79



10.1.1.9 - Promoção de Militares do QP

Ano: 2015

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal				-
	Almirante; General				-
	Vice-Almirante; Tenente-General	1		2	-
	Contra-Almirante; Major-General			1	-
	Comodoro; Brigadeiro-General	7	3	11	21
	SUBTOTAL	8	3	14	25
Oficiais	Capitão de mar e guerra; Coronel	25	38	26	-
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	34	129	65	-
	Capitão-Tenente; Major	39	133	55	-
	1º Tenente; Capitão	41	76	88	-
	2º Tenente; Tenente	39	92	61	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	43	47	61	-
	SUBTOTAL	221	515	356	1.092
Sargentos	Sargento-Mor	23	33	31	-
	Sargento-Chefe	59	131	52	-
	Sargento-Ajudante	71	171	53	-
	1º Sargento	271	294	180	-
	2º Sargento	17	46	63	-
	Subsargento; Furriel				-
	SUBTOTAL	441	675	379	1.495
Praças	Cabo; Cabo de Secção	105			-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	57			-
	SUBTOTAL	162			162
TOTAL		-	832	1.193	749

10.1.1.10 - Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2015

Ramo das FA		Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	41	30		72	117		61	30		174	177	-
	Sargentos	13			46	144		63			122	144	-
	Praças	109	148			1.270	117		194		109	1.612	117
	TOTAL	163	178		118	1.531	117	124	224		405	1.933	117
Saídas	Oficiais	36	31		78	164		52	62		166	257	-
	Sargentos	102	19		115	224		45			262	243	-
	Praças	182	282			2.096	13		366		182	2.744	13
	TOTAL	320	332	-	193	2.484	13	97	428	-	610	3.244	13

10.1.1.11 - Evolução do número de baixas de pessoal

Ano: 2015

Ramo		Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais		1			1			7.246	1.407		7.248	1.407	-
Sargentos		1			3	1		24.924			24.928	1	-
Praças		6	1			2			12.881		6	12.884	-
TOTAL		8	1	-	4	3	-	32.170	14.288	-	32.182	14.292	-

10.1.1.12 - Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) (a)

(milhares de euros) Ano: 2015

Ramo das FA		Marinha		Exército			Força Aérea		TOTAL		
Situação		RC	RV	RC	RV	IB/IC (b)	RC	RV	RC	RV	IB/IC (b)
Oficiais	2º Tenente; Tenente	1.347,00		3.393.259,11			2.674,58		3.397.280,69	-	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	1.448,00		2.868.950,73			2.557,76		2.872.956,49	-	-
	Aspirante a Oficial	120,00		1.467.032,24			437,15		1.467.589,39	-	-
	SUBTOTAL	2.915,00	-	7.729.242,08	-	-	5.669,50		7.737.826,57	-	-
Sargentos	1º Sargento	3,00		1.730,29					1.733,29	-	-
	2º Sargento	463,00		2.076.737,31			72,33		2.077.272,64	-	-
	Subsargento; Furriel			4.495.079,56			935,91		4.496.015,47	-	-
	2º Subsargento; 2º Furriel			1.762.252,16					1.762.252,16	-	-
	SUBTOTAL	466,00	-	8.335.799,32	-	-	1.008,24		8.337.273,56	-	-
Praças	Cabo; Cabo de Secção								-	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	4.695,00		690.614,50			4.136,43		699.445,93	-	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	8.602,00		11.612.689,79			8.147,44		11.629.439,23	-	-
	1º Grumete; 2º Cabo	29,00		7.228.850,68			3.292,25		7.232.171,93	-	-
	2º Grumete; Soldado	151,00		70.902.267,78	2.357.620,53	1.692.757,54	1.469,90		70.903.888,68	2.357.620,53	1.692.757,54
	SUBTOTAL	13.477,00	-	90.434.422,75	2.357.620,53	1.692.757,54	17.046,02		90.464.945,77	2.357.620,53	1.692.757,54
TOTAL		16.858,00	-	106.499.464,15	2.357.620,53	1.692.757,54	23.723,75	-	106.540.045,9	2.357.620,53	1.692.757,54

(a) Art.º 20º, n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21/05.

Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(b) Pessoal que só recebeu pelo período de instrução (básica/complementar ou cujo vencimento em 2011 corresponde a esta situação).

10.1.1.13 - Despesas decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar

(milhares de euros) Ano: 2015

Parâmetro	Ramo das FA	Situação	Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
Vencimentos (1)	RV	Abrangido		3.179		3.179
		Encargos		4.052.508,10		4.052.508,1
	RC	Abrangido	1.361	11.515		12.876
		Encargos	16.858,00	106.497.334,1		106.514.192,1
Formação e Certificação Profissional (2)	RV	Abrangido		12		12
		Encargos		2.126,42		2126,42
	RC	Abrangido		1.325		1.325
		Encargos		236.502,88		236.502,88
Programa de Apoio ao Estudo (3)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido				-
		Encargos				-
Compensação Financeira (4)	RV	Abrangido		28		28
		Encargos		61.544,01		61.544,01
	RC	Abrangido	120	1.642		1.762
		Encargos	973,00	9.829.579,36		9.830.552,36
Encargos Financeiros (5)	RV	Abrangido		59		59
		Encargos		20.497,82		20.497,82
	RC	Abrangido		3.962		3.962
		Encargos		2.059.022,14		2.059.022,14
Prestações Familiares (6)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido	20			20
		Encargos	6,00			6,00
Subsistema da Proteção Familiar (7)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido				-
		Encargos				-
Proteção à Maternidade, Paternidade e adoção (7)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido				-
		Encargos				-
Outros (8)	RV	Abrangido		68		68
		Encargos		138.206,80		138.206,8
	RC	Abrangido	425	4.678		5.103
		Encargos	315,00	18.690.013,06		18.690.328,06
TOTAL	RV	Abrangido		3.346	-	3.346
		Encargos		4.274.883,15	-	4.274.883,15
	RC	Abrangido	1.926	23.122	-	25.048
		Encargos	18.152,00	137.312.451,5	-	137.330.603,5

(a) Vencimentos não incluem período de instrução (básica/complementar) - 1.708,31 milhares de euros (ver nota b. do quadro 10.1.1.12);

(1) Encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV):

- Art.º 20º, n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 118/2004, de 21/05;

- Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(2) Encargos financeiros com a formação e certificação profissional ministrada aos militares em RC e RV pelas Forças Armadas e instituições especializadas:

- Art.ºs 9º a 19º do RI.

(3) Encargos financeiros de acordo com o Art.º 7º do RI.

(4) Encargos financeiros com o pagamento da compensação financeira pela prestação de serviço em RC e RV.

- Art.º 21º do RI.

(5) Encargos financeiros com os direitos a fardamento, alojamento, alimentação e transporte dos militares em RC e RV.

- Art.º 22º do RI.

(6) Encargos financeiros com as prestações familiares, designadamente, no que respeita ao subsídio de maternidade e subsídio de apoio a crianças e jovens (abono de família), a que têm direito os militares em RC e RV. Art.º 39º, n.º 1 do RI.

(7) Encargos financeiros de acordo com o n.º 1, do Art.º 39º do RI.

(8) Encargos financeiros que não possam ser agregados nas rubricas anteriores.

10.1.1.14 - Evolução dos vencimentos dos militares

(milhares de euros) Ano: 2015

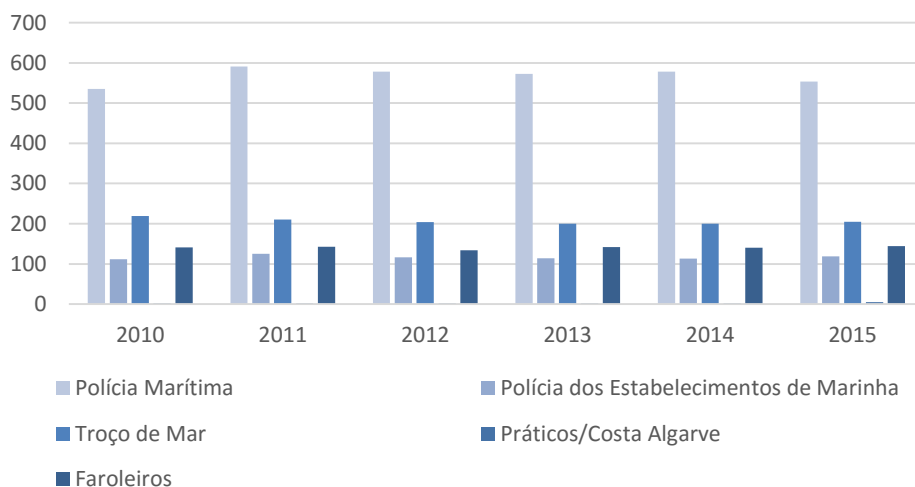
Ramo das FAs	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Situação				
Oficiais	43.789,00	87.425,00	57.598,13	188.812,13
Sargentos	58.170,00	93.074,00	64.886,97	216.130,97
Praças	57.018,00	109.538,00	21.392,77	187.948,77
TOTAL	158.977,00	290.037,00	143.877,90	592.891,87

10.1.2 - Pessoal Militarizado

10.1.2.1 - Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Polícia Marítima	535	591	578	573	578	554
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	112	125	116	114	113	119
Troço de Mar	219	210	204	200	200	205
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	5
Faroleiros	141	143	134	142	140	144
TOTAL	1.009	1.071	1.034	1.031	1.033	1.027

Pessoal Militarizado - Marinha



EXÉRCITO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Técnico-Profissional e Administrativo						
Auxiliar de Serviços						
Motorista						
Tratador	5	5	4	2	2	2
Vigilante						
TOTAL	5	5	4	2	2	2

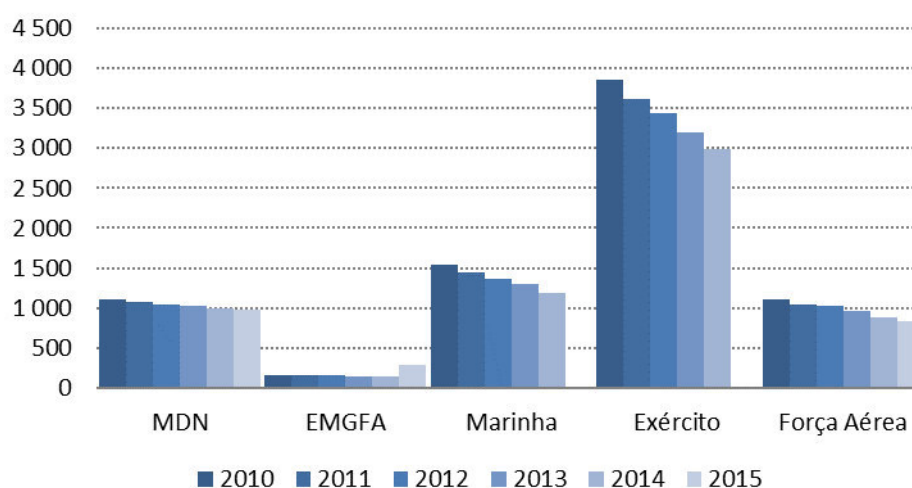


10.1.3 - Pessoal Civil

10.1.3.1 - Efetivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2015	973	290	1.153	2.008	842	5.266
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2014	991	150	1.182	2.989	878	6.190
2013	1.026	150	1.295	3.195	971	6.637
2012	1.051	163	1.361	3.432	1.021	7.028
2011	1.078	167	1.447	3.610	1.046	7.348
2010	1.110	165	1.543	3.853	1.102	7.773

Evolução dos Efetivos Globais do Pessoal Civil



10.1.3.2 - Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2015

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	44		2		0	46
Técnico superior	190	19	81	43	15	348
Docente / Investigador (b)	8	1	6	190	7	212
Médico / Enfermagem (b,c)	28	57	16	214	37	352
Informático (b)	42	12	34	39	0	127
Assistente técnico	227	85	377	660	172	1.521
Assistente operacional	434	116	569	862	583	2.564
Outro Pessoal (e)					28	28
Pessoal embarcações salva-vidas QPCISN c)			68			68
TOTAL	973	290	1.153	2.008	842	5.266

- (a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 1 do art.º 41º e n.º 1 do art.º 49º, ambos da Lei n.º 12A/2008, de 27 de fevereiro;
(b) Carreiras de regime especial a que refere o n.º 2 do art.º 41º da citada lei;
(c) Inclui Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica;
(d) Inclui categorias subsistentes, pessoal do QPCISN e outros não enquadráveis nas carreiras supra.

10.1.3.3 - Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

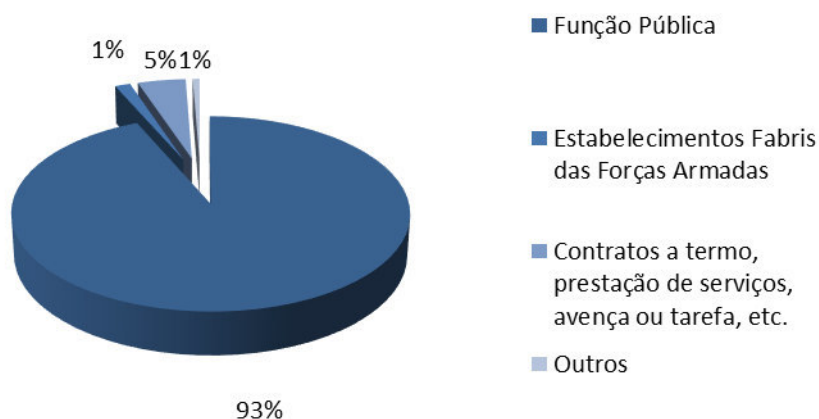
Ano: 2015

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	962	176	1.070	1.898	832	4.938
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	1			75		76
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	6	114	83	35	6	238
Outros (*)	4	0	20		4	34
TOTAL	973	290	1.173	2.008	842	5.286(**)

(*) Inclui 4 efetivos da DGPDN em situação de nomeação; 20 bolseiros do IH e 4 docentes a exercer funções na FAP.

(**) Inclui 20 bolseiros do IH que não são contabilizados nas outras tabelas.

Pessoal Civil por Estatuto Jurídico



10.1.3.4 - Pessoal Civil por Habilitações Académicas

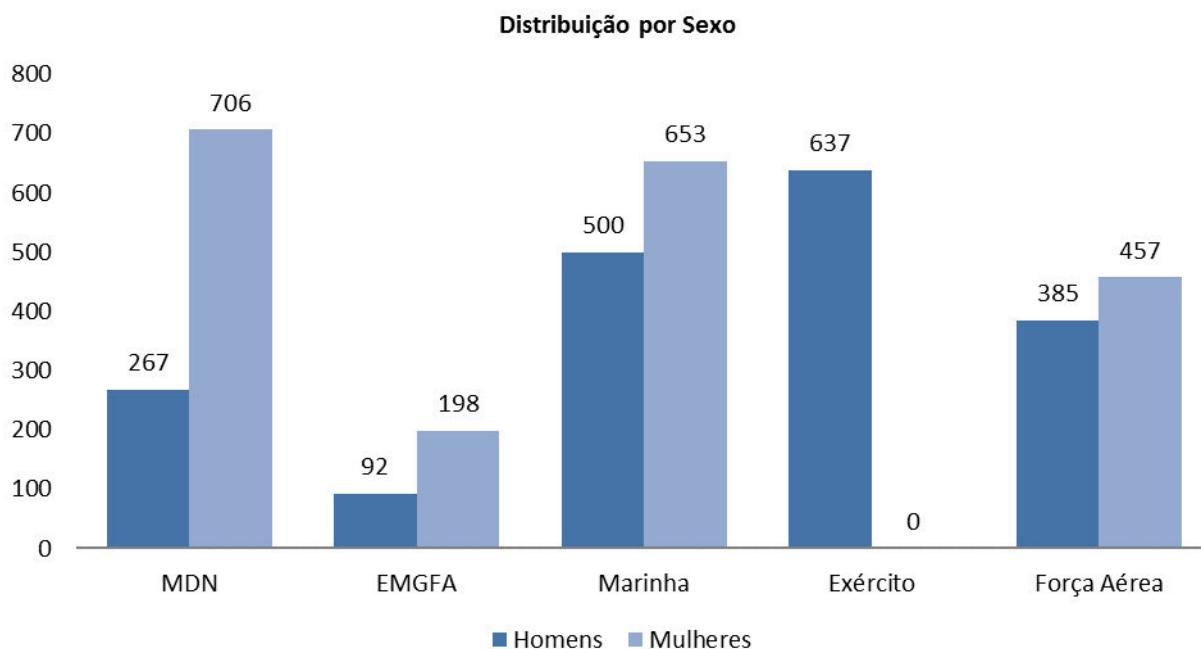
Ano: 2015

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Doutoramento e mestrado	44	1	20	62	6	133
Licenciatura	243	77	112	368	77	877
Bacharelato	10		15	59	11	95
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	235	73	278	123	1.211
	- 11 Anos	31	21	73	32	256
	- 9 Anos	183	81	240	178	1.055
	- 6 Anos	107	18	171	161	694
	- 4 Anos	120	19	238	254	932
	- Menos de 4 anos		2	7		9
Desconhecidas			4			4
TOTAL	973	290	1.153	2.008	842	5.266

10.1.3.5 - Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2015

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	267	92	500	637	385	1.881
Mulheres	706	198	653	1.371	457	3.385
TOTAL	973	290	1.153	2.008	842	5.266



10.1.3.6 - Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2015

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos	0	0	0	0	0	0
20/24 anos	0	0	1	0	0	1
25/29 anos	7	1	7	1	0	16
30/34 anos	52	3	33	19	11	118
35/39 anos	110	9	100	113	22	354
40/44 anos	169	15	139	234	64	621
45/49 anos	139	23	177	290	116	745
50/54 anos	194	45	247	475	207	1.168
55/59 anos	170	47	270	500	240	1.227
60/64 anos	111	27	161	309	152	760
65 anos e mais	21	6	18	67	30	142
TOTAL	973	176(*)	1.153	2.008	842	5.152(*)

(*) Não inclui 114 efetivos do HFAR que se encontram em situação de prestação de serviço.

10.1.3.7 - Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2015

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	18		31	262	11	322
05/09 anos	61	4	320	289	2	676
10/14 anos	188	4	103	60	5	360
15/19 anos	208	15	155	190	109	677
20/24 anos	234	41	148	286	119	828
25/29 anos	87	45	193	427	153	905
30/35 anos	91	41	113	258	270	773
36 anos e mais	86	26	90	236	173	611
TOTAL	973	176(*)	1.153	2.008	842	5.152(*)

(*) Não inclui 114 efetivos do HFAR que se encontram em situação de prestação de serviço.

10.1.3.8 - Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2015

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia						-
Téc. Superior / Técnico Licenciado	1(*)					1
Técnico / Técnico Bacharel						-
Docente						-
Médico / Enfermagem						-
Informático						-
Técnico Profissional						-
Administrativo						-
Operário						-
Auxiliar						-
TOTAL	1	-	-	-	-	-

(*) Refere-se a uma situação de nomeação de um Técnico Superior a cargo de Dirigente.

10.1.3.9 - Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2015

Entidade		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	69	27	35	170	3	304
	Saídas	85	8	101	108	40	342
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas				4		4
	Saídas				6		6
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas	1	114	18	99		232
	Saídas		114	25	53		192
TOTAL	Entradas	70	141	53	273	3	540
	Saídas	85	122	126	167	40	540

10.1.4 - Comparações internacionais

10.1.4.1 - Efetivos de países membros da NATO

(milhares)	
Efetivos Militares dos Ramos das FA's	Qt
Albânia	6
Alemanha	180
Bélgica	31
Bulgária	27
Canadá	66
Croácia	15
Dinamarca	16
Eslováquia	12
Eslovênia	7
Espanha	121
Estados Unidos da América	1,311
Estônia	6
França	207
Grécia	106
Hungria	17
Itália	182
Latvia	5
Lituânia	12
Luxemburgo	0,9
Noruega	21
Países Baixos	41
Polónia	103
Portugal	31
Reino Unido	163
República Checa	21
Roménia	64
Turquia	426
Total	1.888,211

Fonte: Site da NATO

10.2 - JUSTIÇA E DISCIPLINA

10.2.1 - Condecorações Atribuídas

Ano: 2015

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	97	120	80	297
Mérito militar	145	237	167	549
Comportamento exemplar	695	1483	694	2.872
Mérito do Ramo	467	354	129	950
Ordens honoríficas nacionais	10	15	8	33
Outras	735	493	61	1.289
TOTAL	2.149	2.702	1.139	5990

10.2.2 - Processos Iniciados

Ano: 2015

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	88	1.047	22	1.157
Disciplinares	75	44	57	176
TOTAL	163	1.091	79	1.333

10.2.3 - Punições Aplicadas

Ano: 2015

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	4	33	3	40
Repreensão agravada	8	45	5	58
Detenção		141	6	147
Prisão disciplinar		11	1	12
Prisão disciplinar agravada		a)	a)	
TOTAL	12	230	15	257

a) Nos termos do atual Regulamento de Disciplina Militar, Lei Orgânica n.º 2/2009 de 22Jul, não existe agravamento de Penas.

10.2.4 - Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes

Ano: 2015

Ramo das F. As	Marinha	Exército	Força Aérea	Outros	TOTAL
Abandono de posto - artº66º CJM		2			2
Abuso de autoridade - artº382 CP	2	1			3
Abuso de autoridade de uso ilegítimo de armas-artº100º CJM			1		1
Abuso de autoridade por ofensa à integridade física-artº93º CJM		1	1		2
Abuso de autoridade por outras ofensas-artº95º CJM					-
Abuso de autoridade por prisão ilegal - artº96º CJM					-
Atos que prejudiquem a circulação ou segurança -artº69º CJM					-
Ameaça e coação		1		3	4
Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços					-
Comércio ilícito de material de guerra - artº82º CJM				46	46
Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior 1,2g/l		1			1
Corrupção					-
Crimes cometidos no exercício de funções públicas		1			1
Crimes contra a honra					-
Crimes contra a integridade física					-
Crimes contra a Segurança das Forças Armadas					-
Crimes contra o património em geral					-
Crimes de falsificação		1			1
Crimes informáticos					-
Dano em bens militares ou de interesse militar-artº79º CJM		1	2		3
Dano contra a natureza				1	1
Deserção - artºs 72º e 74º CJM	1	6	3		10
Desobediência-artº348º CP					-
Detenção ou tráfico de armas proibidas					-
Difamação, calúnia e injúria					-
Entrada ou permanência ilegítima-artº70º do CJM	1	6	9		16
Evasão militar					-
Extravio de material de guerra - artº81º CJM		3		1	4
Falsificação de doc, cunhos, marcas, chancelas, pesos, medidas		1	2	1	4
Furto de veículo motorizado					-
Furto/roubo de material de guerra-artº83º e 84.º CJM	1	4		4	9
Incêndio Florestal		4			4
Incêndio/Fogo posto em edifício					-
Incumprimento Deveres serviço-artº 67º CJM	2	1			3
Insubordinação por ameaças ou outras ofensas-artº89º CJM	1	2			3
Insubordinação por desobediência-artº87º CJM		1			1
Insubordinação por ofensas à integridade física-artº86º CJM	1	2			3
Maus tratos ou sobrecarga de menores, incapazes ou do cônjuge (artº152º CP)					-
Ofensa à integridade física voluntária grave					-
Ofensa à integridade física voluntária simples		1			1
Ofensa a sentinela		1			1

Outras burlas	3	1	2	6	
Outros crimes				-	
Outros crimes c/reserva da vida privada				-	
Outros crimes contra a honra				-	
Outros crimes contra a propriedade				-	
Outros crimes contra a realização da justiça				-	
Outros crimes contra a vida	1	3	3	7	
Outros crimes contra o Estado	1			1	
Outros crimes de perigo comum				-	
Outros crimes respeitantes a estupefacientes		2		2	
Outros danos		3	2	1	6
Outros furtos	7	15	21	6	49
Peculato	1	3		3	7
Poluição			1		1
Recetação e auxílio material					-
Tráfico de estupefacientes					-
Usurpação de funções					-
Violação de providências públicas					-
Violação de segredo/espionagem					-
Violência doméstica			2		2
TOTAL	19	70	48	68	205

The background is a collage of three images related to military training. The top image shows soldiers in camouflage uniforms running through a wooded area. The middle image shows a group of soldiers in blue uniforms marching in a line on a paved surface. The bottom image shows a group of soldiers in dark uniforms standing in formation in front of a building. A large, semi-transparent geometric pattern of overlapping triangles in shades of blue and grey is overlaid on the entire collage. The text 'Ensino e formação militar' is centered in the middle image.

Ensino e formação militar

NOTA EXPLICATIVA

O ensino militar tem por finalidade a habilitação profissional do militar, a aprendizagem de conhecimentos adequados à evolução da ciência e da tecnologia e o seu desenvolvimento cultural.

A formação militar, instrução e treino, visam continuar a preparação do militar para o exercício das respetivas funções e abrangem componentes de natureza técnico-militar, cultural e de aptidão física. A formação militar envolve ações de investimento, de evolução e de ajustamento e materializam-se através de cursos, tirocínios, estágios, instrução e treino operacional e técnico, consoante a categoria, posto, classe, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

O ensino e formação ministrados em estabelecimentos militares garante a continuidade do processo educativo e integra-se sempre que possível nos sistemas educativo e formativo nacionais.

Decorrente das orientações constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 28 de fevereiro, realizou-se a reforma do ensino superior público militar, procurando harmonizar e adaptar o modelo de formação de oficiais das Forças Armadas, incorporando as orientações do “Processo de Bolonha”, assumindo o ciclo de estudos integrados conducentes ao grau de mestre (2.º ciclo de Bolonha) como habilitação mínima exigida para início da carreira de oficiais oriundos do ensino superior universitário militar.

Ao nível das estruturas, o sistema de ensino superior público militar encontrava-se estruturado em estabelecimentos de formação inicial específica do ramo, materializada na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea e num estabelecimento de formação complementar de natureza transversal aos ramos, materializada no Instituto de Estudos Superiores Militares.

Relativamente ao Instituto de Estudos Superiores Militares, o mesmo visa ministrar formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares aos Oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), necessário ao desempenho das funções de Comando, Direção e Estado-Maior nos Ramos e GNR, bem como ao exercício de cargos em Organizações Internacionais.

Por outro lado, no âmbito do ensino superior público politécnico militar, a Escola do Serviço de Saúde Militar propõe-se assegurar, no âmbito da saúde militar, as necessidades de pessoal específicas das Forças Armadas e da GNR. Paralelamente a integração do ensino superior politécnico na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, tenta garantir um contexto de igual dignidade e exigência, mas de vocação diferente do ensino superior universitário militar.

De referir ainda a criação do Conselho do Ensino Superior Militar que visa a coordenação do ensino superior público militar através de uma visão integrada, assegurando a conceção e o acompanhamento das políticas que, neste domínio, cabem ao Ministério da Defesa Nacional

No mesmo âmbito cabe à Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional.

No campo concreto do ensino e formação militar, a DGRDN propõe e avalia a política nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional e participa na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho de Ensino Superior Militar.

De forma mais específica, deve a DGRDN estudar e propor a definição sobre a qualificação e o desenvolvimento de competências para as Forças Armadas e exercer, nos termos da lei, as competências relativas ao processo de certificação das entidades formadoras dos ramos, em especial através da colaboração com as entidades competentes em matéria de reconhecimento e certificação de qualificações profissionais.

No âmbito da articulação de competências das diversas entidades que integram o Ensino Superior Militar e através do Despacho n.º 229/2012 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 2 de outubro, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 19 de abril, designada por Reforma 2020, do Despacho de S.Exa o Ministro da Defesa Nacional datado de 30 de dezembro de 2013, pela Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas - Reforma “Defesa 2020”, aprovada pelo Despacho n.º n.º 7527-A/2013 de S.Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 11 de junho, e pelo Despacho n.º 3756/2015 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 25 de março foi encetada a Reforma do Ensino Superior Militar que estabelece o objetivo de criar, a médio prazo, um Instituto Universitário Militar, com base num modelo de ensino superior militar em que a progressão na carreira resulta da articulação coerente da formação inicial com a formação complementar ao longo da vida, que integrará os atuais Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea.

Estabelece-se ainda o desígnio de extinguir a Escola de Serviço de Saúde Militar como instituição de ensino superior.

No âmbito da reforma supra identificada, e para o período de transição, estabeleceram-se como objetivos de curto prazo o reforço da interação formativa conjunta ao nível das ciências de base, a otimização da utilização dos recursos disponíveis, bem como das redes de investigação, desenvolvimento e inovação e da cooperação internacional, a salvaguarda das especificidades próprias de cada área de formação e a extinção da Escola do Serviço de Saúde Militar enquanto Estabelecimento de Ensino Superior Militar.

Para alcançar estes desígnios foram encetados os trabalhos necessários à criação do Instituto Universitário Militar através da criação do Modelo de Governação Comum, Portaria n.º 60/2014 – 2ª Série, de 27 de janeiro.

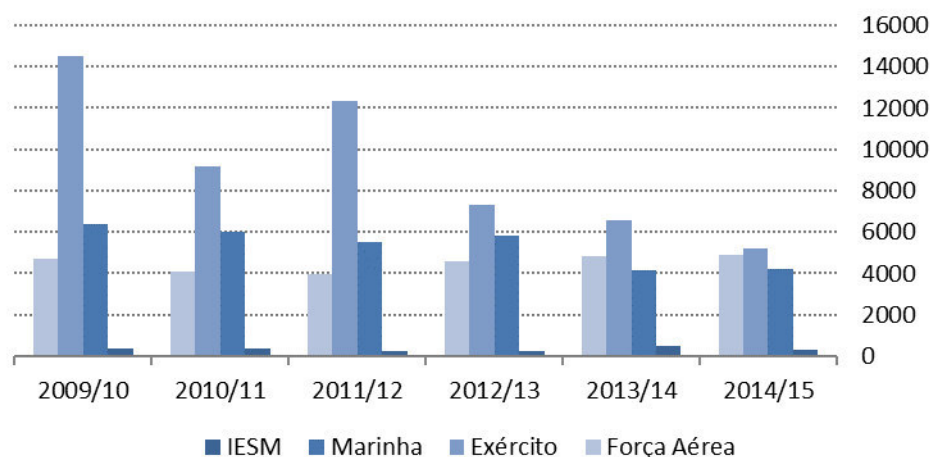
Ao nível da formação de Sargentos, foram revistas as Portarias que aprovam o Regulamento Escolar dos Cursos de formação de Sargentos do Exército e Força Aérea através, respetivamente, das Portarias n.º 60/2014, de 10 de março, e 8/2013, de 10 de janeiro.

11.1 - INSTITUTOS, ACADEMIAS, ESCOLAS E CENTROS DE INSTRUÇÃO DAS FA

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

Ramo das FA		IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2014/15	327	4.197	5.208	4.911	14.643
	Dados retrospectivos					
	2013/14	492	4.149	6.554	4.842	16.037
	2012/13	258	5.805	7.322	4.576	17.961
	2011/12	266	5.532	12.361	3.937	22.096
	2010/11	363	6.004	9.172	4.111	19.650
	2009/10	345	6.360	14.529	4.733	26.987
Saídas com aproveitamento	2014/15	320	3.898	4.300	5.060	13.578
	Dados retrospectivos					
	2013/14	484	3.829	6.187	4.847	15.347
	2012/13	258	5.399	6.880	4.695	17.232
	2011/12	255	5.074	12.555	4.377	22.261
	2010/11	352	6.213	8.313	5.036	19.914
	2009/10	341	5.896	13.517	4.352	10.589

Distribuição Anual de alunos admitidos em Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA



11.2 - PESSOAL MILITAR NA EFETIVIDADE DE SERVIÇO QUE FREQUENTOU CURSOS INTERNOS

Ano: 2015					
Ramo das FA	IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação		3.881	2.300	31	6.212
Cursos de Promoção		92	951	38	1.081
Cursos de Especialização ou Qualificação	6	100	3.834	24	3.964
Cursos de Atualização		124		98	222
TOTAL	6	4.197	7.085	191	11.479

11.3 - PESSOAL MILITAR QUE FREQUENTOU CURSOS NO ESTRANGEIRO

Ano: 2015

Ramo das FA	IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)	14	49	11	249	323
Média (de um a três meses)		1	1	8	10
Longa (mais de três meses)		3	1	11	15
TOTAL	14	53	13	268	348

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)

(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

MDN	
Instituto de Estudos Superiores Militares	
Marinha	
Escola Naval (Alfeite)	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)	Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola de Tecnologias Navais	Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Departamento de Operações	Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Departamento de Armas e Eletrónica	Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Departamento de Propulsão e Energia	Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Departamento de Limitação de Avarias	Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite)
Departamento de Administração e Logística	Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação	Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Departamento de Formação em Tecnologias de Educação	Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Departamento de Formação Geral	Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Exército	
Academia Militar (Lisboa)	Escola Militar de Eletromecânica (Paço de Arcos)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)	Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos)
Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (c)	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)	Centro de Informática do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)	Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)	Centros de Instrução de Praças:
Escola Prática de Cavalaria (Santarém)	(Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa,
Escola Prática de Engenharia (Tancos)	Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul,
Escola Prática de Transmissões (Porto)	Zonas Militares dos Açores e Madeira)
Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)	Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim)	Banda do Exército (Queluz)
Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)	
Força Aérea	
Academia da Força Aérea (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui:
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)	Escola de Língua Inglesa (ELI)
Esquadra 101/ Epsilon (Sintra)	Escola de Formação Pedagógica de Formadores
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Formação de Condutores
Esquadra 552 / AL III (Beja)	Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Esquadra 502 / C-295 (Montijo)	Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo)
	Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
	Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa)
	Direção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odvelas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Estabelecimento do ensino superior politécnico. Órgão de apoio aos 3 Ramos, inserido na estrutura orgânica do Exército.

11.4 - CURSOS MINISTRADOS E NÚMERO DE ALUNOS, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO

11.4.1 - Caracterização da atividade formativa

Ano: 2015

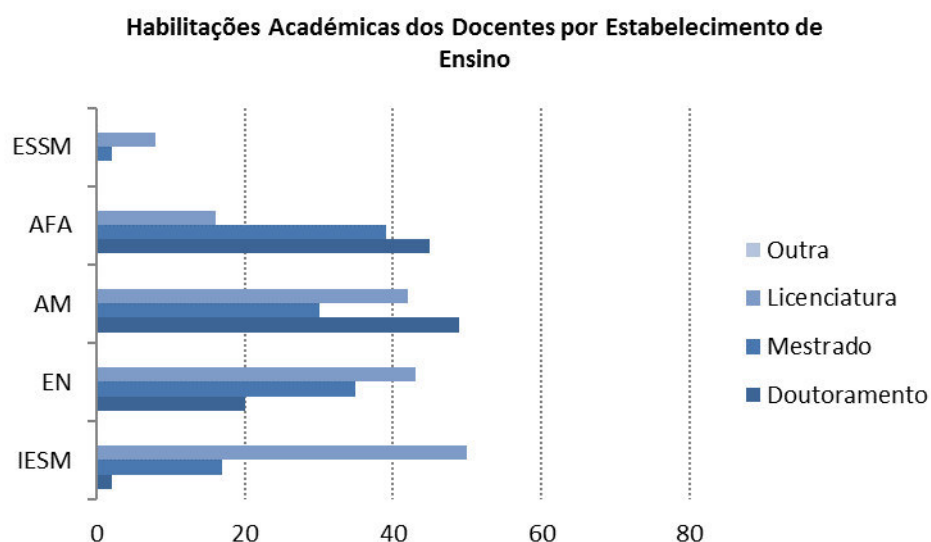
		IESM		EN		AM		AFA		ESSM	
		Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrad os	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrad os	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrad os	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrad os	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrad os	Nº de alunos
Cursos confe- rentes de grau	Ensino Universitário	1	13	6	221	11	97	5	132	3	8
	Ensino Politécnico			1	1	1	1				
Curso não conferentes de grau		16	314	3	14	4	11				
TOTAL		17	327	10	236	16	109	5	132	3	8

11.5 - DOCENTES, POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO E POR CATEGORIA (MILITARES/ CIVIS, DOUTORADOS/ MESTRES/ LICENCIADOS)

Ano: 2015

CATEGORIA		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	67	63	72	64	5	271
	Sargentos				3	5	8
	Praças						
	Subtotal	67	63	72	67	10	279
Civis		2	35	49	33		119
TOTAL		69	98	121	100	10	398

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Doutoramento	2	20	49	45		116
Mestrado	17	35	30	39	2	123
Licenciatura	50	43	42	16	8	159
Outra						
TOTAL	69	98	121	100	10	398



11.6 - PESSOAL DE APOIO POR ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (MILITARES/CIVIS)

Ano: 2015

CATEGORIA		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	19	55	77	64	119	334
	Sargentos	19	43	45	3	107	217
	Praças	25	94	92		272	483
	Subtotal	63	192	214	67	498	1.034
Civis		21	45	52	33	2	153
TOTAL		84	237	266	100	500	1.187

11.7 - PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INICIADOS, EM CURSO E CONCLUÍDOS

Ano: 2015

ATIVIDADES/SITUAÇÃO		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Projetos de investigação	Iniciados		9	6			15
	Em curso		24	21			45
	Concluídos		16	5	2		23
	Subtotal		49	32	2		83
Publicações/Artigos Científicos	Iniciados			10			10
	Em curso			12	4		16
	Concluídos		225	18	7		250
	Subtotal		225	40	11		276
TOTAL			274	72	13		359

11.8 - CURSOS MINISTRADOS POR CENTROS DE INSTRUÇÃO

11.8.1 - Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior

11.8.1.1 - Caracterização de Ação Formativa

Ano: 2015		
Estabelecimentos de Ensino e Formação	Nº de Cursos/Ações de Formação Ministrados	Nº Alunos
Marinha	CEFA	70
	CIH	217
	CITAN	248
	CIPQPEM	
	EAM	3.358
	EHO	3
	EMERG	119
	ESUB	38
	ETNA	3.037
	EFUZ	468
	Subtotal	7.558
Exército	CM	610
	IO a)	68
	IPE	272
	Escola de Sargentos do Exército	382
	Escola das Armas	1.071
	Escola dos Serviços	1.536
	Regimento de Pára-quedistas	678
	Centro de Tropas de Operações Especiais	196
	Regimento de Comandos	310
	Subtotal	5.123
Força Aérea	CFMT	
	Subtotal	-
TOTAL	5.169	12.681

11.9 - INSTRUTORES E PESSOAL DE APOIO, POR CENTROS DE INSTRUÇÃO

11.9.1 - Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria

Ano: 2015

Estabelecimentos de		Militares				Militarizados				TOTAL	
Enseio e Formação		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores Sub-Inspetores	Chefes	Sub-Schefes	Guardas/Agentes	TOTAL	Civis
Marinha	CEFA	6	5	2	13						
	CIH	3	5		8						
	CITAN	9	14		23						
	CIPQPEM					1	3	5	38	47	
	EAM	9	4		13						
	EHO	13			13						14
	EMERG	2	9	7	18						
	ESUB	3	6		9						
	ETNA	52	190	13	255						3
	EFUZ										
TOTAL			97	233	22	352	1	3	5	38	47

* Informação enviada pelo Ramo que veio alterar a estrutura da tabela.

Estabelecimentos de		Militares				Civis	TOTAL
Enseio e Formação		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Exército	CM	24	19	63	106	181	287
	IO a)						
	IPE	19	20	26	65	120	185
	Escola de Sargentos do Exército	19	20		39	5	44
	Escola das Armas	70	95		165		165
	Escola dos Serviços	35	59		94		94
	Regimento de Para-quedistas	58	115	30	203		203
	Centro de Tropas de Operações Especiais	19	18	8	45		45
	Regimento de Comandos	40	76	43	159		159
	TOTAL	284	422	170	876	306	1.182

a) Em virtude de os dados terem sido recolhidos após o encerramento do IO, não foi possível apurar de forma coerente esta informação.

NOTA: Resultante do processo de reestruturação do sistema de formação do Exército, as ações de formação foram generalizadas a um determinado número de Unidade/Estabelecimentos/Orgão (U/E/O).

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares			Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	
Força Aérea	CFMT	56	89	3	148	148
TOTAL		56	89	3	148	148

11.9.2 - Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações

Ano: 2015

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Habilitações Académicas				TOTAL
		Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Outra	
Marinha	CEFA		4	1	8	13
	CIH			3	8	11
	CITAN		3	6	14	23
	CIPQPEM					
	EAM		4	27	29	60
	EHO	7	12	6	2	27
	EMERG			3	15	18
	ESUB			3	6	9
	ETNA		13	47	198	258
	EFUZ		2	9	48	59
	Subtotal	7	38	105	328	478
Exército	CM		4	66	13	83
	IO a)					
	IPE		6	46	2	54
	Escola de Sargentos do Exército	1	4	19	20	44
	Escola das Armas		44	28	93	165
	Escola dos Serviços		19	23		42
	Regimento de Pára-quedistas		38	20		58
	Centro de Tropas de Operações Especiais		9	12	24	45
	Regimento de Comandos		32	8		40
	Subtotal	1	156	222	152	531
	Subtotal	1	156	222	152	531
Força Aérea	CFMT		11	53	84	148
Subtotal			11	53	84	148
TOTAL		8	205	380	564	1.157

a) Em virtude de os dados terem sido recolhidos após o encerramento do IO, não foi possível apurar de forma coerente esta informação.

NOTA: Resultante do processo de reestruturação do sistema de formação do Exército, as ações de formação foram generalizadas a um determinado número de Unidade/Estabelecimentos/Orgão (U/E/O).

11.9.3 - Caracterização do Pessoal de Apoio

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas/Agentes*	TOTAL		
Marinha	CEFA	3	2	2	7						7
	CIH		1		1						1
	CITAN										
	CIPQPEM							1	1		1
	EAM									2	2
	EHO	1			1					3	4
	EMERG		3	1	4						4
	ESUB		1	1	2						2
	ETNA		6	26	32					1	33
	EFUZ	15			15						15
TOTAL		19	13	30	62			1	1	6	69

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Exército	CM	24	19	63	106	181	287
	IO a)						
	IPE	19	20	26	65	120	185
	Escola de Sargentos do Exército	1	5	6	12	1	13
	Escola das Armas	15	38	103	156	17	173
	Escola dos Serviços	6	4	3	13	1	14
	Regimento de Pára-quedistas	10	32	53	95		95
	Centro de Tropas de Operações Especiais	4	12	55	71		71
	Regimento de Comandos	8	18	73	99		99
	TOTAL	87	148	382	617	320	937

a) Em virtude de os dados terem sido recolhidos após o encerramento do IO, não foi possível apurar de forma coerente esta informação.

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	Total		
Força Aérea	CFMT	18	50	54	122	36	158
TOTAL		18	50	54	122	36	158

The background is a collage of three images related to military healthcare, overlaid with a geometric pattern of large, semi-transparent triangles in shades of blue and grey. The top image shows a military ambulance with a red cross on its side. The middle image shows a medical professional in a white coat attending to a patient lying on a gurney. The bottom image shows a medical supply room with various equipment and supplies.

Sistema de Saúde Militar

12

NOTA EXPLICATIVA

O Sistema de Saúde Militar (SSM) tem por missão garantir o apoio sanitário à componente operacional e, simultaneamente, assegurar a assistência médica aos efetivos militares e às suas famílias, procedendo a uma avaliação permanente dos recursos humanos que servem a força militar desde a sua admissão ao serviço.

A criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR), enquanto hospital militar único, composto pelos Polos de Lisboa e do Porto (através do Decreto-Lei n.º 84/2014, de 27 de maio) e o encerramento de 5 hospitais dos ramos é o principal marco da reforma da Saúde Militar. Apesar da complexidade de um processo desta natureza, tornou-se inevitável reconfigurar o SSM, combatendo redundâncias e ineficiências evidentes e criando um novo modelo de gestão hospitalar, moderno, sustentável e adequado às novas necessidades, abrangendo o conjunto de recursos humanos, materiais, financeiros e de infraestruturas hospitalares.

O HFAR depende do Diretor de Saúde Militar (DIRSAM) do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e integra a UTITA (Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo), a UMT (Unidade Militar de Toxicologia)¹⁰ e o CEIP (Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva).

da Ramo das Forças Armadas continua a possuir o seu próprio Serviço de Saúde, em virtude da especificidade da missão e da particularidade dos meios de que dispõe. Assim, pese embora alguns meios da medicina operacional especializada como o Centro de Medicina Aeronáutica (CMA) e o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (CMSH), estejam localizados no Campus de Saúde Militar, adjacentes ao Polo de Lisboa e na dependência funcional do diretor do HFAR, permanecem sob dependência hierárquica dos respetivos ramos.

Os recursos humanos da saúde - Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, Técnicos Superiores de Saúde, Auxiliares de Ação Médica e Socorristas, encontram-se distribuídos pelo HFAR e pelas restantes estruturas de saúde dos Ramos. Trata-se de um efetivo maioritariamente militar, apesar de complementado pelo recurso a trabalhadores civis de forma a responder às diferentes especificidades e necessidades.

Nota: A informação necessária para a elaboração da estatística da saúde aqui apresentada, no que se refere ao pessoal de saúde ao serviço no EMGFA/HFAR e nos Ramos das Forças Armadas, bem como toda a informação relativa à atividade hospitalar e aos equipamentos de saúde, tem origem em informação fornecida pelo EMGFA e pelos Ramos.

¹⁰ Unidade ainda em implementação.

12.1 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MILITAR

12.1.1 - Infraestruturas hospitalares

12.1.1.1 - Localização

HFAR		
Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto*
	Azinhaga dos Ulmeiros	Av. da Boavista
	Lisboa	Porto

*Em funcionamento a partir de 28 de maio de 2014.

12.1.1.2 - Camas, segundo o fim a que se destinam

Ano: 2015

HFAR		
Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Internamento geral		
- Lotação oficial	103	138
- Lotação praticada	115	73
Enfermarias	60	41
Quartos	34	32
Cuidados Intensivos	7	
Cuidados Intermédios		3
Salas de Recobro	8	23
Serviço de Observação (Urg.)	6	6
Hospital de dia	6	8
Outras camas	4	9
TOTAL	125	122

12.1.1.3 - Capacidade Funcional

Ano: 2015

	HFAR		
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
a. Salas operatórias (*)		4	5
b. Gab. de cons. Externa		88	57
c. Equipamentos diagnóstico e terapêutica:			
Endoscopia		5	
Hemodialise (nº. dialisadores)		4	9
Imagiologia			
- Ecografia		12	4
- Imag. convencional (RX)		2	4
- Mamografia		1	1
- Osteodesiometria			
- Tomografia comput. (TC)		2	1
- Outros		1	1
Laboratórios anatomia patológica e tanatologia			
Laboratórios de patologia clínica			
Medicina nuclear		2	
Raios laser			
Serviços de imuno-hemoterapia			
Serviços farmacêuticos			
Outros		296	
TOTAL		417	80

(*) Incluídas ou não em bloco operatório

12.2 - RECURSOS HUMANOS

12.1.2.1 - Médicos militares e civis

Ano: 2015

	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa			
- Contra-Almirante; Major General		1			1
-Brigadeiro/Comodoro			1		1
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		5	2	4	4
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		19	8	3	4
- Capitão-Tenente; Major		21	9	2	4
- 1º Tenente; Capitão		30	20	27	6
- 2º Tenente; Tenente		1	5	6	3
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes					
- Aspirante a Oficial					
Civis RCTFP (a)		40	32		10
Civis RCPS (b)		31	21	1	
TOTAL		148	97	44	32

(a) - Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas

(b) - Civis em Regime de contrato de Prestação de Serviços

12.1.2.2 - Enfermeiros militares e civis

Ano: 2015

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea
	Polo de Lisboa	Polo do Porto			
- Capitão Tenente; Major	3	1	1	2	
- 1º Tenente; Capitão	9	3	6	2	
- 2º Tenente; Tenente			1		
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes					
- Sargento-Mor		1	1		1
- Sargento-Chefe	4	2	7	1	3
- Sargento-Ajudante	18	5	29	7	17
- 1º Sargento	86	20	45	13	30
- 2º Sargento	6	3	4	3	2
- Subsargento; Furriel	1	0		11	
Civis RCTFP (a)	51	40		5	25
Civis RCPS (b)		16			
TOTAL	178	91	94	44	78

(a) - Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas

(b) - Civis em Regime de contrato de Prestação de Serviços

12.1.2.3 - Técnicos de Superiores de Saúde

Ano: 2015

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea
	Polo de Lisboa	Polo do Porto			
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel					
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	2	1		2	1
- Capitão-Tenente; Major	6	3			2
- 1º Tenente; Capitão	5	1			4
- 2º Tenente; Tenente	1				2
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes			1		
- Aspirante a Oficial					
Civis RCTFP (a)	4	1			
Civis RCPS (b)	8	2			
TOTAL	26	8	1	2	9

(a) - Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas

(b) - Civis em Regime de contrato de Prestação de Serviços

12.1.2.4 - Médicos Dentistas

Ano: 2015

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea
	Polo de Lisboa	Polo do Porto			
- Contra-Almirante; Major General					
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel					
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		1			
- Capitão-Tenente; Major	2	3		1	
- 1º Tenente; Capitão	4		1	3	
- 2º Tenente; Tenente	1			3	
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes			3		
- Aspirante a Oficial			2		
Civis RCTFP (a)		1			
Civis RCPS (b)	3	1			
TOTAL	10	6	6	7	-

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.5 - Médicos Veterinários Militares e Civis

Ano: 2015

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea
	Polo de Lisboa	Polo do Porto			
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel					
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		1			
- Capitão-Tenente; Major				1	
- 1º Tenente; Capitão					
- 2º Tenente; Tenente					
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes				1	2
- Aspirante a Oficial					
Civis RCTFP (a)					
Civis RCPS (b)					
TOTAL	-	1	-	2	2

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.6 - Enfermeiros Veterinários militares e civis

Ano: 2015

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea
	Polo de Lisboa	Polo do Porto			
- Sargento-Mor					
- Sargento-Chefe				1	
- Sargento-Ajudante					
- 1º Sargento					
- 2º Sargento					
Civis RCTFP (a)					
Civis RCTPS (b)					
TOTAL	-	-	-	1	-

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.7 - Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica

Ano: 2015

Polos Hospitalares	HFAR		Marinha	Exército	Força Aérea
	Polo de Lisboa	Polo do Porto			
- Capitão		2	1	1	
- Tenente	1		1		
- Sargento-Mor	1		1		
- Sargento-Chefe	6	1		1	
- Sargento-Ajudante	11	2	5	3	
- 1º Sargento			2	2	
- 2º Sargento	6	10	2	5	
- Furriel RC	1			3	
- 2º Furriel	2			9	
Civis RCTFP (a)	48	11		8	28
Civis RCPS (b)	8	7		2	
TOTAL	84	33	12	34	28

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

12.1.2.8 - Médicos no HFAR, por Especialidade Exercida (a)

Ano: 2015

Polos Hospitalares	HFAR	
	Polo de Lisboa	Polo do Porto
a. Especialidades cirúrgicas		
Anestesiologia	12	8
Cirurgia geral	9	6
Cirurgia plástica reconstrutiva	2	2
Cirurgia vascular/Angiologia	1	2
Estomatologia	2	1
Ginecologia/Obstetria	5	2
Neurocirurgia	2	1
Oftalmologia	4	5
Ortopedia	6	6
Otorrinolaringologia	6	4
Urologia	6	3
Outras esp. cirúrgicas	1	
b. Especialidades médicas		
Anatomia patológica	1	
Cardiologia	6	3
Dermatologia	2	2
Endocrinologia	5	1
Fisiatria	3	2
Gastroenterologia	4	2
Hematologia		
Imunoalergologia	1	

Imagiologia	19	4
Infeciologia	3	
Medicina interna	6	9
Nefrologia	2	1
Neurologia	3	2
Oncologia médica	2	1
Pneumologia	3	1
Psiquiatria	7	3
Reumatologia	1	1
Outras esp. Médicas:	19	3
c. Outras Especialidades		
Medicina geral e familiar	5	5
Internato da especialidade		19
TOTAL	148	97

(a) Os médicos devem ser contados uma única vez, segundo a especialidade que exercem. No caso de exercerem mais de uma especialidade no hospital, deverão ser indicados naquele a que dedicam um maior número de horas de trabalho.

12.1.2.9 - Técnicos Superiores no HFAR, por especialidade

HFAR			
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Técnico superior de saúde			
- Ramo de farmácia		10	4
- Ramo de laboratório		3	
- Ramo de nutrição		2	1
- Ramo de psicologia clínica		11	2
- Ramo de veterinária			1
- Outros ramos			
Técnico superior			
- De serviço social		2	1
- De instalações e equipam. de serviços de saúde			1
- Outros ramos		2	9
TOTAL		30	19

12.1.2.10 - Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica no HFAR, por especialidade

Ano: 2015

HFAR			
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Dietistas		1	
Higienistas orais			
Ramo laboratorial			
- Patologia clínica		13	6
- Anatomia patológica		3	
- Farmácia		10	3
- Outros		1	6

Ramo radionuclear		
- Radiologia	9	8
- Outros	8	
Ramo cinesiológico		
- Fisioterapia	15	10
- Outros	5	
Terapeutas da fala	1	
Terapeutas ocupacionais		
Outro pessoal técnico de diagnóstico e de terapêutica	18	
TOTAL	84	33

12.1.3 - Atividade Hospitalar

12.1.3.1 - Consultas Efetuadas, por especialidade, no HFAR

Ano: 2015

	HFAR		TOTAL
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	
		Polo do Porto	
a. Especialidades cirúrgicas			
Anestesiologia		1.927	208
Cirurgia geral		5.742	1.192
Cirurgia plástica reconstrutiva		3.250	997
Cirurgia vascular/Angiologia		1.207	571
Estomatologia/Maxilofacial		14.167	1.435
Ginecologia		3.201	1.283
Neurocirurgia		2.515	486
Obstetrícia		685	52
Oftalmologia		9.657	5.469
Ortopedia		7.231	6.650
Otorrinolaringologia		6.922	3.227
Urologia		7.010	2.680
Outras especialidades cirúrgicas			128
b. Especialidades médicas			-
Cardiologia		8.652	1.101
Dermatologia		5.346	2.762
Endocrinologia		5.075	1.013
Gastroenterologia		5.766	1.131
Hematologia			2.255
Imunoalergologia		1.677	
Infeciologia		2.237	2.756
Medicina Física e de Reabilitação		4.251	1.149
Medicina interna		2.289	298
Nefrologia		804	876
Neurologia		3.312	1.129
Oncologia médica		2.633	1.632
Pneumologia		5.805	4.138
Psiquiatria		2.632	439
Reumatologia		1.120	1.420
Outras especialidades médicas			-
C. Outras Consultas			-
Medicina Geral e Familiar		9.547	3.703
Medicina Dentária			7.719
Nutrição e/ou Dietética		1.536	1.276
Outras:		4.155	2.744
TOTAL		130.351	61.919
			192.270

12.1.3.2 - Atos de Terapêutica Efetuados no HFAR

Ano: 2015

	HFAR		TOTAL
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Imuno-hemoterapia		855	3.805
Fisioterapia		131.924	95.290
Medicina nuclear (tratamento com isótopos)		24	X
Hemodialise		X	840
Ortóteses		X	261
Próteses		X	1.273
Quimioterapia		38	946
Sessões de psicoterapia		156	52
Outros tratamentos		274	22.415
TOTAL		133.271	124.882
			258.153

Nota: As células que apresentam dados não disponíveis não foi possível a sua quantificação.

12.1.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no HFAR

Ano: 2015

	HFAR		TOTAL
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Anatomia patológica		1.201	
Imagiologia		49.847	13.486
Ecocardiogramas		2.668	721
Eletrocardiogramas		13.125	4.042
Eletroencefalogramas		401	63
Endoscopia		5.104	586
Exames mio-elétricos		522	419
Exames hemodinâmicos			68
Holters		1.099	213
Provas de esforço		1.083	338
Provas de função respiratória		652	402
Psicologia (d)		287	1.214
Outros		157	6.887
TOTAL		76.146	28.439
			104.585

12.1.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Especialidade

Ano: 2015

		HFAR		TOTAL
	Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto	
a. Especialidades cirúrgicas				
Cirurgia geral		650	294	944
Cirurgia plástica reconstrutiva		227	215	442
Cirurgia vascular/Angiologia		55	32	87
Ginecologia/Obstetrícia		167	8	175
Neurocirurgia		163	41	204
Oftalmologia		1 229	367	1 596
Ortopedia		410	420	830
Otorrinolaringologia		478	115	593
Urologia		344	97	441
Outras Especialidades Cirúrgicas:				-
b. Especialidades médicas				
Cardiologia		22	2	24
Dermatologia			151	151
Endocrinologia				-
Fisiatria				-
Gastroenterologia				-
Nefrologia				-
Oncologia médica				-
Pneumologia				-
Reumatologia				-
Outras Especialidades Médicas:			4	4
C. Outras especialidades				
Estomatologia/Medicina Dentária		17	208	225
TOTAL		3 762	1 954	5 713

12.1.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Polo Hospitalar

Ano: 2015

HFAR		
Polos Hospitalares	Polo de Lisboa	Polo do Porto
Janeiro	77%	58%
Fevereiro	75%	65%
Março	69%	68%
Abril	70%	49%
Maio	66%	53%
Junho	65%	51%
Julho	57%	44%
Agosto	53%	31%
Setembro	67%	44%
Outubro	59%	47%
Novembro	58%	50%
Dezembro	49%	47%
Média	64%	51%



Assistência na Doença

13

NOTA EXPLICATIVA

O Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), resultante da unificação dos três subsistemas de saúde específicos de cada um dos Ramos (Assistência na Doença aos Militares da Marinha - ADMA, Assistência na Doença aos Militares do Exército - ADME e Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea - ADMFA) num único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado (ADSE).

Aquele diploma estabeleceu que a gestão deste novo subsistema da saúde incumbe ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.). A regulamentação do funcionamento foi definida pela Portaria n.º 284/2007, de 12 de março.

BENEFICIÁRIOS

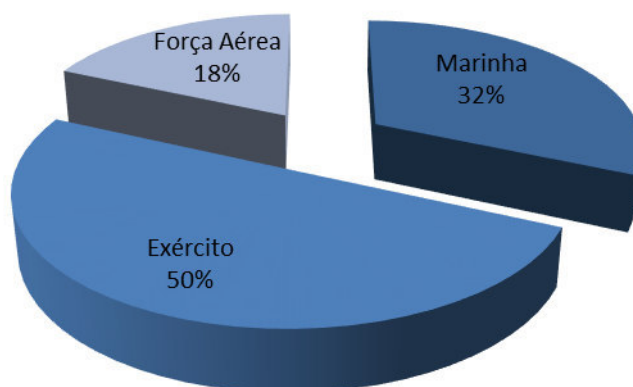
A qualidade de beneficiário, de acordo com o Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, adquire-se com a prévia inscrição na ADM, podendo esta assumir um caráter obrigatório ou facultativo. Os beneficiários integram as categorias de beneficiários titulares e de beneficiários familiares ou equiparados.

13.1 - BENEFICIÁRIOS ADM – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS E POR TIPOLOGIA

Ano2015

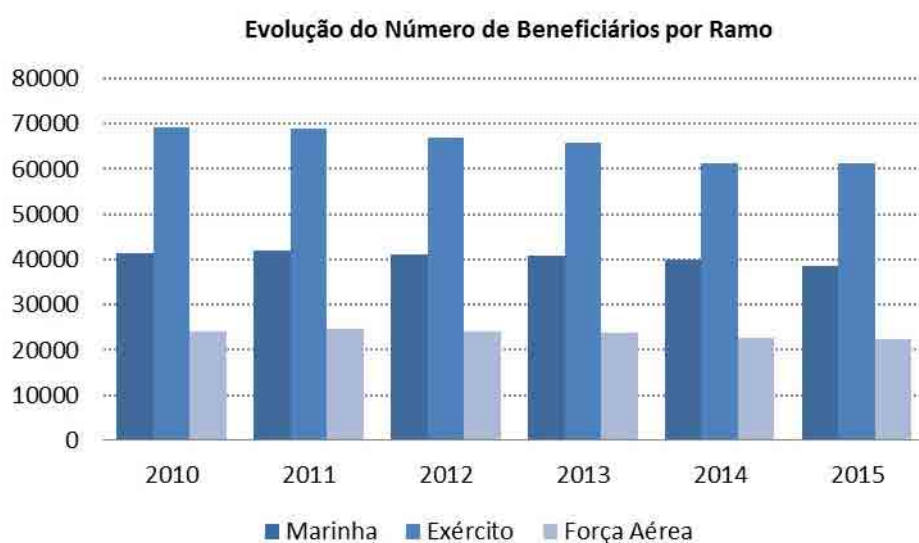
Sistema de Apoio	ADM			
	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Ativo	8.052	5.853	3.837	17.742
Reserva	1.159	2.146	796	4.101
Reforma	8.204	16.379	4.345	28.928
Regime de voluntariado (RV)		359		359
Regime de contrato (RC)	1.119	7.110	2.149	10.378
Familiares	20.027	29.328	11.279	60.634
Outros				-
TOTAL	38.561	61.175	22.406	122.142

Beneficiários da ADM - Distribuição por Ramos



13.2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

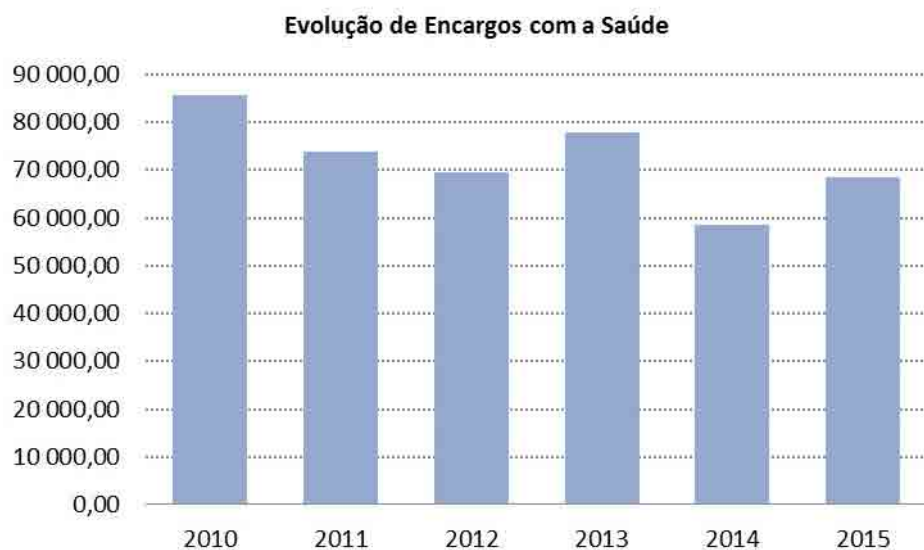
Sistema de Apoio	ADM			
	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2015	38.561	61.175	22.406	122.142
Dados retrospectivos				
2014	39.957	61.154	22.711	123.822
2013	40.860	65.863	23.683	130.406
2012	40.966	67.031	24.023	132.020
2011	42.016	68.862	24.637	135.515
2010	41.513	69.303	24.212	135.028



13.3 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE

(milhares de euros)

	Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
		Marinha	Exército	Força Aérea	
2015		X	X	X	68.523,65
Dados retrospectivos					
2014		X	X	X	58.618,51
2013		X	X	X	77.930,81
2012		X	X	X	69.632,90
2011		X	X	X	73.706,30
2010		X	X	X	85.654,90



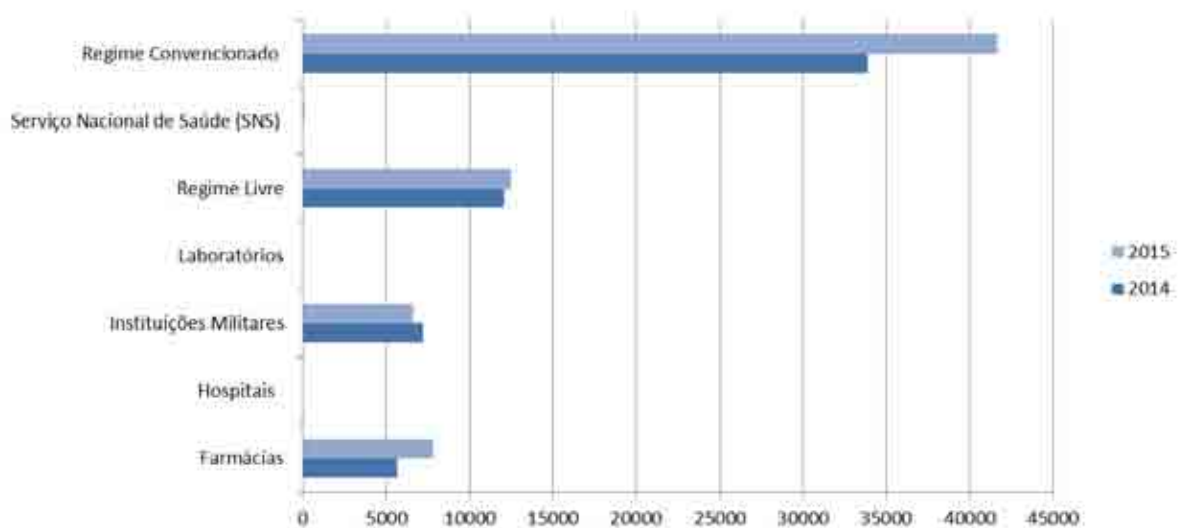
13.4 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR MODALIDADE DE ASSISTÊNCIA

(milhares de euros)

Sistema de Apoio	ADM		
	2014	2015	Varição
Farmácias	5.642,78	7.792,89	38,10%
Hospitais			
Instituições Militares	7.201,16	6.602,36	-8,32%
Laboratórios			
Regime Livre	12.038,68	12.468,51	3,57%
Serviço Nacional de Saúde (SNS) (*)		10,22	
Regime Convencionado (**)	33.915,86	41.649,66	22,80%
TOTAL	58.618,51	68.523,64	16,90%

(*)Segurança Social

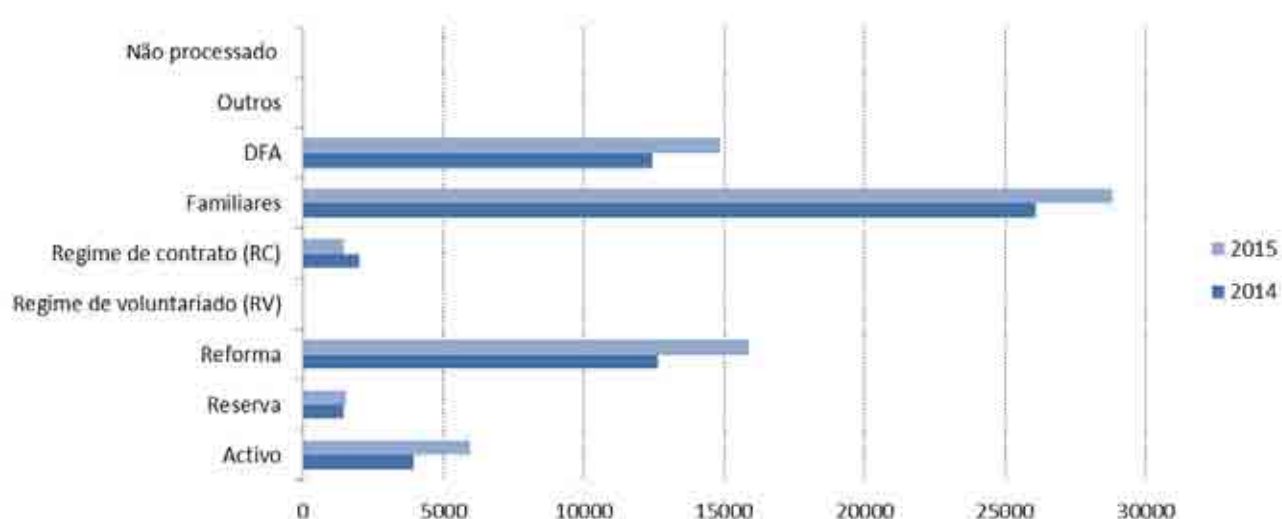
(**)Entidades Convencionadas + CAS



13.5 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM A SAÚDE POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS

	2014	2015	Varição
(milhares de euros)			
Activo	3.957,71	5.970,58	50,86%
Reserva	1.457,83	1.544,94	5,98%
Reforma	12.637,84	15.891,73	25,75%
Regime de voluntariado (RV)	8,65	10,8	24,86%
Regime de contrato (RC)	1.999,03	1.439,57	-27,99%
Familiares	26.096,96	28.810,09	10,40%
DFA	12.459,94	14.855,95	19,23%
Outros	0,55	0	-100,00%
Não processado (*)			
TOTAL	58.618,51 €	68.523,66 €	16,90%

(*) Pago pelo valor total da fatura, não por ato a ato médico, imputável a cada beneficiário.



The background features a collage of three images: soldiers in camouflage gear at the top, a person in a blue shirt working with a hose in the middle, and a large ship at the bottom. These images are overlaid with a pattern of semi-transparent blue triangles of various sizes.

Protecção Social

14

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.). As prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (SC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 133-B/97, de 30 de maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º 133/2012 de 27 de Junho; os subsídios concedidos pelo IASFA, I.P., aos seus beneficiários, foram processados ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 193/2012 de 23 Agosto e atualizados por normas internas aprovadas em 2014.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Proteção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *“Estatísticas de Proteção Social Associações Sindicais Patronais”*.

O IASFA, I.P., intervém junto dos seus beneficiários no campo da ação social complementar (ASC), nomeadamente na atribuição de subsídios e de outros benefícios sociais.

FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função Invalidez

Subsídio complementar de apoio de 3ª pessoa (SCAP), concedido pelo IASFA, I.P., a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função Carência Económica e Velhice

Subsídio complementar de carência económica (SCCE), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA, pelo valor equiparado à remuneração mínima garantida.

Subsídio complementar de estrutura residencial para idosos (SCERPI), para apoiar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA, I.P.), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Diferencial para estrutura residencial para idosos (ERPI), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nas Residenciais para Idosos (RI) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA, I.P, agora denominadas ERPI (UF1 e UF2), em conformidade com a designação oficial da Segurança Social.

Função Sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respetivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 176/2003, de 2 de agosto.

Função Família

- Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto;
- Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio, acrescendo ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de agosto;
- Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio;

Comparticipações concedidas pelo IASFA, I.P.

- Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino de acordo as normas internas em vigor;
- Especial para o apoio na deficiência (CEAD), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência socioeducativa ou valência de atividades ocupacionais. A participação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim-de-infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Assistência a Idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA, I.P., agora denominadas ERPI (UF1) constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA, I.P., agora denominados ERPI (UF2) constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência Médica e Sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de proteção social exercida pelo IASFA, I.P. Esta ação é concretizada através dos Serviços de Apoio Médico (SAMED) (também designados por postos clínicos), onde se efetuam consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico e diversas ações terapêuticas. A dimensão e tipo de apoios prestados são especialmente importantes para os beneficiários internados nos Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos.

Assistência a Jovens Estudantes e Crianças

Na assistência sanitária destaca-se o serviço farmacêutico, constituído por uma Farmácia, instalada no Centro de Apoio Social de Oeiras, que tem como missão o apoio sanitário, em medicamentos, aos beneficiários.

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objetivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa, Coimbra e Porto.

O apoio socioeducativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA, I.P. é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um jardim-de-infância/Pré-Escolar e a Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). As Atividades de Tempos Livres, extintas em 2006, deram lugar ao Centro de Recursos (CERE) que continuou a apoiar os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

Assistência Financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA, I.P., envolve a concessão de empréstimos que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas. Envolve ainda a liquidação de subsídios pecuniários por morte (subscritores do CPFA).

Assistência Habitacional

Um dos objetivos a atingir pelo IASFA, I.P., na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no Lazer

O IASFA, I.P., como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela ação social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

Proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

14.1 - BENEFICIÁRIOS DO IASFA, I.P. – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FA

Ano: 2015

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	Civis IASFA I.P.	TOTAL
Número de beneficiários (a)		16.668	16.955	8.211	137	41.971
Variação face ao ano de 2014	Em valor absoluto	-474	-686	-118	-1	-1279
	Em percentagem (%)	-2,77	-3,89	-1,42	-0,72	-2,96

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

(b) Fontes: IASFA e Ramos das Forças Armadas ; dados reportados a 31 de Dez 2015

14.2 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – INVALIDEZ – SUBSÍDIO

(euros)

SCAP		
	N.º	Montante
	(a)	Despendido (b)
IASFA, I.P.	280	25.341

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média

(c) Fonte: IASFA ; dados reportados a 31Dez 2015

14.3 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – VELHICE – SUBSÍDIO

	SCCE		SERPI		DIFERENCIAL		TOTAL	
	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante	N.º	Montante
	(a)	Despendido (b)	(a)	Despendido (b)	(a)	Despendido (b)	(a)	Despendido (b)
IASFA,I.P	88	8.887€	87	20.369€	39	10.539€	214	39.795€

Fonte: IASFA ; dados reportados a 31 Dez 2015

14.4 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – SOBREVIVÊNCIA – SUBSÍDIO

(euros)

Organismo/Ramo	Por Morte		De Funeral	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
SC/MDN				-
EMGFA				-
Marinha	16	20.122,56	9	1.924,74
Exército	16	20.122,56	3	641,58
Força Aérea	6	7.545,96	5	1.069,30
IASFA, I.P.				-
TOTAL	38	47.791,08€	17	3.635,62€

14.5 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – FAMÍLIA – SUBSÍDIO

(euros)

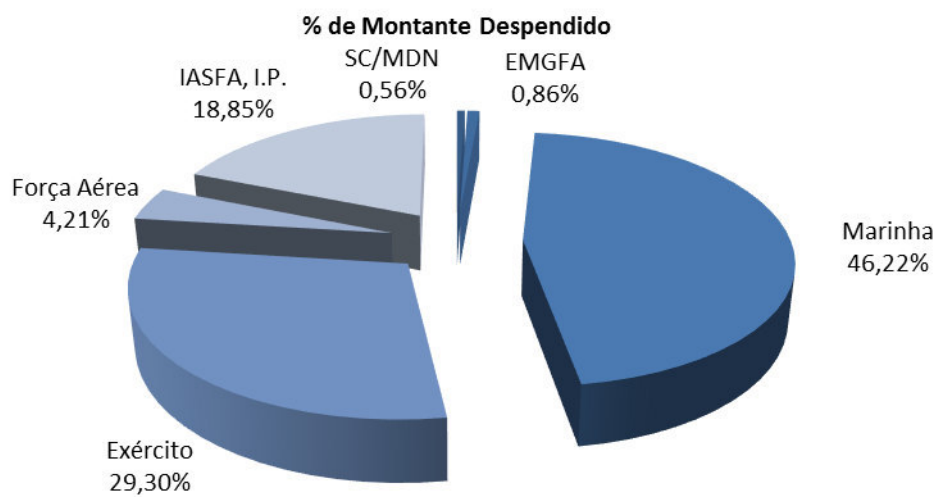
Organismo/ Ramo	Familiar		Educação		Parental (b)		Mensal		Por	Bonificação por Deficiência		CE e CEAD	
			Especial				Vitalício		Assistência				
	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	de 3ª Pessoa	N.º	MD	N.º	MD
SC/MDN	24	9.414,29	1	70,38	27	9.368,93	1	2.121,12	1	618,59	2	1.584,96	
EMGFA	23	11850,72			6	12960,78			3	2916,21	7	8093,52	
Marinha	328	216.784,37	2	4.530,8	217	1.094.294,42	22	39.063,96	44	42.505,97	168	154.496,46	
Exército (a)	697	1.087.236,16	0				6	9.014,76	17	17.497,26	87	80.676,18	
Força Aérea	115	88.484,99					12	19.266,84	16	14.492,68	47	43.920,68	
IASFA,,I.P.	23	14.013,19			8	5.860,11			1	866,03	2	1.570,32	980 217.978,67
TOTAL	1.210	1.427.783,72	3	4.601,18	258	1.122.484,24	41	69.466,68	82	78.896,74	313	290.342,12	980 217.978,67

(a) Inclui os valores referentes aos subsídios de casamento, nascimento, aleitação e abono de família que foram substituídos ou extintos pelo DL nº 133-B/97, de 30Mai.

14.6 - TOTAL ANUAL DE SUBSÍDIOS E MONTANTES DESPENDIDOS POR FUNÇÃO

(euros)

Função	SC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA, I.P.	TOTAL
Invalidez							
Subsídios			104			280	384
Montante Despendido			107.815,00			304.093,00	411.908,00
Carência Económica e Velhice							
Subsídios			90			214	304
Montante Despendido			235.537,16			477.542,90	713.080,06
Sobrevivência							
Subsídios			25	19	11		55
Montante Despendido			22.047,73	20.764,14	8.615,26		51.427,13
Família							
Subsídios	56	39	781	807	190		1.873
Montante Despendido	23.178,26	35821,23	1.551.676,05	1.194.424,36	166.165,19		2.971.265,09
TOTAL/Subsídios	56	39	1.000	826	201	494	2.616
Montante Despendido	23.178,26	35.821,23	1.917.075,94	1.215.188,50	174.780,45	781.635,90	4.147.680,28



14.7 - OUTRAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Nº de Beneficiários	2013	2014	2015
Assistência a Idosos			
▪ Residenciais de Idosos	194	211	238
▪ Centros de Recuperação	165	159	140
Subtotal	359	370	378
Assistência Médica			
▪ Consultas	20.973	21.679	19.104
▪ Consultas Med. Dentária e Tratamentos de Estomatologia	7.221	9.450	6.797
▪ Exames Auxiliares de Diagnóstico	7.826	8.067	7.565
▪ Exames e Tratamentos de Enfermagem	55.433	54.527	60.293
▪ Fisioterapia	79.211	91.874	86.218
▪ Terapia Ocupacional	8378	14.320	14.737
▪ Terapia da fala	1.932	541	705
Subtotal	180.974	200.458	195.419
Assistência a Jovens e Crianças			
▪ Residenciais Universitárias	11	11	8
▪ Creche	107	111	103
▪ Jardim de Infância/Pré-Escolar	199	200	81
▪ Escola de Ensino Básico/Centro de Recursos (CERE)	257	251	295
Subtotal	574	573	487
Assistência Financeira			
▪ Empréstimos	416 (2.049.999,34€)	465 (2.043.650€)	434 (2.049.691,00€)
▪ Subsídios pecuniários por morte (ex-CPFA)	467 (140.924,19€)	429 (157.146,59)	501 (171.889,48€)
Subtotal			
Assistência Habitacional			
▪ Habitação Económica	1.229	1.219	1.291
Assistência no Lazer			
▪ CLIMS	1.229	1.121	1.948
▪ Colónias de Férias e Centro de Repouso de Porto Santo	326	365	390
Subtotal	1.555	1.486	2.338
TOTAL	185.593	205.000	200.848

The background of the slide is a photograph of a high-voltage power transmission tower. The image is overlaid with a series of large, semi-transparent triangles in shades of blue and grey, creating a geometric pattern. The text 'Actividade Inspectiva' is centered in the middle of the slide.

Actividade Inspectiva

15

NOTA EXPLICATIVA

A atividade realizada pela IGDN em 2015 reflete a operacionalização e consolidação da estratégia iniciada em 2013, decorrente de uma percepção realista das necessidades dos Clientes da Inspeção-Geral, designadamente S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional e as Entidades Auditadas.

Esta nova estratégia da IGDN encontra-se sustentada no seu processo de auditoria, que integra uma metodologia uniforme e sistemática, que para além do conceito tradicional de inspeção¹¹, combina as principais normas internacionais sobre abordagem por processos e avaliação de risco, numa perspetiva sistémica, integradora¹², preventiva, proativa, pedagógica e de melhoria das entidades da defesa nacional.

Alinhada com a crescente opção governativa pela prevenção dos riscos existentes na Administração Pública, a nova metodologia para o processo de Auditoria, tem contribuído de forma significativa para o aumento dos padrões de oportunidade, relevância e utilidade dos produtos e serviços prestados aos Clientes e Parceiros Institucionais da IGDN, designadamente dos Relatórios de Auditoria, Relatórios Síntese de Análise de Risco e da Matriz de Risco da Defesa Nacional.

¹¹ “*Ato de examinar, observar fatos históricos*”.

¹² Integra o portefólio de testes substantivos e de conformidade utilizados nos questionários do artigo 62º da LEO e nas designadas auditorias de gestão, de desempenho, financeira, de sistemas, etc. Os testes são específicos dos pontos de controlo e atividades críticas de cada um dos processos da Matriz de Risco da Defesa Nacional e variam em função dos fatores de riscos e riscos relacionados.

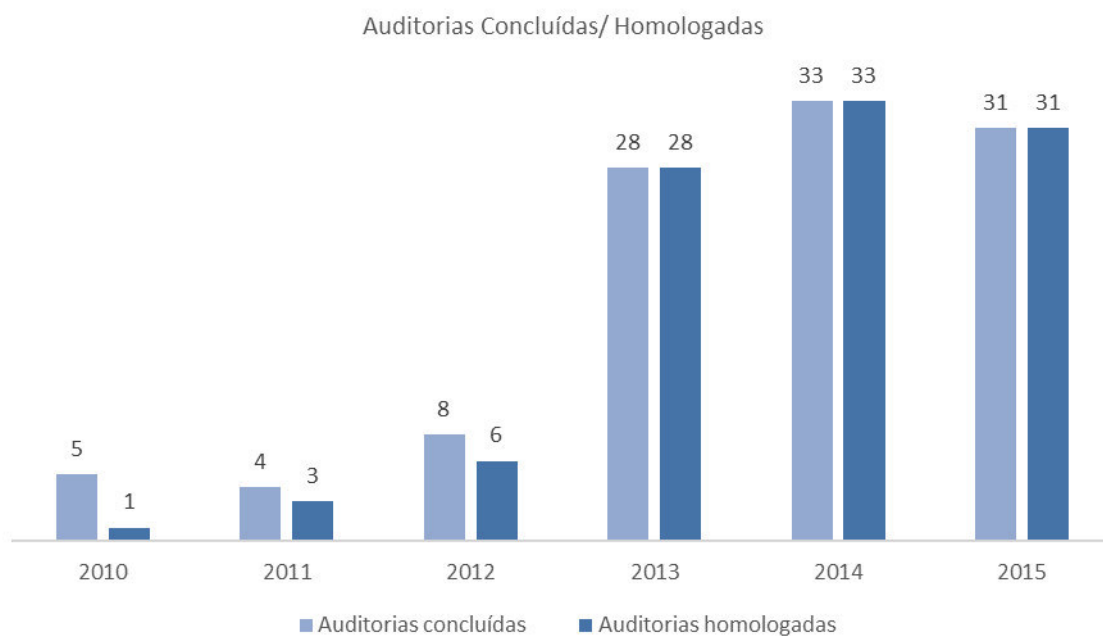
15.1 – AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN

Áreas de Risco	Processos	Entidade auditada
1. Gestão e avaliação do desempenho organizacional	1.5. Tratamento das reclamações dos utentes de serviços públicos no setor da Defesa Nacional	Hospital das Forças Armadas
5. Gestão de investimentos	5.5. Gestão e Inventário de bens móveis do Estado - Museus Militares e Coleções visitáveis	Marinha Exército Força Aérea IASFA
6. Gestão e controlo de existências	6.2. Gestão e controlo de artigos dos Depósitos de Material dos Ramos das Forças Armadas	Marinha Exército Força Aérea
7. Contratação e realização da despesa pública (exceto despesas com pessoal)	7.3. Realização da despesa	Secretaria-Geral do MDN DGPDN EMGFA Hospital das Forças Armadas Arsenal do Alfeite
	8.7. Controlo de assiduidade e horários de trabalho	Secretaria-Geral do MDN EMGFA Hospital das Forças Armadas IASFA Manutenção Militar Arsenal do Alfeite
8. Gestão de recursos humanos e despesas com pessoal	8.8. Processamento e pagamento de remunerações certas e permanentes	Força Aérea Instituto Hidrográfico LMPQF
	8.11. Processamento e pagamento de deslocações e estadas e ajudas de custo	DGPDN Instituto da Defesa Nacional EMGFA Marinha Exército Força Aérea
11. Gestão documental	11.1. Gestão documental (entrada e saída de correspondência e arquivo dos processos)	Secretaria-Geral do MDN Instituto da Defesa Nacional PJM

15.2 – AUDITORIAS REALIZADAS PELA IGDN EM 2015

Entidades Auditadas	Serviços Centrais	IASFA	HFAR	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	Outros	Total
Total	8	2	3	3	3	3	4	5	31

15.3 – AUDITORIAS CONCLUÍDAS VS AUDITORIAS HOMOLOGADAS



The background is a collage of three images: a forest scene at the top, a group of people sitting in a circle on the ground in the middle, and a close-up of a person's face at the bottom left. The entire image is overlaid with a pattern of large, semi-transparent geometric shapes (triangles and a circle) in shades of blue, green, and purple. The text "Actividades Culturais e Desportivas" is centered in the middle section.

Actividades Culturais e Desportivas



NOTA EXPLICATIVA

O Capítulo 16, “Atividades Culturais e Desportivas”, da responsabilidade da Direção de Serviços de Comunicação e Relações Públicas da SG/MDN, inclui dados estatísticos referentes a:

- Desporto Militar;
- Museus Militares;
- Bibliotecas Militares;
- Arquivos Militares;
- Música.

A prática da educação física e do desporto tem tradição enraizada na Instituição Militar, sendo estimulada como forma de manter a preparação física dos militares, fomentando o seu bem-estar e criando espírito de equipa e disciplina. Assim sendo, o Desporto Militar é uma referência como atividade fundamental na formação do carácter das Forças Armadas.

Os Museus, as Bibliotecas e os Arquivos Militares, dado o património artístico, os fundos documentais e o espólio arquivístico que os caracterizam, assumem um papel fundamental no âmbito da cultura militar em particular e da Nação em geral.

Com efeito, o património móvel que se encontra à guarda dos vários Museus e Núcleos Museológicos Militares espalhados por todo o País, representa um valioso acervo artístico, histórico, técnico e científico, sendo considerado por este facto um espaço privilegiado da memória coletiva portuguesa.

As Bibliotecas Militares afetas ao Exército, Marinha e Força Aérea, recolhem, nas suas áreas especializadas, um importante património bibliográfico nacional, que disponibilizam a um público interno e externo, maioritariamente militar, mas também a investigadores nacionais e estrangeiros.

Por seu turno os Arquivos Militares nas suas vertentes de corrente, intermédio e histórico, constituem um acervo e um património documentais imprescindíveis para a Instituição Militar e para o conhecimento da História de Portugal, cuja preservação se afigura essencial.

Finalmente, a Música Militar assumiu, ao longo dos séculos, um papel preponderante junto das populações, como agente da cultura, pelo que se considera esta atividade lúdica inspirada e representada em Bandas e Orquestras Militares, primordial para a compreensão da História e Cultura Portuguesas.

CONCEITOS

DESPORTO MILITAR

Desporto Militar é uma atividade desportiva essencialmente praticada por militares, presente em competições nacionais e internacionais, cujo objetivo se prende com o treino físico militar para um melhor desempenho profissional, tendo por base os diferentes domínios da sua atuação: terra, mar e ar.

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM), órgão afeto à DGPRM, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares disputados entre seleções dos Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

A nível internacional, Portugal participa nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo *Conseil International du Sport Militaire* (CISM), com seleções nacionais militares que integram atletas do Exército, Marinha, Força Aérea, PSP e GNR selecionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

MUSEUS MILITARES

Os Museus Militares, como centros de conhecimento inesgotável do passado e memória dos feitos militares, são locais de educação e cultura ao serviço da comunidade. Além da salvaguarda e exposição de coleções, conservam atualmente a memória coletiva de forma mais alargada, através da mostra da evolução das ciências e técnicas associadas à História Militar.

Verdadeiros polos culturais alargados, referenciam-se, além dos Museus Militares do Exército em Lisboa, Porto, Chaves, Elvas, Coimbra, Batalha, Bragança e Buçaco, os Museus da Marinha, o Aquário Vasco da Gama, a Fragata D. Fernando II e Glória e o Museu do Ar, entre outros.

BIBLIOTECAS MILITARES

As Bibliotecas Militares caracterizam-se por um espólio valiosíssimo constituído por livros, revistas, jornais, cartas e mapas, entre outras fontes de informação. Os fundos específicos prendem-se com áreas transversais e comuns a todas as bibliotecas, tais como história militar, estratégia e tática militares, relações internacionais, geopolítica, e geoestratégia.

Consideram-se, para este efeito, as Bibliotecas Centrais de cada um dos Ramos, as Bibliotecas dos Estabelecimentos de Ensino Superior, a Biblioteca do IESM, a Biblioteca da Secretaria-geral do MDN e a Biblioteca do IDN.

ARQUIVOS MILITARES

Os Arquivos Militares, cujo património faz a ligação com sucessivas gerações que serviram nos três ramos das Forças Armadas, possuem um espólio de valor histórico incalculável para conhecimento do passado e compreensão do presente. A tipologia dos arquivos corresponde às três fases do valor dos documentos e respetiva frequência de utilização: de uso diário (corrente) de uso esporádico (intermédio) e de conservação permanente (histórico).

Os Arquivos mais importantes são, no Exército, o Arquivo Geral e o Arquivo Histórico, na Marinha o Arquivo Geral, na Força Aérea o Arquivo Histórico e ainda, na dependência do MDN, o Arquivo da Defesa Nacional (ADN).

MÚSICA

A Música Militar é composta por elementos dos três Ramos das Forças Armadas com formação na área e que integram Bandas Militares, Orquestras Ligeiras ou Fanfarras. Visam dar o necessário enquadramento musical a cerimónias e atos militares, assim como atuar em eventos a convite de organizações nacionais ou estrangeiras.

Atualmente no País atuam com regularidade a Banda Sinfónica e a Orquestra Ligeira do Exército, a Banda da Armada e a Banda da Força Aérea.

16.1 – DESPORTO MILITAR

16.1.1 - Instalações desportivas, por Ramo

Ano: 2015

Infraestruturas	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Polidesportivo (ar livre)	20	3	21	44
Polidesportivo (coberto)	35	2	5	42
Sala de Musculação	32 a)	1	15	48
Pista de Atletismo (400m)	6	1	7	14
Pista de obstáculos	32		11	43
Piscinas	12	2	4	18
Campo de squash			2	2
Campo relvado		1		1
Campo de Voleibol Praia	8	1	1	10
Campo Ténis	15		16	31
TOTAL	160	11	82	253

a) Inclui 14 salas de musculação independentes e 18 integradas em polidesportivos cobertos

16.1.2 - Pessoal especializado em educação física, por Ramo

Ano: 2015

Ramo das FA	Exército		Marinha		Força Aérea	
Classe	Lic. EF	C. Monitor	Lic. EF	C. Monitor	Lic.EF	C.Monitor
Oficiais	50	235	1	24	12	0
Sargentos	2	229		119	5	16
Praças			1	119		
Civis						
TOTAL	52	464	2	262	17	16

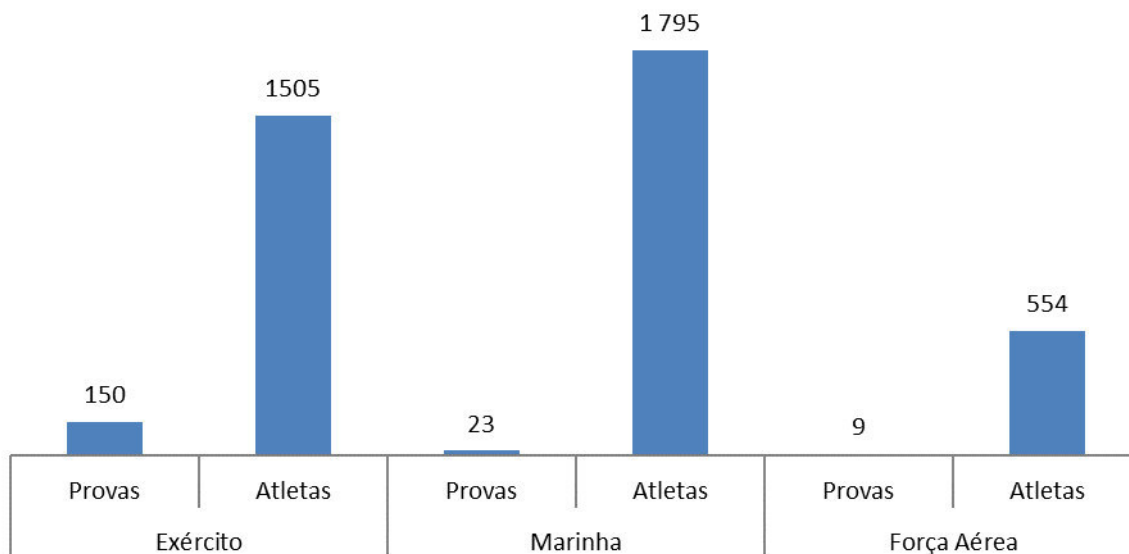
16.1.3 - Competições desportivas por Ramo das FA

Ano: 2015

Ramo das FA	Exército		Marinha		Força Aérea	
Modalidade	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol			1	34		
Atletismo (de pista)						
Atletismo (provas de estrada)			1	92	1	55
Badminton						
Basquetebol						
Corta-Mato	8	543	2	139	1	81
Duatlo			1	23		
Esgrima						
Futebol de 7			2	384		

Futebol de 11						
Futsal			2	514	1	239
Judo						
Meia-Maratona			2	40		
Natação			1	41		
Orientação	12	282	3	238	1	26
Para-quedismo Desportivo						
Pentatlo Militar	3	58				
Prova "D. Nuno Álvares"						
Tiro de Espingarda	15	329			1	27
Tiro de Pistola			3	67	1	24
Triatlo						
Vela						
Voleibol			2	120		
BTT			2	75	1	53
Challenge Aventura						
Provas Equestres Militares	26	156				
Provas Equestres Cívicas	82	15				
Duatlo BTT	4	122			1	19
Voleibol Praia			1	28	1	30
TOTAL	150	1.505	23	1.795	9	554

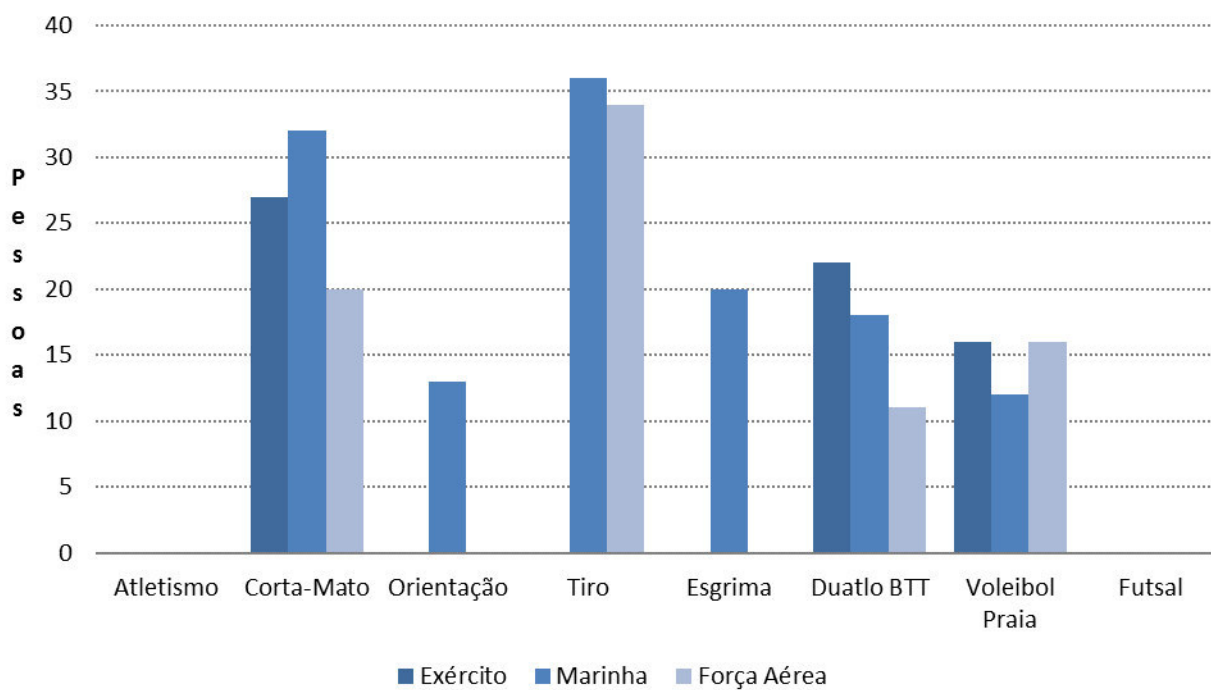
Competições desportivas por Ramo



16.1.4 - Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA

Ano: 2015

Ramos das FA Modalidades	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Atletismo				-
Corta-Mato	27	32	20	79
Orientação		13		13
Tiro		36	34	70
Esgrima		20		20
Duatlo BTT	22	18	11	51
Voleibol Praia	16	12	16	44
Futsal				-
TOTAL	17		4	21



16.1.5 - Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.

Ano: 2015

Ramos das FA Modalidades	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato				-
Orientação				-
Tiro				-
Provas Equestres Cívicas				-
TOTAL	-	-	-	-

16.2 - MUSEUS MILITARES

16.2.1 - Números de salas, por museu

Ano: 2015

Museu	Ramo	N.º Salas	Obs.
Museu Militar de Lisboa	Exército	32	
Museu Militar do Porto	Exército	12	
Museu Militar de Bragança	Exército	16	
Museu Militar de Elvas	Exército	27	
Museu da Marinha	Marinha	24	
Museu Militar do Buçaco	Exército	5	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	Marinha	3	
Museu do Ar	Força Aérea	18	Sintra (Sede) – 10; Alverca – 4; Ovar - 4
Museu Militar da Madeira	Exército	3	
Museu Militar dos Açores	Exército	11	
Sala Museu do Fuzileiro	Marinha	5	
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	13	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	Marinha	3	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	Marinha	4	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	Marinha	a)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	Marinha	12	

a) Em virtude do Hospital da Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.2 - Número médio de horas semanais de abertura ao público, por museu

Ano: 2015

Museu	Nº horas semanais de Abertura ao Público	Obs.
Museu Militar de Lisboa	42	
Museu Militar do Porto	35	
Museu Militar de Bragança	40	
Museu Militar de Elvas	48	
Museu da Marinha	49	
Museu Militar do Buçaco	42	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	-	Encerrado
Museu do Ar	47	Valor referente a Sintra (sede). Alverca – 7; Ovar – 28,5
Museu Militar da Madeira	42	
Museu Militar dos Açores	50	
Sala Museu do Fuzileiro	30	a)
Fragata D. Fernando II e Glória	47/54	Inverno/Verão
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	51	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	48/54	Verão/Inverno
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	b)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico		Visitáveis por marcação prévia

a) Fins-de-semana e Feriados carecem de marcação prévia.

b) Em virtude do Hospital da Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.3 - Pessoal dos museus, segundo o seu emprego

Ano: 2015

Carreiras Museus	Conserv.	CR	TCR	TFRpC	TPM	TPCR	VR
Museu Militar de Lisboa							12
Museu Militar do Porto					1		2
Museu Militar de Bragança			1				2
Museu Militar de Elvas	1	1	1			1	2
Museu de Marinha				1			
Museu Militar do Buçaco							1
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão							
Museu do Ar	1	2	5		3	5	3
Museu Militar da Madeira							2
Museu Militar dos Açores		3					4
Sala Museu do Fuzileiro			1		1		

Fragata D. Fernando II e Glória		
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	N/A a)	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente		2
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	b)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico		

(a) O pessoal é da CM Cascais.

(b) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.4 - Visitas, por museu

Ano: 2015

Museu	Visitas	Obs.
Museu Militar de Lisboa	17.089	
Museu Militar do Porto	8.137	
Museu Militar de Bragança	45.531	
Museu Militar de Elvas	5.924	
Museu da Marinha	190.190	
Museu Militar do Buçaco	6.424	
Museu Marítimo Alm.Ramalho Ortigão	-	Encerrado
Museu Militar da Batalha	a)	
Museu do Ar	45.361	Sintra – 27.116; Ovar – 17.482; Alverca: 763.
Museu Militar da Madeira	6.385	
Museu Militar dos Açores	21.706	
Sala Museu do Fuzileiro	8.798	
Fragata D. Fernando II e Glória	25.047	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	26.582	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	14.249	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	b)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	521	

(a) Não há informação sobre o Museu Militar da Batalha.

(b) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.5 - Eventos organizados

Ano: 2015

Museu	Eventos Organizados	Obs.
Museu Militar de Lisboa	7	
Museu Militar do Porto	10	
Museu Militar de Bragança	3	
Museu Militar de Elvas	22	
Museu da Marinha	59	
Museu Militar do Buçaco	1	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	-	Encerrado
Museu Militar da Batalha		
Museu do Ar	7	
Museu Militar da Madeira	2	
Museu Militar dos Açores	10	
Sala Museu do Fuzileiro	140	
Fragata D. Fernando II e Glória	50	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	247	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente		
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	a)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	30	

(a) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.6 - Publicações editadas, por museu

Ano: 2015

Museu	Publicações editadas
Museu Militar de Lisboa	
Museu Militar do Porto	
Museu Militar de Bragança	
Museu Militar de Elvas	
Museu da Marinha	
Museu Militar do Buçaco	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	
Museu Militar da Batalha	
Museu do Ar	
Museu Militar da Madeira	
Museu Militar dos Açores	3
Sala Museu do Fuzileiro	
Fragata D. Fernando II e Glória	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	a)
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	

(a) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.3 - BIBLIOTECAS MILITARES

16.3.1 - Dados gerais das bibliotecas (número médio de horas semanais de abertura ao público, automatização, equipamento)

Ano: 2015

Bibliotecas	Ramo	Horas Abertura (Nº médio semanal)	Obs
Biblioteca da Academia Militar	Exército	35	
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	38	Abertura ao público
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	Força Aérea	45	A BCMA é composta por vários espaços biblioteca, nomeadamente, a Biblioteca Central e o Centro de Apoio ao Estudo. Ambos os espaços mantêm o mesmo horário, das 08H30 às 17H30, ininterruptamente.
Biblioteca da Escola do Serviço de Saúde Militar	Exército	30	
Biblioteca do IESM	EMGFA	40	
Biblioteca do Exército	Exército	35	
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	35	Terça e Quinta-Feira fica aberta até mais tarde
Biblioteca da Força Aérea	Força Aérea	40	08H30 – 17H30
Biblioteca do IDN	MDN	40	
Biblioteca SGMDN	MDN	30	
Biblioteca do Museu de Marinha	Marinha	N/A	
TOTAL		368	

(a) Acesso mediante pedido prévio.

Ano: 2015

Bibliotecas	EQUIPAMENTO/AUTOMATIZAÇÃO						Obs.
	PC's	Impressoras	Software	Fotocopiadoras	Scanner	Multifunções	
Biblioteca da Academia Militar	15		DocBase3W		1	2	
Biblioteca da Escola Naval	4		Horizon	1		1	
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	9* 12**	1* 2**	1	1* 0**	2* 0**	1* 1**	Os espaços biblioteca da BCMA (Biblioteca Central* e CAE**) estão apetrechados com acesso à Internet com e sem fios. Existem computadores específicos para impressão, consulta e/ou trabalho e digitalização. Na Biblioteca Central há, também, 3 impressoras de etiquetas para o tratamento documental. O <i>software</i> refere-se ao Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas que é comum a ambos os espaços da BCMA.
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar	1	1			1		
Biblioteca do IUM (IESM)	12	1	2	0	3	0	
Biblioteca do Exército	12	3	DocBase (3 licenças) DocWeb (1 licença) Adobe Acrobat Standard XI (1 licença) Horizon (5 licenças)		2	2	
Biblioteca Central de Marinha	5		Horizon	1			

Biblioteca da Força Aérea	3	0	1	0	0	1	Software: Horizon
Biblioteca do IDN	6 (3 são postos de Pesquisa)	1 Impressora de Talões	Horizon		1	1	2 Leitores de códigos de barras
Biblioteca SGMDN	6		Horizon			1	
Biblioteca Museu de Marinha	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

16.3.2 - Fundos existentes, por século, por biblioteca

Ano: 2015

Bibliotecas	Fundos	Séculos	Obs.
Biblioteca da Academia Militar		XVI a XXI	
Biblioteca da Escola Naval	6 152 4.973 2.513 608	Séc. XVIII Séc. XIX Séc. XX Séc. XXI Sem data de edição	
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	23.070* 171**	XX e XXI	* Total de títulos de monografias, dos vários acervos da BCMA, em catálogo bibliográfico. **Total de títulos de publicações periódicas, em Kardex.
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar	2.404	XX e XXI	
Biblioteca do IUM (IESM)	Coleções	XIX, XX e XXI	Coleção de Monografias Correntes e Periódicas; Coleção de Teses; Coleção de Manuais Antigos do Exército; Coleção de Documentação Histórica; Coleção Monteiro Portugal; Coleção GEN Carrasco; Coleção GEN Silva Freire; Coleção de Trabalhos de Investigação Individual e de Grupo. Nota: O termo Fundo aplica-se mais aos Arquivos e refere-se à proveniência da documentação. As coleções da Biblioteca do IUM reúnem documentação proveniente do Antigo IAEM, do Ex-ISNG e ainda doações de particulares, de entre as quais se destaca a coleção Monteiro Portugal doada pela viúva do embaixador, que conta com cerca de 40 metros lineares de monografias. A documentação do Antigo IAEM anterior ao século XX foi transferida para a Biblioteca do Exército em 2006.
Biblioteca do Exército	Paulistas, DHCM, Biblioteca do EME, ex-IAEM, DGSS, ex-RCmds, ex-HMP e ex-OGFE	XVI a XXI	A BiblEx está presente na PORBASE, no Registo Nacional de Objetos Digitais, na Biblioteca Digital Luso Brasileira e na EUROPEANA.
	4	Séc. XV	
	306	Séc. XVI	
	1.101	Séc. XVII	
Biblioteca Central de Marinha	2.941	Séc. XVIII	
	8.652	Séc. XIX	
	42.304	Séc. XX	
	2.241	Séc. XXI	
Biblioteca da Força Aérea	4.177 840	XX XXI	
Biblioteca do IDN	8.358 registos de monografias	XX e XXI	

212 registos de títulos de publicações periódicas
25.301 registos de analíticos de publicações periódicas

Biblioteca SGMDN

Séc. XVIII – Séc. XXI

Biblioteca do Museu de Marinha

N/A

16.3.3 - Entrada e saída de fundos

Ano: 2015

Bibliotecas	Fundos	Entradas	Saídas	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	383 a)		0	a) 182 Monografias 201 Trabalhos de investigação aplicada
Biblioteca da Escola Naval	128			
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	408		1.630* 722**	Entradas = Aquisições por compra e oferta aumentadas em catálogo bibliográfico. Saídas = Empréstimos (Biblioteca Central* e CAE**).
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar				
Biblioteca do IUM (IESM)	27*		1.656	* Monografias
Biblioteca do Exército	812 Transferências de U/E/O (a) 489 Aquisições (b) 130 Espólio doado à BiblEx (c)		142 (d) 51 (e)	(a) Transferência do CID e das OGFE. (b) Por compra, doação e oferta. (c) Doação do espólio do Cor Viana Lemos (d) Transferidas para o CTC. (e) Doadas à Biblioteca da Câmara Municipal de Celorico da Beira. A Biblioteca Digital do Exército inseriu na coleção a totalidade dos 164 anos de publicação ininterrupta da Revista Militar, dos 38 anos da revista "Mama Sume" e os 650 números do Jornal do Exército editados desde 1960. Em 2015 acederam ao catálogo da BiblEx e à BDE 4.158.071 utilizadores
Biblioteca Central de Marinha	1.042			
Biblioteca da Força Aérea	56		62	
Biblioteca do IDN	83 registos de monografias; 885 registos de artigos de publicações periódicas; 1 registo de título publicação periódica 74 Monografias			Integração de 69 registos no espaço IDN do Projecto RCAAP; ligação à aplicação do Arquivo Digital de 169 ficheiros de texto e imagem (em acesso condicionado ou acesso livre) a registos já existentes na BD e colocação de 325 link's para texto integral (em acesso condicionado ou acesso livre), em registos constantes na BD
Biblioteca SGMDN	241 Periódicos 466 Artigos tratados			
TOTAL	5.225		4.263	

16.3.4 - Pessoal das bibliotecas, segundo o seu emprego

Ano: 2015

Carreiras Bibliotecas	Coordenador	Técnico- superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Oficiais	Sargentos	Praças	Obs.
Biblioteca da Academia Militar		1	1	2				
Biblioteca da Escola Naval			1	1				
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA				1*	1	1	2	* Assistente Operacional em regime de prestação de serviços.
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar				1				
Biblioteca do IUM (IESM)	1*	1	2		1	1	0	* Diretor do CRC
Biblioteca do Exército		1	1	1	3	1	2	
Biblioteca Central de Marinha		1	3		1			
Biblioteca da Força Aérea			1			1		
Biblioteca do IDN		1	2	1				
Biblioteca SGMDN	1	2	3					
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
TOTAL	2	7	14	7	6	4	4	

16.3.5 - Eventos organizados

Ano: 2015

Bibliotecas	Eventos	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	3	
Biblioteca da Escola Naval		
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	1* 1**	Exposição permanente sobre instrumentos de voo, nos espaços biblioteca da BCMA (Biblioteca Central* e CAE**)
Biblioteca da Escola o Serviço de Saúde Militar		
Biblioteca do IESM	2	Exposições sobre: Estudos Africanos e Grande Guerra
Biblioteca do Exército	8	
Biblioteca Central de Marinha	5* 6**	* Visitas Guiadas (Biblioteca + Arquivo Histórico) ** Mostras Documentais (Biblioteca + Arquivo Histórico)
Biblioteca da Força Aérea		
Biblioteca do IDN		
Biblioteca SGMDN	5	Exposições
Biblioteca do Museu de Marinha		
TOTAL	31	

16.4 – ARQUIVOS MILITARES

16.4.1 - Km (ou metros lineares(ml)) de documentação, por arquivo

Ano: 2015

Arquivos	Km/metros lineares documentação	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	3.740 ml	1.190 ml documentação tratada
Arquivo Geral do Exército	34.000 ml	
Arquivo Histórico Militar	9.000 ml	
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	8.793,60 ml 8.068,15 ml	
Arquivo Histórico da Marinha		
Arquivo Histórico da Força Aérea	1.750 ml	
TOTAL	65.351,75 ml	

16.4.2 - Volume de documentação incorporada por arquivo

Ano: 2015

Arquivos	Volume de documentação incorporada	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	145 ml	
Arquivo Geral do Exército	256 ml	
Arquivo Histórico Militar	8,55 ml	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	1.125,71 ml	
Arquivo Histórico da Marinha	181,24 ml	
Arquivo Histórico da Força Aérea	250 ml	
TOTAL	1.966,5 ml	

16.4.3 - Volume de documentação eliminada por arquivo

Ano: 2015

Arquivos	Volume de documentação eliminada	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	4 ml	
Arquivo Geral do Exército	126 ml	
Arquivo Histórico Militar	10ml	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	4,00 ml	
Arquivo Histórico da Marinha	N/A	
Arquivo Histórico da Força Aérea		
TOTAL	144 ml	

16.4.4 - Pessoal dos arquivos, segundo o seu emprego

Ano: 2015

Arquivos	Of.Sup.	Of.Sub.	Sarg.	Praças	Civis	Investig.	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional			3		2 *		* Técnicos Superiores
Arquivo Geral do Exército	2	1	9	14	9		
Arquivo Histórico Militar	3	1	4	19	4		
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	1	2	2	4	2		
Arquivo Histórico da Marinha	1		2		6		Não está contabilizada a prestação de serviços de 3 voluntários.
Arquivo Histórico da Força Aérea	1	1	2	2	3		3 Colaboradores (ex-militares)
TOTAL	8	5	22	39	26	-	

16.4.5 - Restauro e encadernação de unidades de instalação por arquivo

Ano: 2015

Arquivos	Restauro e Encadernação	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional		
Arquivo Geral do Exército	150	
Arquivo Histórico Militar	50	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	40	
Arquivo Histórico da Marinha	5.798	5.739 Restauros 59 Encadernações
Arquivo Histórico da Força Aérea	645	

16.4.6 - Serviço ao público – número de utilizadores

Ano: 2015

Arquivos	Nº de Clientes	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	304	
Arquivo Geral do Exército	167	
Arquivo Histórico Militar	3.207	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	13 Presenciais 25 Não Presenciais	Apoio às UEO
Arquivo Histórico da Marinha	743 Presenciais 270 Correspondência 140 Telefone	
Arquivo Histórico da Força Aérea	133	O AHFA não está aberto ao público
Total	5.002	

16.5 - MÚSICA

16.5.1 - Número de músicos, por banda de música e orquestra

Ano: 2015

Banda/Orquestra	Número de Músicos	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	81	
Orquestra Ligeira do Exército	23	
Banda Militar do Porto	60	
Fanfarra do Exército	18	
Banda da Armada	100	
Banda da Força Aérea	90	

16.5.2 - Desfiles e paradas realizadas por banda de música

Ano: 2015

Banda/Orquestra	Desfiles e Paradas	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	86	
Orquestra Ligeira do Exército		
Banda Militar do Porto	50	
Fanfarra do Exército	89	
Banda da Armada	106	
Banda da Força Aérea	30	

16.5.3 - Concertos realizados, por banda de música e orquestra

Ano: 2015

Banda/Orquestra	Concertos realizados	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	32	
Orquestra Ligeira do Exército	29	
Banda Militar do Porto	25	
Banda da Armada	66	
Banda da Força Aérea	42	
Total	194	

16.6 - OUTROS ORGANISMOS DE ÂMBITO CULTURAL

Ano: 2015

Organismos	Ramo	Área de Conhecimento	Localização
Aquário Vasco da Gama	Marinha	Museu Vivo	Lisboa
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	Navio-Museu	Lisboa

Ano: 2015

Organismos	Salas	Horas (a)	Visitas	Eventos
Aquário Vasco da Gama	11	56	48.986	1
Fragata D. Fernando II e Glória	13	47/54	25.047	50

(a) Horas de abertura semanal;

SIGLAS

ADM	Assistência aos Doentes Militares
ADMA	Assistência aos Doentes Militares do Exército
ADME	Assistência aos Doentes Militares da Marinha
ADMFA	Assistência aos Doentes Militares da Força Aérea
ADN	Arquivo da Defesa Nacional
ADSE	Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa (Bens e Serviços)
AFA	Academia da Força Aérea
AFG	Afeganistão
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AM	Academia Militar
ANA	Afghan National Army
ANCP	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANP	Afghan National Police
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANPDC	Afghan National Police Distribution Centre
ANPTC	Afghan National Police Training Centre
AOF	Assistência Operacional de Forças
AOR	Navio Reabastecedor
APA	Agência Portuguesa de Ambiente
APD	Ajuda Pública de Desenvolvimento
ASC	Ação Social Complementar
AT	Advisors Teams
BA4	Base Aérea Nº4
BA5	Base Aérea Nº5
BCMA	Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas
BF	Base de Fuzileiros
BG	Battle Groups
BiH	Bósnia e Herzegovina
BIMEC	Brigada Mecanizada
BINF	Batalhão de Infantaria
BIPara	Brigada de Paraquedistas
BLD	Blindado
BOAT	Batalhão Operacional Aero-terrestre
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
BTC	Bihanga Training Centre
BTCW	Biological Weapons Convention
CCF	Comando do Corpo de Fuzileiros
CCM	Comissão Cultural de Marinha
CCW	Certain Conventional Weapons
CE	Comparticipação escolar
CE	Comparticipação especial
CE	Consultas Externas
CEAD	Comparticipação especial para o apoio na deficiência
CEDS	Combat equipment for Dismounted Soldier

CEFA	Centro de Educação Física da Armada
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEIP	Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CEMRES	Centro Euromagrebino de Investigação e estudos Estratégicos
CERE	Centro de Recursos
CEREPOSA	Centro de Repouso de Porto Santo
CPFA	Cofre de Previdência das Forças Armadas
CFMT	Centro de Formação Militar e Técnica
CGE	Conta Geral do Estado
Cger	Companhia Geral
CGER	Comando Geral
CI	Contra Informação
CIF	Central Issue Facility
CIH	Centro de Instrução de Helicópteros
CIM	Célula de Informações Militares
CIM	Célula de Informações Militares
CIMIC	Civil Military Cooperation
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível
CINAV	Centro de Investigação Naval
CIPQPEM	Centro de Instrução do Pessoal do Quadro da Polícia dos Estabelecimentos da Marinha
CISM	Conseil Internatinal du Sport Militaire
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
CITAN	Centro de Instrução de Tática Naval
CLESD	Conselho Luso-espanhol de Segurança e Defesa
CLIMS	Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares
CM	Colégio Militar
CMA	Centro de Medicina Aeronáutica
CMDT UMD	Comandante da Unidade de Meios de Desembarque
CMEFD	Centro Militar de Educação Física e Desportos
CMF	Coalition Maritime Forces
CMSH	Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica
CN	Contigente Nacional
CN	Comando Naval
CNED	Centro Naval de Ensino à Distância
CNPCE	Conselho Nacional Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAERFAP	Comando Aereo da Força Aérea
COMAR	Centro de Operações Marítimas
COMNAV	Comando Naval
CORG	Códigos de Organização
COSNC	Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação

CP	Prevenção de Conflitos
CPHM	comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de língua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise
CR	Centros de Recuperação
CRO	Operações de Resposta a Crises
CS	Conselho de Segurança
CS/ONU	Conselho de Segurança da ONU
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSS	Center for Security Studies
CTA	Campo de Tiro de Alcochete
CTC	Corpo de Tropas Comando
CTF	Combined Task Force
CTM	Cooperação Técnico Militar
CTOE	Centro de Tropas Operações Especiais
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando de Zona Aérea dos Açores
CZMILA	Comando de Zona Militar dos Açores
DAE	Destacamento de Ações Especiais
DCCR	Despesas com Compensação em Receita
DEU	Alemanha
DECIF	Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais
DFA	Deficientes das Forças Armadas
DGAIED	Direção-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa
DGAM	Direção Geral de Autoridade Marítima
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPDN	Direção-geral de Política da Defesa Nacional
DGPRM	Direção-geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DHCM	Direcção de História e Cultura Militar
DICSI	Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação
DMS	Destacamento de Mergulhadores Sapadores
DPP	Departamento de Prospetiva e Planeamento
DRC	Democratic Republic of Congo
DTP	Direção Técnico Pedagógica
DV	Distinguishede Visitor
EAM	Escola de Autoridade Marítima
ECOSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
EESPUM	Estabelecimentos de ensino Superior Público Universitário Militar
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EFUZ	Escola de Fuzileiros
EHO	Escola de Hidrografia e Oceanografia
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica S.A.
EM	Estruturas de Missão
EMAS	<i>Eco-Management and Audit Scheme</i>
EME	Estado-Maior do Exército
EMERG	Escola de Mergulhadores

EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EN	Escola Naval
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPN	European Patrol Network
EPR	Entidades Primariamente Responsáveis
EPS	Escola Prática dos Serviços
EPT	Escola Prática de Transmissões
ERPI	Estrutura Residencial para Idosos
ESE	Escola de Sargentos do Exército
ESSM	Escola do Serviço de Saúde Militar
ESUB	Escola de Submarinos
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETNA	Escola de Tecnologias Navais da Armada
ETP	Escola de Tropas Pára-Quedistas
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
EUBG	European Union Battle Groups
EUFOR	European Force
EUNAVFOR	European Naval Force
EUROFOR	European Rapid Operational Force
EUROMARFOR	European Maritime Force
EUSEC RDC	EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo
EUTM	EU Training Mission
FCT/UNL	Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Técnica de Lisboa
FDFG	Fragata Dom Fernando e Glória
FFAA	Forças Armadas
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FHQ	Force Headquarters
FHQ AFLOAT	Estado-Maior Embarcado
FIBUA	Fighting in Build-up Areas
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOC	Full Operational Capability
FPNEM	Formulation & production of New Energetic Materials
FRA	França
FRA	Forces Royales Air
FRI	Força de Reação Imediata
FS	Corveta
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GAM	Grupo de Auto-Metralhadoras
GBR	Reino Unido
GDM	Gestão de Dados Mestre

GMP MEK	Grupo Marítimo Português Mers El Kébir
GNR	Guarda Nacional Republicana
H/V	Horas Vão
HFA	Hospital da Força Aérea
HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional N.º1
HMR2	Hospital Militar Regional N.º2
HO	Operações Humanitárias
HoA	Corno de África
HoA	Corno de África
HQ ARRC	Headquarter Allied Rapid Reaction Corps
HUMINT	Human and Intelligence
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
IB	Instrução Básica
IC	Instrução Complementar
ICES	International Council for the Exploration of the Sea
ID&I	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
IDD	Industria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IGDN	Inspeção-geral da Defesa Nacional
IGFA	International Game Fish Association
IGoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
ILF	Intermediate Logistic Facility
IMFACC	International Military Flight Training Center Consortium
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
INA	Direção-Geral da Qualificação dos trabalhadores em funções públicas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERGEDEF	Intervención General de la Defensa
IO	Instituto de Odíveas
IPC	Initial Planning Conference
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
IRF	Immediate Reaction Force
ISAF	International Security assistance Force
JIP-FP	Joint Investment Programme on force Protection
JO	Operações Conjuntas
JTC	Jazeera Training Camp
KACTC	Kabul Air Training Centre
KAIA	Aeroporto Internacional de Kabul
KFOR	Kosovo Force
Km	Kilómetros
KMTC	Kabul Military Training Centre

KTM	KFOR Tacres Manbat
LC	Liga dos Combatentes
LCU	Lancha de Desembarque Grande
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LHD	Landing Helicopter Dock
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LNO	Liaison Officer
LOT	Liaison Observation Team
LPM	Lei de Programação Militar
LR	Lares Residenciais
LSM	Lei do Serviço Militar
MAU	Military Advisory Unit
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MHP	Missões Humanitárias e de Paz
MIA	Mogadíscio Internacional Airport
MilAd	Military Advisory
MILREP	Military representative
Minusma	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali
ml	Metros lineares
MM	Manutenção Militar
MNBG	Multinational Battle-Groups
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MONIZEE	Sistema de Monitorização e Previsão Operacional da ZEE Portuguesa
MPC	Main Planning Conference
MSO	Operações de Segurança Marítima
MSU	Multinational Specialized Unit
MTT	Mobile Training Team
NAC	Conselho do Atlântico Norte
NAFO	<i>Northwest Atlantic Fisheries Organization</i>
NAP	Número de Abastecimento Provisório
NEAFC	North East Atlantic Fisheries Commission
NGF	NATO Graduated Forces
NMA	NATO Military Authorities
NNA	Número Nato de Abastecimento
NRF	NATO Response Force
NRP	Navio da República Portuguesa
NU	Nações Unidas
OAE	Operação "Antive Endeavour"
OAP	Operation Allied Protector
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OHQ	Operational Headquarter

OMLT	Operational Mentoring and Liaison Team
ONU	Organização da Nações Unidas
OOS	Operation Ocean Shield
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OSPAR	Convenção para a proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAOC	Plano de Atividade Operacional Civil
PB	Consolidação da Paz
PE	Imposição de Paz
PEFC	<i>Program for the Endorsement of Forest Certification Schemes</i>
PEMPOR	Programa de Ensino Militar em Portugal
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PGR	Plano de Gestão de Riscos
PGRIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Plano Indicativo de Cooperação
PJ	Polícia Judiciária
PK	Manutenção de Paz
PLOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PM	Restabelecimento da Paz
POLMIL	Politico-Militar
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PSO	Operações de Apoio à Paz
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel General
QGOE	Quartel-general de Operações Especiais
QP	Quadros Permanentes
QPCISN	Quadro do Pessoal Civil do Instituto de Socorros a Náufragos
QPMML	Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha
QRA(I)	Quick Reaction Alert Interceptor
QRF	Quick Reaction Force
RAP	Readiness action Plan
RC	Regime de Contrato
RG1	Regimento
RI	Residenciais para Idosos
RLSM	Regulamento da Lei do Serviço Militar
RSM	Resolute Support Mission
RV	Regime de voluntariado
RV	Regime de Voluntariado
SAMED	Serviços de Apoio Médico
SAR	Search and Rescue
SC/MDN	Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
SCAP	Subsídio Complementar de Apoio de 3ª Pessoa
SCAF	Subsídio Complementar de Apoio Familiar
SCCE	Subsídio Complementar de Carência Económica
SCERPI	Subsídio Complementar de Estrutura Residencial para idosos

SCI	Sistema de Controlo Interno
SCNP	Subsidio Complementar Normal de Pensões
SCS	Serviços Centrais de Suporte
SEAP	Subsidio especial de apoio de 3ª pessoa
SECA	Secções de Catalogação
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEL	Subsídio especial de lar
SEN	Serviço Efetivo Normal
SER	Subsidio Especial de Residente
SFA	Assistência de Segurança de Forças
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SFN	Sistemas de Força Nacional
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SI/TIC	Sistemas de Informação e Tecnologias de Informação e Comunicação
SIADAP	Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIC	Sistemas de Informação e Comunicação
SICM	Serviços de Identificação e Classificação de Material
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional
SIGE	Sistema de Informação de Gestão Estratégica
SIMPOC	Sistema de Informação de Monitorização de Projetos e de Organização do Conhecimento
SNMG	Standing NATO Maritime Group
SOLTG	Special Operations Land Task Group
SOR	Statement of Requirements
SOTG	Special Operations Task Group
SPCAT	Sistema Português de Catalogação
SRR	Search and Rescue Region
SSG	Guided Missile Submarine
STANAVFORMED	Força Naval Permanente do Mediterrâneo
TACP	Tactical Air Control Party
TACRES	Tactical Reserve
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	Teatro de Operações
TRJE	Trident Juncture
UCK	Ushtria Çlirimtare e Kosoves
UE	União Europeia
UEFISM	Unidade de Formação e Investigação da Saúde Militar
UMI	Unidades Móveis de Instrução
UMT	Unidade Militar de Toxicologia
UN	<i>United Nations</i>
UNAMA	United Nations assistance Mission in Afghanistan
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon
UNMIK	United Nations Military Mission in Kosovo
UNMIT	United Nations Integrated Mission in East-Timor

UTITA	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo
VEEO	Voyage Energy and Emissions Optimizer
VHF	Very High Frequency
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Marítima dos Açores